



CHRISTOPHER HILL
O ELEITO DE
DEUS

OLIVER CROMWELL E A REVOLUÇÃO INGLESA



COMPANHIA DAS LETRAS



CHRISTOPHER HILL

O ELEITO DE DEUS
OLIVER CROMWELL E
A REVOLUÇÃO INGLESA

Tradução:

CARLOS EUGÊNIO MARCONDES DE MOURA

Consultoria desta edição:

EDGAR SALVADORI DE DECCA

e LEYLA MEZAN ALGRANTI

1.^a reimpressão



**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

H545e Hill, Christopher, 1912-
O eleito de Deus : Oliver Cromwell e a revolução
inglesa ; tradução de Carlos Eugênio Marcondes de
Moura. — São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

Bibliografia.
ISBN 85-85095-97-0

I. Cromwell, Oliver, 1599-1658 2. Grã-Bretanha -
História - Revolução Puritana, 1642-1660 I. Título.
II. Título: Oliver Cromwell e a revolução inglesa.

DD-942.064
-923.242
-942.06

88-1456

Índices para catálogo sistemático:

1. Cromwell, Oliver : Grã-Bretanha : História 942.064
2. Grã-Bretanha : Estadistas : Biografia 923.242
3. Revolução inglesa, 1640- : Grã-Bretanha : História
942.06
4. Revolução Puritana, 1642-1660 : Grã-Bretanha :
História 942.06

Copyright © Christopher Hill, 1970

Proibida a venda em Portugal

Título original:

God's Englishman

Oliver Cromwell and the English Revolution

Capa:

Ettore Bottini

sobre estampa holandesa
retratando Cromwell (primeira capa)
e alegoria de Cromwell abatendo
a monarquia (quarta capa)

Revisão de originais:

Lúcio Mesquita Filho

Índice remissivo:

Elisa Braga

Revisão de provas:

Denise Santos

Eliana Medeiros

Otacílio Nunes Jr.

1990

Editora Schwarcz Ltda.

Rua Tupi, 522

01233 — São Paulo — SP

Telefone: (011) 826-1822

*Deus ordena que uma grande e nova era se inicie [...].
Então o que faz Ele a não ser revelar-se [...] em primeiro
lugar a seus ingleses, conforme é de seu feitio?*

John Milton, *Areopagitica*, 1644

Somos ingleses. Eis um sólido fato.

Oliver Cromwell ao Parlamento, em 17 de
setembro de 1656

ÍNDICE

	Prefácio.....	9
I	Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa.....	11
II	De fidalgo rural a Senhor dos Pântanos: 1599-1640	33
III	De capitão a general do Exército: 1640-46	49
IV	De soldado a político: 1647-49	77
V	O Lorde General: 1649-53.....	95
VI	O Lorde Protetor: 1653-55	131
VII	Rei? 1656-58	153
VIII	O povo da Inglaterra e o povo de Deus	179
IX	A Providência e Oliver Cromwell.....	193
X	Oliver Cromwell e a história inglesa.....	223
	Notas	247
	Bibliografia.....	265
	Índice remissivo	267

PREFÁCIO

Em 1958 escrevi um pequeno ensaio para a Associação Histórica, quando se comemorava o tricentenário da morte de Oliver Cromwell [*Oliver Cromwell, 1658-1958*]. Inevitavelmente tive de reproduzir neste livro algumas das idéias que ali desenvolvi e agradeço ao setor de publicações da Associação Histórica a permissão para tal. Tentei, porém, não me limitar a ampliar o ensaio. O leitor pode sentir que, no texto, me reportei com demasiada freqüência a outros escritos de minha autoria. Meu objetivo foi o de evitar a reafirmação de argumentos que estão acessíveis a quem esteja interessado em aprofundá-los. A fim de não sobrecarregar este pequeno livro com notas de rodapé, em geral não indiquei as fontes das citações de Cromwell, pois todas elas — a menos que haja menção explícita — se encontram na monumental publicação de W. C. Abbotts, *Writings and Speeches of Oliver Cromwell* [Escritos e discursos de Oliver Cromwell — v. bibliografia]. Nem sempre anotei citações de fontes conhecidas do século XVII, quando não houvesse dificuldade em as identificar. A grafia, o emprego de maiúsculas e a pontuação foram modernizados em todas as citações, com exceção dos títulos de livros. Ao contrário dos contemporâneos, sempre presumi que o ano se iniciava no dia 1.º de janeiro.

A direção do Balliol College concedeu-me licença durante o verão de 1968, época em que terminei de escrever este livro, e quero expressar-lhe minha gratidão. Na qualidade de professor de História da Inglaterra venho estudando a figura de Oliver Cromwell há trinta anos. Sempre que me dei conta de ter recorrido aos préstimos de meus alunos ou de quem quer que seja, procurei dar os devidos créditos;

nem sempre, porém, fui bem-sucedido. Ao escrever este livro recebi generosa ajuda, de várias maneiras, do professor Gerald Aylmer, sr. Peter Brown, dr. Robin Clifton, sr. Mervyn James, sr. Raphael Samuel e os professores Lawrence Stone e Austin Woolrych. Nenhum deles, porém, é responsável pelo que escrevi. A srta. Pat Lloyd muito gentilmente leu as provas. Gostaria de encontrar novo modo de exprimir minha gratidão a Bridget, que ajudou-me mais do que ninguém.

Christopher Hill

NOTA À EDIÇÃO PENGUIN

Introduzi uma ou duas pequenas modificações nesta edição, sobretudo ao tomar conhecimento do artigo do professor G. E. Aylmer, "Oliver Cromwell foi ou não membro do Exército em 1646-7?" (*History*, LVI, pp. 183-8).

C. H.

I
*OLIVER CROMWELL
E A REVOLUÇÃO INGLESA*

*Quando lia um livro, a biografia de alguém famoso,
Perguntei-me: então é isto que o autor chama a vida de
um homem?*

*E quando eu já não estiver mais aqui, será assim que
escreverão sobre minha vida?*

*(Como se soubessem realmente algo dela,
Quando até mesmo eu muitas vezes penso que nada ou
pouco sei de minha verdadeira vida.*

*Buscando, a fim de os registrar aqui, uns poucos traços,
certos desvios e alguns acontecimentos difusos.)*

*When I read the book, the biography famous,
And is this then (said I) what the author calls a man's
life?*

*And so will some one when I am dead and gone write my
life?*

*(As if any man really knew aught of my life,
Why even I myself I often think know little or nothing
of my real life,*

*Only a few hints, a few diffused faint clews and indi-
rections
I seek for my own use to trace out here.)*

Walt Whitman, Folhas da relva, 1871

*Quantos livros ainda são escritos e publicados sobre
Carlos I e sua época! A tal ponto persiste o interesse por
aquela grande crise da moral, da religião e do governo!
Esses livros, porém, não são obras de qualquer gênio ou
da imaginação; nenhum desses autores parece capaz de
situar-se naquela época: se o fizessem, haveria menos
elogio e menos censura aplicada a ambas as partes.*

Coleridge, *Conversa de mesa*, 9 de
novembro de 1833

I

Oliver Cromwell viveu de 1599 a 1658. Durante os primeiros quarenta anos de sua existência formava-se um emaranhado de problemas que só veio a ser desembaraçado ou resolvido nas décadas revolucionárias de 1640-1660. Talvez possamos compreender melhor a luta de toda uma vida se examinarmos previamente esses problemas inter-relacionados.¹

O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. É a época em que a Idade Média chega ao fim. Os problemas desse país não lhe eram privativos. Toda a Europa enfrentava uma crise em meados do século XVII e ela se expressava por meio de uma série de conflitos, revoltas e guerras civis.² O século XVI presenciara o surgimento da América e das novas rotas de comércio em direção ao Extremo Oriente; um súbito crescimento populacional em toda a Europa e uma inflação monetária que também se estendia por todo o continente europeu. Tais fenômenos são relacionados (tanto como efeito quanto como causa) ao surgimento das relações capitalistas no interior da sociedade feudal e ao conseqüente reagrupamento das classes sociais. Os governos tentaram, por diferentes maneiras, limitar, controlar ou aproveitar-se de tais modificações, com resultados variáveis. A república das Províncias Unidas, onde uma oligarquia burguesa assumira o poder durante a revolta contra a Espanha no século XVI, encontrava-se melhor adaptada para superar a crise e alcançou seu mais alto grau de prosperidade no século XVII. Com a existência, porém, de uma popu-

lação de apenas 2 a 2,5 milhões de indivíduos e poucos recursos naturais, seu predomínio não pôde subsistir, uma vez que seus rivais triunfaram e estabeleceram uma organização política mais apropriada. Durante esse período, a Alemanha e a Itália não conseguiram consolidar estados nacionais baseados num único mercado nacional, e ficaram para trás na corrida. O mesmo sucedeu com a Espanha, onde o poder dos interesses agrários e da Igreja se contrapôs ao ímpeto inicial que a conquista da América do Sul parecia ter desencadeado. Na França, após uma série de convulsões na primeira metade do século, a unidade nacional foi assegurada sob a monarquia, com a aquiescência das classes comerciais, que aceitaram uma posição de reconhecimento, apesar de subordinada, na estrutura de poder do país.³ Apenas na Inglaterra ocorreu uma ruptura decisiva no século XVII, a qual assegurou que, daí por diante, os governos haveriam de conferir grande peso a considerações de natureza comercial. As decisões tomadas durante esse século possibilitaram à Inglaterra tornar-se a primeira grande potência imperialista industrializada, e garantiram que ela fosse governada por uma assembléia representativa. Em relação ao século XVII, as décadas decisivas são as de 1640 a 1660. Nelas, a figura preponderante é Oliver Cromwell. Qualquer estudo sobre sua pessoa, por conseqüência, não será apenas a biografia de um grande homem. Deverá incorporar os acontecimentos da época em que ele viveu e que se revelaram cruciais para o posterior desenvolvimento da Inglaterra e de seu império. Espero sugerir, neste estudo, algumas das implicações que decorreram dos atos de nosso biografado.

É necessário mencionar em primeiro lugar os problemas políticos e constitucionais, que surgiram sobretudo do relacionamento entre o executivo e os senhores de propriedades, que se consideravam os dirigentes naturais dos condados e cidades. Ao longo do século XVI os grandes senhores feudais haviam sido desarmados e subjugados, a Igreja perdera suas conexões internacionais, grande parte de suas propriedades e muitas de suas imunidades. Eram legatários dos resíduos a Coroa, a pequena nobreza rural e as oligarquias mercantis, que dirigiam os negócios locais. Enquanto subsistisse qualquer perigo de revolta por parte de súditos todo-poderosos ou de revolta camponesa e de católicos, com apoio do exterior, a aliança entre a Coroa e os “dirigentes naturais”, embora tácita, permanecia sólida. Não havia necessidade de a definir, sobretudo durante a última metade do século, quando os soberanos da Inglaterra foram, sucessivamente, um menor e duas mulheres. Antes, porém, de Oliver completar dez anos de idade, tudo isso se modificara. A derrota da Armada Espanhola em 1588,

o fracasso da rebelião de Essex em 1601, a Conspiração da Pólvora* em 1605, os levantes camponeses nos Midlands em 1607 e a tranqüila ascensão de Jaime I ao trono após a morte de Isabel foram acontecimentos que evidenciaram a estabilidade da Inglaterra protestante. Agora se tornara possível disputar a divisão da autoridade entre os vitoriosos.

No reinado de Jaime, o Parlamento, que representava os proprietários, arrogava-se claramente maior poder no que se referia à taxaço de impostos e às políticas comercial e externa; reivindicava suas próprias “liberdades” e seu status independente na constituição. Jaime I, experiente e bem-sucedido rei da Escócia durante 36 anos, revidou ao enunciar a teoria do Direito Divino dos Reis, e enfatizou a prerrogativa real e o poder independente do executivo. Isabel [ou Elizabeth] provavelmente também acreditara no Direito Divino das Rainhas, mas fora prudente demais para enfiar esses direitos goela abaixo de seus súditos. Jaime revelou-se mais circunspecto na prática do que na teoria e procurou sinceramente uma acomodação com seus poderosos súditos, mas seu filho Carlos I era menos sensato. Ao recorrer às detenções arbitrárias e às prisões, reforçou sua pretensão de tributar sem o consentimento parlamentar. Tentou reinar sem o Parlamento, fazendo uso singular dos tribunais prerrogativos** como órgãos executivos, a fim de executar a política do governo. Escreve o professor Elton que Isabel sempre demonstrara “relutância em afirmar a autoridade cen-

(*) Complô armado contra o rei Jaime I. Os conspiradores, entre eles Robert Catesby e Guy Fawkes, queriam aproveitar a abertura do Parlamento para assaltar o palácio real e eliminar o rei em proveito de um filho que seria persuadido a restaurar o catolicismo. Descoberta graças à lealdade monárquica dos lordes católicos que foram informados do projeto, a conspiração está na origem de severas medidas antipapistas. (ED/LM)

As notas de revisão técnica dos consultores, assinaladas ED/LM, algumas especializadas e outras de esclarecimento, foram elaboradas com o intuito de tornar este livro mais acessível ao leitor não familiarizado com a história da Revolução inglesa. Para redigi-las, consultaram-se os dicionários e enciclopédias seguintes: *Encyclopedia Britannica; a new survey of universal knowledge*, Chigaco, Encyclopedia Britannica, 1947, 24v. *The compact edition of the Oxford English dictionary*; complete text reproduced micrographically, Oxford, Oxford University, 1985. *Lexique historique de la Grande-Bretagne, XVI^e-XX^e siècle*, Armand Colin, Paris, 1976. E *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2^a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

(**) Tribunais instituídos pelos Tudor e os primeiros Stuart em virtude do conjunto de poderes reservados ao soberano britânico. Foi o caso da *Star Chamber*. Esses tribunais foram extintos pelo Parlamento Longo em 1641.

tral em detrimento dos interesses locais".⁴ Os dois primeiros Stuart interferiram cada vez mais nesses interesses e, por volta de 1630, desencadeou-se uma campanha planejada, a fim de prestigiar os governos locais e impor uma política governamental impopular aos *sheriffs*,* *deputy-lieutenants*** e juizes de paz, acostumados a serem pequenos soberanos em suas próprias regiões. Por volta de 1620 o aquartelamento das tropas e a aplicação da lei marcial pareciam ser uma preparação para o controle militar, que passaria por cima das autoridades dos juizes de paz; por volta de 1630, acreditava-se que sir Thomas Wentworth estava organizando um exército na Irlanda, com o qual subjugaria a Inglaterra e a Escócia. Graças ao controle sobre os juizes, Carlos parecia ter possibilidades de impor o *Ship Money**** como um imposto anual sobre o qual o Parlamento não exercia o menor controle. Tudo indicava que o soberano estivesse a caminho de estabelecer uma monarquia absoluta de tipo europeu.

Tais disputas políticas e constitucionais mascaravam ou se mesclavam a questões mais profundas. As disputas relativas à alfândega e às imposições, durante o reinado de Jaime, suscitaram a questão de saber se apenas o rei ou se ele com o Parlamento deveriam controlar a política comercial. As disputas em relação à política externa incluíam questões que afetavam a rivalidade anglo-holandesa tendo em vista o comércio mundial, a política imperial britânica na Índia, América do Norte e Índias Ocidentais. Quanto a essas questões, os governos dos dois primeiros Stuart deram pouca satisfação aos interesses comerciais, os quais incluíam muitos investidores da pequena nobreza. Com efeito, a passividade que tais governos demonstraram durante a Guerra dos Trinta Anos (devida à escassez de dinheiro, resultante da falta de confiança daqueles que pagavam impostos), mais a provocação de Carlos I em relação à Escócia protestante e suas concessões aos papistas na Irlanda levavam a crer que corriam perigo a segurança e a independência nacional da Inglaterra. A regulamentação e o controle go-

(*) Comissário do rei em um distrito. Cuidava do controle da polícia, das prisões, da execução das sentenças criminais, da convocação e realização de eleições; nos burgos era nomeado pela corporação municipal. (ED/LM)

(**) Representantes adjuntos dos comissários reais nos distritos ingleses, responsáveis, por sua vez, pelo comando da milícia local. (ED/LM)

(***) Imposto cobrado normalmente nos portos e condados marítimos em casos de guerra e arbitrariamente estendido a toda a Inglaterra em 1635 por decisão de Carlos I. Deste ato decorreram vigorosos protestos e acusações de tirania contra Carlos I e a monarquia. (ED/LM)

vernamental da economia contradiziam as opiniões daqueles que achavam que um comércio mais livre e a produção industrial aumentariam ao máximo o rendimento, bem como enriqueceriam os produtores. As bases militares do feudalismo haviam desaparecido, mas o feudalismo fiscal subsistiu. Se um arrendatário-em-chefe da Coroa — e tal categoria incluía a maior parte dos grandes proprietários de terras — morresse antes de seu herdeiro completar 21 anos de idade, este se tornava tutelado da mesma Coroa. A administração do patrimônio do tutelado e o direito de arranjar-lhe casamento cabiam à Corte de Tutelas; era freqüente a tutela ser entregue a um membro da corte, que tratava de obter o máximo lucro possível das propriedades durante a minoridade do tutelado e, sem dúvida, casava o herdeiro ou herdeira com algum parente seu necessitado. Essa minoria poderia, portanto, prejudicar gravemente as propriedades de uma família. Nos reinados de Jaime e de Carlos a renda proveniente da Corte de Tutelas aumentou rapidamente.⁵ Em 1610 o Parlamento tentara empreender a abolição da corte e dos direitos e títulos de posse feudais dos proprietários de terras. Voltaremos a esse tema.

O problema da produção agrícola era crucial. A população da Inglaterra crescia e concentrava-se cada vez mais em centros urbanos ou rurais, mas industrializados, e que não possuíam auto-suficiência. Para alimentar essa população tornava-se necessário um enorme aumento da produção. No século XVI a morte pela fome foi a consequência inevitável de uma série de más colheitas, a pior das quais, de 1593 a 1597, ocorreu pouco antes do nascimento de Cromwell. Seria possível produzir mais alimento caso as vastas áreas preservadas como florestas reais fossem abertas ao cultivo, se os terrenos comunais e ociosos fossem arados, se os pântanos e charcos fossem drenados. No entanto cada uma dessas três soluções colocava problemas ao mesmo tempo técnicos e sociais: quem deveria controlar a extensão das terras cultivadas e delas tirar proveito? Pequenos ocupantes, *squatters*,* *cottagers*** e todos aqueles que detinham direitos comuns perderiam prerrogativas valiosas se florestas, pântanos e terrenos comunais fossem cercados e entregues à propriedade privada: o direito de apascentar os

(*) Ocupantes sem título de um pedaço de terra. No campo fixavam-se nos limites das propriedades e usurpavam os bens comunais. O movimento dos cercamentos no século XVIII expulsou-os definitivamente do campo. (ED/LM)

(**) Nome dado na época pré-industrial aos trabalhadores agrícolas privados da propriedade da terra e reduzidos somente à posse e ocupação de sua moradia (*cottage*). (ED/LM)

próprios animais, caçar e se abastecer de combustível. Foi exatamente por esse motivo que Francis Bacon aconselhou Jaime I a manter o controle sobre as terras ociosas e comunais reais, fontes potenciais de riqueza no caso de serem cercadas e melhoradas. Durante toda a primeira metade do século os senhores de terras, decididos a levantar cercas, lutaram contra os *cottagers* e *squatters*, alegando seus direitos sobre os terrenos comunais e os pântanos. A Coroa opôs-se àqueles que invadiam as florestas reais. O governo multava esporadicamente os que levantavam cercas, mas pouco fez no sentido de proteger as vítimas desse ato. Ele próprio possuía terras que mandava cercar.⁶

Esse interregno presenciou uma reação generalizada contra os cercamentos e favorável aos direitos dos foreiros, e em 1649-1650 culminou no movimento dos *diggers** ou *levellers*** autênticos. Os *diggers* exigiam que todas as terras e florestas da Coroa, os terrenos comunais e ociosos fossem cultivados pelos pobres, através da posse comunitária, e que a compra e venda da terra deveria ser proibida por lei. “Todos não se esforçam por desfrutar da terra?”, perguntava seu líder Gerrard Winstanley. “A pequena nobreza luta pela terra, o clero luta pela terra, o povo luta pela terra, e comprar e vender é uma arte, por meio da qual todos porfiam em ludibriar uns aos outros, tendo em vista a posse da terra.”⁷ A expansão da produção de alimentos dependia da solução de questões ligadas à propriedade da terra, aos direitos comuns, à segurança da posse, por parte dos foreiros, e de uma quantidade de problemas inter-relacionados.

Muitos protestantes esperavam que, assim como a ruptura de Henrique VIII com Roma fora seguida por mudanças mais radicais no reinado de Eduardo VI, a ascensão de Isabel ao trono levaria a uma retomada da política de seguidas reformas. Ficaram decepcionados e sobreveio um impasse. Enquanto se encontrasse em jogo a independên-

(*) Pequeno grupo de camponeses que se formou entre 1649-50 sob inspiração dos escritos teóricos de Gerrard Winstanley. Defendiam o fim da propriedade privada no campo e o estabelecimento de uma sociedade corporativa. (ED/LM)

(**) Membros do grupo republicano e democrático na Inglaterra durante o *interregnum* (1649-60), período entre a execução de Carlos I e a restauração de Carlos II. Para alguns é considerado o primeiro partido político da Europa moderna. O nome foi dado por seus inimigos sugerindo que eles desejavam nivelar a condição dos homens. Defendiam que a soberania real deveria ser transferida para a Câmara dos Comuns, e que o governo deveria ser descentralizado. Seu programa de reforma fazia a defesa da população pobre da cidade e do campo, e exigia a completa igualdade dos homens perante a lei, a abolição dos monopólios comerciais, dos dizimos, uma profunda reforma judiciária e plena liberdade religiosa. (ED/LM)

ela nacional da Inglaterra, o governo necessitaria do apoio dos puritanos contra os inimigos papistas, no país e no exterior. Os puritanos não tinham o menor desejo de remover Isabel do trono, em favor de Maria, rainha da Escócia e da Espanha, mas as vitórias obtidas na década de 1590 e a ascensão de Jaime I colocaram em primeiro plano questões ligadas ao governo da Igreja. Os bispos desencadearam uma ofensiva contra seus críticos e despojaram os sectários* das terras.⁸ Através da Alta Comissão cresceu a autoridade independente da hierarquia episcopal e o Parlamento, bem como os advogados, quis controlá-la. Especialmente sob o episcopado de William Laud,** arcebispo de Canterbury desde 1633, mas que exercia controle efetivo sobre os negócios eclesiásticos desde 1628, as pretensões do clero se intensificaram. Cortes eclesiásticas foram acionadas imparcialmente contra membros da pequena nobreza e dos diversos ofícios, bem como contra os sectários das classes baixas. No entanto, a independência de pensamento e o espírito de discordância, que se enraizaram num século em que se lia a Bíblia, não poderiam ser facilmente esmagados. Alguns batistas já sugeriam a possibilidade de tolerar-se mais de uma ramificação do culto religioso em um único Estado.

Conforme sugeriu Winstanley, as questões eclesiásticas eram também em parte econômicas. A tentativa de Laud no sentido de aumentar os pagamentos dos dízimos,*** cujo valor real declinara durante um século inflacionário até 1640, significaria, com efeito, uma taxação maior dos leigos sem o consentimento do Parlamento. O desejo expresso pelo arcebispo de recuperar para a Igreja dízimos que

(*) Os sectários ou separatistas eram membros das diversas seitas protestantes que optaram por sair da Igreja estatal, escapando igualmente à dominação feudal. Unia-os a aceitação da soberania de Deus. (N. T.)

(**) William Laud (1573-1645) era antagonista do Partido Calvinista e defendia a existência de bispos diocesanos. Poderoso homem do Estado e da Igreja, implantou e executou reformas na Igreja Anglicana, com relação aos serviços religiosos, livros de culto, e instituiu a importância do púlpito nas igrejas. Adversário dos puritanos, apoiou os direitos do rei ao longo de todo o conflito com o Parlamento, sendo fiel a Carlos I e defendendo o direito divino dos reis. Devido às suas posições políticas e eclesiásticas, em 1640 foi impedido pelo Parlamento Longo e aprisionado na torre. Após anos em que o seu processo passou pelas cortes foi-lhe recusado o perdão real anteriormente concedido e finalmente foi executado na torre por ofensa à lei e à justiça, a qual negou até o momento da execução, afirmando ter sempre vivido de acordo com as leis da Igreja Anglicana. (ED/LM)

(***) Décima parte da produção anual da agricultura, sendo uma dívida ou um pagamento para o sustento dos padres das paróquias. (ED/LM)

havia sido apropriados ameaçava os direitos de todos aqueles que haviam entrado na posse dos bens dos mosteiros extintos.⁹ Outra tentativa de Laud, cuja intenção era suprimir os pregadores, também desafiou o direito dos membros mais ricos das congregações, bem como das corporações citadinas, de terem a espécie de pregação que quisessem, desde que se encontrassem em condições de pagar por ela. À medida em que a sociedade se comercializava progressivamente e os tribunais de direito consuetudinário se adaptavam às necessidades daquela sociedade que se apoiava em negócios, a jurisdição das cortes eclesiásticas, amparada pelo poder da Alta Comissão, despertava ressentimentos sempre mais intensos. Suas excomunhões, suas pretensões cada vez maiores de se apropriar dos dízimos, o fato de obrigarem homens a prestar juramento a fim de incriminarem a si mesmos bem como a seus vizinhos,¹⁰ tudo isso se mostrava cada vez mais fora de compasso com os desejos do laicato educado e senhor de propriedades, que também mantinha o controle eclesiástico sobre a educação e a censura. Os laudianos rejeitavam a doutrina calvinista da predestinação e duvidavam que o papa fosse o Anticristo. A teologia “arminiana”, bem como a tentativa dos laudianos de elevar o poder e o status social do clero pareciam a muitos protestantes um abandono dos princípios básicos da reforma.

Pelo menos em Londres as idéias da ciência moderna começavam a difundir-se. A terra deixara de ser o centro do universo e os homens se mostravam menos inclinados a acreditar na intervenção cotidiana da divindade ou do demônio na vida das pessoas comuns. Em países católicos romanos acreditava-se que a miraculosa transubstanciação do pão e do vinho era uma ocorrência diária; na Inglaterra tal crença era regularmente denunciada nos púlpitos como uma superstição, e em termos que, algumas vezes, encorajavam um racionalismo crítico. Alguns homens questionavam a existência das bruxas. Oliver tinha treze anos de idade quando o último inglês foi queimado por heresia. Certos espíritos corajosos começavam a indagar como um Deus onipotente e beneficente poderia condenar a maior parte dos seres humanos a uma eternidade de torturas devido à transgressão de um remoto antepassado. Foram apenas os primórdios de uma revolução intelectual e moral, a qual seria enormemente estimulada pelos perturbadores acontecimentos das décadas revolucionárias. O novo espírito encontrava-se presente, porém, e já contribuía para a formulação de novos questionamentos sobre o governo da Igreja e do Estado.¹¹

À primeira vista, muitas dessas contestações parecem distanciadas da vida e dos interesses daquele fidalgo de Huntingdonshire que

tornou-se general do exército parlamentar durante a guerra civil. Conforme veremos, antes mesmo de 1640 ele se achava profundamente envolvido com algumas dessas disputas, e a posição central que ele atingiu mais tarde na trama complexa da vida inglesa significou que os atos e decisões de Oliver exerceram papel decisivo na maior parte dos grandes momentos críticos do século. Nas páginas que se seguem examinaremos mais detidamente a vida de Oliver, mas jamais deveremos deixar de lado as questões mais amplas que abalavam a sociedade em que ele viveu. Retornarei a elas no último capítulo.

2

Quando Oliver Cromwell nasceu, o reinado de Isabel chegava ao fim. As grandes realizações desse reinado situavam-se no passado. O protestantismo fora restabelecido; evitaram-se as guerras de religião; a nobreza fora desarmada; já não havia mais qualquer perigo de revolta feudal. A independência nacional da Inglaterra fora assegurada pela vitória sobre a Armada Espanhola e pelo estabelecimento de relações amistosas com a Escócia. Em 1603 “nosso primo da Escócia” deveria suceder tranqüilamente Isabel. Embora a guerra com a Espanha se arrastasse até 1604, a situação internacional acabou por impossibilitar a preponderância espanhola, que parecera provável doze anos antes. Henrique IV estava seguro no trono da França, de onde a Espanha tentara derrubá-lo; a independência da República holandesa também estava consolidada, embora sua guerra com a Espanha devesse prosseguir até 1609. O grande momento daquilo que se convencionou chamar de literatura isabelina apenas se iniciara e haveria de estender-se até o reinado de Jaime I. Em 1599 Spenser morreu, subiram aos palcos as peças de Shakespeare, *As You Like It* [Como queiras], *Henry V* e *Julius Caesar*, bem como peças de Dekker, Jonson e Marston. Foram publicados poemas de Daniel, Drayton e Greene e também o *Basilikon Doron*, de Jaime VI, *De Magnete*, de Gilbert, e *The Golden Chain* [A cadeia dourada], de Perkins; Chapman e Middleton começavam a escrever.

No entanto, por mais gloriosa que possa parecer em retrospecto a era isabelina, os homens abrigavam outros pensamentos em 1599. Havia grande fastio com a guerra, expressado por Shakespeare em *Troilo e Cressida*, peça talvez escrita naquele ano. Uma série de colheitas ruins provocara fome e quase revolta em 1596-97. Na corte desenrolavam-se lutas violentas de facções, enquanto os homens preparavam-se

para a morte de Isabel e tentavam assumir posições de força. Tais disputas culminaram na revolta do conde de Essex em 1601, cuja fácil supressão demonstrou o poder da idéia monárquica, mas desembocou em algo que lembrava o domínio de uma única facção, o que não se via há quarenta anos. Em seguida à vitória sobre Essex, Robert Cecil aliou-se aos Howard e a sir Walter Raleigh com o intuito de impor Jaime como rei. Os Cecil derrubaram Raleigh forjando contra ele uma acusação em 1604. Na corte muitos achavam que a corrupção tinha aumentado. Tais coisas são difíceis de avaliar. Talvez simplesmente houvesse mais autoridade, e os funcionários públicos e os cortesãos recebessem menos, devido à inflação, e, por isso, recorressem com avidez a pagamentos por fora. A luta por constituir uma clientela pode ter motivado um aumento nos pedidos de empregos, pensões, monopólios* etc.¹² No Parlamento de 1601 elevaram-se protestos contra os monopólios, e Isabel, em sua “fala de ouro”, aboliu muitos deles. Tal fato preservou sua popularidade, mas não eliminou o problema. Os monopólios reviveram sob Jaime.

De outro modo e talvez mais seriamente a unidade nacional seria prejudicada. As esperanças apocalípticas dos protestantes, em 1558, não se realizaram. Por ocasião dos acordos eclesiásticos de 1559, Isabel se viu forçada a conceder mais do que teria desejado. Desde então surgira um partido que esperava reformas ainda maiores da Igreja da Inglaterra na direção de um protestantismo radical. Tais homens, que se tornaram conhecidos como “puritanos”, desejavam a abolição ou a restrição do poder dos bispos. A ala clerical dos reformadores esperava ver um sistema presbiteriano instituído no interior da Igreja (com ou sem um episcopado modificado). Obtiveram apoio de uma facção da pequena nobreza, inspirada ao mesmo tempo em vigorosos sentimentos protestantes e em um desejo de independência um tanto estreito. A partir da reforma, os fidalgos rurais haviam coletado dízimos e gozado dos direitos de *padroado*** em quase metade das paróquias do

(*) Direitos exclusivos concedidos por uma Carta Real a indivíduos, coletividades ou associações para comerciar e/ou fabricar. Em virtude de abusos foram abolidos durante a Primeira Revolução, e não foram restabelecidos com a Restauração, mas certas iniciativas de Jaime II, antes de 1668, despertaram o temor da volta aos abusos do passado. (ED/LM)

(**) Privilégio concedido aos herdeiros laicos, à Coroa e aos membros do clero para designarem candidatos para o preenchimento de cargos e postos vacantes. Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, é também o direito adquirido por quem fundou ou doou uma igreja, ou o direito de conferir benefícios eclesiásticos. (ED/LM)

reino. Ao mesmo tempo seu controle sobre as paróquias aumentou enormemente devido ao declínio relativo do poder da nobreza feudal e à importância cada vez maior dos juizes de paz. A abolição do episcopado ou a significativa redução dos poderes dos bispos significou um aumento da independência da autoridade central de que gozavam ilhotas de soberania dominadas pela pequena nobreza rural.

Mas sob o arcebispo Whitgift (1583-1604), a autoridade dos bispos alcançou níveis jamais vistos na Inglaterra desde a Reforma de Henrique VIII. A Alta Comissão foi usada como comissão central para atingir os líderes clericais do movimento puritano e golpear a proteção propiciada pela pequena nobreza puritana. Em 1588 Richard Bancroft, que sucederia Whitgift como arcebispo de Canterbury (1604-10), proclamou o direito divino do episcopado. Bancroft não era teólogo mas, por volta de 1590, homens mais ilustrados do que ele deram sustentação a suas afirmações por meio de argumentos teológicos. Até 1590 o governo receara ir longe demais contra a oposição puritana, pois que, dada a natureza do caso, os puritanos eram os mais intransigentes anticatólicos e os mais incondicionais anti-hispânicos de todos os súditos da rainha. Mas em 1588 a Armada foi derrotada. A Inglaterra já não corria mais o perigo da conquista espanhola. Isso, de um só golpe, eliminou o temor do governo aos papistas e aos puritanos. Os bispos desfecharam um contra-ataque sobre estes últimos; os teólogos recorreram a argumentos que faziam parte do arsenal dos primeiros.

Os próprios puritanos se achavam divididos. Finalmente convencidos da impossibilidade da reforma através do Parlamento e da rainha, Robert Browne e seus seguidores* proclamaram a reforma em 1580, sem esperar o concurso dos magistrados. Rejeitaram a Igreja nacional e se organizaram em congregações separatistas, que só poderiam funcionar como organizações subterrâneas ilegais ou no exílio. Em 1587 John Field declarou que “vendo que não podemos levar a termo” nossos propósitos reformistas “nem por litígios, nem por discussões”, é “a multidão e o povo que devem levar a cabo a disciplina que desejamos”.¹³ A isso seguiu-se, em 1588-9, uma série de panfletos

(*) Os seguidores de Robert Browne são conhecidos como brownistas ou congregacionalistas; seita religiosa, protestante-puritana e separatista, que teve como um de seus primeiros líderes Robert Browne (1550-1633). Esse movimento defendia uma total separação entre a Igreja e o Estado, e a plena autonomia religiosa da congregação de fiéis nas paróquias. (ED/LM)

obscenos e espirituosos (os Panfletos de Marprelate) que expunham os bispos ao ridículo. O separatismo e o apelo ao povo, para não mencionar as denúncias abusadas de Marprelate, iam mais longe e mais fundo do que poderiam desejar certas almas bem pensantes, fossem eles clérigos, como o presbiteriano Thomas Cartwright, ou leigos, como os membros puritanos do Parlamento. Os bispos se aproveitaram da oportunidade para proclamar que aqueles que criticavam a riqueza dos prelados em breve desfechariam ataques contra as propriedades da pequena nobreza e da aristocracia, a mesma argumentação com que Oliver Cromwell se depararia na Câmara dos Comuns em 1641. Receberam reforço quando três loucos tentaram estabelecer a lei de Deus em 1591. Em Cambridge, Baro e Barret começaram a pregar uma teologia anticalvinista, que prefigurava o arminianismo de Laud, e Hooker apresentou a primeira justificativa teórica satisfatória de uma igreja anglicana que seguia uma *via media* entre o catolicismo e o puritanismo. Alguns sectários foram executados e outros exilados; o movimento puritano subterrâneo foi dissolvido e nos dois últimos parlamentos do reinado de Isabel (1597 e 1601) não mais se fez ouvir a posição puritana, embora houvesse muita oposição à política econômica do governo.

A serpente fora ferida mas não morta, pois havia um fato fundamental: a pequena nobreza desejava ter a liberdade de controlar suas paróquias e seus pastores sem a supervisão dos bispos e da Alta Comissão, o que se harmonizava com a lógica interna do protestantismo. Este, ao exaltar as prédicas e o estudo da Bíblia, exercitava continuamente consciências que enfrentariam quaisquer tentativas que visassem a arregimentá-las ou lhes dar ordens. Após sua derrota na década de 1590, o clero puritano deu maior ênfase à pregação, à formação do caráter e da moral, valorizando menos as formas de organização e disciplina da Igreja. A longo prazo forjou uma arma mais sólida que, em 1640, se tornara eficiente demais para ser destruída, como acontecera na década de 1590. Como em última instância, um vasto setor da pequena nobreza agrária e das classes mercantis urbanas simpatizassem com o puritanismo, quaisquer que fossem os motivos, o governo se viu cada vez mais forçado a depender das facções católicas e cripto-católicas da pequena nobreza agrária e da aristocracia.¹⁴ Isso ficou demonstrado pelas tentativas de Jaime I e Carlos I de aliar-se à Espanha, velha inimiga da Inglaterra, e até mesmo por volta de 1620, quando os Habsburgo mais uma vez pareciam pretender conquistar a hegemonia na Europa, o que importaria no triunfo da Contra-Reforma. Um exemplo eloquente desse fato foi o surgimento do arminianis-

mo na Igreja da Inglaterra, o qual culminou, na década de 1630, com o controle imposto por Laud. O papa ofereceu-lhe o chapéu cardinalício e Laud sentiu-se profundamente constrangido com a teologia calvinista de seu antecessor Whitgift, que havia suprimido o movimento puritano, mas sem se afastar muito dele no que se referia à teologia. No entanto, como a Igreja e o Estado formavam uma unidade aos olhos de todos os contemporâneos, Laud apenas levava a uma conclusão lógica a ruptura da unidade nacional, obra de Whitgift e Bancroft, e que já ocorrera na época em que Cromwell nascera, em 1599. Um dos aspectos da ação deste último foi a tentativa de restabelecer uma igreja nacional que tivesse espaço para várias denominações do protestantismo e cujo governo não interferisse na supremacia local da pequena nobreza rural e das oligarquias urbanas.

Assim, quando Oliver nasceu, os dias generosos da Boa Rainha Bess talvez já pertencessem ao passado. À medida, porém, que ele crescia, vingou com ele a lenda de uma idade de ouro isabelina, durante a qual o Parlamento e a Coroa agiam em harmonia, a Igreja era resolutamente protestante, os bispos se subordinavam ao poder secular e os lobos do mar protestantes voltavam carregados de ouro e glória após derrotarem o adversário espanhol. Tal lenda, posta em circulação por cortesãos idosos como sir Fulke Greville e sir Robert Naunton e claramente formulada na última peça de Shakespeare, *Henry VIII*, devia muito mais à crítica em reação ao que estava acontecendo (ou deixando de acontecer) sob os Stuart do que a algo que realmente existira no reinado de Isabel. Nem por isso deixava de ser menos vigorosa. “A rainha Isabel, de famosa memória”, sempre significou muito para Oliver Cromwell.¹⁵ Sua mãe, sua mulher e sua filha preferida tinham o nome de Isabel [Elizabeth].

O comportamento de Jaime e de Carlos I levava os homens a voltarem-se nostalgicamente para o tempo de Isabel. Jaime enfrentou problemas financeiros. A inflação prosseguia e ele precisava sustentar uma mulher que lhe saía caro, além de três filhos. Estava rodeado de cortesãos mendicantes, ingleses e escoceses, e, ao contrário de Isabel, recusava-se a subsidiá-los às custas da Igreja. No entanto, por mais que se fale bem de Jaime, suas extravagâncias financeiras não podem ser contestadas. O que se possa dizer a seu favor fica mais claro para os historiadores do que para seus contemporâneos. Estes simplesmente constatavam que o governo de Jaime parecia gastar tanto em tempos de paz quanto o de Isabel o fizera em tempos de guerra. Foi um ato de sensatez pôr um fim às guerras contra a Espanha e a Irlanda em 1604. Em consequência, o comércio floresceu durante a década se-

guinte, mas o militante partido antiespanhol, de que era porta-voz sir Walter Raleigh, mostrava-se insatisfeito. “É bem verdade, o rei Jaime fez a paz”, diria Oliver em 1656; “deixo, porém, à vossa apreciação o afirmar se esta nação ou quaisquer interesses de todos os cristãos protestantes não padeceram mais com essa paz do que com a hostilidade [da Espanha].”

Tolerância para com os católicos em casa e uma política exterior pró-papista foram as conseqüências lógicas da ruptura de Isabel com os puritanos. Estes esperavam que a ascensão do rei da Escócia presbiteriana ao trono implicaria uma reversão dessa política e Jaime, antes de 1603, encorajara todos os grupos a esperarem tal procedimento. No entanto, a Assembléia de Hampton Court de 1604 confirmou que o rei não modificaria a política de Isabel. À Conspiração da Pólvora (1605) seguiu-se uma campanha panfletária na qual o próprio Jaime atacava as reivindicações papais e tentava alertar monarcas europeus, fossem protestantes, fossem católicos, para as teorias que os jesuítas elaboravam sobre a legitimidade do tiranicídio. Mas as severas leis anticatólicas aprovadas pelo Parlamento não foram aplicadas. Quando, em 1618, foi deflagrada a Guerra dos Trinta Anos, intensificou-se a ansiosa busca, por parte de Jaime, de fazer um acordo com a Espanha, e, com ela, a preocupação da pequena nobreza puritana. Em 1618, sir Walter Raleigh foi executado, por ordem do embaixador espanhol, que parecia ser a figura mais poderosa da corte inglesa. Jaime recusou-se a prestar ajuda a seu genro, o eleitor do Palatinado, quando a precipitada aceitação da coroa da Boêmia por parte deste acabou por envolvê-lo em dificuldades e deu início à Guerra dos Trinta Anos. À medida que definhava a causa protestante no continente, a Inglaterra, potência protestante líder, continuava a negociar com a Espanha. Uma piada da época propalava que Jaime prometera enviar aos protestantes alemães atacados uma força de cem mil... embaixadores! Como era natural volver o olhar para a era dourada da Boa Rainha Bess, incondicionalmente patriótica e antiespanhola...

A política econômica de Jaime revelou-se visivelmente malsucedida. A tentativa de elevar as taxas alfandegárias, a fim de contrabalançar a inflação, despertou veementes protestos na Câmara dos Comuns em 1610. No mesmo ano falharam as negociações que objetivavam assegurar uma renda regular de duzentas mil libras, concedida pelo Parlamento em troca da abolição da odiada Corte de Tutelas. Esse episódio demonstrou que as prerrogativas podiam ser postas à venda e aguçou os apetites parlamentares (a Corte de Tutelas foi abolida em 1646, depois que o Parlamento venceu a guerra civil). Os dez anos de pros-

peridade que se seguiram à paz com a Espanha foram interrompidos pela irrefletida ação da Coroa ao abolir o monopólio dos Comerciantes Internacionais,* os principais exportadores de tecidos, e a transferir seus privilégios para uma nova companhia, Comerciantes Internacionais do Reino. A promessa era louvável, mas a execução deixou a desejar. A nova companhia revelou-se incapaz de organizar as operações de tingimento e acabamento dos tecidos ou de encontrar mercados de exportação. Em consequência, surgiu um crise de superprodução.

Como a indústria têxtil era a principal da Inglaterra, a questão se tornou muito séria. Houve desemprego em massa nas regiões manufatureiras. Jaime recuou vergonhosamente e reconduziu os Comerciantes Internacionais a sua posição privilegiada. A economia começava a recuperar-se quando foi atingida por uma crise ainda maior resultado de um colapso dos mercados da Europa central e oriental. Ao reunir-se em 1621, o Parlamento atacou a política econômica e externa do governo. Desde 1610 não se realizavam sessões efetivas do Parlamento. A de 1614 foi dissolvida após cinco semanas de alterações em torno de supostas tentativas governamentais no sentido de manipular o Parlamento através de “empreiteiros”. O Parlamento de 1621 decretou o impedimento do lorde-chanceler Bacon e de alguns dos parasitas econômicos, protegidos pelo favorito, George Villiers, marquês e, mais tarde, duque de Buckingham. Embora insistisse com Jaime para revogar sua política econômica e aliar-se ao lado protestante, na Guerra dos Trinta Anos, o Parlamento votou somas irrisórias para esse propósito, e foi dissolvido numa atmosfera de frustração. Um amplo setor da pequena nobreza rural e dos mercadores já deixara de simpatizar com o governo.

Quando o Parlamento reuniu-se novamente em 1624, pareceu, durante um breve momento, que a unidade nacional isabelina poderia ser recuperada. Nesse interregno, Buckingham e o príncipe Carlos haviam visitado a Espanha a fim de cortejar a infanta, cujo casamento com o príncipe de Gales Jaime encarava como solução para todos os problemas da Europa. Lá tomaram conhecimento, a um custo de mais de cem mil libras para o Tesouro, daquilo que há muito era óbvio para a maioria dos observadores: a Espanha não estava seriamente interessada numa aliança com a Inglaterra. Com a frivolidade que os carac-

(*) Comerciante envolvido na organização de expedições comerciais transoceânicas e no estabelecimento de negócios em países estrangeiros. É também o membro de uma associação comercial autorizada por uma carta real. (ED/LM)

terizava, Carlos e Buckingham voltaram atrás, clamando pela guerra com a Espanha e colocando-se à testa do Parlamento em 1624, a fim de impor tal política ao relutante Jaime. Quando Middlesex, lorde do Tesouro, assinalou que a Inglaterra não teria condições de entrar em guerra, a Câmara dos Comuns foi encorajada a impugná-lo. Jaime, com sensatez, mas em vão, fez ver a Buckingham que ele estava forjando as armas com que seria derrotado. Através de uma das mais bizarras leis da história inglesa, o Parlamento votou uma dotação de dinheiro explicitamente destinada ao rei, contanto que ele voltasse atrás em sua política exterior, desde que os parlamentares assim solicitassem. Demonstravam, porém, tão pouca confiança na Corte que insistiram para que o dinheiro fosse pago a tesoureiros por eles nomeados e gasto unicamente com sua aprovação. Buckingham e o príncipe Carlos haviam mostrado à Câmara dos Comuns que era possível coagir o governo, contanto que as formalidades fossem observadas; que ministros impopulares podiam ser impugnados e cair em desgraça, até mesmo sem as bênçãos do rei; e que o controle financeiro podia ser usado para forçar uma mudança na política externa. A Câmara dos Comuns não esqueceu a lição.

Não foi, porém, o caso de Carlos e Buckingham. Sua política externa, nos próximos quatro anos, justificou amplamente a falta de confiança demonstrada pela Câmara dos Comuns. Jaime morreu em 1625. Àquela altura a Inglaterra, aliada à França, guerreava contra a Espanha. Em 1627, por ter Buckingham entrado em atrito com a corte francesa em mais uma de suas expedições casamenteiras, a Inglaterra se viu em guerra com a França e a Espanha. Esses empreendimentos militares foram uniformemente malsucedidos. Nada fizeram para auxiliar o protestantismo alemão, o qual, em 1628, corria grave perigo de extinção. Naquele ano a Inglaterra ajudou o rei católico da França a despojar seus súditos protestantes dos privilégios que a rainha Isabel os ajudara a conquistar por meio do Editto de Nantes (1598). Quando Buckingham foi assassinado em 1628, a reputação internacional da Inglaterra atingira seu ponto mais baixo. O assassino, Felton, tornou-se o homem mais popular da Inglaterra.

A unidade entre o rei e o Parlamento foi rompida sob outros aspectos. O Parlamento recusou-se a votar impostos, tendo em vista a impraticável política externa, e Carlos recorreu a empréstimos compulsórios. Em 1627 cinco cavaleiros recusaram-se a pagá-los e foram presos. Quando o Parlamento reuniu-se em 1628, a *Petition of Right** de-

(*) Texto votado pelo Parlamento em 1628. Ele se inspirou nas idéias do grande

clarou ilegais a taxaço não parlamentar e as prisões arbitrárias. Enquanto isso, William Laud caíra nas boas graças da Corte. Ele e seus partidários na Igreja, o partido arminiano ou anticalvinista, partiram para a defesa teórica do governo arbitrário. Em 1625 o Parlamento atacara os escritos de Richard Montague, *New Gag for an Old Goose* [Mordaça nova para um ganso velho] e *Appelo Caesarem* [Apelo ao rei], pois, ao que se alegava, favoreciam o papado. Então Carlos o fez bispo. O Parlamento atacou Roger Mainwaring, o bajulador capelão real, quando este justificou a taxaço imposta por vias não parlamentares. Carlos propiciou-lhe aquilo que Cromwell afirmou ser “uma vida de confortos”. “Se estes são os passos que levam às preferências”, prosseguiu, naquilo que, provavelmente, foi seu discurso de estréia (fevereiro de 1639), “o que então não deveremos esperar?” Antes que o Parlamento fosse dissolvido em 1629, dois de seus membros mantiveram o presidente sentado em sua cadeira, enquanto eram passadas resoluções contra a taxaço ilegal e o arminianismo. As mentes de alguns homens já se achavam tão “injurizadas” que contemplou-se a possibilidade de depor Carlos em favor de sua irmã Isabel, rainha da Boêmia. Isso, porém, “parecia ser apenas uma fantasia de muita gente”.¹⁶

O Parlamento deixou de se reunir durante onze anos. Revendo os acontecimentos, percebemos que o ano de 1629 representou um momento mais crítico e importante do que o de 1590. Agora a vítima dos ataques do governo não era simplesmente o clero puritano, mas a pequena nobreza rural puritana. O reverendo John Penry foi executado como traidor em 1593; sir John Eliot morreu na Torre de Londres em 1633. Assim como muitos membros do clero puritano aceitaram a derrota em 1590 e se concentraram em salvar as almas, igualmente na década de 1630 muitos parlamentares desistiram de lutar. Sir Thomas Wentworth e William Noy aceitaram posições de destaque no governo, tornando-o mais eficiente do que teria sido em outras circunstân-

jurista Edward Coke sobre a existência de uma direito “nacional” de origem saxônica, esquecido durante o jugo normando, mas reconquistado ao preço de muitas revoltas e julgamentos de tribunais. Os Lordes e os Deputados, particularmente irritados pelos abusos fiscais de Carlos I e inquietos com as tendências autoritárias dos dois primeiros Stuart, argumentaram que toda a taxaço deveria ser aprovada pelo Parlamento e que os indivíduos tinham o direito de defesa diante de todas as prisões, contra a instauração da lei marcial pela simples decisão dos comissários reais e contra toda a suspensão arbitrária dos dispositivos legais comunais. Aprovada em 7.6.1628 contra a vontade do rei, ela representa um dos elementos da constituição não escrita da Inglaterra. (ED/LM)

cias. As investigações de Noy, que vasculhava velhos arquivos, resultaram numa nova abrangência do antigo imposto do *Ship Money*, que, além de ser aplicado nas cidades portuárias, passou a ser recolhido nas cidades do interior. Com efeito, fora descoberto um imposto que poderia equilibrar o orçamento do país, na medida em que Carlos abdicasse de sua política externa. Na Irlanda, Wentworth fez a colônia pagar por sua própria sujeição e começou a organizar um exército cujas sinistras possibilidades não passaram despercebidas aos ingleses. Não houve, porém, reforma fundamental. De acordo com a famosa frase do professor Tawney, em *The Agrarian Problem in the Sixteenth Century* [O problema agrário no século XVI], as boas intenções do governo “enodoaram-se nos rastros das finanças”. Os monopólios proliferaram. Os lucros das tutelas aumentaram. Multas devidas a intrusões nas florestas reais, a cercamentos, a recusas em receber títulos honoríficos não hereditários (e a um determinado preço)¹⁷ alienaram ainda mais a pequena nobreza rural, já indignada com a taxaço não imposta pelo Parlamento. A aliança do governo com um setor de grandes capitalistas de Londres, que concediam empréstimos em troca de baronatos e privilégios, tais como o arrendamento da alfândega, alijou os cidadãos de Londres daquele círculo favorecido. Tal aliança proporcionou ao governo um sentimento de segurança financeira inteiramente ilusório. Em 1640 parte das rendas alfandegárias foi antecipada em muitos anos. Escamoteava-se a bancarrota, mas era exatamente disso que se tratava.¹⁸

A política religiosa de Laud levou à conclusão lógica as tendências de uma retomada do catolicismo iniciadas em 1590. Os arminianos detinham os melhores bispados e decanias. Foram suprimidos pregadores nas cidades mercantis. Laud forçou os *Feofees for Impropriations* (grupo de homens de negócio, advogados e clérigos puritanos) a pararem de arrendar os dízimos desapropriados com a finalidade de usá-los para financiar as prédicas. A tentativa de Laud, no sentido de impedir as prédicas puritanas, resultou em sua total supressão. As tendências ritualísticas do arcebispo, além do favorecimento dos católicos na Corte, onde Henriqueta Maria sucedera a Buckingham como principal influência sobre Carlos, conferiram plausibilidade às alegações segundo as quais o arcebispo era, no fundo, um papista. Em 1637 um representante do papa foi admitido pela primeira vez na Inglaterra desde o reinado de Maria. Na medida em que Carlos tinha uma política exterior, esta era pró-espanhola. A cooperação com os papistas na Irlanda e a pressão exercida sobre os presbiterianos na Escócia configuravam um jogo onde todas as peças se encaixavam.

Os conflitos na Escócia foram a última gota. Às ameaças de retomar as terras da Igreja em poder da aristocracia seguiram-se revisões no livro de orações que apontavam numa direção católica. O resultado foi uma explosão nacional, com a qual o governo revelou-se totalmente incapaz de lidar. Em 1590 os puritanos e aqueles que quase o eram haviam esperado que sua sorte pudesse ser alterada pela sucessão de Jaime. Em 1630 os puritanos e parlamentares voltaram a esperar pela salvação vinda do norte, e nossos irmãos da Escócia mostraram-se mais decididos em seu apoio do que nosso primo da Escócia. Isabel detestara ter de financiar a rebelião dos presbiterianos que apoiaram Knox. Este proclamou que o Evangelho de Cristo uniria a Inglaterra e a Escócia. A execução de Maria, rainha da Escócia, em 1587 (e com a qual Isabel também detestara concordar), abriu um precedente que permitia levar a julgamento o Ungido do Senhor.¹⁹ O exército escocês que entrou na Inglaterra em 1640 entoando salmos metrificadas colocou em evidência a política que Isabel adotara com tamanha relutância. Por ocasião do Parlamento Curto, em 1640, Carlos tentou fazer um apelo ao tradicional sentimento antiescocês e fracassou terrivelmente. Os laços ideológicos e os interesses materiais eram fortes demais.

Antecipamo-nos excessivamente, porém. No início da década de 1630 tudo era confusão e desordem entre aqueles que se haviam oposto ao governo. Alguns comerciantes se recusaram a pagar a alfândega, seguindo uma resolução passada pela Câmara dos Comuns em 1629, mas depois que Richard Chambers, negociante de Londres, foi para a prisão por afirmar que “os negociantes estavam mais arrochados na Inglaterra do que na Turquia”, a maior parte deles capitulou. Não foi o caso de Chambers, que permaneceu na prisão durante seis anos, à qual retornou logo, pois opunha-se ao *Ship Money*. Foi provavelmente na década de 1630 que Cromwell atravessou a crise espiritual que causou sua conversão,²⁰ e nisso ele não estava sozinho. A emigração dos puritanos para a Nova Inglaterra atingiu o auge naquela época. Oliver pensou em emigrar e seu amigo de anos posteriores, sir Henry Vane, tomou essa resolução. Os moradores da Nova Inglaterra retornados deveriam exercer um papel de relevo no movimento revolucionário de 1640 e, ao que se dizia, Cromwell os favoreceu especialmente em seu regimento.²¹ Por volta de 1630 o grupo da oposição organizou sua atividade em torno da Companhia da Ilha de Providence, organização mercantil da qual John Pym era tesoureiro e de que participavam vários primos de Oliver. A ilha de Providence situava-se ao largo da América Espanhola e interceptava a rota dos galeões carregados de

prata. Sua ocupação só faria sentido como parte de uma política antiespanhola agressiva, a mesma que Cromwell adotou em 1650. O grupo da ilha de Providence organizou a oposição simbólica de Hampden ao *Ship Money*.

O julgamento realizado em 1637, e segundo o qual Hampden deveria pagar aquela taxa, chocou as classes dos proprietários, pois se o *Ship Money* era legal, isso significava que o governo não parlamentar se estabelecera de vez. A situação foi salva unicamente graças à guerra com a Escócia, que tornou a resistência possível. Em 1636, 3,5 por cento do *Ship Money* deixou de ser pago e, em 1638, esta cifra subiu para 61 por cento. O grupo da Ilha de Providence estava em contato com os líderes escoceses e, em 1640, eles planejaram conjuntamente sua linha de ação. Carlos viu-se obrigado a convocar o Parlamento Curto em abril de 1640 e este insistiu na paz com os escoceses. Carlos dissolveu-o e tentou prosseguir a luta, mas não conseguiu apoio. A paz foi concluída em Ripon, em outubro de 1640, em termos que forçavam a convocação de outro Parlamento. Este, que recebeu o nome de Parlamento Longo, haveria de reunir-se para além dos onze anos que durara o governo pessoal de Carlos. Oliver Cromwell representou o burgo de Cambridge no Parlamento Curto e também no Longo.

II

DE FIDALGO RURAL
A SENHOR DOS PÂNTANOS
1599-1640

Fui fidalgo de nascimento. Não vivi em alturas consideráveis, nem na obscuridade.

Cromwell, Fala ao Parlamento, 12 de
setembro de 1654



Oliver Cromwell nasceu a 25 de abril de 1599 em Huntingdon. Era filho de Robert Cromwell, gentil-homem, filho mais novo de sir Henry Cromwell, o Cavalheiro Dourado de Hinchinbrooke. Foi sua mãe Elizabeth Steward. De ambos os lados a fortuna da família se devia à espoliação dos bens da Igreja. Por ocasião da Reforma Isabelina, o tio-avô Robert Steward foi o último prior de Ely e seu primeiro deão protestante. Seu pai William e, após ele, seu único irmão, sir Thomas, cultivaram as terras da catedral de Ely. A ligação entre as duas famílias remontava a duas gerações, pois fora sir Richard Cromwell quem convencera o prior Robert Steward a unir sua sorte à da Reforma.

Richard Cromwell nasceu com o nome de Richard Williams e era neto de um galês que, ao que se dizia, teria acompanhado Henrique VII quando este veio para a Inglaterra em 1485. O avô estabeleceu-se em Putney e casou seu filho Morgan com a filha do ferreiro local, Walter Cromwell. Era irmão desta o grande Thomas Cromwell, ministro de Henrique VIII, o flagelo dos monges, arquiteto da Reforma inglesa, que foi feito conde de Essex pouco antes de sua queda e execução em 1540.

Richard Williams adotou o nome de seu famoso tio e serviu como seu agente na supressão dos conventos. Foi recompensado, pois três abadias, dois priorados e o convento de freiras de Hinchinbrooke, que aportavam talvez um rendimento de 2.500 libras anuais, passaram a pertencer-lhe, além do que casou com a filha de um prefeito de Londres. Seu filho sir Henry construiu um magnífico solar, nas ruínas de

Hinchinbrooke, apropriado para receber a realeza, e uma residência de verão nas paragens da abadia de Ramsey. Em 1588, ano em que se aprestou a Armada Espanhola, ordenou a seus foreiros de Ramsey que se preparassem para segui-lo a qualquer momento. Ele também desposou a filha de um prefeito de Londres, representou seu condado na Câmara dos Comuns e foi quatro vezes *sheriff* de Cambridgeshire e Huntingdonshire. Seu filho sir Oliver, igualmente cavaleiro do burgo e *high sheriff*, casou em primeiras núpcias com a filha de um lorde-chanceler e depois com a viúva de um financista do governo, sir Horatio Palavicino. Era tio de nosso Oliver.

A despeito desses prudentes casamentos, o velho sir Oliver conseguiu dissipar as fortunas da família, no espaço de uma vida que durou quase cem anos. Recebeu Jaime I em Hinchinbrooke da maneira mais luxuosa possível, quando o rei veio da Escócia em 1603, e em muitas outras ocasiões. Pelo visto sir Oliver obteve muito pouco em troca. É um exemplo clássico de um homem que arruinou-se devido a seu mal sucedido investimento na corte. Teve de vender sua grande casa de Hinchinbrooke à família Montagu, de quem ouviremos falar mais adiante.

O pai de Oliver, Robert, como filho mais novo, pouco herdou desse grande patrimônio, mas o que lhe coube era também propriedade da Igreja. Oliver nasceu numa casa que fora parte do hospital de St. John, em Huntingdon. Seu pai ocupava uma propriedade que pertencera outrora aos frades de Austin e cultivava os dízimos da vizinha paróquia de Hartford. Do tio materno, sir Thomas Steward, Oliver herdaria mais tarde vastos arrendamentos da Decania e do Capítulo de Ely. Se os interesses protestantes assim adquiridos significavam alguma coisa, isso explica o fato de Oliver ter crescido portador de sentimentos decididamente anticatólicos. Ele deve ter tido igualmente consciência de que era o primo pobre. De vez em quando visitava os esplendores de Hinchinbrooke, mas o rendimento de 300 libras anuais ou pouco mais que seu pai recebia era inferior ao que sir Oliver gastaria com uma apressada visita do rei Jaime. O jovem Oliver tinha muitos parentes ricos e importantes, mas foi criado com modéstia.

Robert Cromwell morreu quando Oliver tinha apenas dezoito anos de idade. Em todo caso, ele parece ter tido uma personalidade menos forte do que sua mulher, que criou Oliver e suas sete irmãs em Huntingdon. Podemos especular sobre os efeitos desse ambiente em que as saias predominavam. Segundo todos os relatos — e alguns deles não são inteiramente confiáveis — ele acabou tornando-se um rapaz cheio de vigor, impetuoso, que gostava de pregar peças e desprovi-

do de características efeminadas. Seu mestre-escola Thomas Beard foi, porém, a influência mais importante na vida de Oliver, suplantando até mesmo a influência paterna, segundo deixam entrever os documentos. Quando o menino tinha quase cinco anos, Beard foi nomeado pela cidade de Huntingdon professor de sua escola livre, a mesma que Oliver freqüentava. Beard tornou-se igualmente pároco da igreja de St. John, da qual Oliver era paroquiano. O jovem ministro puritano escrevia e encenava peças, nas quais, ao que se diz, Oliver tomou parte. Beard já publicara em 1597 um livro famoso, *The Theatre of Gods Judgments, translated from the French and augmented with over 300 examples* [O teatro dos julgamentos de Deus, traduzido do francês e aumentado com mais de 300 exemplos]. Tornou-se amigo da família Cromwell, assinou como testemunha o testamento de Robert Cromwell e assumiu um papel de liderança na política local. Oliver certamente teria lido o livro de Beard e, em todo o caso, não há dúvida de que ouviu, sob a forma de sermões, passagens adicionais inseridas nas edições posteriores publicadas entre 1612 e 1631. Esta última edição foi dedicada ao prefeito, edis e cidadãos de Huntingdon.¹ Nessa localidade Beard também escreveu um livro, publicado em 1625, provando que o papa era o Anticristo. Seu *Teatro* filia-se à tradição dos *Acts and Monuments* [Atos e monumentos]* de John Foxe. Ele retrata a existência como uma luta entre Deus e os poderes das trevas, na qual os eleitos combatem por Deus e estão seguros da vitória, na medida em que obedecem Suas leis. Outro capítulo é dedicado a demonstrar “quão raramente [...] existiram bons príncipes em todos os tempos” e o poder destrutivo de Deus é invocado contra os “poderosos e aqueles a quem se teme”. Outro capítulo mostra que “os maiores e mais altos príncipes não estão isentos de punição devido a suas iniquidades”. Deus não respeita as pessoas e intervém a fim de ajudar os pobres e os humildes. Beard asseverava a seus leitores que os príncipes são sujeitos às leis civis, contanto que estas se apóiem na equidade e no direito. “Aos reis é ilícito, perante a lei de Deus e dos homens, taxar acima da medida.” A propriedade particular é sagrada até mes-

(*) Popularmente conhecida como *Book of Martyrs*, essa é uma das mais célebres obras inglesas. Ela retrata o martírio dos protestantes ingleses sob o reinado de Maria Tudor. Publicada inicialmente em latim, em 1559, sua versão inglesa data de 1563. Reeditada inúmeras vezes, tornou-se um clássico da época moderna e contribuiu para sustentar, na Inglaterra, a teoria do “Novo Israel” e da santidade do povo inglês, chamado para guiar as nações através do Reino de Deus. (ED/LM)

mo em oposição aos reis.² Em se tratando do jovem Oliver, tais lições não foram desperdiçadas.

Beard preparou Oliver para ingressar na Universidade de Cambridge. O jovem não estudou no *college** de seu pai, Queens, nem no de Beard, Jesus, mas em um novo estabelecimento mais puritano do que aqueles, o Sidney Sussex College. Os Montagu, que em breve adquiririam Hinchinbrooke do velho sir Oliver, eram benfeitores e estreitamente ligados ao *college* recentemente dotado. Seu primeiro reitor pertencia àquela família. O reitor do *college*, entre 1610 e 1643, foi Samuel Ward, conhecido calvinista de Cambridge, a quem o mais famoso de todos os teólogos puritanos, William Perkins, confiara a publicação de um de seus ataques ao catolicismo. Ward representou a Inglaterra no Sinodo de Dort e foi *Lady Margaret Professor of Divinity* em Cambridge. Laud descreveu Sidney Sussex sob sua direção como um “viveiro de puritanismo” e o *college* conseguiu evitar que sua capela fosse consagrada, durante o período de direção de Laud. Cromwell, na qualidade de *gentleman-commoner*,** tomava as refeições com os membros do *college*. Ao ser nele admitido, fez-lhe a doação de uma moeda de prata. No entanto, permaneceu em Cambridge apenas um ano, até ser chamado de volta a sua casa, por ocasião da morte do pai. Há pouca evidência de que ele tenha recebido muito estímulo intelectual da vida universitária. Pelo visto, preferia “a matemática, na qual era exímio”, às humanidades e ao direito civil, que seus pais esperavam que estudasse. As provas nesse sentido não são muito sólidas, mas encontram algum respaldo no fato de que a matemática era uma especialidade de Sidney Sussex e de seu reitor calvinista, além disso, mais tarde Oliver recomendou o estudo da história, da matemática e da cosmografia a seu filho Richard.³

Ao morrer Robert Cromwell em junho de 1617, a Corte de Tutelas tentou declarar Oliver tutelado real, o que poderia ter custado caro demais às propriedades da família, mas ele conseguiu livrar-se. Ignoramos o que fez durante os três anos subseqüentes. Talvez tenha voltado para Cambridge durante algum tempo, embora não se tenha gra-

(*) Sociedade ligada à universidade ou a ela incorporada, criada com objetivos de estudo. (ED/LM)

(**) Estudante pertencente a uma categoria privilegiada, que existia nas universidades de Oxford e Cambridge. Distinguia-se dos alunos comuns por uma vestimenta acadêmica especial, por comer em uma mesa separada e por várias imunidades. Pagava também taxas mais elevadas. (ED/LM)

duado lá. É possível que tenha se encaminhado a um dos *Inn of Court** em Londres (mais provavelmente o *inn* de Lincoln), com a finalidade de adquirir algum conhecimento legal apropriado a um senhor de terras. Não existe, porém, registro de sua presença em nenhum desses *inns*. Cromwell pode até mesmo ter lutado em favor da causa protestante na Alemanha, embora isso não passe de mera conjectura, baseada em suas posteriores proezas militares. Não contamos com nenhuma prova nesse sentido. O fato palpável que chegou até nós é que no dia 22 de agosto de 1620, quatro meses após alcançar a maioridade, Oliver Cromwell desposou Elizabeth Bourchier em St. Giles, Cripplegate. Ela era filha de um mercador de Londres, que comerciava peles e couros e fora suficientemente bem-sucedido para ser feito cavaleiro e adquirir uma propriedade rural em Essex. Sir John Bourchier era vizinho e parente afastado dos Barrington, os poderosos primos de Oliver estabelecidos em Essex, e igualmente vizinho do conde de Warwick. Assim o casamento, além de implicar em vantagens indubitavelmente consideráveis, trouxe-o para mais perto do centro daquele poderoso grupo que haveria de liderar a oposição parlamentar.

É tempo de enfatizar que embora Oliver fosse o primo pobre da grande casa de Hinchinbrooke, ainda assim não se tratava de um mero fidalgo do campo. Ligava-se a algumas das mais influentes famílias da Inglaterra e seu parentesco abrangia numerosos personagens que, mais tarde, seriam da maior importância na luta contra Carlos I. Além dos Barrington, Oliver aparentava-se (naquele momento ou mais tarde) com os Hampden, os St. John, os Waller, os Whalley, os Goffe, os Trevor, os Hammond, os Hobart, os Gerrard, os Walton, os Pye, os Knightley, os Masham, os Ingoldsby, os Fleming, os Dunche e os Browne. Seis primos seus foram presos por se recusarem a subscrever o empréstimo compulsório, em 1627, e sir Edmund Hampden foi uma das testemunhas de defesa, por ocasião do processo contra os Cinco Cavaleiros, motivado por essa oposição. Ao ser eleito pela primeira vez para a Câmara dos Comuns em 1628, Oliver lá encontrou nove primos. Quatro de seus primos faziam parte dos Empreendedores da

(*) Inicialmente eram hotéis-pensões para homens da lei que se dirigiam a Londres por ocasião das quatro sessões do Tribunal Real de Justiça. Após o século xv, quatro grandes hotéis (Gray, Lincoln, Inner Temple e Middle Temple) passaram a organizar seminários e a escolher estudantes com fins educacionais. Os alunos estariam sujeitos a um tutor. No século xvii, os *inns* foram considerados a “terceira universidade” inglesa, equiparando-se portanto a Oxford e Cambridge. (ED/LM)

Companhia da Ilha de Providence,⁴ à testa da qual se encontrava o conde de Warwick. Quando o grupo associado a essa companhia decidiu testar a legalidade do *Ship Money* em 1637, John Hampden, primo de Oliver, foi defendido por outro primo, Oliver St. John. Oliver tinha onze primos e mais seis parentes distantes no Parlamento Longo; seis primos e mais três parentes haveriam de participar dele mais tarde.

A próxima notícia que temos de Oliver Cromwell provavelmente deverá ser explicada através de suas conexões políticas. Em novembro de 1620 seu nome vinha logo em seguida ao dos dois bailios da cidade de Huntingdon e encabeçava os dos quinze cidadãos que testemunharam as atas das eleições de dois membros do Parlamento, o qual se reuniria em 1621. Os candidatos eram sir Henry St. John (primo de Cromwell) e sir Miles Sandys, irmão de sir Edwin, líder do partido oposicionista no Parlamento e igualmente líder das atividades de colonização associadas com a Companhia da Virgínia e com o conde de Warwick (sir Oliver Cromwell também tivera interesses na Companhia da Virgínia). Foi da propriedade rural de outro irmão de Sandys, Scrooby, situada em Nottinghamshire, que os Pais Peregrinos foram conduzidos para o exílio, em 1609. A influência de Oliver não foi a única que se fez sentir nessa eleição. O *sheriff* de Huntingdonshire também era um St. John, irmão do membro do Parlamento eleito por Huntingdon. O jovem Oliver já fazia parte de um grupo que aspirava influenciar a política governamental através do Parlamento. Quando Cromwell entrou pela primeira vez na Câmara dos Comuns, em 1628, foi na qualidade de representante de Huntingdon, na companhia de James Montagu, terceiro filho do conde de Manchester. A influência dos Montagu no condado aumentava à medida que a de sir Oliver declinava e essa eleição pode ter representado um acomodamento entre as duas famílias.

Durante onze anos, após 1620, Oliver Cromwell e sua mulher moraram em Huntingdon. Deixando de lado a propaganda do partido real, capciosa, há algumas provas, quase contemporâneas, de que ele exerceu ali a ocupação de fabricante de cerveja.⁵ No entanto, sua ocupação principal, naquele momento e mais tarde, seria o cultivo da terra, naquela região monótona e sem relevos do sudeste dos Midlands. Ouvimos falar pela primeira vez de cercamento e açambarcamento de terras em Huntingdonshire em 1608, quando Oliver tinha oito anos de idade. Ficamos sabendo que, vinte anos mais tarde, muitos cidadãos de Londres haviam adquirido terras no condado, que sublocaram. A presença daqueles especuladores pode ter estimulado os cer-

camentos.⁶ Pode também ter reforçado os laços entre a pequena nobreza do condado e a capital. Em Huntingdon nasceram cinco filhos de Oliver: Robert (1621), Oliver (1623), Bridget (1624), Richard (1626) e Henry (1628). Foram seguidos por Elizabeth (1629), Mary (1637) e Frances (1638). Em 1628 morreu Richard Cromwell, tio de Oliver, que não tinha filhos e legou seus bens ao sobrinho.

Durante um breve período (1628-29) Oliver Cromwell deixou de ser o caçula obscuro de uma grande família. Sua vida tornou-se momentaneamente parte da história da Inglaterra. Em seu primeiro discurso de que se tem registro, perante o Comitê sobre a Religião, na Câmara dos Comuns, em fevereiro de 1629, endossou as queixas de que Roger Mainwaring, embora censurado pelo Parlamento, fora privilegiado pelo rei. Oliver descreveu então como o dr. Beard fora “altamente desmerecido” pelo bispo laudiano Neile de Winchester, pelo fato de ter pregado contra “um certo dr. Alabaster”, que, em sermão pregado em Paul’s Cross, advogara abertamente o papado.⁷ A Câmara decidiu convocar Beard e interrogá-lo a fundo. Neile foi censurado juntamente com Laud na qualidade de “um dos que estão próximos do rei suspeitos de serem arminianos [...] e, desse modo, pouco honestos em suas opiniões”.

Cromwell já exercia papel de destaque na política local, e como Huntingdon era um burgo parlamentar, o controle de sua corporação assumia importância nacional. Em 1627 Cromwell e Beard haviam agido em conjunto contra Robert Bernard, advogado e político local, e a favor de um grupo puritano e menos oligárquico. Em 1630, tirando vantagem da atmosfera política alterada que se seguiu à dissolução do Parlamento, em 1629, e no início do undécimo ano de governo pessoal, o grupo dirigente convocou o governo central para prestar-lhe assistência. O governo encetava campanha com a finalidade de expurgar as corporações, tendo em vista reunir um dia condições de enfrentar as eleições para um novo Parlamento e não teve dúvidas em intervir a fim de transformar o governo de Huntingdon em quase uma oligarquia. No lugar de dois bailios e um conselho comum de 24 membros, livremente eleitos a cada ano, a nova carta de 1630 estabelecia que Huntingdon seria governada por doze edis e um escrivão vitalício, bem como por um prefeito escolhido anualmente pelos edis e que deveria ser um deles. Com o objetivo de garantir a situação, o primeiro prefeito e os edis tiveram seus nomes transcritos na carta. Aparentemente como consolo ao partido derrotado, Cromwell e Beard foram nomeados juizes de paz do burgo, juntamente com Robert Bernard, mas, decorridos alguns meses, Oliver e o agente do correio da cidade

foram acusados de “discursos infamantes” contra Bernard e o prefeito, e da tentativa de “indispor muitos cidadãos contra aquela nova corporação”. Entre outras coisas, temia-se aparentemente que a nova carta ameaçasse o direito dos habitantes às terras comunais. Oliver e seu colega foram levados ao Conselho Privado, que encaminhou o assunto ao lorde do Selo Privado. Este, por uma notável coincidência, era o conde de Manchester e, portanto, parte altamente interessada, ao que se presumia. Não é de surpreender que tenha se manifestado a favor de Bernard e de seus correligionários. “Esses supostos temores de parcialidade que podem surgir na cidade devido à carta ultimamente alterada”, decidiu, “são imotivados e infundados.” Cromwell foi acusado de ter pronunciado palavras pesadas contra Bernard e o prefeito “em estado de exaltação e paixão”. Submetido a pressões, Oliver reconciliou-se formalmente com os líderes da oligarquia. Alguns meses mais tarde, porém, vendeu quase todos os seus bens em Huntingdon e mudou-se para St. Ives, no mesmo condado. O poder de Manchester também se estendia àquela localidade, pois era o senhor do solar local e pertenciam-lhe os direitos de portagem da cidade.

A mudança de Oliver aparenta o reconhecimento de uma derrota política. Ficou evidente que ele nunca mais voltaria ao Parlamento como representante de Huntingdon. Alugou pastagens em St. Ives, pertencentes a Henry Lawrence, senhor do vizinho solar de Slepe, o qual, vinte anos mais tarde, seria presidente do Conselho do Lorde Protetor. Oliver talvez tenha enfrentado dificuldades financeiras. Relatos não confirmados referem-se a sua extravagância e má administração de seus bens na mocidade, mas é o tipo de comentário que tende a surgir em torno de homens que um dia se tornam famosos. É possível, porém, que os conflitos em Huntingdon tivessem acarretado despesas e quase exatamente na mesma época — abril de 1641 — ele foi multado em dez libras por se recusar a comprar um título de cavaleiro. Tal título fora aviltado, pois Jaime I fazia dele verdadeiro leilão⁸ e muitos gentis-homens relutavam em aceitar aquilo que, outrora, fora uma honra. Carlos I tentou aproveitar-se da situação multando os que se recusavam. Era um dos muitos truques fiscais usados para elevar os rendimentos na ausência do Parlamento. Oliver e seis vizinhos compareceram perante os comissários reais, entre os quais novamente o conde de Manchester, devido à reiterada recusa em pagar. Foi o último a submeter-se. A venda das propriedades em Huntingdon pode também estar ligada a uma versão não confirmada segundo a qual pretendia imigrar para a Nova Inglaterra, que, a partir de 1630, foi encarada no

mínimo como refúgio temporário por muitos descontentes no plano religioso e político.

Os anos passados no cultivo das terras de St. Ives foram um período de status rebaixado. Oliver já não era mais juiz de paz e nem mesmo proprietário. Continuou em St. Ives até 1636 e nesse ano seu tio materno, sir Thomas Steward, morreu sem filhos, deixando a maior parte de suas consideráveis propriedades a Oliver. Estas consistiam sobretudo em terras arrendadas à Decania e Capítulo de Ely. Oliver e sua família se mudaram para aquela localidade nesse mesmo ano. Agora ele se tornara dono de considerável fortuna. Alguns associam os anos obscuros, passados em St. Ives, a um período de melancolia religiosa, que levou à conversão, mas faltam provas nesse sentido. Em 1628, enquanto tomava parte no Parlamento, em Londres, Oliver consultou sir Theodore Mayerne, médico muito conhecido, que conservou uma anotação, na qual o descrevia num estado de “extrema melancolia”. O médico de Cromwell em Huntingdon, John Symcotts, confirmou essa melancolia e indicou que, naquela época, ele era também hipocondríaco.⁹ Numa carta de outubro de 1638 Oliver situava sua conversão num passado recente. “Oh, eu vivia na escuridão e a amava. Odiava a luz. Era um chefe, o chefe dos pecadores [...] Oh, quão grandes são as riquezas de Sua misericórdia!” No esquema calvinista da conversão, que Oliver aceitava, a graça sempre vinha de fora, depois que alguém falhara em suas obras e se precipitara nos abismos. Provavelmente jamais saberemos se havia alguma ligação entre as riquezas do tio Thomas Steward e as riquezas da misericórdia de Deus.

Paralelamente à tentativa do governo pessoal de Carlos em expurgar as corporações dos burgos parlamentares, e confinar o direito de voto nas mãos de uma oligarquia facilmente influenciável, desenrolou-se a campanha do arcebispo Laud contra os pregadores. Em muitas paróquias da Inglaterra o dinheiro destinado ao sustento de um ministro era constrangedoramente baixo e isso se tornava especialmente verdadeiro no que se referia às cidades.¹⁰ Os exíguos estipêndios ofereciam muito pouca atração aos homens de saber e os titulares de mais de uma paróquia, sobretudo nas cidades, eram ineptos, incapazes de pregar. No entanto toda a ênfase do protestantismo recaía sobre a importância da prédica, no que ela se opunha aos elementos sacramentais e cerimoniais da religião. À medida que as congregações urbanas se tornavam mais educadas, sofisticadas e ricas, no século que antecedeu 1640, elas faziam maiores exigências a seus ministros. Como, no século XVII, o governo e a hierarquia começavam a perder a confiança da sólida classe média nas cidades, estas começaram a exigir

prédicas de um tipo especial, que o clero das paróquias raramente tinha condições de proporcionar. Na maior parte das paróquias, o direito de nomear o ministro estava nas mãos de um fidalgo local ou da Coroa, de um bispo, deão ou capítulo. Em alguns casos o direito de nomear o ministro cabia à corporação da cidade ou a um fidalgo puritano, mas na grande maioria das paróquias urbanas, até mesmo onde o ministro tinha licença de pregar, não era provável que se enunciasse o tipo de sermão que sua congregação gostaria de ouvir.

Foi para resolver essa situação que surgiram os pregadores. Uma congregação poderia subscrever fundos para manter um pregador e daria dinheiro ao encarregado da paróquia, caso apreciasse sua teologia (as contribuições voluntárias podiam ser suprimidas, se o seu sucessor fosse menos popular), ou então poderia ser trazido um pregador de fora, com ou sem a boa vontade do encarregado da paróquia. Em muitas cidades ele era nomeado (e pago) pela corporação ou então por grupos de comerciantes de Londres; como obra pia, podiam fazer uma subscrição e manter um pregador em seu próprio condado ou em regiões remotas do reino. Devido ao modo pelo qual os pregadores eram escolhidos e remunerados, a hierarquia não os apreciava. Foram acusados de “popularidade” e de pregar a sedição. Havia poucas cidades com corporações, na década de 1630, que não mantivessem disputas com seus bispos por causa desses pregadores. Os puritanos eram acusados com frequência de porem um empenho todo especial em comprar os direitos de *padroado* e financiarem pregações nos burgos parlamentares a fim de influenciar as eleições. Laud empreendeu uma metódica campanha contra os pregadores e conseguiu eliminar grande número deles.

Thomas Beard morreu dois anos depois de Cromwell se mudar de Huntingdon e Laud imediatamente suprimiu os cargos de pregadores. Diante disso a Companhia dos Negociantes de Tecidos de Londres estabeleceu novo cargo na cidade, reservando-se, segundo as palavras indignadas de Laud, o direito de mandar embora o pregador “por qualquer queixa que tivesse dele” e sem referenciar-se ao bispo. Laud fez ver ao rei “que nenhum leigo e muito menos as companhias e corporações [...] tinham o poder de nomear ou demitir um pregador ou qualquer outro ministro”. Carlos concordou e o pregador puritano de Huntingdon foi dispensado em 1734. Os Negociantes de Tecidos então o nomearam para um vicariato vago na mesma cidade.¹¹ Um ano depois (janeiro de 1635) encontramos Oliver Cromwell escrevendo sobre outra pregação subvencionada por Londres, em favor de um certo “sr. Storie, lá onde está a tabuleta do Cão, no Tesouro Real”. Crom-

well exortava os cidadãos que haviam doado fundos às prédicas — e não fica muito claro onde elas se situavam — a não deixá-las sucumbirem por falta de apoio financeiro, “nesses tempos em que as vemos suprimidas com excesso de pressa e violência pelos inimigos da verdade de Deus” (arrisco a dizer que, com tal frase, Oliver referia-se aos bispos). O pregador, se for correto identificá-lo como o dr. Samuel Wells, tornou-se, em seguida, capelão do exército parlamentar.

Foi portanto graças aos conflitos políticos internos de Huntingdon e às disputas sobre as pregações que Oliver Cromwell exerceu seu aprendizado político. É nesse contexto que precisamos abordar suas atividades como “Senhor dos Pântanos” e que lhe deram maior renome. Conforme vimos,¹² um dos problemas econômicos cruciais do século XVII era expandir as áreas cultivadas de modo a poder alimentar a população que crescia, mas às custas de quem isso se daria? Durante o governo de Carlos, em 1640, suas ações, como sempre “enodoadas com os rastros das finanças”, objetivavam levantar dinheiro multando aqueles que invadiam as florestas reais, a fim de as cultivar, ou os que faziam cercamentos que implicavam em despovoamento. Esse governo tentou igualmente participar dos lucros antecipados, provenientes das drenagens em grande escala dos pântanos. No entanto a Coroa e os grandes latifundiários não eram as únicas partes interessadas. Movimentos populares de protesto contra a perda dos direitos, ocorridos em Wiltshire e na Floresta de Dean, em 1629-1630, e nos pântanos, em finais da década de 1630, bem como os conflitos que surgiram por causa dos cercamentos e que se deram em toda a Inglaterra, de 1640 a 1643, expressavam o ponto de vista dos agricultores de menores recursos.

Cromwell se envolveu com disputas em torno dos pântanos em diversas ocasiões. Segundo certa versão, ele apresentou a Jaime I, em 1623, uma petição contra a drenagem dos pântanos.¹³ Não há dúvida de que sir Thomas Steward resistira à drenagem dos pântanos durante o reinado de James, tendo em vista os interesses dos pobres ocupantes das terras comunais e dos moradores dos pântanos. Oliver pode ter herdado tal atitude juntamente com as terras de seu tio. Vale também a pena recordar que no ano da fome, antes do nascimento de Oliver, seu avô e seu pai haviam impedido levantes provocados por ela, ao punir os especuladores de cereais. Em 1638 “os moradores das terras comunais do vizinho pântano de Ely declaravam que o sr. Cromwell de Ely concordara em suspender a drenagem durante cinco anos. Em troca, eles lhe pagariam uma medida de trigo por cada vaca que tivessem nas terras comunais”. Assim encorajados, homens e mulheres “arma-

dos de ceifadeiras e forçados proferiram palavras ameaçadoras contra quem quisesse retirar” seu gado dos pântanos. Quando o rei decidiu tomar o projeto nas próprias mãos, Oliver “foi especialmente escolhido por aqueles que se empenhavam no solapamento da autoridade real para ser seu orador em Huntingdon perante [...] o Comissário Real das Drenagens,* em oposição aos mais louváveis designios de Sua Majestade”.¹⁴

Se acrescentarmos a isso o fato de que Cromwell passava por ser “um grande opositor do *Ship Money*” e de que se pronunciara a favor dos escoceses, poderemos entender como ele conseguiu conquistar considerável reputação local entre os que se opunham ao governo de Carlos. Vale a pena recapitularmos os fatos. Embora desfavorecido pela fortuna, Cromwell se ligava por nascimento e por casamento com a filha de um notável da capital, a algumas das mais importantes famílias do país e a um grupo de homens que organizavam a oposição. Ele mesmo exerceu papel importante nas eleições parlamentares de Huntingdon ao participar do Parlamento de 1628 e por sua luta contra a corporação sobre a nova carta que impunha uma oligarquia à cidade. Foi derrotado pelo poder do governo real, para ele simbolizado pelo conde de Manchester, cabeça dos grandes rivais locais que adquiriram os bens dos Cromwell e conseguiram firmar sua influência política no condado. Vira-se também em dificuldade com o governo, devido à teimosa recusa em aceitar um título de cavalheiro ou pagar por isso, capitulando apenas no último momento, que procurou protelar ao máximo. Com efeito, ao afastar-se de Huntingdon, continuou, naquela obscuridade rural de St. Ives, a se interessar pela manutenção do dr. Wells como pregador. Com essa finalidade manteve correspondência com os comerciantes de Londres que o financiavam. Relacionava-se também com muitos dos Empreendedores da Companhia da Virgínia e da Companhia da Ilha de Providence e, segundo algumas versões, cogitou emigrar para a Nova Inglaterra por volta de 1630. Opôs-se ao *Ship Money* e favoreceu a causa escocesa. Na disputa sobre a drenagem dos pântanos adquiriu muito mais do que simples notoriedade local, na qualidade de líder e organizador da oposição dos ocupantes das terras comunais. Quanto a isso, bem como no que se refere a seus ataques à oligarquia de Huntingdon, ele se tornou o porta-voz das pessoas mais humildes e menos preparadas.

Não podemos perder de vista sua própria posição em meio a todos esses acontecimentos: membro mais novo de uma família que se

(*) Comissão de Drenagem era a comissão real entregue a um grupo de pessoas

tornara influente no condado, graças aos despojos dos conventos, mas cujo ramo mais velho decaía e dava lugar aos cortesãos Montagu, com os quais Oliver entrou em conflito por mais de um motivo. No entanto, sua situação econômica se tornara moderadamente confortável após o falecimento de sir Thomas Steward em 1636. O protestantismo hereditário de Oliver foi reforçado por seu mestre-escola e amigo Thomas Beard, por sua educação no puritaníssimo colégio universitário de Sidney Sussex, por sua própria conversão e por sua reação contra o catolicismo, em moda na corte de Carlos I. Não diminuiria sua aversão o fato de que uma das figuras de maior peso que rodeavam Henriqueta Maria fosse o padre católico Wat Montagu, filho do conde de Manchester, o qual, antes de ser ordenado, suplantara o velho sir Oliver como Guarda da Floresta, em Weybridge.¹⁵

Não surpreende, portanto, que quando Carlos decidiu finalmente convocar outro Parlamento, em 1640, Oliver tenha se apresentado candidato. Huntingdon se tornara impossível, mas Cambridge se situava a trinta quilômetros de Ely, St. Ives e daquela primeira localidade, e ele foi convidado a candidatar-se pela cidade. No dia 7 de janeiro foi feito homem livre (requisito necessário) e, dez semanas mais tarde, foi eleito um dos dois cidadãos* de Cambridge. Era seu companheiro Thomas Meautys, escrevente do Conselho Privado, nomeado por sir John Fich *Lord Keeper*.**O Parlamento Curto durou apenas três semanas, mas, no final de outubro, numa eleição ardorosamente disputada, Meautys foi substituído como companheiro de Oliver por um homem mais aceitável para a oposição, John Lowry, merceeiro da cidade, mais tarde coronel do Exército Parlamentar, nomeado um dos juizes de Carlos I em 1649, embora não tenha servido no cargo. Se acaso os inimigos políticos de Oliver julgavam que o haviam eliminado da política nacional quando fizeram retirar-se de Huntingdon, enganaram-se redondamente. Cambridge vingou de modo satisfatório a perda de sua cadeira por Huntingdon, mas, aos 41 anos de idade, o agricultor de St. Ives estava apenas no início de uma carreira política que haveria de apresentar muitas surpresas.

(assim chamados comissários da drenagem) que se constituiu em um tribunal temporário com autoridade para consertar e manter os diques, as pontes, as muralhas e outras defesas litorâneas dos distritos ameaçados por inundação. (ED/LM)

(*) “Cidadão” era o representante de uma vila, corporação, cidade ou universidade, eleito por seus concidadãos para representá-los no Parlamento. (ED/LM)

(**) Detentor dos selos reais: o “guarda-selos”. É o ministro da Justiça e presidente da Câmara dos Lordes. (ED/LM)

III
DE CAPITÃO
A GENERAL DO EXÉRCITO
1640-46

*Minha nação foi submetida a vossos Senhores.
Era a força da conquista: a força se lança contra a força,
quando os conquistados se rebelam...*

*My nation was subjected to your Lords.
It was the force of conquest: force with force
Is well effected when the conquered can...*

Sansão, em John Milton, *Samson Agonistes*

*Declaro que jamais pude satisfazer-me com a justeza
desta guerra, se não fora pela autoridade do Parlamento
em manter-se na posse de seus direitos; quanto a esta
causa, espero dar provas de ser um homem honesto e de
coração leal.*

Cromwell ao coronel Walton, 5 de
setembro de 1644

*Que bela mixórdia: quando um simples humano
Se emparelha com um monarca e um poderoso soberano.*

*A goodly hotch-potch: when vile russetings
Are natched with monarchs and with mighty kings.*

Joseph Hall, *Virgidemiarum*, 1597

I

A maior parte das conquistas definitivas da Revolução Inglesa se deu durante os duzentos dias iniciais da existência do Parlamento Longo. Entre os homens que, mais tarde, haveriam de combater em campos opostos, surgiu o consenso de que o antigo regime deveria ser desmantelado. Nesse momento de otimismo, até mesmo um futuro realista como Edward Hyde esperava “o raiar de um dia límpido e duradouro, que trouxesse a felicidade a este reino”, no qual “o povo sofrido e abatido desta ilha” haveria de recuperar “sua antiga alegria e segurança”.¹ As cortes privilegiadas — *Star Chamber*,* Alta Comissão, Conselho do Norte — foram abolidas. Toda taxaço feita sem aquiescência do Parlamento foi declarada ilegal. Sir Thomas Wentworth, conde de Strafford, foi executado e o arcebispo Laud aprisionado na Torre de Londres e executado em 1645. Outros ministros e

(*) Secção Judiciária do Conselho Real cuja ação se desenvolveu progressivamente a partir de 1487 sob o reinado de Henrique VII. Sob o reinado de Isabel I se transformou em verdadeiro corpo permanente, dispondo de uma jurisdição delegada e extraordinária. Ela se reunia numa sala do Palácio de Westminster cujo teto era decorado com estrelas, daí o seu nome. Na primeira metade do século XVII este tribunal tornou-se muito útil para a Coroa pois era ele expeditivo. Com isso se fez instrumento de uma política absolutista, reprimindo as faltas contra a ordem religiosa anglicana e condenando os responsáveis por condados e burgos que se recusavam ao pagamento de impostos ilegais, como o *Ship Money*. Esta Câmara se tornou o símbolo da arbitrariedade e foi extinta em julho de 1641.(ED/LM)

juízes foram depostos e muitos fugiram para o exterior. Os bispos foram excluídos da Câmara dos Lordes, instituíram-se os Parlamntos Trienais e o Parlamento Longo foi declarado indissolúvel, a não ser mediante o próprio consentimento.

No entanto algumas dessas questões já começavam a dividir as câmaras. Os bispos encontraram quem os defendesse tanto na Câmara dos Comuns quanto na dos Lordes, sob o pretexto de que tinham tanto direito a seus cargos quanto qualquer senhor rural a suas terras. O prolongamento indefinido das atividades do Parlamento infringia claramente uma prerrogativa real, o que significou um avanço revolucionário. De que outro modo se poderia garantir as conquistas iniciais? Carlos, com toda certeza, sentiria que era seu dever revogá-las na primeira oportunidade, independentemente das promessas que se visse obrigado a fazer. Havia, portanto, uma pressão contínua para que a revolução fosse levada adiante, a fim de consolidar o que já se conquistara.

Além disso, era exercida grande pressão fora dos círculos do Parlamento por homens que manifestavam poucas das inibições tradicionais dos parlamentares pertencentes às classes dos proprietários de terras. Existia entre o povo um temor real de conspirações papistas, que se revelava através do desarmamento de seus correligionários, a busca de esconderijos de armas, etc., nem sempre com observância do estrito respeito aos direitos de propriedade. As inovações cerimoniais dos laudianos foram modificadas, removeram-se as grades dos altares, as mesas de comunhão foram colocadas no centro das igrejas e nem sempre isso ocorreu pacificamente. Multidões de londrinos afluíam a Westminster a fim de pressionar a aprovação de medidas populares e recorriam freqüentemente a ameaças contra os bispos, por exemplo, e a favor da execução de Strafford. No início os líderes da Câmara dos Comuns pouco fizeram para desencorajar esses movimentos populares. Em maio de 1641, no intervalo entre a condenação e a execução de Strafford, o Parlamento, por meio de uma Declaração Solene, assentiu em defender a verdadeira religião protestante e o poder e privilégios desse mesmo Parlamento contra todos os inimigos. Dois meses mais tarde ordenou a todos os que lhe davam apoio que assinassem essa Declaração Solene, apelando assim ao povo, fora do âmbito do Parlamento. Quando, porém, o dismantelamento dos órgãos repressivos da Igreja e do Estado possibilitou o culto público por parte de congregações sectárias até então proscritas, quando as revoltas contra os cercamentos e a drenagem dos pântanos começaram a se espalhar pelas regiões agrícolas e, sobretudo, quando os revoltosos começaram a impor suas próprias exigências, muitos membros do Parlamento fi-

caram seriamente alarmados. Cada gesto favorável aos radicais das classes baixas, fora das normas do Parlamento, implicou a perda de parte do apoio da pequena nobreza rural. Se a questão, porém, tivesse de desembocar num conflito, o número dos radicais teria um peso decisivo. Para alguns tal argumento era suficientemente eloquente para que se evitasse a qualquer preço o confronto.

No entanto não era tão fácil assim pedir uma trégua. À medida que alguns membros das classes dos proprietários dava apoio ao rei, princípio básico da organização social, o monarca deixava cada vez mais claro que recorreria à vingança. A explosão de uma rebelião nacional na Irlanda, em outubro de 1641, colocou uma interrogação: quem deveria comandar o exército que todos concordavam ser necessário para abafar a revolta? Pym, Hampden e seus colegas da Câmara dos Comuns lançaram mão da unidade recriada pelas notícias da Irlanda a fim de solicitar ao rei que dispensasse seus “maus conselheiros” e “nomeasse outros que pudessem ser aprovados pelo Parlamento”. Apresentaram à Câmara a Grande Reprimenda,* extensa e abrangente lista de todas as acusações que poderiam ser lançadas ao governo de Carlos ao longo da década passada. Após sua aprovação, recorreram novamente ao voto e ordenaram que fosse impressa. Esse passo sem precedentes, que significava um apelo deliberado ao apoio fora do círculo mágico do corpo político, rachou o Parlamento em dois. (“Se a Reprimenda fosse rejeitada”, disse Oliver a lorde Falkland, “eu teria vendido todos os meus bens no dia seguinte e nunca mais voltaria a ver a Inglaterra.”) Na noite de 22 de novembro as espadas chegaram a ser desembainhadas na Câmara dos Comuns. Daí a seis semanas, o rei, por meio de um golpe militar desarticulado, tentou prender os líderes do Parlamento, que se refugiaram na segurança proporcionada pela *City*** de Londres. Carlos deixou a capital, a fim

(*) Adotada em 22 de novembro de 1641, com a maioria de onze votos somente da Câmara dos Comuns, ela foi ao mesmo tempo uma exposição de desacordos da nação contra o rei e um programa de reforma constitucional que pretendia estabelecer um verdadeiro controle parlamentar do Executivo. Ela também foi violentamente contrária a William Laud; e favorável a uma reforma religiosa, como a pretendida pelos puritanos. Contribuiu decisivamente para a posterior ruptura entre o Parlamento e Carlos I. (ED/LM)

(**) Termo utilizado para designar a cidade de Londres, mais especificamente a parte situada dentro dos antigos limites fixados no reinado de Guilherme, o Conquistador, incluindo os distritos que usufruíam do direito de voto municipal e que se encontravam sob a jurisdição do *Lord Mayor* (prefeito) de Londres. (ED/LM)

de angariar apoio na Escócia e no norte e oeste da Inglaterra. Após uma guerrilha de propaganda, que durou sete meses, durante os quais cada lado procurava angariar apoios acusando o outro de agressor inconstitucional, a guerra explodiu em agosto de 1642.

O principal apoio do Parlamento vinha de Londres e dos *Home Counties*,* os portos, os condados têxteis do sudoeste e da Anglia do Leste, bem como das regiões têxteis de Yorkshire e Lancashire. Eram as áreas mais ricas do país e, em se tratando de uma guerra prolongada, o Parlamento tinha certeza de que venceria. Conforme apontou o professor Stone em *The Crisis of Aristocracy — 1558-1641* [A crise da aristocracia — 1558-1641], a fraqueza do rei se revelava por meio do fato de que os Tudor haviam sido tão bem-sucedidos em firmar o monopólio da força no país que a aristocracia inglesa se esquecera de como lutar. Desde a ascensão de Isabel, havia oitenta anos, muito poucos ingleses presenciaram combates em terra. Alguns fidalgos e soldados da fortuna tinham servido nas forças holandesas e na Guerra dos Trinta Anos, incluindo o conde de Essex, sir Thomas Fairfax, Philip Skippon, George Monck, sir John Hotham, Alexander Leslie e muitos oficiais do exército escocês. No início da guerra civil “ninguém era julgado digno” do nome de soldado, escreveu o historiador da Real Sociedade em 1667, “a não ser aqueles que pudessem exibir suas feridas e falar de suas proezas nos Países Baixos”. Isso, porém, durou pouco: “O ofício da guerra foi, mais tarde, executado por cavalheiros sem préstimos, cidadãos despreparados e generais que raramente tinham visto uma batalha”. Sprat possuía suficiente tato para assinalar que isso era muito mais verdadeiro no que se referia ao Parlamento do que aos partidários do rei. Recorreu a esse argumento para sugerir que na guerra, bem como na filosofia natural, “feitos maiores são alcançados por meio de ações livres, mais do que por meio de ações formais”.² Cromwell é o mais destacado defensor das ações livres na guerra, assim como o era seu cunhado John Wilkins, em se tratando das ciências naturais. Os soldados profissionais revelaram-se, no entanto, tão decepcionantes para os realistas quanto para os parlamentares, pois não só eram capazes de abandonar o campo de batalha, a fim de se entregarem à pilhagem, em momentos cruciais, como também capitulavam de posições que achavam indefensáveis, ao passo que um amador como Robert Blake resistiu durante meses em Taun-

(*) São os distritos próximos de Londres: Middlesex, Kent e Essex. Algumas vezes o termo se referia também a Hertford e Sussex. (ED/LM)

ton e Lyme Regis a favor do Parlamento, opondo-se a todas as ordens. Numa guerra civil a moral é o último recurso, mais importante que a capacidade profissional. O general Monck passou de bom grado para o lado do Parlamento, abandonando o partido do rei, no momento em que o primeiro dava claros indícios de que iria vencer; com a mesma falta de princípios voltou a mudar de posição em 1660 quando o Parlamento, por sua vez, era derrotado.

A grande maioria dos negociantes e fidalgos ingleses não queria a guerra de modo algum. “Nenhuma reforma vale o ônus de uma guerra civil”, escreveu lorde Clarendon após os acontecimentos. Ele era um dos que apoiaram a reforma até o final de 1641. “A causa era boa demais para que se lutasse por ela”, observou Andrew Marvell, referindo-se à causa do Parlamento. Ele serviu a República na década de 1650, mas não participou da guerra civil. James Harrington e Thomas Hobbes também julgavam a guerra civil desnecessária, pois, a longo prazo, a estabilidade das propriedades tornaria inevitável a vitória do Parlamento, com ou sem guerra. Muitos parlamentares, como Richard Baxter e Edmund Ludlow, se espantavam que alguém se dispusesse a lutar pelo rei em 1642. Um grande número de fidalgos tentou permanecer na neutralidade enquanto fosse possível, e provavelmente não seriam as convicções ideológicas que os levariam a pegar em armas ou a pagar impostos para salvar suas propriedades do confisco das forças dominantes locais.³ Após o fracasso do rei em obter uma pronta vitória, muitos dos líderes parlamentares esperavam forçá-lo a estabelecer uma paz negociada.

Quando a obstinação de Carlos frustrou essa esperança, a questão foi saber qual lado poderia recorrer com maior eficácia a suas reservas. No Parlamento, um apoio de primeira linha lhe era dado pelo exército escocês; num segundo plano estavam os políticos e religiosos radicais da Inglaterra. O defensor entusiasta do Parlamento era o povo mais humilde, que nada tinha a perder e muito a ganhar. Por isso julgava-se tão importante oferecer posições de comando a todos os aristocratas que pudessem ser persuadidos a se declarar a favor do Parlamento. “Se Essex tivesse se recusado a ser general”, disse o astrólogo William Lily, “tudo indica que nossa causa teria fracassado desde o início, pois, àquela época, não dispúnhamos de um nobre desejo ou capaz daquela honra ou dignidade; pouquíssimos havia merecedores de confiança.”⁴ Apoiar-se demais nos radicais era socialmente perigoso. Tratava-se de pequenos proprietários rurais, mercadores e artesãos. Se desempenhassem papel de relevo poderiam ter muito a dizer — e talvez até demais — quando chegasse o momento de

determinar os termos da paz. No fim, quando o partido disposto a vencer a guerra percebeu que estava em minoria no Parlamento, ele, a exemplo dos jacobinos na Revolução Francesa, recorreu inicialmente a uma dessas reservas e em seguida a outra, embora cada uma delas afastasse um setor cada vez maior da pequena nobreza agrária. Nessa medida, isso contribuiu para que tal setor prestasse solidariedade ao rei.

Carlos, porém, era ainda menos capacitado a lançar mão de suas reservas, que consistiam em primeiro lugar dos irlandeses e habitantes das Terras Altas da Escócia e, em segundo lugar, do apoio estrangeiro. Assim como a pacificação da Inglaterra, empreendida pelos Tudor, significava que a aristocracia inglesa já se esquecera de como lutar, o outro grande triunfo da monarquia, a protestantização da Inglaterra, significava que uma vitória obtida graças a um apoio preponderantemente papista seria inaceitável para a nação inglesa, boa parte da qual havia herdado terras conventuais. Uma vitória de Carlos, obtida graças ao apoio irlandês, teria um significado revolucionário, tanto quanto uma vitória conquistada pelo Parlamento, graças aos sectários das classes baixas. Nenhum dos que prestavam apoio a Carlos eram revolucionários, ao passo que isso ocorria no Parlamento. Carlos jamais ousou recorrer plenamente aos exércitos irlandeses, mas cortejava perigosamente aquela idéia. Permitiu que sua correspondência fosse interceptada após a batalha de Naseby, exatamente a tempo de contrapor-se às ansiedades sociais que a vitória dos radicais do Parlamento deviam ter despertado entre os mais conservadores de seus adeptos.

Naseby (14 de junho de 1645) foi uma vitória de Cromwell e ele era um dos líderes parlamentares que não tinha a menor inibição em recorrer à lealdade e ao entusiasmo dos radicais das classes baixas.

2

Cometeríamos um erro ao imaginar Cromwell unicamente como o líder militar dos que tomavam o partido do Parlamento. É claro que o era, mas desempenhou um papel igualmente importante como líder político antes, durante e após a guerra civil. Vimos no capítulo II como suas ligações e lealdades políticas se formaram muito antes de o Parlamento reunir-se em novembro de 1640. Quando isto se deu, Cromwell imediatamente assumiu posição de destaque em suas deliberações. Não ocupava as primeiras fileiras, mas estava longe dos últimos assentos.

Foi ele quem propôs a segunda leitura do projeto que defendia parlamentos anuais. Liderou as solicitações de reforma do Tesouro. Tomou parte em numerosas comissões, incluindo a que destituiu Matthew Wren, bispo de Ely, e outras que cuidavam da reforma eclesiástica. No dia 8 de setembro de 1641 teve o prazer de propor, com muito sucesso, uma resolução que permitia aos paroquianos de qualquer paróquia elegerem um pregador, com o que foi anulada a curta vitória de Laud.⁵ Cromwell atraiu enorme atenção devido a sua atitude rebelde em defesa dos ocupantes pobres das terras comunais (*commoners*) de Somersham, nos arredores de St. Ives. Cercadas sem o seu consentimento, as terras haviam sido vendidas ao conde de Manchester. A exemplo de muitos de seus companheiros em toda a Inglaterra, os *commoners* se aproveitaram das comoções políticas e recorreram à ação direta “de modo rebelde e aguerrido” a fim de destruir os cercamentos. Anos depois, ao escrever sua *Autobiografia*, o conde de Clarendon ainda se lembrava da postura violenta de Oliver e de seu comportamento insolente em defesa dos *commoners*. Graças a sua pertinácia, uma cláusula relativa a “retirar do texto [...] as várias terras comunais” foi incluída na Grande Reprimenda.

Cromwell era solicitado com frequência a levar mensagens à Câmara dos Lordes, bem como a apresentar à Câmara dos Comuns petições de fora. Preocupou-se profundamente com os assuntos irlandeses a partir do dia 3 de maio de 1641, quando propôs, sem sucesso, “que possamos tomar alguma providência para expulsar os papistas de Dublin”. Foi enviado várias vezes à Câmara dos Lordes solicitando a expedição de ordens de reunir tropas que se deslocassem para a Irlanda. Preocupava-se igualmente em levantar dinheiro para a mesma Irlanda. Ele próprio subscreveu 500 libras visando sua reconquista, mediante a promessa de receber quase 1000 acres de terra em Leinster. Tinha suficientes contatos com a *City* para poder assegurar à Câmara, no dia 1º de junho, “que havia certos negociantes” dispostos a fornecer armas e víveres às forças que marchariam sobre a Irlanda, mediante crédito com duração de seis meses. Tão logo se tornaram iminentes os preparativos militares ingleses, Cromwell se propôs a participar deles. Em 3 de maio de 1641, “devido a uma moção do sr. Cromwell”, a Câmara dos Lordes foi solicitada a conceder poderes ao conde de Essex para que reunisse as forças treinadas ao sul de Trent, baseado apenas na autoridade do Parlamento. Em 14 de janeiro de 1642 ele solicitou e conseguiu formar uma comissão “que levasse em conta os meios de colocar o reino numa postura de defesa”. Defendeu uma moção na Câmara dos Comuns, instruindo a Companhia dos Armeiros a infor-

mar semanalmente à Casa quantas selas, armas e mosquetes estavam sendo aprestados e quem os comprava. Levou da Câmara dos Comuns à dos Lordes uma ordem de atender as necessidades de defesa de Hull. Subscreeveu mais 500 libras “para a defesa do reino”.

Mais tarde os contemporâneos de Oliver gostavam de enfatizar o contraste entre aquele simples fidalgo do campo, que tomava assento nas últimas fileiras, de 1640 a 1642, e o rei sem coroa de 1654 a 1658. “Homem de aspecto muito insignificante no início deste Parlamento”, designava-o sir Philip Warwick, que descrevia, numa passagem muitas vezes citada, “seu traje de tecido grosseiro, que parecia ser talhado por um medíocre alfaiate de aldeia” (“Nós, cortesãos, nos jactávamos demais de nossos trajes de boa qualidade”).⁶ Quaisquer que fossem as deficiências do alfaiate de Cromwell, não devemos incorrer em erro quanto a sua proeminência na Câmara. Aquele homem que, entre 11 e 21 de julho de 1642, recebeu ordens de comunicar instruções a uma comissão para que se dirigisse a Wiltshire, a fim de proceder a uma conferência com os lordes, tendo em vista a política externa e o impedimento do prefeito de Londres; que foi nomeado para uma comissão com a finalidade de lidar com as questões de Munster e para outra que cuidava do dinheiro destinado aos voluntários de Shrewsbury e Hertfordshire; que recebeu ordem de preparar uma carta destinada aos *Lord Justices** da Irlanda, aprovada no dia seguinte e a eles enviada, sendo Cromwell o portador; que, com êxito, apresentou moção para que Cambridge tivesse a permissão de reunir tropas — o homem que realizou tudo isso não poderia ser apenas o obscuro ocupante de um assento nas últimas fileiras. Ele era o colega digno da confiança de John Pym e de John Hampden, líderes das Câmaras dos Comuns. Ao ser designado para a Comissão de ambos os Reinos, quando ela foi instalada em fevereiro de 1644, o fato significou o reconhecimento de sua importância como político e também como soldado. A habilidade política com que, no inverno de 1644-45, agiu em relação à Ordenação de Abnegação e o regulamento que instituía o Exército de Novo Tipo não foi adquirida subitamente, através de meios misteriosos. Representou o resultado de um lento acúmulo de anos de trabalho nas várias comissões da Câmara dos Comuns e nas reuniões com a Câmara dos Lordes.

(*) Juizes do Tribunal de Apelação. (ED/LM)

Foi basicamente como soldado e organizador militar que Cromwell atingiu a notável posição que ocuparia por volta de 1645. Desde o início tomou parte numa comissão que objetivava desarmar os não-conformistas. Ele se tornou o canal através do qual os protestantes nos condados (por exemplo, Monmouthshire, em março de 1642) solicitavam que os papistas locais fossem desarmados. Em agosto de 1642, diante dos boatos de que os colégios universitários de Cambridge remetiam sua prataria ao rei, Cromwell, aparentemente por iniciativa própria, ao lado de seus cunhados John Desborough e Valentine Walton, tomou o almoxarifado do castelo de Cambridge e, com grande energia, bloqueou aquele envio. Na Anglia do Leste e a leste dos Midlands, informa o historiador oficial do Parlamento Longo,

um número grande e considerável de fidalgos, aqueles dentre eles que detinham as mais elevadas posições, mostrou-se adverso ao Parlamento e não poupou diligências a fim de promover a causa do rei e prestar assistência a suas forças [...] o que poderia ter precipitado aqueles condados na desordem e até mesmo em tristes calamidades, idênticas a que outras partes do reino haviam sofrido [...] esses condados corriam o perigo de passarem para o outro lado [...] caso esses senhores não fossem dobrados e submetidos, graças às oportunas providências tomadas pelo Parlamento e, muito particularmente, aos bem-sucedidos esforços de um cavalheiro, o senhor Oliver Cromwell de Huntingdon.⁷

Em agosto o rei erguera seu pavilhão em Nottingham e Oliver Cromwell começou a reunir uma tropa a cavalo em Huntingdon que em março de 1643 se tornaria um regimento, mais tarde conhecido como os Cavaleiros de Ferro,* de célebre memória. Muitos anos depois Thomas Tany evocou Oliver “em Huntingdon, no mercado, estando eu lá presente”, o qual prometeu “ficar de nosso lado pela liberdade do Evangelho e a lei do país”.⁸ Todos os relatos são unânimes em afirmar que as tropas de Oliver se compunham de homens criteriosamente escolhidos, “a maior parte deles proprietários e filhos de proprietários, os quais, por uma questão de consciência, se engajaram

(*) Nome dado pelo príncipe Rupert aos soldados de Cromwell após terem contribuído decisivamente para a sua derrota em Marston Moor em 1644. Regimento constituído por Cromwell entre os pequenos proprietários rurais fisicamente fortes e religiosamente fanáticos. Os soldados portavam uma armadura leve e combatiam com garrucha e espada. Eles vão constituir o núcleo do Exército de Novo Tipo. (ED/LM)

nesta luta”.⁹ Tratava-se de uma linha de ação proposital e mais tarde Cromwell registrou um diálogo que teve com John Hampden, provavelmente após o fracasso do Parlamento em vencer a batalha de Edgemoor, em outubro de 1642. “Vossos cavalarianos”, disse Cromwell ao primo,

são na maior parte velhos decadentes, moços que servem em tavernas e gente dessa laia; os cavalarianos [dos realistas] são filhos de fidalgos, os mais novos entre eles, e pessoas de qualidade. Achais que sujeitos tão grosseiros e insignificantes serão capazes de enfrentar cavalheiros que possuem honra, coragem e resolução? [...] É preciso que convoqueis homens de espírito [...] tudo leva a crer que as coisas continuarão nesse pé, enquanto os fidalgos resistirem [...] caso contrário tenho certeza de que sereis derrotado.¹⁰

Hampden mostrou-se cético, mas Oliver prosseguiu metodicamente em seus esforços por reunir homens de qualidades medianas que, “estando bem armados interiormente pela satisfação de sua consciência e exteriormente por bons armamentos de ferro, resistirão com firmeza, como se fossem um único homem, e atacarão com feroz disposição”.¹¹ Desde o início os homens de Oliver mantiveram a pólvora preparada e todos confiavam em Deus. Um relato menos favorável faz quase as mesmas observações a respeito dos Cavaleiros de Ferro: “Sendo industriosos e ativos em suas antigas ocupações e profissões [...] mais tarde gozaram das delícias de um bom soldo, de saques opulentos e de promoções condizentes com suas atividades e seu mérito; esse lado lucrativo os levou a acreditar que o ganho é uma decorrência natural daquele estado”.¹² Richard Baxter, que também não se mostrava favorável, diz que “aqueles homens possuíam entendimento maior do que o de meros soldados [...] e tendo por finalidade não o dinheiro, mas aquilo que consideravam ser a felicidade de todos, engajavam-se com maior ardor em se mostrarem valorosos”.

Em decorrência do fato de escolher seus homens com cuidado, Cromwell impunha uma disciplina severa a seu regimento. Quando, em abril de 1643, dois soldados tentaram desertar, ele “ordenou que fossem açoitados na praça do mercado”, em Huntingdon. “Basta um homem praguejar”, relatou um jornal em maio de 1643,

e ele é obrigado a pagar seus doze pence; se acaso se embriagar, é posto no tronco ou sofrerá castigo ainda maior; se um chama o outro de “*roundhead*”,* será rebaixado; de tal modo que os moradores dos con-

(*) *Roundhead*: designação que se dava aos radicais políticos. (N. T.)

dados de onde vêm esses homens pulam de alegria por eles, acorrem em sua direção e com eles confraternizam. Que felicidade se todas as forças tivessem tamanha disciplina!

Não precisamos acreditar em todas as asserções do jornalista, mas podemos aceitar o fato de que as tropas de Cromwell se comportavam muito melhor do que a maioria.

Foi, porém, na seleção de seus oficiais que Oliver afastou-se decididamente da tradição. O hostil segundo conde de Manchester escreveu em 1645 que ele escolhia “[...] não soldados ou senhores de propriedades, mas homens comuns, pobres e de obscura filiação, só que os tratava como homens de qualidade, homens preciosos”. Manchester enfatizou a hostilidade de Cromwell para com soldados profissionais, citando suas palavras: “Frequentes vezes [...] não são os soldados, nem os escoceses que devem dar conta dessa tarefa, mas os homens de bem”. Desde o início Cromwell aderiu “ao modo livre de agir e não ao modo formal”.¹³ Em junho de 1643 John Hotham queixou-se de que “o coronel Cromwell lançara um anabatista contra ele e que certo capitão White, que não passava de um pequeno proprietário rural, também fora instigado contra ele” (como o termo anabatista também implicasse baixa condição social, o aristocrático Hotham matava dois coelhos com uma cajadada só). Alguns meses antes esse mesmo Hotham entabulara correspondência com os realistas, pois receava que, se a guerra prosseguisse, “o povo necessitado de todo este reino acabará se levantando em número assustador” e, finalmente, “se amotinará, para completa ruína dos nobres e da pequena nobreza”.¹⁴

Tais opiniões não se restringiam aos realistas e àqueles que estavam a ponto de unir-se a eles. É importante recordar o quanto deve ter parecido subversiva a atitude de Cromwell para seus contemporâneos, que admitiam, sem contestação, a existência de uma sociedade hierarquicamente constituída. Os oficiais de Oliver, segundo informa outro relato, “não eram soldados ou senhores de propriedades”, mas “homens comuns, pobres e de modesta filiação [...]”, “tais como aqueles que enchiam carroças com esterco, antes e depois que se tornaram capitães”. “Honestos fidalgos [...]”, debicava o autor do relato.¹⁵ A Comissão Parlamentar de Suffolk alegou que Ralph Margery, que organizara uma tropa montada a serviço do Parlamento, não era gentil-homem e, portanto, tornava-se inelegível para semelhante comando. Cromwell incorporou a tropa de Margery a seu próprio regimento. Foi a propósito de Margery que, em agosto de 1643, Cromwell expressou seus princípios por meio de uma passagem digna de citação.

Ver homens tão comuns ser nomeados capitães de cavalaria poderá provocar alguns espíritos. Fora louvável que homens de honra e condição ocupassem tais empregos, mas por que não aparecem? O que os teria impedido? Como, porém, se tornava necessário prosseguir a tarefa, melhor recorrer a homens comuns do que a nenhum.

Era necessário recorrer às reservas.¹⁶ No plano social, ele logrou seu intento por meio de uma frase que se tornou famosa: “Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal”.¹⁷ Cromwell tinha uma explicação utilitária para isso. “Se escolherdes homens honestos e de bem para capitães de cavalaria, os homens honestos os seguirão [...]. Alguns poucos homens honestos são preferíveis a homens em grande quantidade.” Portanto, os oficiais, bem como os homens do regimento de Cromwell, tendiam a provir das camadas mais baixas.

No início da guerra Carlos I tentara achincalhar todos os que apoiavam o Parlamento, declarando-os seguidores congregacionistas de Robert Browne ou anabatistas, o que, no século XVII, equivaleria aos “vermelhos” de hoje. “Não encontrareis inimigos, mas traidores”, dizia ele a suas tropas, “a maior parte dos quais são brownistas, anabatistas e ateus, que desejem destruir tanto a Igreja quanto o Estado.” Até mesmo Cromwell sentia que tinha de defender-se de tal acusação. “Gozo de uma agradável companhia”, escreveu, dirigindo um apelo confidencial a seu primo Oliver St. John em dezembro de 1643; “não são anabatistas, mas cristãos sóbrios e honestos; esperam ser empregados como homens.”¹⁸

Se, porém, não havia anabatistas no regimento de Oliver, em breve ele os teria sob seu comando. Em janeiro de 1644 Cromwell foi promovido a general do exército e, dois meses mais tarde, viu-se envolvido numa disputa com o general-de-divisão Crawford, um escocês que era militar profissional. Crawford rebaixara um tenente-coronel devido a este ter-se recusado a se submeter ao Pacto e a Liga Solenes, acusando-o de anabatista. “Tendes certeza?”, reagiu Cromwell. “Admitindo que ele o seja, acaso isso o tornaria incapacitado de servir o povo?” Cromwell afirmou então seu próprio princípio, moderno, e que, naquele momento, pareceu assustadoramente revolucionário. “Senhor, o Estado, ao escolher homens que o sirvam, não leva em conta suas opiniões; se estiverem dispostos a servi-lo com fidelidade, isto é satisfatório.” Ao proclamar semelhantes princípios, Cromwell se exprimia não apenas como comandante de um regimento ou até mes-

mo como membro do Parlamento, mas como o segundo oficial em comando do exército da Associação do Leste, um dos três grandes exércitos submetidos à autoridade do Parlamento. Ele, sobretudo, se destacava como líder de uma ampla corrente que empolgava toda a nação.

Sugeri que, entre as reservas a que o Parlamento poderia recorrer, encontrava-se a energia e o entusiasmo dos radicais políticos e religiosos. A trajetória da guerra inevitavelmente colocara esses homens em maior evidência. Cromwell se achava particularmente bem documentado e, nos primeiros meses da guerra, ele é visto combatendo todos os bolsões de resistência em sua área (“É uma ventura”, escreveu, “resistir desde o início”). Apreendia armas, convocava e treinava tropas, coletava dinheiro. Suas solicitações devem ter representado fonte continua de irritação para os membros da comissão com que tinha de tratar, homens lentos no agir, cautelosos e conservadores. Um deles era seu velho inimigo Robert Bernard, de Huntingdon, finalmente denunciado como criminoso, e que socorreu-se com o conde de Manchester pedindo que o protegesse contra a ameaça de seqüestro. A vitória de Cromwell sobre Manchester permitiu-lhe lavar dois tentos de uma só vez.

As ordens sucintas transmitidas por meio das cartas de Cromwell, em agosto de 1643, embora justificadas por uma incursão realista, não o devem ter feito cair nas boas graças da Comissão de Cambridge e dos *Deputy Lieutenants* de Essex. Escreveu à primeira: “Chega de discussões. Lançai mão imediatamente de tudo o que puderdes. Juntai vossas forças; enviai-as a Huntingdon; que se reúnam tantos voluntários quantos for possível; aprestai vossos cavalos [...]. É preciso agir prontamente; fazei-o sem hesitação”. Os ativistas naturalmente gravitavam em torno de Cromwell como seu líder. O capitão Margery não apenas não era um gentil-homem como desagradava a Comissão de Suffolk ao requisitar compulsoriamente cavalos de gente suspeita de ser realista. Oliver dava a entender com bastante franqueza que, na sua opinião, algumas das autoridades de Suffolk dispensavam proteção a criminosos.

Ocorreram dissensões semelhantes em outros condados que se puseram do lado do Parlamento. Os tradicionais dirigentes dos condados, que originalmente dominavam as comissões, se mostravam quase todos ansiosos por evitar um conflito declarado, proteger amigos e parentes que haviam escolhido o lado oposto e alcançar a paz e o acomodamento o mais rápido possível, a fim de evitar a eclosão de forças sociais perigosas. “Nenhum homem que tenha alguma participação na

República pode desejar que qualquer um dos lados seja conquistador absoluto”, escreveu John Hotham. “É uma tentação grande demais recorrer ao arbítrio e à violência.”¹⁹ Por outro lado, havia homens de sólidos princípios políticos e religiosos, muitos dos quais não eram fidalgos, que estavam dispostos a correr riscos e sacrificar-se. Eram de opinião que não fazia sentido envolver-se numa guerra, a menos que existisse a determinação de vencê-la.

Em Staffordshire, Kent, Suffolk, Buckinghamshire, Devon, Warwickshire, Oxfordshire, a ilha de Wight e outras regiões, a camada mais elevada da pequena nobreza rural foi obrigada a ceder o controle de certas posições que ocupava nas comissões dos condados ou a elas renunciou, sendo substituída por homens de menor posição social. A eficiência militar colocou em primeiro plano homens de classes mais baixas. Fox, funileiro de Walsall, mais conhecido como “Tinker” Fox, organizou uma tropa, composta de pequenos artesãos de Birmingham, e alcançou a patente de coronel. O fidalgo governador de Stafford teve de ser substituído por um mercador, mais eficiente e entusiasta.²⁰ Na guarnição de Newport, Pagnell, um capitão, tecelão de seda, incorreu na ira de sir Samuel Luke ao se recusar a submeter-se ao Pacto e à Liga Solenes. Escrevendo sobre o período posterior a 1645, assim se expressa o professor Underdown:

Com efeito, os membros das comissões suplantaram os juizes de paz, e como muitos deles provinham de origens menos elevadas do que a sólida pequena nobreza rural que compunha a Comissão da Paz, muitas vezes esses homens não gozavam do menor prestígio perante aqueles que lideravam o condado, até mesmo aqueles de convicções parlamentares nominais. Os moderados, homens do partido da paz, presbiterianos (chamemos como quiserem), quiseram assim restringir os poderes das Comissões dos Condados; os radicais, homens que tomavam o partido da guerra, os independentes favoráveis ao exército, desejavam, com idêntica paixão, manter tais poderes.²¹

A finança era a questão em torno da qual muitas vezes explodiam as rivalidades locais. Os primeiros membros das comissões locais se mostravam ansiosos por proteger os amigos e parentes, manter o dinheiro e as tropas nos confins dos condados e não se verem compelidos a pagar por atividades militares que não afetassem diretamente seus interesses. Os radicais, que aos poucos os substituíram, não eram tão voltados para os interesses do condado, pois não pertenciam a ele, no sentido social que o termo ainda encerra. Eram mais voltados para fora e menos preocupados com os direitos de propriedade. No início

ambos os lados julgavam que a guerra poderia ser financiada através de empréstimos ou subscrições voluntárias. Oliver contribuiu com 1000 libras, dando como garantia terras na Irlanda, que correspondiam à metade do valor daquela importância. À medida que se tornava cada vez mais clara a inadequação de tais empréstimos, foi instituído um imposto de consumo, baseado no modelo holandês, bem como uma taxaço sobre a terra. Além disso, as rendas provenientes das propriedades seqüestradas aos realistas foram usadas para fins militares. Era inevitável um acúmulo de tensão entre as comissões locais de seqüestro que, na maior parte dos casos, eram dominadas desde o início por homens de visão muito estreita e provinciana, e Londres, para qual os radicais se voltavam cada vez mais à procura de uma liderança nacional e de recursos financeiros. Vencer a guerra tornou-se uma questão de organização financeira e militar. O Exército de Novo Tipo foi financiado por uma política que se prestava a uma “composição” com criminosos, isto é, que lhes permitia comprar suas propriedades seqüestradas mediante o pagamento de uma multa calculada de acordo com o grau de seu crime. Foi um meio-termo que se mostrou insuficiente, tendo em vista o confisco desejado pelos radicais, mas, em 1646, as terras dos bispos foram vendidas de uma só vez. A revolução militar necessitava de uma revolução financeira.

4

Quando Oliver Cromwell emergiu como líder do partido que se propunha a vencer a guerra, unindo os radicais em muitas localidades, tornou-se natural o surgimento de nuances sociais. “Um bando de brownistas, anabatistas, gente facciosa e inferior” — eis como os Hotham descreviam seus inimigos.²² Antes de a guerra começar, Cromwell tivera sucesso em seus protestos contra a interferência de um par na eleição parlamentar de um burgo. Decorrido muito tempo do acontecimento, comentava-se que ele dissera a seus homens “que se o rei se arriscasse a se meter em meio aos inimigos a quem iria dar combate, no mesmo instante descarregaria nele sua pistola, como o faria contra qualquer pessoa”. Se realmente pronunciou tais palavras, elas, sem dúvida, não passaram de um vigoroso protesto contra as alegações do Parlamento de que lutava “para proteger a pessoa de Sua Majestade [...] das mãos daquelas criaturas desesperadas”, seus maus conselheiros.²³ Em janeiro de 1643 fez uma oposição bem-sucedida a Hampden ao propor maior rigor contra os realistas. Em julho do ano se-

guinte Oliver interveio a fim de salvar John Lilburne,* mais tarde líder dos *levellers*, quando o oficial a quem estava subordinado, o segundo conde de Manchester, ameaçou mandar enforcá-lo por ele ter tomado um castelo realista, descumprindo suas ordens. O conde repetiu certo comentário malicioso, segundo o qual Cromwell esperava “viver o suficiente para nunca mais ver um nobre na Inglaterra” e gostava de algumas pessoas tanto mais “quanto elas não amavam os lordes”. Aquela frase de Cromwell — “nada estaria bem enquanto Manchester não passasse de um simples sr. Montagu” — talvez se relacionasse com a disputa familiar entre os Cromwell e os Montagu, bem como com o pariato enquanto tal; outros, porém, asseveram ter ele declarado que “Deus não admitiria que alguém fosse senhor absoluto de seu povo”.²⁴

Quanto a vencer a guerra, a questão ficara bem definida entre os dois homens e os dois partidos. “Se derrotarmos o rei 99 vezes, ele ainda continuará sendo soberano”, afirmava Manchester; “mas se o rei nos bater uma única vez que seja, seremos todos enforcados.” “Meu senhor, se as coisas se passam assim”, retrucou Oliver com lógica irrefutável, “por que pegarmos em armas? Com que então não deveremos lutar nunca mais, daqui para a frente?” “Eu tinha carra-das de razão”, afirmou Cromwell à Câmara dos Comuns,

ao pensar que o malogro de Sua Excelência nesses assuntos não se devia a acidentes (que não podem ser evitados), nem unicamente a sua imprevidência, mas à sua relutância em empreender quaisquer ações; e tinha certa razão ao supor que tal hesitação não se devia (unicamente) ao enfado ou à indisposição ao combate, mas (também) a algum princípio de relutância, que levava Sua Excelência a não querer que esta guerra prosseguisse, até a vitória completa.

(*) John Lilburne (1614-57) Democrata inglês e republicano, líder dos *levellers*. Quando jovem, juntou-se à oposição clandestina a Carlos I e ajudou a divulgar panfletos impressos na República holandesa. Foi preso em fevereiro de 1638, sentenciado pela Star Chamber e finalmente libertado. Oliver Cromwell intercedeu por ele. Mais tarde suas atividades estiveram sempre ligadas às dos *levellers*. Sua maior contribuição foi a reivindicação dos direitos legais dos ingleses. Concordeu que as leis e a Constituição vigentes eram inadequadas para defender os direitos do homem comum, e alegou que os pobres tinham o mesmo direito ao voto que os ricos. Foi preso várias vezes mas, devido a sua popularidade, os jûris sempre o absolviam. Banido pelo Parlamento em 1652, Lilburne voltou em 1653, depois da dissolução do Rato do Parlamento Longo. Novamente foi preso, e sua prisão durou até 1655. Mas então tinha se tornado quacre e estava preparado e seguro para um bom comportamento. Morreu em Eltham, Kent, em 20 de agosto de 1657. (ED/LM)

Manchester preferia que a guerra terminasse “em termos tais que talvez se tornasse desvantajoso deixar o rei excessivamente por baixo”. O conde, ao contrário, alegava que Cromwell reconhecera ter organizado o Exército da Associação do Leste com homens que compartilhavam de seus princípios, “de tal modo que se surgirem propostas de paz ou um pacto de paz que não sejam condizentes com aqueles fins que os homens honestos devem almejar, esse Exército poderá impedir tamanho dano”. Cromwell não refutou a acusação. Na mesma época o conde de Essex também se queixava (dezembro de 1644): “Os pósteros dirão que, para livrá-los da submissão ao rei, nós os submetemos ao jugo do povo comum”, cuja “audácia” ele declarou que, daí por diante, “dedicaria sua vida a emendar”.²⁵

Cromwell estabelecera uma posição virtualmente inabalável para si mesmo, antes de golpear Manchester e tudo aquilo que ele representava. Não apenas era “uma pessoa de grande estima e interesse para a Câmara dos Comuns”, conforme afirmou um coíega seu, membro do Parlamento, que lhe era hostil. Graças à dedicação ao trabalho e à eficiência como militar, ele se tornara a figura de maior destaque na Associação do Leste, que, após Londres, constituía o principal centro de apoio ao Parlamento. Em junho de 1644 sua liderança se revelara decisiva na batalha de Marston Moor, a primeira vitória realmente expressiva obtida pelo Parlamento. Permaneceu nos bastidores quando os radicais londrinos tentaram impor sir William Waller como rival do conde de Essex no comando e, assim, não participou de sua frustração quando “William, o Conquistador” foi derrotado fragorosamente por uma carga da cavalaria realista em Roundway Down em julho de 1643. O discurso de Oliver, pronunciado na Câmara dos Comuns em dezembro de 1644, evidencia sua consumada capacidade enquanto tático parlamentar:

Chegou o tempo de falar ou então de calar para sempre.²⁶ Agora o que importa é nada mais, nada menos que salvar a nação de um estado de sangria, mais ainda, de quase agonia, a que a demorada continuação dessa guerra a levou; de tal modo que, sem procedimentos mais rápidos, vigorosos e efetivos, repudiando todas as ações arrastadas, lentas, idênticas às dos soldados de fortuna, no além-mar, e que acelerem a guerra, o reino ficará saturado de nós e odiará o nome do Parlamento.

Pois o que diz o inimigo? Não somente ele, o que dizem muitos que eram amigos, no início do Parlamento? Apenas isto: que os membros de ambas as Câmaras obtiveram postos e comandos de prestígio, além de espadas; e, seja por interesse no Parlamento, seja por ambição em comandar o Exército, continuarão perpetuamente nestes postos de grandeza,

não permitindo que a guerra termine rapidamente, pois seu poder feneceria com ela. Isto que digo com a maior franqueza diante de vós é o que outros murmuram fora, às nossas costas. Longe de mim criticar quem quer que seja. Conheço a valia daqueles comandantes, membros de ambas as casas, que ainda detêm posições de mando, mas se puder falar o que penso, sem censurar ninguém, tenho a convicção de que, caso o Exército não se sujeite a outro método e a guerra não prossiga com maior vigor, o povo não a suportará mais e vos forçará a celebrar uma paz desonrosa.

Cromwell estava se referindo ao relatório de uma comissão constituída para investigar a desavença entre ele e Manchester, mas conseguiu elevar o tom da disputa, tornando-a uma questão de princípio. Soubera preparar o terreno, pois, imediatamente após o discurso de Oliver, Zouch Tate, presidente da comissão, presbiteriano e, portanto, adversário político de Cromwell, apresentou moção, segundo a qual “durante o tempo que durar esta guerra nenhum membro das duas câmaras terá ou ocupará qualquer ofício ou comando, militar ou civil, concedido ou conferido por ambas ou qualquer uma delas”. Um colega muito próximo de Oliver, sir Henry Vane, apoiou a moção, oferecendo-se para renunciar ao posto de co-tesoureiro da Marinha, e Cromwell imediatamente se dispôs a afastar-se de seu próprio comando militar.

Foi esse o germe da Ordenação de Abnegação, adotada pela Câmara dos Comuns daí a dez dias e, em forma revista, pela dos Lordes no dia 3 de abril. Seus inimigos, sem dúvida, viam na ordenação um meio de se livrar de Cromwell; ele e seus amigos percebiam nela a questão mais ampla de afastar os pares e todos os que deviam seus comandos militares à posição social e não à capacidade. Era uma extensão lógica da política de Oliver, que visava a promoções por mérito em seu próprio regimento. O Exército de Novo Tipo, diz-nos Baxter, era “em parte a inveja e em parte o desprezo da nobreza”.²⁷ Pode-se objetar que o sul da Holanda passara às Províncias Unidas setenta anos antes por não se conseguir encontrar meios de subtrair a liderança das mãos da alta nobreza e de a entregar a nobres de menor distinção e a meros cidadãos.

Ao estudarmos Cromwell enquanto estadista estamos sendo vítimas de um erro de percepção. Sabemos que ele e um ou dois membros do Parlamento na realidade conservaram seus comandos, ao passo que a Ordenação de Abnegação livrou-se de Essex, Manchester e outros bichos-papões que assombravam Cromwell. Inicialmente, porém, não ficou nem um pouco claro que este seria o desfecho. A moção ori-

ginal de Tate afirmava que “durante o tempo que durar esta guerra, nenhum membro de quaisquer das duas câmaras” deveria ocupar um comando militar. Oliver exerceu papel de liderança no plano de operações que, da Ordenação de Abnegação, desembocou no Exército de Novo Tipo, bem como na nomeação de sir Thomas Fairfax para comandante-chefe da nova força (janeiro de 1645). Apesar de comunicados sobre rebeliões em seu regimento, provocados pela perspectiva de ele ser submetido ao comando de outro coronel,²⁸ Cromwell, na realidade, se encontrava em Windsor, prestando homenagens a Fairfax, antes de renunciar ao posto. Nesse momento recebeu ordens da Comissão de Ambos os Reinos no sentido de impedir que o rei e o príncipe Rupert juntassem suas forças, antes de marcharem em direção ao norte. Na véspera da batalha de Naseby, Fairfax ainda não dispunha de um general-de-exército para comandar a cavalaria, e seu Conselho de Guerra aliou-se à *City* de Londres, solicitando a indicação de Cromwell. Os Comuns concordaram quatro dias antes de Naseby; os Lordes assentiram com relutância, mas somente depois que se deu aquela vitória tão esmagadora, na qual Cromwell tomou parte decisiva, e ainda assim sob a condição de que seu comissionamento fosse prolongado por apenas três meses. Se fosse outro o desfecho da batalha, os Lordes, sem dúvida, teriam oposto maior resistência. Quando os três meses chegaram ao fim, o surgimento de um terceiro partido, neutro, o dos *Clubmen*,* no sudoeste da Inglaterra, bem como as vitórias de Montrose na Escócia, e a possibilidade de ele vir em socorro das combalidas forças de Carlos mais uma vez tornaram pouco factível dispensar o general, e no dia 12 de agosto seu comissionamento foi estendido por mais quatro meses. Ao término desse período, os sucessos do exército no sudoeste do país eram de tal monta que se tornou inevitável a renovação do comissionamento de Cromwell por mais meio ano, a partir de 23 de janeiro de 1646. Embora os que o apoiavam esperassem, desde o início, que ele resistisse à Ordenação de Abnegação, a dúvida quanto ao desfecho da questão persistiu pelo menos durante seis meses. As táticas políticas de Cromwell eram esplêndidas, mas incluíam o risco calculado de que ele próprio poderia pagar o preço de um eclipse político. O fato de ele ter sobrevivido não nos deve levar a

(*) Membros de um corpo do exército formado por camponeses pouco armados, não treinados para lutar. Portavam geralmente armas simples (*club*, uma espécie de porrete). Surgiram durante a guerra civil, inicialmente em Yorkshire, com o objetivo de defenderem suas propriedades contra as invasões e pilhagens. (ED/LM)

minimizar os riscos que correu. Depois de julho de 1646 ele estava mais uma vez fora do exército.

5

Oliver Cromwell se tornara o líder de políticos radicais que, com frequência, também o eram no plano religioso, e mantinha com eles um acordo óbvio. Em fevereiro de 1641 viu-se em dificuldade na Câmara dos Comuns, ao atacar o enorme rendimento dos bispos e ao negar que sua supressão (“a paridade na Igreja”) levaria a uma paridade na República. Em maio foi um dos principais articuladores da Lei das Raízes e dos Galhos,* que propunha a liquidação do governo episcopal, e em agosto propôs a expulsão dos bispos da Câmara dos Lordes, que a Câmara dos Comuns já aceitara, mas que a primeira protelou por mais seis meses. Em setembro ele se pronunciou contra o Livro de Orações e patrocinou a moção que autorizava os paroquianos de qualquer paróquia, onde não houvesse um ministro que pregasse, a estabelecer uma pregação a suas próprias custas, o que significava uma reviravolta em relação à política de Laud, à qual Cromwell tivera de se submeter.²⁹ Desde o início suas tropas, possuídas do maior entusiasmo, executaram as determinações da Câmara dos Comuns, no sentido de destruir vitrais e imagens nas igrejas, fato pelo qual Oliver foi censurado injustificadamente.³⁰ Em Ely, em janeiro de 1644, ele preveniu o cônego Hitch: “A menos que os soldados, por meio de procedimentos desordeiros e tumultuosos, atentem contra a reforma de vossa catedral, requeiro de vós que proibais os serviços do coro, tão pouco edificantes e ofensivos. Responderéis por isso se, a partir de agora, se der alguma desordem”. Quando Hitch ignorou o aviso, Cromwell enfatizou que ele era “um homem submetido à autoridade [...] com ordens de dissolver aquela assembléia”, antes de exigir do sr. Hitch “que desistisse de suas tolices e se mostrasse sensato”.

Pode ser que Oliver e seus comandados estivessem submetidos à autoridade, mas não resta quase nenhuma dúvida que se identificavam especialmente com o lado religioso de seus deveres. No início da guerra os oficiais propuseram “fazer da tropa uma Igreja unida”,

(*) *Root and Branch Bill*, petição assinada em 1641 por 15 mil cidadãos de Londres que pedia ao Parlamento a expulsão total do episcopado anglicano. (ED/LM)

convidando Richard Baxter para seu pastor.³¹ A proteção que Cromwell dispensava aos radicais religiosos sob seu comando³² angariou-lhe respeito entre aqueles que receavam uma disciplina presbiteriana imposta por escoceses. Ao que parece, Oliver, referindo-se a estes últimos, disse a Manchester que “do modo como se comportam, pressionando pela adoção de sua disciplina, em breve desembainharei minha espada contra eles, do mesmo modo como o faria contra quem participasse do exército do rei” (já em fevereiro de 1641 Cromwell indagava, por meio de um negociante de Londres, “que razões levavam os escoceses a advogar a uniformidade na religião”). Numa de suas raras visitas à Câmara dos Comuns, em setembro de 1644, Cromwell sugeriu a Oliver St. John a redação de uma bem-sucedida moção que solicitava — sem, porém, alcançar um acordo significativo na *Assembly of Divines** — “o empenho em descobrir de algum modo até que ponto belas consciências que não podem, em todas as coisas, submeter-se à regra comum que será estabelecida, se formaram em concordância com o Verbo, e se alinharam ao lado da paz comum”. No entanto a tolerância religiosa não era assegurada pelos votos no Parlamento, mas pelas vitórias do Exército de Novo Tipo. Decorrido um ano, depois que o bem-sucedido cerco de Bristol pusera virtualmente um fim à guerra, Cromwell escreveu ao presidente Lenthall empregando um tom semelhante, porém com maior energia:

Os presbiterianos e os independentes, todos estavam imbuídos do mesmo espírito de fé e oração [...]. Aqui todos se põem de acordo, as dissensões lhes são desconhecidas; é uma pena que tal não aconteça em outros lugares. Todos aqueles que acreditam, possuem uma verdadeira unidade, tanto mais gloriosa quanto mais espiritual e voltada para dentro [...].

(*) Assembléia criada pelo Parlamento durante a Grande Rebelião de 1641 para agir como consultora em assuntos religiosos. Posteriormente conhecida como Westminster Assembly of Divines, foi escolhida para ser o elemento de representação de cada distrito inglês. Ela incluía alguns membros do grupo dos episcopais, cinco independentes, mas os restantes eram presbiterianos. Quando, em 1642-3, os excessos do rei levaram os escoceses a se aliarem ao partido dos parlamentares, cinco escoceses foram incorporados à assembléia na função de assessores a fim de redigirem o embrião de uma Constituição da Igreja anglicana para os três reinos da Grã-Bretanha. A Assembléia funcionava como um comitê de assessoria do Parlamento. Seus membros acabaram elaborando uma confissão de fé; o grande e o pequeno Catecismo, uma forma de Governo e Direção para a Veneração Pública. Esses documentos, após anos de debates, estabeleceram um federalismo religioso consistente. (ED/LM)

Quanto a ser unido através de formas, o que comumente se chama de uniformidade, todo cristão, por amor à paz, estudará e agirá dentro dos limites que sua consciência permitir; e de nossos irmãos, no que se refere às coisas da mente, não esperamos outra coerção que não a da luz e a da razão. Deus pôs a espada na mão do Parlamento, para terror dos que praticam o mal e louvor dos que se entregam ao bem.³³

Cromwell certamente acreditava na tolerância religiosa para aqueles que a tinham enraizada dentro de si e por princípio, não simplesmente por se tratar de uma vantagem quando se luta pela moral, embora a questão também fosse essa. “Na verdade acredito que aquele que ora melhor, também luta melhor”, declarou em 1650. “Preferiria que o maometismo fosse permitido entre nós a que um dos filhos de Deus fosse perseguido.”³⁴ Em tais crenças ele se aliava aos radicais e não devemos esquecer jamais o quão subversivas elas pareciam a seus contemporâneos, não apenas os realistas, mas também os parlamentares conservadores.³⁵

Fica menos claro até que ponto Oliver alinhou-se com os radicais em relação a outros assuntos. Seu primeiro discurso de que se tem registro, no Parlamento Longo, foi a favor de John Lilburne e o vemos protegendo Lilburne contra Manchester em data posterior.³⁶ Lilburne foi uma das testemunhas de Cromwell contra o conde, sob cujo comando serviam. Em julho Cromwell escreveu dando apoio à solicitação de Lilburne de que lhe pagassem uma soma em compensação pela punição que sofrera por parte da *Star Chamber*. Em nenhuma dessas instâncias, porém, associou-se às opiniões democráticas de Lilburne e talvez haja alguma relevância o fato de que em 1628 um certo William Lilburne fosse concidadão* de Oliver em Huntingdon.³⁷ Em agosto de 1641 Cromwell dera apoio a petições enviadas por prisioneiros pobres e mais de um contemporâneo acusou-o de alinhar-se às exigências radicais que visavam a abolição dos dízimos. Desgostava-lhe a pena capital aplicada a qualquer crime que não o assassinato.³⁸

Porém a impressão mais forte que nos fica de Cromwell, nesse período, é a de um líder político e militar ansioso por manter a qualquer custo a unidade entre aqueles que estavam preparados para lutar. Isso transparece repetidamente em suas ações. Em maio de 1641 ele se colocava a favor de um “Juramento de Associação”, a fim de tornar

(*) Co-representante no Parlamento de uma vila, corporação, cidade ou universidade. (ED/LM)

mais eficaz a Declaração Solene do Parlamento naquele mês. “A união implica em força”, escreveu a seus eleitores, ao enviar-lhes a Declaração para que a assinassem. “Ela é temível para nossos adversários, sobretudo quando está a serviço do dever que temos para com Deus, da lealdade que devemos a nosso rei e soberano e ao afeto devido a nosso país e nossas liberdades.” Uma tal paixão pela unidade mais tarde haveria de determinar sua atitude em relação às dissensões surgidas no seio do exército.

6

A grandeza de Cromwell, enquanto soldado, repousava no fato de ele ter adaptado a revolução militar, que se iniciara na república holandesa havia cinquenta ou sessenta anos,³⁹ às condições inglesas, igualmente revolucionárias. A essência dessa revolução militar estava na adoção do “modo livre de agir”, em oposição ao “modo formal”. Ela implicava o reconhecimento de que homens livres, conscientemente motivados pela crença em sua causa, poderiam levar a melhor sobre meros profissionais, simplesmente devido a uma disciplina e moral superiores. Desde o início os soldados de Cromwell eram homens escolhidos, muito disciplinados, bem equipados, que dispunham de bons cavalos e eram bem pagos. Todos esses fatores permitiram-lhe usar a carga da cavalaria como um aríete, no lugar de uma infantaria móvel simplesmente armada com pistolas. A cavalaria do príncipe Rupert chegou a atacar com efeitos devastadores, mas em breve perdeu a coesão ao se entregar à pilhagem e perseguir, para os matar, os inimigos desgarrados. “A ralé da fidalguia” — eis como Monck denominava a cavalaria dos realistas. Conforme escreveu Clarendon,

embora as tropas do rei levassem a melhor nas cargas de cavalaria e pusessem em debandada aqueles a quem atacavam, elas jamais conseguiam reagrupar-se em ordem e nem era possível levá-las a desfechar um segundo ataque no mesmo dia [...] ao passo que as tropas de Cromwell, caso triunfassem ou julgassem ter sido derrotadas e debandassem, voltavam a se reunir e aguardavam com toda disciplina até receber novas ordens.

Isto, acrescentava Clarendon, “só se dava sob o comando dele [Cromwell] e jamais acontecera sob o comando de Essex ou Waller”.⁴⁰ Em Marston Moor, graças às repetidas cargas da cavalaria de Cromwell, a aparente derrota do Parlamento transformou-se em

vitória completa. Em Naseby, Cromwell venceu a batalha enquanto Rupert estava fora de campo perseguindo a combatida cavalaria de Ireton.* Dizia Wither que, na batalha de Naseby, Deus foi visto pela primeira vez do lado do Parlamento.⁴¹ Ele ajudava aqueles que haviam demonstrado poder ajudar a si mesmos.

Outra constatação prosaica a se fazer a respeito das batalhas de Cromwell é que uma das razões que o levava a ser sempre vitorioso se devia a que ele e seu general, sir Thomas Fairfax, raramente partiam para a luta, a menos que gozassem de superioridade numérica. Em Naseby essa superioridade era aproximadamente de dois para um. A organização, o aprovisionamento e o material bélico do Exército de Novo Tipo eram normalmente muito superiores aos de seus inimigos. Seus comandantes eram homens de grande eficiência, tais como Desborough, Ireton e Fleetwood. Além da disciplina e do moral mais elevados, o Exército de Novo Tipo se apoiava em melhores métodos de organização, melhores suprimentos e uma artilharia superior.⁴² Assim que a guerra entrou em seu terceiro ano, os maiores recursos do Parlamento, referentes a dinheiro e a um pessoal mais eficiente, inevitavelmente começaram a se fazer sentir. Carlos I também tentou reorganizar seu exército e suas finanças em base nacional e não mais regional, porém carecia de recursos financeiros e de uma base administrativa apropriada.⁴³

Naseby revelou-se a batalha decisiva. Logo em seguida o Exército de Novo Tipo se dirigiu para o sudoeste e dispersou o movimento dos *Clubmen*, que contava com perigosas possibilidades de vir a formar o núcleo de um terceiro partido, de orientação neutra. No entanto, o Exército de Novo Tipo, disciplinado, bem pago e vitorioso, afastava a ameaça de pilhagem e dos acampamentos livres, quando não da taxa-

(*) Henry Ireton (1611-51) — Membro do Parlamento inglês, integrou-se no início da guerra civil ao exército parlamentar, tendo apoiado Cromwell em vários momentos. Na noite anterior à batalha de Naseby (junho de 1645) liderou uma brigada que surpreendeu o exército real e capturou vários prisioneiros. No dia seguinte foi nomeado Comissário Geral e encarregado do comando da “ala esquerda” do exército parlamentar. Era contrário às teorias dos republicanos e dos levellers desejando, embora com algumas modificações de poder, manter a composição de forças do rei, dos lordes e dos comuns. Mediador entre o exército e o rei, conseguiu por algum tempo evitar o rompimento entre o exército e o Parlamento. Porém, quando essa ruptura se tornou inevitável apoiou o exército, convencido de que não adiantava negociar com o monarca. Apresou, portanto, o Parlamento para que estabelecesse uma administração sem o rei. Serviu o exército sob o comando de sir Thomas Fairfax, acompanhou Cromwell nas campanhas irlandesas e comandou suas tropas na Escócia. (ED/LM)

ção. Assim sendo, conseguiu convencer o campesinato a se dispersar. Os atos simbólicos que marcaram o fim da guerra foram a rendição e demolição das grandes casas fortificadas da aristocracia: a Basing House, pertencente ao marquês de Winchester, católico, cuja enorme riqueza Cromwell permitiu a seus homens pilhar, e que em seguida foi queimada, de modo a nunca mais poder vir a ser local de reagrupamento para os católicos; a Lathom House, do conde de Derby, e a Langford House, que sir Bartholomew Bell rendeu simbolicamente ao tenente-coronel Hewson e ao major Thomas Kelsey, os quais, ao que se comentava, foram respectivamente sapateiro e fabricante de botões. O castelo de Raglan, pertencente ao marquês de Worcester, sobreviveu até 19 de agosto de 1646. O rei escapou para o norte, a fim de se colocar sob a proteção do exército escocês.

Agora restava ver se os fidalgos da pequena nobreza agrária e os cidadãos do Exército de Novo Tipo conseguiriam chegar a um acordo sobre o sistema alternativo de governo apropriado a uma Inglaterra durante tanto tempo dominada por uma aristocracia proprietária de terras. “Oh, é tempo do abnegado Cromwell voltar de novo para casa”, proclamava John Lilburne em outubro de 1645.

IV

DE SOLDADO A POLÍTICO: 1647-49

É nossa conquista, e não do Exército, pois ele é considerado como pertencente ao povo, escolhido pelo povo, pago pelo povo, encarregado do bem-estar e da defesa do povo, todo ele agindo — conforme vem fazendo até agora e, esperamos, continuará a fazer — em favor da liberdade e da independência do povo. Por “povo” refiro-me àquela gente sólida, bem-intencionada; o resto é gente dominada, submissa, que não pode alegar quaisquer direitos naquela livre eleição que é o fruto da conquista. Seria frívolo disputar de jure e de facto quando a necessidade invoca a força a fim de preservar o todo: a qual força, prevalecendo, é de se presumir que sempre terá razão.

Anônimo, *The Extent of the Sword*
[O alcance da espada] (1653-4)

Não importa quem seja nosso comandante-em-chefe, se Deus o for.

Cromwell, Discurso ao Conselho de Oficiais,
23 de março de 1649.

I

O término da guerra civil inaugurou um período que, na visão de Cromwell, poderia conter menos anticlímax do que para o historiador, mas que no final acabou sendo muito frustrante. Após a retirada dos inimigos, os serviços de Oliver parecem ter cessado no verão de 1646. Ao ser chamado de volta para o Exército, daí a onze meses, a situação era da mais completa revolta contra o poder civil e o Parlamento. Nesse interregno Cromwell era um membro do Parlamento que, embora muito ativo na Câmara dos Comuns e nas comissões, já não gozava mais da influência que seu posto de general lhe proporcionara. Entre o final de janeiro até meados de abril de 1647 ausentou-se da Câmara. Ao que se dizia, isso se devia a “um mal-estar na cabeça”, mas não ficou muito claro se a doença era autêntica, diplomática ou psicológica. Ele, pelo menos, acalentava a idéia de se retirar da Inglaterra e ir lutar ao lado dos protestantes alemães na Guerra dos Trinta Anos. Foi durante aqueles meses que os parlamentares conservadores a quem damos o nome de “presbiterianos” fortaleceram seu controle sobre a Câmara dos Comuns. Eram homens “embriagados de malícia contra o Exército”, conforme afirmou Cromwell a Fairfax em 11 de março. O Parlamento, em 18 de fevereiro, resolvera desconvoar o Exército. Não tomou, porém, qualquer providência a fim de pagar soldos atrasados ou pensões para as viúvas e órfãos dos que morreram a serviço do Parlamento ou até mesmo indenização por ações ilegais realizadas mediante ordens por ocasião da luta. Às tropas era permiti-

do voltarem a se alistar a serviço da Irlanda, mas nenhum oficial de patente superior à de coronel iria para lá, a não ser Fairfax. Além disso, todos os oficiais precisariam aderir ao Pacto e à Liga Solenes. A nenhum membro do Parlamento era permitido assumir um comando militar na Inglaterra.

Imediatamente os soldados rasos se puseram em armas. Durante o mês de março os regimentos de cavalaria se organizaram e nomearam agitadores que os representassem. Embora “as resoluções de apoiar a liberdade e a justiça nascessem unicamente entre os soldados”, conforme os agitadores declararam mais tarde, muitos oficiais simpatizavam com suas solicitações de pagamento de soldos atrasados. Outros foram expulsos do Exército por seus próprios soldados. No final de abril se fazia sentir a ameaça de uma revolta e finalmente a Câmara dos Comuns votou com relutância o pagamento de seis semanas de soldos atrasados a homens que haviam debandado sem ir para a Irlanda. Era muito pouco e era tarde demais. Àquela altura a infantaria seguiu o exemplo da cavalaria, elegendo seus agitadores, que se reuniram numa assembléia representativa, o que, no século XX, poderia ser denominado um soviete do Exército. Para tornar a analogia completa, os agitadores já estavam sendo influenciados pelas teorias políticas democráticas da facção civil dos *levellers*.

Em maio a Câmara dos Comuns enviou Cromwell e três outros parlamentares a Essex, numa tentativa de fazer com que o Exército voltasse a prestar obediência, oferecendo-lhes algumas concessões a mais — o pagamento de uma quinzena de soldos atrasados e a promessa de uma indenização. “Encontramos os soldados [...] muito inquietos”, relataram os comissários à Câmara dos Comuns, no dia 17 de maio, atenuando os fatos. Três dias depois, por meio de um memorável documento, os membros da comissão relataram que os oficiais e os soldados rasos uniam-se em suas exigências, às quais, eles, enviados do Parlamento, se associavam (“movidos por uma espécie de necessidade, que a Providência dispôs, a fim de que se previna o pior”). Além do mais,

os oficiais, ao se aliarem aos soldados de modo ordeiro, a fim de proclamar e dar vazão a seus agravos, muito contribuíram para apaziguar tumultos anteriores, em muito os dissuadindo de seguirem alguns procedimentos entre eles mesmos, levando-os novamente a manter a ordem e a consideração a seus oficiais em todas suas ações.

Em resumo, o descontentamento era sério e aqueles que haviam sido enviados a fim de suprimir a revolta associaram-se a ela. De tal modo restaurou-se a disciplina!

Esse fato representou um momento crítico na carreira de Oliver Cromwell e desde então instaurou-se a controvérsia em torno dele. Seus inimigos alegaram que ele instigou o Parlamento a provocar o Exército, dando-lhe falsas garantias de que este o obedeceria, enquanto fomentava secretamente o descontentamento no seio da tropa. Essa afirmação contém, sem dúvida, um excesso de sutileza. Os parlamentares presbiterianos não precisavam ser encorajados e o modo como tratavam o Exército era tão abusivo que a reação das tropas se explica por si mesma. O mais provável é que Oliver, como fazia freqüentemente em momentos de crise, aguardara o desenrolar dos acontecimentos, até sentir que a inação já não era mais possível. Em meados de maio não se pôde mais impedir uma ruptura entre o Exército revoltado e o Parlamento. No caso de opor-se às exigências dos soldados rasos, apoiados pela maioria dos oficiais, Cromwell perderia toda a influência sobre o Exército que tanto fizera para estabelecer. As tropas cairiam ainda mais sob a influência dos *levellers*, alijando assim o apoio de muitos oficiais. O Exército deixaria de ser uma força unida, capaz de exercer um papel decisivo na política. Se ele fosse esmagado ou posto para debandar, como queria a maioria do Parlamento, ou se, através de suas dissensões, perdesse a unidade política, muitas das causas a que Cromwell dava a maior importância seriam imediatamente ameaçadas. Ele manifestava uma simpatia natural pelas reivindicações profissionais de homens que haviam servido sob seu comando. A isso poderia acrescentar o cálculo político de que se a unidade do Exército fosse rompida, força alguma teria condições de resistir à intolerância do Parlamento e ao clero presbiteriano. O Exército poderia passar para o controle dos *levellers*, de cujo radicalismo político Oliver desconfiava, e poderia eclodir uma disputa mutuamente destrutiva entre o Parlamento e o Exército, da qual unicamente os realistas se beneficiariam. Quaisquer desses resultados implicariam o eclipse político de Oliver Cromwell. Se, porém, ele conseguisse manter o Exército unido e sob sua influência, poderia trabalhar a seu lado, tendo em vista realizar os objetivos políticos comuns mais elementares, em torno dos quais as tropas se punham de acordo. Salvaria assim o país da anarquia provocada por uma nova guerra civil ou pela revolução social e, de passagem, fortaleceria sua própria posição política.

Seria necessário um gênio maquiavélico para planejar tudo isso com antecedência, mas a política de contar com os acontecimentos ou com o Senhor se adaptava muito bem a Cromwell, sob o ponto de vista da teologia e do temperamento.¹ Se acaso ele abrigava quaisquer dúvidas, a situação foi forçada pela Câmara dos Comuns, que agora

perdia a cabeça. No dia 25 de maio os parlamentares propuseram voltar atrás em suas promessas, dividindo o Exército, dispersando os regimentos e oferecendo aos soldados a alternativa de ou se alistarem a favor da Irlanda ou serem imediatamente dispensados, sem o pagamento dos soldos atrasados. O Exército decidiu desafiar tais ordens e reunir as tropas em Newmarket.

Ao mesmo tempo foi tomada a resolução de se apoderar do rei, até então prisioneiro dos Comissários do Parlamento, pois os presbiterianos propunham enviar Carlos para a Escócia, na esperança de que ele voltasse à frente do exército escocês, a fim de esmagar o Exército de Novo Tipo. É bem possível que Cromwell estivesse a par do plano de seqüestro do rei, mas é difícil saber se era o principal artífice do projeto ou se se alinhou com uma proposta cuja iniciativa cabia aos agitadores. Cromwell regressara a Londres quando, no dia 29 de maio, o Exército, acantonado em Bury St. Edmonds, tomou a decisão de reunir as tropas. O corneteiro Joyce, que apossou-se do rei, chegou a Oxford em 1º de junho, a caminho de Holmby House. Avistou-se com Cromwell em Londres, em 31 de maio, e finalmente revelou-lhe com clareza o que se preparava; no entanto parece muito pouco provável que a decisão de se apoderar de Carlos pudesse ter sido tomada tão tardiamente. Joyce comunicou aos Comissários Parlamentares que viera revestido “da autoridade a ele dada pelos soldados”. Quando Carlos pediu para ver suas credenciais, Joyce inicialmente hesitou e, em seguida, apontou para os soldados em armas que o acompanhavam.² Joyce, um simples corneteiro, que ocupava um dos postos mais baixos do exército, não era o tipo da pessoa a quem um general, ainda que não estivesse na ativa, teria confiado o comando de quinhentos homens. Assim que Fairfax, horrorizado, soube do seqüestro do rei pelo corneteiro, enviou um coronel a fim de assumir o controle da situação. Fairfax, porém, não conseguiu a punição de Joyce.

Se acaso Cromwell se visse forçado por Joyce e pelos agitadores, tal fato combinaria muito bem com aquela sua disposição de aguardar os acontecimentos e que já analisamos. Fairfax convidou Oliver para unir-se ao Exército no final de maio, mas ele só saiu de Londres em 4 de junho, quando decidiu compartilhar a sorte das tropas, um dia depois de ficar sabendo que o golpe de Joyce fora bem-sucedido.³ De acordo com o que declarou sir Gilbert Pickering em 1656, Oliver somente juntou-se “àquela violenta e temerária facção do Exército” depois que “chegou a terceira carta de vós [Cromwell] para eles, quando então disseram-vos peremptoriamente que se não vos pusésseis sem mais tardar à frente deles, seguiriam seu próprio caminho e sem vós”.⁴ Se ver-

dadeira essa suposição, Cromwell enfrentaria alternativas desagradáveis, mas, como sempre, optou pela solução mais passível de manter o Exército unido enquanto força política. Até mesmo o major Robert Huntington, o mais severo crítico de Cromwell àquela altura dos acontecimentos, manteve-se numa posição de reserva e disse que Oliver e Ireton *aconselharam* a captura do rei pela soldadesca.⁵ Mais tarde, os *levellers* atribuiriam a demora de Cromwell em se comprometer ao fato de que “a Câmara dos Comuns subornou-vos, votando uma dotação de quinhentas libras [anuais], a fim de atraí-lo e destruir” o Exército.⁶ Na realidade a soma havia sido votada no início de 1646, no dia 23 de janeiro, mas sem uma destinação certa. Pode parecer significativo que em 5 de maio de 1647 deu-se um passo decisivo, ao ser baixada a ordem de inspecionar as terras do marquês de Worcester, que mais tarde passariam às mãos de Cromwell. Denzil Holles, um presbiteriano, também afirmou que, em Londres, Cromwell “ambicionava secretamente seus bens”, antes de juntar-se ao Exército.⁷

Aqueles que vêem em Oliver o mentor de todo o plano adotam uma teoria conspiratória da história bastante ingênua, do tipo “as greves sempre são fomentadas por agitadores” e subestimam o vigor e a autoconfiança da organização dos soldados rasos no Exército de Novo Tipo. Se é correta minha análise, foi precisamente esse vigor que forçou uma decisão de Cromwell. Os soldados rasos necessitavam de seu prestígio para conferir respeitabilidade a uma linha de ação que estavam decididos a seguir. “Depois que Cromwell deixou o Parlamento”, disse sir John Berkeley,

sua maior fé estava depositada no Exército, cuja unidade ele se empenhava em manter por todos os meios; e, caso não conseguisse levá-lo a um acordo, ele, nada disposto a aturar quaisquer divisões em seu seio, seguiria pessoalmente e levaria seus amigos com ele, enveredando por aquele caminho escolhido pelo Exército.

Ele era o líder daquela gente, mas a seguiu. Em junho de 1647 conseguiu escapar de ser detido à última hora. Já não era mais possível esperar que os acontecimentos se precipitassem. Agora as providências a serem tomadas lhe pareciam claras. A Câmara dos Comuns, profundamente alarmada, votou o pagamento de todos os soldos atrasados do Exército, mas era tarde demais.

Diante da insistência dos agitadores, o Exército reuniu-se em Newmarket em 4 e 5 de junho, quando aceitou uma *Humilde Representação*, segundo a qual oficiais e soldados concordavam em não se dispersar e nem se dividir enquanto suas queixas não fossem atendi-

das. Foi instituído um Conselho do Exército, composto de generais, além de dois oficiais comissionados e dois soldados rasos de cada regimento. Agora a unidade do Exército assumia a forma de uma organização. Foi então que começou a avançar sobre Londres, garantindo aos *City Fathers** que, “embora possais imaginar que uma cidade rica pareça uma isca tentadora a pobres soldados esfomeados”, eles não pilhariam a *City*, a menos que fossem enfrentados por sua milícia. A essa dúbia garantia seguiu-se uma declaração solicitando um expurgo no Parlamento e providências para sua dissolução, bem como a eleição de uma nova Câmara dos Comuns. Onze eminentes líderes presbiterianos foram acusados de traição. O Exército, com efeito, exigia ser verdadeiramente mais representativo do povo da Inglaterra do que a Câmara dos Comuns.

Embora o Exército tivesse operado uma intervenção decisiva na política como se ele fosse uma força unida, a luta pelo poder já se instalara em suas fileiras. Cromwell, que agora retomava o posto de general-de-exército, em breve começou a querer reinstaurar a disciplina militar “normal”; foram os agitadores e os *levellers* que continuaram a enfatizar as palavras contidas na *Declaração do Exército*, em 14 de junho, segundo a qual “ele não era um mero exército mercenário”, mas civis de uniforme, “convocados e animados pelas várias declarações do Parlamento a defender os justos direitos e liberdades do povo, bem como as nossas”, as quais “sustentariam e reivindicariam [...] contra todo poder arbitrário”.⁸

Quando o Exército do norte rebelou-se contra seu general, Sydenham Poyntz, elegeu agitadores e declarou seu apoio ao Exército do Sul, Fairfax ordenou que o oficial fosse solto imediatamente. O primeiro gesto dos generais, mal romperam com o Parlamento, foi de se voltarem para o rei, agora seu prisioneiro, de modo a usá-lo, bem como àqueles que lhe prestavam apoio, em contrapeso às exigências revolucionárias dos seus soldados rasos. Numa carta que, ao que se diz, Cromwell escreveu a um dos conselheiros do rei em julho, ele declarou

que era um designio iníquo e igualmente difícil, senão impossível, que uns poucos homens, que não pertenciam à mais alta condição, pretendessem instalar um governo popular em oposição ao rei e a seus partidários, aos presbiterianos, à nobreza e à pequena nobreza, enfim, a toda índole da nação, acostumada, durante tanto tempo, a um governo monárquico.

(*) Título concedido aos altos funcionários da *City* de Londres. (ED/LM)

Cromwell acreditava que a restauração da monarquia era essencial à estabilidade da propriedade e da ordem social (“Nenhum homem poderia gozar tranqüilamente de suas vidas e propriedades sem que o rei desfrutasse de seus direitos”). Entregou-se às negociações com tamanho entusiasmo que seu amigo e primo Oliver St. John teve de adverti-lo de que estava se envolvendo rápido demais com os interesses do rei. O efeito foi o de tornar Carlos mais obstinadamente confiante. “Não podereis ser bem-sucedidos sem mim”, afirmou; “arruinar-vos-eis caso eu não vos apoie”. Ireton precisou lançar estas palavras ao rosto do rei: “Senhor, tendes a intenção de ser o árbitro entre o Parlamento e nós; temos, porém, a determinação de o ser entre Vossa Majestade e o Parlamento”. Com isso chegaram a um impasse. O rei já escrevera a um dos que o apoiavam que havia esperança em “atrair os presbiterianos ou os independentes para se juntarem a mim, a fim de eliminarem uns aos outros”. Então “voltaria de fato a ser rei”. Como seria possível negociar com semelhante homem?

2

O avanço do Exército sobre Londres fora interrompido durante um mês, enquanto as negociações prosseguiram e o Parlamento não dava a menor demonstração de querer se render. Temendo o ressurgimento da guerra civil, os agitadores se tornaram indóceis, o que era compreensível. No dia 16 ou 17 de julho foi convocado o Conselho Geral do Exército, incluindo os agitadores, “com quem admitimos debater, embora com prudência”, conforme afirmava uma circular muito reveladora. O autor (provavelmente John Rushworth) prosseguia:

Não é mais que necessário que sejam [admitidos], considerando a influência que exercem sobre os soldados [...]. Seria uma singular demonstração de sensatez, da parte do general e dos oficiais, conduzirem-se desse modo, considerando que a atual disposição do Exército é pela unanimidade nos conselhos, incluindo novas pessoas entre eles. Isso torna possível bons acordos e resulta em pronta obediência [...]. Se levarmos em conta as alterações que se produzem entre os oficiais agora admitidos e os interesses dos oficiais que se foram,⁹ causa grande admiração que exista unanimidade.

Ao se reunir o Conselho do Exército, os agitadores pediram a marcha imediata sobre Londres. Cromwell manifestou-se demoradamente contra esse passo, enfatizando que, no lugar dela, deveria ser feita pressão para fortalecer a minoria da Câmara do Comuns, qu

compartilhava as opiniões políticas do Exército. Ela se alinhava, segundo afirmava ele,

do lado daqueles que vencem; [...] aquilo que nós e eles conquistamos por meio de uma ação desimpedida é duas vezes preferível a uma ação forçada e pertencerá mais verdadeiramente a nós e a nossos pósteros [...]. Na verdade podeis afirmar o que quiserdes, mas aquilo que se conquista pela força, eu considero como se de nada valesse [...]. Embora possais estar certos e eu errado, se a divisão se instalar entre nós, receio que todos incorreremos em erro.

A disputa, porém, se travava apenas em torno da questão de ocupar ou não Londres. Os generais tiveram de concordar com um avanço até os arredores da capital. Ele se iniciou no dia 19 de julho e onze parlamentares presbiterianos se retiraram do Parlamento.

Os presbiterianos, exasperados, convocaram o povo londrino, visando a seu apoio. Soldados desengajados, aprendizes, em favor de quem a Câmara dos Comuns votara recentemente uma folga mensal, e barqueiros declararam sua fidelidade ao Pacto e à Liga Solenes [Covenant] e exigiram a volta do rei. Invadiram a Câmara dos Comuns, a fim de forçar a sua aquiescência, e a milícia da *City* foi convocada (a primeira manifestação de apoio do populacho “à Igreja e ao rei” merece um estudo mais aprofundado: ela se tornou marca permanente da vida política inglesa depois que a revolução de 1688 impôs um acordo político bastante semelhante, em muitos aspectos, àquele que os independentes advogavam em 1647). Nove pares e 57 membros do Parlamento aderiram ao Exército, que começou a ocupar a capital no dia 6 de agosto. Os agitadores venceram a batalha tática, mas sua liderança seria superada.

Dissensões mais profundas se ocultavam por trás dessas disputas táticas. Diante da insistência de Cromwell em favor da unidade, os agitadores indagaram por algum tempo: “Unidade em torno de quê?”. Em 17 de julho Ireton apresentou as *Heads of Proposals*,* uma nova constituição que redigira juntamente com Cromwell e Lambert. Ela propunha parlamentos bienais, o direito a voto redistribuído de acordo com as contribuições à taxa, uma Igreja episcopal ligada ao

(*) Verdadeiro projeto Constitucional do Exército de Novo Tipo, submetido em julho de 1647 à Carlos I. Ele pretendia criar uma monarquia parlamentar e um sistema de tolerância religiosa, mas que manteria a realeza e mesmo o episcopado anglicano. A fuga do rei em novembro de 1647 tornou essas proposições obsoletas. (ED/LM)

Estado, porém modificada e que fosse tolerante em assuntos externos, bem como várias cláusulas específicas, que incluíam a confirmação da supressão da Corte de Tutelas (abolida por ordem da Câmara dos Comuns em fevereiro de 1646), a liquidação das leis e monopólios relativos às florestas, a reforma da lei dos dizimos. No entanto, o rei e as câmaras seriam mantidos e, embora o direito de voto devesse ser redistribuído, nada se afirmava a respeito de seu alcance. Segundo as palavras de Clarendon, os agitadores se pronunciavam “com insolência e confiança contra o rei e o Parlamento [...] e professavam tanta animosidade contra todos os lordes quanto contra o rei”.¹⁰

Uma vez ocupada Londres e ficando o Parlamento à mercê do Exército, os generais retomaram as negociações com o rei, na base das *Heads of Proposals*. Carlos, porém, se interessava unicamente em ganhar tempo até conseguir convencer uma tropa escocesa a invadir a Inglaterra e libertá-lo. Enquanto isso os *levellers* haviam apresentado sua própria constituição, o Acordo do Povo, que recebeu considerável apoio do Exército, sobretudo por parte dos agitadores. Em Putney, no final de novembro, essa constituição foi discutida no Conselho do Exército (em 18 de julho as *Heads of Proposals* haviam sido encaminhadas a uma comissão desse Conselho, a qual incluía agitadores, mas, na balbúrdia da ocupação de Londres, nada parece ter resultado desse encaminhamento). Foi em Putney que, pela primeira vez, as duas idéias sobre a futura constituição da Inglaterra se defrontaram. O comissário-geral Ireton, que se tornara genro de Cromwell, propôs a modificação da constituição existente ao estender geograficamente o direito de voto aos senhores de propriedades, aqueles que têm “um interesse permanente e fixo neste reino [...] aquelas pessoas em cujas mãos se encontram todas as terras, e aqueles membros das corporações em cujas mãos está todo o comércio”. Por outro lado, o coronel Rainborough e os *levellers* propuseram uma ampla extensão dos benefícios do direito de voto, exceto aos indigentes e aos trabalhadores assalariados.

Cromwell e Ireton também tiveram de defender suas negociações com o rei, às quais Rainborough havia se oposto, na Câmara dos Comuns. Seu “crédito e reputação haviam sido bastante arruinados”, conforme lhe disse o agitador Sexby cara a cara. Cromwell duvidava de que as propostas dos *levellers* fossem factíveis. “As expressões que elas contêm seriam muito plausíveis [...] caso conseguíssemos saltar de uma cláusula para outra”. Mas “como poderemos saber, enquanto nos entregamos a disputas sobre tais questões, se outro grupo não se reúne e apresenta um documento talvez tão plausível quanto este?”. O

que Cromwell desejava não era um esquema teórico perfeito, mas “que, então, como antes, o Senhor, segundo estou convencido no fundo de meu coração, una a todos nós em um só, de tal modo que Deus manifeste-nos aquilo que Ele desejaria que prosseguíssemos”. “Não nos basta propor boas coisas, mas convém a homens honestos e a cristãos” formular unicamente propostas que julguem dar certo. Os protestos de confiança não bastam: “Todos nós somos muito capazes de nos iludir e chamar de fé aquilo que talvez não passe de imaginação e raciocínio carnal”. Ele não estava “apegado e grudado a formas de governo”. As formas de constituição não passavam “de algo moral [...] lixo e esterco, em comparação com Cristo”. Ele queria evitar a qualquer custo “uma divisão real, que não admita a reconciliação”. Advogava a convocação de uma comissão e de um encontro onde todos se entregassem à oração. O outro lado acusou-o de jogar com o tempo “até que nossas gargantas sejam cortadas”. “Ajam, pois”, retrucou Cromwell, “mas que sejamos unidos em nossa ação.”

Enquanto Ireton concentrava-se em defender o direito de voto dos proprietários, Cromwell tentava estabelecer um meio-termo entre as duas posições. “Talvez exista um número considerável de arrendatários por herança que deveriam ter voz [...]” Embora o rei e a Câmara dos Lordes não devessem ser abolidos, seu poder poderia ser consideravelmente restringido. Deus talvez os tivesse assinalado para a destruição, “mas deixemos aqueles que assim pensam servir a Deus de tal modo que a coisa possa ser feita sem pecado e também sem escândalo”. Em 4 de novembro o Conselho do Exército votou contra Cromwell e Ireton, a favor de se estender o direito de voto a todos, com exceção dos criados, e, no dia seguinte, foi aprovada uma resolução determinando “que o Exército possa reunir todas suas tropas e que tudo se acerte”.¹¹ Havia planos de uma grande demonstração de solidariedade por parte dos tecelões de Spitalfield, que deveriam comparecer aos milhares na reunião das tropas. Cromwell imediatamente ficou em pé de guerra. Pronunciou-se indignado no Conselho Geral do Exército contra “o perigo dos princípios daqueles que procuravam dividir o Exército”, declarando que as propostas de sufrágio contidas no Acordo do Povo “tendiam por demais à anarquia”. A despeito da oposição, conseguiu que o Conselho do Exército solicitasse a Fairfax mandar os agitadores de volta a seus regimentos até que a reunião das tropas chegasse ao fim.

Enquanto isso, deu-se um acontecimento sensacional. O encontro das tropas estava marcado para o dia 15 de novembro. Em 11 de novembro o rei conseguiu fugir de seu cativeiro em Hampton Court. Seu

destino ainda era desconhecido do Exército, quando este se reuniu. Carlos, na realidade, escapara para a ilha de Wight, comandada pelo primo de Cromwell, Robert Hammond. O episódio favoreceu de tal modo Cromwell que muita gente chegou a acreditar que ele maquinara a fuga do rei. Tal fato não pode ser provado, mas, nesse sentido, há indícios que nos levam à dúvida, à parte o fato de que era algo que convinha a Cromwell. Oliver Cromwell visitou a ilha de Wight entre 4 e 12 de setembro, mas jamais surgiu uma explicação para esse deslocamento. Ele ocorreu logo após Hammond renunciar ao comando de seu regimento e ser nomeado governador da ilha (em 31 de agosto, confirmado pelo Parlamento em 6 de setembro). Isso se deu a pedido do próprio Hammond e a alegação apresentada foi que “ele encontrou o Exército decidido a descumprir todas as promessas feitas ao rei e nada queria ter com semelhantes perfídias”. No dia 10 ou 11 de novembro Cromwell escreveu a seu primo Edward Whalley, que comandava os guardas do rei em Hampton Court, prevenindo-o da existência de boatos de uma conspiração para assassinar o monarca. Whalley imediatamente mostrou a carta ao rei (por quê?), cujos planos de fuga já haviam sido combinados com John Ashburnham e sir John Berkeley. Eram esses dois realistas as pessoas por meio de quem Oliver e Ireton haviam conduzido negociações abertas e também clandestinas com Carlos. Clarendon descreve Ashburnham como completamente dependente de Cromwell e Ireton.¹² Berkeley fora especialmente escolhido pelos dois oficiais para ser mediador entre eles e o rei. Foi Ashburnham quem, após encontrar Hammond quando ia assumir o governo da ilha de Wight, recomendou que Carlos fosse para lá. Em 1656 Berkeley foi dispensado por Carlos II dos serviços que prestava a Jaime, duque de York, e tornou-se suspeito de estar em entendimentos com Cromwell, o que é corroborado por certas provas circunstanciais.

Um agravante a mais, sobre o qual é difícil obtermos testemunhos satisfatórios, refere-se a insinuações de contemporâneos, segundo as quais muitos outros oficiais do Exército eram, no fundo, partidários do rei ou a isso haviam sido persuadidos por agentes realistas. “Quem não sabe”, dizia Wildman, “que as forças a soldo se colocaram à disposição do rei quando ele estiver seguro em seu trono? Por acaso não houve muita gente em Ware manifestando-se a favor do rei e de sir Thomas [Fairfax]?”¹³ É provável que até mesmo muitos daqueles que aclamavam os agitadores e os *levellers* não conseguissem apreender as sutilezas políticas de suas idéias. Não havia dúvidas no que se referia ao pagamento de soldos atrasados e de indenizações; porém, o Acordo do Povo não era compreendido com a mesma clareza.

Tal explicação ajudaria a entender a facilidade com que foi suprimida a influência que os *levellers* exerciam sobre o Exército. Muitos deles, ao serem derrotados, negociaram com os realistas, considerando-os um mal menor do que Oliver Cromwell.

Se a evasão do rei e o prazo em que ela decorreu se deram sem obstáculos, Cromwell teria todas as razões para acreditar que gozava de especial proteção de Deus. No lugar de uma convocação geral do Exército, Fairfax ordenou a realização de três encontros separados. Quando o primeiro deles se deu em Corkbush Field, nas proximidades de Ware, as tropas ficaram sabendo da fuga de Carlos, mas não de seu paradeiro. Era plausível a iminência de outra guerra civil e todos os argumentos de Cromwell no sentido de se preservar a unidade do Exército foram subitamente reforçados. As tropas tiveram de enfrentar as admoestações de Fairfax, habilmente redigidas, nas quais ele repreendia os agitadores por dividirem o Exército naquele momento crítico, prometia pressionar para que os soldos fossem pagos com regularidade, bem como as pensões e indenizações, acenava com a pronta dissolução do Parlamento e com a reforma do direito de voto de tal modo que a Câmara dos Comuns passasse a ser, “tanto quanto possível, uma fiel representante do povo que a elegerá” (uma frase, sem dúvida, completamente ambígua, bem calculada para enganar os incautos). Se a disciplina militar não fosse restabelecida, Fairfax renunciaria ao comando.

Naquelas circunstâncias, não havia como resistir. Surgiram problemas com dois regimentos que se encontravam em Corkbush Field sem para isso terem ordem, pois preferiam seguir o voto do Conselho do Exército, que propunha um encontro geral, às ordens do general, que propunha três encontros separados. No entanto, após uma luta encarniçada, eles se submeteram. Um dos cabeças do movimento, o soldado raso Richard Arnold, foi morto e outros onze aprisionados. Os demais aceitaram a representação de Fairfax. Não ocorreu nenhum incidente nos outros dois encontros. Hammond enviou imediatamente seu capelão da ilha de Wight a fim de instar os oficiais seus companheiros “a fazerem uso de sua ascendência junto aos agitadores”, e mandou Berkeley de volta para que ele retomasse as negociações.

A vitória dos generais foi, porém, menos completa do que parecia, e essa falha nos permite perceber algo da solidez dos sentimentos de seus opositores. Foram enviadas representações a Cromwell e Ireton por parte de “dois terços do Exército”, prevenindo-os de que, “embora certamente perecessem naquela tentativa, não deixariam de lado nenhum empenho em levar o Exército a se alinhar com eles; e se

todos seus esforços falhassem, provocariam uma divisão no Exército e se juntariam àqueles que os apoiassem na destruição de seus adversários”. Cromwell decidiu — mas não pela primeira vez — “que se não conseguirmos levar o Exército a adotar nossas posições, devemos ir ao encontro das dele, pois uma divisão seria evidentemente destrutiva”. Em meados de dezembro Carlos rejeitou os termos do Parlamento em torno de um entendimento e assinou um acordo mediante o qual os escoceses propunham intervir com um exército a favor do rei. Em uma reunião do Conselho Geral, Cromwell reconheceu “que as pompas do mundo de tal modo haviam ofuscado seus olhos que ele não conseguia discernir com clareza as grandes obras que o Senhor vinha fazendo”. Não foi possível ressuscitar Richard Arnold, mas seus camaradas foram postos em liberdade e o Exército voltou a unir-se de fato e formalmente. No dia 3 de janeiro a Câmara dos Comuns votou contra quaisquer outras negociações com o rei. Na ocasião Cromwell manifestou-se energicamente a favor da moção e reforçou seus argumentos pondo a mão em sua espada. O gesto se repetiu daí a doze dias quando o Exército, mais uma vez, entrou em Whitehall a fim de convencer a Câmara dos Lordes a concorrer para com esse voto de desconfiança. Foi instituído um novo Conselho de Segurança, o qual gozou de considerável independência em relação ao Parlamento, e Cromwell dele participou. O Conselho Geral do Exército votou sua própria extinção em 8 de janeiro. Quando eclodiu a segunda guerra civil, o Conselho dos Oficiais, após a vitória, empenhou-se em exigir uma explicação de Carlos I pelo derramamento de sangue por ele provocado.

3

No verão de 1648 eclodiram revoltas em Gales do Sul, Kent e Essex, seguidas de uma invasão por parte dos escoceses. O levante em Gales do Sul foi liderado por antigos oficiais parlamentares, indivíduos oportunistas em relação a quem Cromwell se mostrou especialmente severo.¹⁴ Após a derrota um dos líderes foi morto e o mesmo aconteceu com aqueles que comandavam a defesa de Colchester, tomada por Fairfax após árduo e prolongado cerco. Quando comunicou ter derrotado em Preston o exército escocês invasor, no mês de agosto, Cromwell recomendou ao presidente Lenthall que “aqueles que se mostrarem inflexíveis e não pararem de provocar perturbações no país deverão ser prontamente destruídos”. Tudo leva a crer que ele já teria

tomado a decisão de que não havia outro modo de lidar com Carlos, e a pressão por parte do Exército deve ter sido forte, levando-o a adotar essa convicção.

Os presbiterianos, que eram maioria na Câmara dos Comuns, jamais ansiaram por uma vitória por demais decisiva para ambos os lados. Ainda esperavam que o rei os salvaria da “democracia herética”, isto é, a liberdade de discussão e organização para as classes baixas que o Exército advogava. Em maio de 1648 a Câmara dos Comuns passou um decreto de salvação contra a heresia e a blasfêmia. Retomou as melindrosas negociações com o rei, enquanto Cromwell perseguia os realistas derrotados na Escócia, em início de outubro e, em seguida, se dispunha a assediar Pontefract. Lá permaneceu durante seis semanas, o que era inexplicável, enquanto decisões grandiosas eram tomadas em Londres. Em 16 de novembro uma Representação por parte do Conselho de Oficiais, redigida por Ireton, exigia a promulgação da sentença de morte para Carlos e “seu principal comandante” em ambas as guerras. Em 6 de dezembro o Exército voltou a ocupar Londres e o coronel Thomas Pride realizou um amplo expurgo na Câmara dos Comuns. O golpe, ao que parece, partiu de Ireton e não de Cromwell. Este regressou a Londres declarando “que não tivera conhecimento da decisão mas, já que ela fora executada, ele aceitava de bom grado” (em 2 de dezembro ele aprovara, da mesma forma, a Reprimenda dos oficiais para que “se executasse rapidamente a justiça imparcial em relação a todos os ofensores, fossem eles quem fossem”).

“Nós, do Exército do norte, estávamos numa postura de espera, desejosos de ver para onde o Senhor nos conduziria”, dissera Oliver a Hammond havia alguns dias. Quais eram suas expectativas? A srta. Wedgewood sugere que ele esperava evitar um expurgo violento ao convencer a Câmara dos Comuns a realizá-lo em suas próprias fileiras.¹⁵ Do norte chegava-lhe uma curiosa correspondência com Hammond, freqüentemente citada, na qual Oliver parecia tentar tranquilizar a si mesmo tanto quanto a seu primo. “Como é fácil encontrar argumentos para aquilo que se seguiria e como é fácil ofender-se com essa gente a quem chamamos de *levellers* e, por outro lado, cairmos em extremos, envolvendo-nos com coisas execráveis” (6 de novembro de 1648). “Nossos raciocínios passionais nos armam ciladas.” “Observe-mos as providências tomadas, pois elas, com certeza, significam algo. São consistentes, têm-se mostrado claras, constantes, límpidas.” Não devemos agir “precipitadamente e sem fé”, mas, no momento, mostrar-se passivo pode ser mais perigoso do que ser ativo. Não será “o fruto da guerra passível de ser frustrado” por meio de contínuas nego-

ciações com o rei? “Não vos parece que este contínuo receio de que os *levellers* — que não inspiram medo — destruam a nobreza levou alguns deles a investigar minuciosamente a corrupção?” (25 de novembro). Cromwell, em sua correspondência com Robin Hammond, silenciava as próprias dúvidas.¹⁶

Os homens que agora estavam à frente dos acontecimentos, embora não sendo *levellers*, pertenciam a uma classe social significativamente mais baixa. Em 21 de novembro, Hammond, que manifestara escrúpulos em relação à política do Exército, foi removido da ilha de Wight e substituído pelo coronel Ewer, um antigo empregado doméstico. O coronel Thomas Harrison, que levou o rei para Windsor após o expurgo realizado no Parlamento Longo pelo coronel Pride, era filho de um açougueiro ou engordador de gado. O próprio Pride, que expurgou a pequena nobreza rural na Câmara dos Comuns, sem para isso ter ordens de Fairfax, segundo se comentou, fora carroceiro ou empregado de um cervejeiro; o coronel Okey tinha sido fabricante de velas de sebo; Hewson, sapateiro; Goffe, vendedor de sal; Barkstead, ourives ou fabricante de dedais; Berry, empregado de uma oficina metalúrgica, e Kelsey, fabricante de botões. Quando o coronel Philip Jones nasceu, seu pai recebia de 8 a 10 libras por ano. Não precisamos encarar esses fuxicos contemporâneos muito literalmente, mas permanece válida a observação de que os homens que assumiram o poder em dezembro de 1648, e que foram responsáveis pela execução de Carlos I, situavam-se bem abaixo da posição social ocupada pelos tradicionais dirigentes da Inglaterra. Uma comissão do Exército, que se reuniu em 15 de dezembro “para avaliar os melhores meios e razões para a rápida entrega do rei à justiça”, bem como de outros grandes criminosos, não contava com ninguém acima da patente de tenente-coronel. “O que eram os lordes da Inglaterra se não coronéis de Guilherme, o Conquistador? Ou os barões, que não passam de seus majores? Ou os cavaleiros, apenas seus capitães?”, foi a pergunta que se fez até mesmo anteriormente, durante a guerra civil.¹⁷ Tais homens tinham opiniões sociais que poderiam muito bem alarmar os rebentos de antigas famílias como os Hammond e os Cromwell.

Hammond foi detido em 28 de novembro, no mesmo dia em que solicitou-se a Oliver seu imediato regresso a Londres. A viagem levou oito dias e, quando ele chegou, o expurgo havia terminado. Enquanto isso, Ireton conferenciava com os *levellers*, trabalhando numa nova versão do Acordo do Povo. Já em Londres, Cromwell tentou salvar a vida de Carlos. Ireton, ao que parece, chegou mais cedo a uma decisão. Burnet, bem informado e quase seu contemporâneo, conta-nos

que ele “era a pessoa que encaminhou a questão, pois Cromwell mantinha certas dúvidas em relação a ela”.¹⁸ Somente no final de dezembro Cromwell admitiu publicamente que “a providência de Deus disso nos encarregou”, numa fala dirigida à Câmara dos Comuns. Porém, assim que chegou a uma decisão sobre o julgamento e a execução, Cromwell entregou-se ao assunto com aquele empenho que sempre demonstrava após tomar uma resolução e depois que Deus se fizera ouvir. “Eu vos digo que cortaremos a cabeça dele com coroa e tudo”, declarou ao ouvir os argumentos de Algernon Sidney contra a validade de se constituir um tribunal. Quando um dos juizes protestou durante o julgamento, ele ordenou que se calasse. Ao que se dizia, segurou a mão de Richard Ingoldsby, forçando-o a assinar a sentença de morte. Fora da Câmara dos Comuns ele afirmava que “aqueles que nela estão aporão suas assinaturas e eu as terei agora”.¹⁹

O expurgo efetuado por Pride no Parlamento foi seguido de um expurgo semelhante em Londres. O Parlamento decidiu que os realistas ou as pessoas que desde dezembro de 1647 haviam apoiado um pacto pessoal com o rei não poderiam participar de eleições ou serem eleitas para o Conselho da Câmara dos Comuns. O resultado foi que dois terços dos membros daquela casa perderam suas cadeiras e foram substituídos por radicais.²⁰ Houve alterações semelhantes em muitas outras cidades, embora até hoje não tenham sido suficientemente pesquisadas.

A execução do rei significou um caminho sem retorno. Daí em diante um acordo entre os líderes do Exército e os realistas derrotados se tornou impossível ou pelo menos muito tempo se passaria antes que ele viesse a se concretizar. O expurgo de Pride havia afastado igualmente os parlamentares conservadores. O recurso brusco à força militar enfureceu os *levellers* e muitos radicais que apoiavam a revolução. Encaravam o novo regime cada vez com mais desconfiança à medida que ele punha em prática parte de seu plano de ação de um modo que eles achavam totalmente inaceitável. Em breve haveriam de se revoltar contra isso. A república inglesa se apoiava numa base social muito precária.

V

O LORDE GENERAL
1649-53

Como nos comportaremos, após tamanhas graças? O que está obrando o Senhor? Que profecias estão sendo cumpridas? Haverá um Deus como o nosso? Conhecer Sua vontade, cumprir Sua vontade, tudo isso emana Dele.

Cromwell ao reverendo John Cotton, Boston,
Nova Inglaterra, 2 de outubro de 1651

Todo bom cidadão da República é diligente; alguns advogam meios de vida para a maioria e outros advogam a liberdade para a maioria; com efeito, tudo o mais os homens procuram propiciar à maioria; mas, oh, quão pouca diligência se encontra entre eles quando se trata de promover o reino de Nosso Senhor Jesus Cristo para a maioria!

Stephen Marshall, *A Sermon preached to the Honourable House of Commons* [Sermão pregado à ilustre Câmara dos Comuns]. 26 de janeiro de 1648.

I

A incômoda dualidade de poder que existira desde a primeira intervenção do Exército na política, em 1647, agora havia chegado ao fim. Não podia haver mais dúvidas sobre onde se assentava o verdadeiro poder. Cromwell foi o primeiro presidente do Conselho de Estado que a Câmara dos Comuns instituiu em 17 de fevereiro de 1649, embora ele se sentasse lado a lado com os pares. Foi sem dúvida com sua aprovação que à execução do rei seguiram-se as do duque de Hamilton, conde de Holland, lorde Capel e o coronel Poyer, líderes dos realistas de 1648. Em discurso dirigido ao Conselho Geral dos Oficiais em 23 de março, Cromwell referiu-se àquelas execuções como “um grande fruto” da segunda guerra civil que Deus lhes havia propiciado. Como sempre, argumentava “que é mais grave o risco do perigo provocado pela desunião entre nós do que por qualquer coisa que parta dos nossos inimigos”. Relacionava tais inimigos numa ordem crescente de desagrado: “Prefiro ser atropelado pelos interesses dos realistas que pelos interesses dos escoceses; prefiro ser atropelado pelos interesses dos escoceses que pelos interesses dos irlandeses; e penso que, de todos, estes são os mais perigosos”. “Isso deveria despertar todos os ingleses, que talvez estejam bastante desejosos de que ele [Carlos Stuart] houvesse chegado a uma conciliação, mas não [que] ela devesse vir da Irlanda ou da Escócia.”

Carlos I não fora executado obedecendo a um espírito de doutrinismo republicano. Havia republicanos entre os membros do Rabo

do Parlamento Longo* — Henry Marten e Edmund Ludlow —, mas Cromwell parece ter favorecido, com certa consistência, um acordo “que incluísse algo do poder monárquico”, conforme declarou em dezembro de 1652. Os *levellers* e outros republicanos se opuseram à nova república. A monarquia foi abolida formalmente na Inglaterra apenas em 17 de março e a Câmara dos Lordes, dois dias depois. Disse Cromwell aos escoceses, daí a quinze meses, que esta casa estava “naquele momento muito decidida a declinar dos direitos do povo, obstruir aquilo que o pudesse salvar e sempre disposta a adotar os interesses do rei contra as liberdades populares”. Em 1653 ele declarou aos edis de Londres “que a cabeça do rei foi cortada não porque fosse rei, e nem os lordes foram postos de lado por serem lordes [...] mas porque eles não cumpriram com seus encargos”. Era uma objeção pragmática, não ideológica. Pode-se suspeitar que considerações financeiras talvez tivessem auxiliado a apontar até mesmo para a abolição da monarquia e da Câmara dos Lordes, pois imediatamente procedeu-se à venda de propriedades pessoais da família real e dos realistas que se recusaram a transigir, e tudo isso com a finalidade de pagar o Exército que seria enviado à Irlanda, para cujo comando Cromwell foi nomeado em 15 de março de 1649.

Nesse meio tempo Oliver entregava-se à tarefa costumeira de tentar reatar relações com os presbiterianos, a quem derrotara tão recentemente, tanto antes quanto após a execução. Tal reatamento se daria à custa dos *levellers*, contra quem se dirigira a maior parte de seu discurso no Conselho dos Oficiais. Os *levellers* sentiam que haviam sido logrados pelos oficiais, na medida em que o expurgo da Câmara dos Comuns, a execução do rei e a abolição da Câmara dos Lordes não se fizeram acompanhar de uma realização dos objetivos do Acordo do Povo. Esse documento exercera seu papel e agora estava esquecido. Não havia o menor indício de que a Câmara dos Comuns se dissolveria, nenhuma ampliação ou distribuição do direito de voto, nem reforma da lei ou abolição dos dizimos, bem como quaisquer outras reformas sociais por todos debatidas. No lugar disso o que se via era a ditadura militar declarada e os *levellers* receavam o aumento da ambição de Oliver. “Basta que se fale de qualquer coisa com Cromwell”, dizia um panfleto dos *levellers* em 21 de março de 1649, e “ele imediatamente leva a mão ao peito, ergue os olhos para o céu e invoca Deus em seu testemunho; é capaz de chorar, gemer e arrepender-se, mas, en-

(*) Nome pelo qual ficou conhecido o Parlamento Longo após a depuração empreendida pelo coronel Pride em dezembro de 1648. (N. T.)

quanto isso, no fundo está nos golpeando.” “Oh, Cromwell! Quais são tuas aspirações?”¹

Os líderes dos *levellers* foram detidos e arrastados perante o Conselho de Estado, onde Lilburne, com o ouvido colado à fechadura, ouviu Cromwell esmurrar a mesa e gritar:

Digo-vos, senhor, que não tendes outro modo de lidar com tais homens a não ser sujeitando-os, caso contrário eles vos sujeitarão; sim, e lançarão toda a culpa do sangue derramado, do tesouro gasto neste reino sobre vossas cabeças e ombros, com o que frustrarão e esvaziarão todo o labor em que [...] vos empenhastes [...]. Seremos sujeitados e dominados por uma geração de homens tão vis e desprezíveis.

Havia decorrido apenas três meses desde que Oliver garantira a Robin Hammond que o temor aos *levellers* não existia. Agora, porém, os interpelava e, com efeito, pode ter mesmo querido dizer que os *levellers* eram por demais “vis e desprezíveis” para serem temidos. Uma razão para isso talvez se deva ao fato de que os *levellers* estendiam suas atividades políticas a todo o país a partir de Londres e do Exército.²

Quando se tomou a decisão de enviar um exército à Irlanda,³ aproveitou-se a ocasião para depurar os regimentos influenciados pelos *levellers*. Estourou um motim em Londres e Robert Lockyer, que lutara durante toda a guerra civil, foi morto como cabeça do movimento. Apesar disso, ocorreram motins em mais quatro regimentos no mês de maio, e estes se transformaram numa revolta em grande escala dos *levellers*. O Parlamento declarou que a sublevação do Exército era traição. A revolta foi dominada após um fulminante ataque noturno desfechado por Cromwell contra os rebeldes em Burford, e com insinuações de que houvera traição por parte dele. Três líderes foram mortos após se renderem, e um quarto, William Thompson, foi preso e fuzilado daí a três dias. A rebelião do *levellers* chegara ao fim. Fairfax e Cromwell regressaram a Oxford, onde aquela universidade, outrora realista, lhes concedeu graus honoríficos. De lá partiram para Londres, onde foram festejados pela *City*. Nessa ocasião evocou-se a maldição bíblica que recai sobre aquele que remove as divisas das terras de seu vizinho.⁴ A propriedade estava salva.

2

Os dois motins — o de 1647 e o de 1649 — foram provocados pela recusa da tropa em ser recrutada e mandada para a Irlanda. Àquela al-

tura, porém, não havia a menor possibilidade de apoio por parte dos generais. Estes agora eram o governo, o qual decidira que a Irlanda deveria ser subjugada de uma vez por todas. Havia muitas razões para isso. Os irlandeses estavam revoltados desde 1641. O esmagamento da revolta vinha sendo adiado unicamente porque nem o rei nem o Parlamento confiavam ao outro o comando das forças a serem enviadas. Agora, porém, a questão do poder na Inglaterra havia sido finalmente decidida. Nesse ínterim a Irlanda, durante sete anos e meio, era uma verdadeira porta escancarada à invasão estrangeira. Não se tirou vantagem desse fato, já que as grandes potências da Europa continental se achavam engajadas na Guerra dos Trinta Anos. Os Tratados de Westfália, em 1648, haviam colocado um ponto final na guerra alemã, embora a França e a Espanha, os mais perigosos adversários em potencial da Inglaterra, prosseguissem lutando. Havia muitas tropas alemãs, agora desmobilizadas, que poderiam ser usadas para invadir a Irlanda. As esperanças recaíam sobretudo no duque de Lorena, no período compreendido entre 1645 e 1651.⁵ Era possível que a rapidez com que se enviou Carlos I ao cadafalso fosse em parte motivada pelo receio de uma intervenção estrangeira; o que é certo é que o regicídio intensificou a hostilidade com que a causa parlamentar era encarada pelos monarcas do continente. Se Carlos Stuart devesse sentar-se no trono inglês, o caminho mais plausível deveria passar pela Irlanda. Aqueles que o apoiavam na Inglaterra haviam sido derrotados em duas guerras civis; o partido hamiltoniano na Escócia, pró-realista, caiu em descrédito em seguida à desastrosa e ineficaz invasão da Inglaterra em 1648. Agora Carlos só conseguiria obter o apoio da Escócia por meio de uma rendição impensável para o partido da presbiteriana Kirk. Na Irlanda, porém, ainda havia exércitos em campo que se opunham de todo coração ao Parlamento regicida. Além do mais, o príncipe Rupert rondava o litoral com uma esquadra de oito navios.

A situação irlandesa se apresentava confusa. Um exército, comandado por George Monck, professava lealdade ao Parlamento e suas bases se assentavam precariamente em Dublin e arredores. O marquês de Ormonde comandava um exército de colonos protestantes ingleses, embora nem todos os seus partidários nominais fossem realistas entusiasmados. Uma demonstração de força, promovida pelos parlamentares na Irlanda, poderia facilmente angariar apoios. Os católicos estavam divididos em duas facções: a dos Velhos Ingleses, a maior parte dos quais era de realistas moderados, e a dos membros das tribos de Ulster, que prestavam obediência a Owen O'Neill e se mostravam hostis em relação a todos os ingleses. Havia também um grupo de

escoceses de Ulster que, a exemplo de seus conterrâneos, estavam divididos entre seu ódio ao papado e seu ódio ao regicídio e à tolerância religiosa.

O problema era encontrar uma fórmula que unisse na medida do possível todos esses grupos tão diversos. Ormonde esperava promover a união dos colonos ingleses e escoceses com os irlandeses e contra a república regicida. O'Neill, que cooperava com o núncio papal Rinuccini, esperava unir todos os irlandeses católicos em obediência nominal a Carlos, arrebatando assim a liderança dos colonizadores ingleses e promovendo uma frente comum dos irlandeses. O Parlamento podia lançar mão do temor e do ódio da maioria católica para, pelo menos, neutralizar a maior parte dos colonos ingleses e escoceses. Deu-se um momento curioso, em maio de 1649, quando Monck, à testa das forças parlamentares, assinou um armistício que envolvia a cooperação militar com O'Neill em oposição à tentativa de Ormonde, que pretendia unir os colonizadores ingleses e escoceses em torno de Carlos. Esse fato coincidiu com a política dos *levellers* em relação à Irlanda, que era unir o povo dos dois países ("a causa dos naturais da Irlanda ao procurarem suas justas liberdades" — essas palavras são atribuídas a Walwyn — "era idêntica à nossa, na medida em que nos empenhá-vamos em nos subtrairmos e nos libertarmos do poder dos opressores"⁶). Se os *levellers* tivessem conseguido assumir o controle do exército inglês, a história das relações anglo-irlandesas poderia ter sido muito diferente e muito mais ditosa. Somente no dia 25 de março — três dias antes da detenção de Lilburne, Walwyn e Overton — o Conselho dos Oficiais decidiu que o exército na Irlanda não deveria ser usado nem para "erradicar os naturais de lá, nem os despojar de suas propriedades".

No entanto o armistício de Monck não possui significado ideológico. Esse austero soldado profissional preocupava-se unicamente em ganhar tempo e em preservar seu exército até que a força expedicionária inglesa viesse em seu socorro. Quando as notícias do armistício alcançaram a Inglaterra, os *levellers* haviam sido batidos em Burford. Durante dois meses o povo inglês não tomou conhecimento da realização do armistício. Quando ele foi revelado finalmente no mês de agosto, Monck foi censurado publicamente pela Câmara dos Comuns. Leal, ele ocultou o fato de que Cromwell e o Conselho de Estado estavam o tempo todo a par do que acontecia, e Cromwell, mais tarde, não haveria de se esquecer desse gesto. Em outubro de 1649 Cromwell, numa carta dirigida ao Parlamento, enfatizou a cooperação entre O'Neill e Ormonde, "de tal modo, espero, que alguns amigos indignados con-

cluirão que já é mais do que tempo de não mais sentir ciúmes daqueles que lhes deveriam merecer caridade”.

Àquela altura a força expedicionária inglesa estava pronta para velejar em direção à Irlanda sob o comando de Cromwell. A brutalidade da conquista desse país não é um dos aspectos mais agradáveis da carreira de nosso herói e não tenho a menor intenção de desculpar sua conduta. Precisamos, porém, colocar essa campanha e suas consequências em perspectiva histórica, tentando enxergá-la através dos olhos de Cromwell e de seus contemporâneos, bem como de seus pósteros. Em primeiro lugar, embora Cromwell seja responsável pela conduta militar da conquista, a linha de ação que a orientava não lhe cabia inteiramente. Ela pertencia ao governo inglês como um todo. Esse aspecto da política do Rabo do Parlamento Longo não era popular em si perante outras facções da classe dirigente inglesa. O fato de que os irlandeses católicos devessem subordinar-se à Inglaterra era ponto pacífico para ambos os partidos no Parlamento Longo de 1641-42. A disputa se exercia unicamente em torno do comando do exército que deveria subjugar-los. O ódio e o desprezo que os ingleses, senhores de propriedades, sentiam pelos irlandeses é algo que podemos deplorar, mas que não deveremos escamotear. Até mesmo o poeta Spenser, que conhecia bem a Irlanda, o filósofo Bacon e o poeta Milton, que acreditava apaixonadamente na liberdade e na dignidade humana, compartilhavam da visão de que os irlandeses eram culturalmente tão inferiores que sua subordinação se tornava natural e necessária. A hostilidade religiosa reforçava o desprezo cultural. As considerações estratégicas que mencionei, reforçadas pelas ansiedades despertadas pela segunda guerra civil, acrescentaram elementos de temor ao desprezo e ao ódio. Um grande número de ingleses civilizados, pertencentes à classe dos proprietários no século XVII, referia-se aos irlandeses em tom não muito diferente daquele que os nazistas empregavam em relação aos eslavos ou do que os sul-africanos brancos usam para os primitivos habitantes de seu país. Em cada um desses casos o desprezo racionalizava o desejo de explorar. Nesses assuntos Cromwell não era melhor ou pior do que o inglês médio de sua época e de sua classe. Somente alguns poucos intelectuais da esquerda radical, na Inglaterra, parecem ter estado isentos dessa estupefata atitude. Sua influência ideológica era tênue, já que ia contra as extremadas conceituações protestantes adotadas pela maior parte dos radicais. As tropas de Cromwell na Irlanda, embora compostas de muitos soldados que na Inglaterra haviam apoiado os *levellers*, não demonstravam a menor disposição de confraternizar com os naturais da Irlanda.

O que Cromwell não parece ter decidido, enquanto comandante militar e um dos dirigentes do governo inglês, foi a subjugação rápida, decisiva e pouco custosa da Irlanda. Havia muitas razões para isso. Em primeiro lugar, a situação internacional, a possibilidade de uma intervenção estrangeira, via Irlanda, a fim de se restaurar a monarquia, exigiam que a porta dos fundos fosse imediatamente trancada. Carlos Stuart, que agora se autodenominava Carlos II, chegou a Jersey, a caminho da Irlanda, poucos dias após o massacre de Drogheda. Em segundo lugar, a situação interna na Inglaterra, onde o governo tinha a consciência da hostilidade à direita e à esquerda, exigia vitórias rápidas, sem a imposição de pesados encargos em relação àqueles que pagavam impostos. A campanha da Irlanda bem como as forças navais foram financiadas pelas vendas das terras das decanias e capitulos, bem como pelas rendas das fazendas reais. Enormes somas foram levantadas na Inglaterra, no início da década de 1640, tendo como penhor as terras irlandesas, pois desde cedo houve a intenção de se proceder a extensos confiscos. O reembolso, às custas dos proprietários de terras irlandesas, muito faria para consolidar o apoio dos homens de dinheiro em favor do regimento republicano. A Irlanda era, em todos os sentidos, a primeira colônia inglesa.

Em terceiro lugar, não devemos permitir que a falta de visão nos iluda sobre a precariedade da posição pessoal de Oliver. Sabemos que ele voltou de suas vitórias irlandesas com um enorme prestígio. Isso, porém, não era de todo previsível. A Irlanda fora o túmulo de muitas reputações militares a partir do que sucedeu ao conde de Essex no reinado de Isabel. A posição que este último ocupava na política inglesa parecia muito mais segura antes de ele embarcar para a Irlanda do que a posição de Cromwell em 1649. A Irlanda, segundo dizia um correspondente do conde de Strafford, “era o último refúgio da esperança desesperada [...] para onde nenhum homem eminente se dirigia, sendo para ali arrastado como o meio mais seguro de sua derrocada”. Com efeito, era bastante provável que muitos daqueles parlamentares que impuseram o comando a um Oliver pouco desejoso de o exercer houvessem agido assim na esperança de o rebaixar. Se ele acaso se visse envolvido por uma prolongada campanha na Irlanda, o controle do governo, na Inglaterra, poderia muito bem passar para as mãos de homens hostis a ele e a tudo o que ele representava. Tais considerações talvez não bastem para desculpar a conduta de Oliver em suas campanhas irlandesas, mas, pelo menos, ajudam a explicar sua cruel resolução de quebrar para sempre e com rapidez a resistência irlandesa ao menor custo possível.

Ele, com toda certeza, correu riscos nessa campanha. Em nenhum outro momento sua preocupação com os detalhes da preparação militar surge com tanta evidência quanto nos seis meses que decorreram entre sua nomeação como comandante-em-chefe e sua partida para a Irlanda. Antes de aceitar o comando que lhe era oferecido, afirmou ao Conselho Geral dos Oficiais que, se acaso seu nome fosse usado para atrair recrutas, ele precisaria “estar plenamente equipado no que se referia a uma provisão justa e adequada para eles antes de sua partida”. Finalmente aceitou o comando, um dia após a detenção de Lilburne, Walwyn e Overton, mas sob a condição de que tal comando fosse “suficientemente provido” de meios. Foi membro da comissão que convenceu a *City* a emprestar 120 mil libras tendo como penhor, *inter alia*, a venda dos rendimentos das fazendas reais. O banquete que a *City* ofereceu a Fairfax e a Cromwell não significou apenas o agradecimento pela subjugação dos *levellers*, mas também uma vigorosa demonstração de apoio ao comandante da expedição irlandesa, que merecera a oposição dos mesmos *levellers*.

Cromwell mostrou-se sensato ao insistir num apoio financeiro adequado. Devia conhecer o ditado popular: “Longe dos olhos, longe do coração”. No dia 25 de junho um jornal publicou a carta que sir Charles Coote enviara a Cromwell queixando-se de que seus seis regimentos na Irlanda haviam recebido o pagamento de oito meses em oito anos. No prazo de quatro dias a Câmara dos Comuns votou a soma de 400 mil libras, retiradas do imposto de consumo, destinando-a ao Exército, e autorizou um empréstimo suplementar de 150 mil libras. Cromwell demorou-se em Bristol durante um mês, de meados de julho a meados de agosto, quando as 100 mil libras em dinheiro, a ele prometidas, finalmente chegaram. Havia garantido às tropas que elas não embarcariam enquanto não tivessem essa importância na mão. No dia 2 de agosto, dez dias antes de Oliver embarcar, Michael Jones, sucessor de Monck no comando do exército parlamentar na Irlanda, havia obtido uma vitória esmagadora sobre as forças de Ormonde, em Rathmines. O armistício com O'Neill, tendo cumprido sua finalidade, agora poderia ser repudiado com impunidade.

A primeira medida de Cromwell, ao chegar à Irlanda, foi proibir saques ou pilhagens. Era uma ordem que não poderia ser imposta a um exército que não fosse pago e ela introduziu um novo elemento na guerra contra os irlandeses. Para reforçar as ordens de Cromwell, dois homens foram enforcados por se entregarem ao saque. Isso imediatamente causou efeito sobre os soldados protestantes de Ormonde e muitos deles desertaram, unindo-se ao exército parlamentar. Ormon-

de escreveu a Carlos Stuart declarando que receava mais o dinheiro do que a cara de Cromwell, no que tinha razão. Antes de partir da Inglaterra, Cromwell se assegurara da cooperação de lorde Broghill, antigo realista filho de Richard Boyle, primeiro conde de Cork, o mais famoso de todos os colonizadores da Irlanda que se entregou fartamente ao saque. (“Se tivesse existido alguém como Boyle em cada província”, disse Oliver, “seria impossível aos irlandeses deflagrarem uma rebelião.”) As intrigas de Broghill haveriam de levar muitos colonizadores irlandeses protestantes a aceitar o comando do Parlamento e ele haveria de se transformar numa figura significativa na futura carreira de Oliver.⁷

No dia 11 de setembro ocorreu o saque e o massacre de Drogheda. Virtualmente toda a guarnição e os padres capturados foram mortos. Montaigne escrevera, quase setenta anos antes, a respeito “do costume que temos, nas guerras, de punir, e com morte, aqueles que se empenham obstinadamente em defender um posto que, de acordo com as regras da guerra, não pode ser guardado”.⁸ Cromwell intimara a pequena cidade e prevenira seus moradores das consequências de prolongar uma resistência inútil. Ainda assim, a selvageria do massacre foi diferente de tudo o que sucedera nas guerras civis inglesas, com exceção do ocorrido com os partidários das forças irlandesas. O acontecimento evocou os horrores da Guerra dos Trinta Anos. Cromwell, em seu comunicado ao presidente do Conselho de Estado, esperava que “essa amargura poupará muito derramamento de sangue”. Um historiador moderno chegou a comparar o massacre à queda da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, que levou à rendição dos japoneses em 1945.⁹ Num comunicado mais refletido, endereçado ao presidente da Câmara dos Comuns, Cromwell mais uma vez demonstrou sua ansiedade de que o Parlamento não o mantivesse financeiramente assistido:

embora possa parecer muito oneroso ao Estado da Inglaterra manter uma força tão grande, ainda que para prolongar um pouco a presente situação, de acordo com a Providência divina e na esperança de que a despesa não se prolongará por muito tempo, confio que aqueles que não possuem princípios irreconciliáveis ou maliciosos não julgarão descabido que eu solicite constantes reforços, o que, de acordo com as probabilidades humanas e os meios materiais, certamente poderá apressar e aperfeiçoar este nosso empenho. Com efeito, se prouver a Deus finalizá-lo aqui conforme o fez na Inglaterra, a guerra haverá de se pagar a si mesma.

Uma semana após o massacre de Drogheda, o Conselho de Estado escreveu a Cromwell dando-lhe instruções no sentido de que se apro-

priasse de todas as propriedades confiscadas na Irlanda e delas extraísse a renda mais alta possível usando o dinheiro apurado para com ele pagar o exército. A guerra não se financiaria a menos que terminasse rapidamente. Portanto, o massacre de Drogheda foi seguido por outro em Wexford, durante muito tempo um espinho atravessado no coração dos comerciantes ingleses enquanto centro de onde partiam corsários. A cidade também se recusou a se render e, após um cerco de oito dias, foi saqueada. Cerca de 1500 a 2000 soldados, padres e civis foram chacinados. Segundo o relato de Cromwell, como os habitantes estavam mortos ou haviam fugido, a cidade ficou à disposição dos colonizadores que ali quisessem estabelecer-se. “É um belo lugar para a congregação piedosa”, escreveu o reverendo Hugh Peter, “onde casas e terras aguardam habitantes e lavradores.”¹⁰ A notícia chegou à Inglaterra a tempo de contrabalançar o efeito negativo que a absolvição de Lilburne por um júri londrino, em 26 de outubro, exercera sobre o governo.

A essa altura as perdas provocadas pelas ações militares, a doença e a necessidade de substituição das guarnições haviam reduzido as forças de Oliver de 15 para 5 mil homens. Ele havia chegado àquele estágio perigoso que tantos exércitos ingleses na Irlanda não conseguiram ultrapassar. “Não se pode imaginar”, escreveu Ormonde, “quão grande é o terror que estas vitórias e a força dos rebeldes provocaram sobre este povo. Ele se mostra de tal forma atônito que é com a maior dificuldade que consigo persuadi-los a agir como homens, tendo em vista a própria preservação.” A isto se pode contrapor que unicamente o terror que o nome de Cromwell despertava entre os católicos irlandeses conseguiu salvá-lo do destino de tantos predecessores, juntamente com o prestígio que seus sucessos alcançavam junto aos colonizadores protestantes, os quais Broghill trouxe em grande número. Não devemos esquecer, porém, dos suprimentos de remédios e comida providenciados por Cromwell, o que ele fez com mais eficácia do que qualquer outro comandante inglês na Irlanda até aquela época.

Oliver continuou a se apressar, prolongando a campanha inverno adentro e mais do que seria normal (“Não poderíamos satisfazer nossas consciências e mantermos nossas forças em campo”, escreveu em 26 de outubro, “não fora a esperança de poupar vidas ao agirmos assim [...] e perseguirmos o inimigo, enquanto a ira de Deus se desencadeia sobre ele.”). Ao escrever ao Parlamento em 14 de novembro, solicitando dinheiro, roupas, sapatos e meias para as tropas, ele insistiu que “o prolongamento de vossa ajuda, neste momento, é o meio mais proveitoso e rápido” de tornar a Irlanda “não um fardo para a Ingla-

terra, mas uma parte proveitosa de sua república”. “E se não julgasse tal fato de vosso maior interesse, eu, em absoluto, vos incomodaria com isso.” A conquista e a colonização eram uma operação comercial. O dinheiro, as botas e meias foram enviados imediatamente. “Uma parte considerável de vosso exército”, comunicou Cromwell em 25 de novembro, “se acha mais habilitada a baixar num hospital do que a marchar para o campo de batalha.” Ele, porém, ainda demorou mais três semanas para recolher-se aos quartéis, continuando a assinalar que as forças irlandesas “ainda têm uma parte considerável da Irlanda as apoiando; todos os seus naturais são amigos delas, mas inimigos nossos”. Era preciso que o dinheiro continuasse a ser fornecido, e o mar deveria ser patrulhado a fim de impedir que víveres e munição chegassem do continente. Era a guerra de guerrilha, com a qual nos familiarizamos no século XX, sendo que a grande massa da população simpatizava com os guerrilheiros, em oposição aos invasores. A selvageria parece ser um acompanhamento inevitável de tais guerras.

A política de Cromwell alcançou êxito. O Jovem Pretendente, como os panfletos contemporâneos o chamavam, ainda se encontrava à espera em Jersey. Somente em fevereiro de 1650 ele deixou de lado quaisquer esperanças em relação à Irlanda e regressou ao continente. Ormonde ainda tinha mais tropas que Cromwell, mas não contava com dinheiro e suprimentos adequados. Suas fortificações não conseguiam enfrentar a vigorosa e móvel artilharia inglesa. Em consequência, ele perdeu influência junto aos irlandeses e o prestígio dos habitantes de Ulster e dos padres aumentou. Um número cada vez maior de colonizadores protestantes transferiram sua fidelidade ao Parlamento. Cromwell aproveitou-se da ocasião para emitir uma declaração que fazia uma distinção nítida entre os católicos ingleses, a quem considerava responsáveis em sua totalidade pela rebelião de 1641, e os colonizadores ingleses.

Outrora a Irlanda foi unida à Inglaterra. Os ingleses possuíam bons patrimônios, que muitos deles compraram com seu dinheiro [...]. Arrendaram boas terras dos irlandeses e durante um tempo prolongado; nelas mantinham muito gado, bem como casas e plantações formadas por sua conta e risco [...]. A Irlanda se encontrava em perfeita paz [...] por meio do exemplo da indústria inglesa, por meio do comércio e do tráfico, aquilo que estava nas mãos de seus naturais lhes era mais útil do que se a Irlanda inteira lhes pertencesse [...]. Achais porventura que o estado da Inglaterra dispenderá cinco a seis milhões de libras¹¹ simplesmente para convencer os compradores a investir naquilo pelo qual desembolsaram pouco acima de um quarto de um milhão de libras? Embora isso seja de

inteira justiça e, assim sendo, confio em sua razoável execução em favor deles.

Havia, porém, uma razão ainda melhor.

Conseguimos (com a assistência de Deus) propor e manter o brilho e a glória da liberdade inglesa numa nação onde temos o direito indisputável de o fazer; por essa razão o povo da Irlanda [...] poderá participar igualmente de todos os benefícios usando da liberdade e da fortuna em pé de igualdade com os ingleses, contanto que não recorra às armas.

Vale a pena examinar melhor as implicações contidas nesse trecho, para melhor entendermos a “liberdade inglesa” tal como Cromwell a definia. Sete meses antes Oliver dizia aos escoceses que o fato de ele ter invadido seu país era “apenas uma justa e necessária defesa de nós mesmos para a preservação daqueles direitos e liberdades que a divina Providência nos propiciou através do derramamento de tanto sangue e do gasto de tantos tesouros; e [tais direitos e liberdades] eles, se puderem, arrebatarão de nós”. Pelo menos tais liberdades não haveriam de ser exercidas na Escócia.

Após passar seis semanas acampado, Cromwell recomeçou a campanha no final de janeiro de 1650 solicitando mais uma vez ao presidente do Parlamento que lhe enviasse dinheiro (“Desejo que as despesas que a Inglaterra faz com esta guerra sejam diminuídas tanto quanto for possível.”). As arrecadações locais mal davam para pagar o custo das guarnições. “Se o exército em marcha não for constantemente pago [...] isso não significará economia para a Inglaterra, na medida em que ela se preocupa com a rápida submissão da Irlanda.” “Caso o dinheiro não seja fornecido”, reiterava ele no dia 2 de abril, logo depois que a captura de Kilkenny golpeará ainda mais os irlandeses,

não teremos condições de prosseguir em nossa tarefa [...]. Mas se ele for encaminhado, e rapidamente, espero, através das generosas mãos do Senhor, não demorará muito tempo para que Inglaterra chegue ao fim desta tarefa [...]. Quanto àquelas cidades que devem ser tomadas [...] se procedêssemos de acordo com as regras de outros estados, isso nos custaria mais dinheiro do que o exército conseguiu ver desde que viemos para cá. Espero, graças às bênçãos do Senhor, que essa tarefa vos saia menos cara,

graças aos esforços de Broghill e outros, embora isso também custasse algum dinheiro, ainda que representasse um bom investimento. Na realidade, os colonos protestantes apressavam-se em se submeter, e por volta do dia 18 de maio Cromwell pôde regressar à Inglaterra.

Algo precisa ser dito sobre a atitude de Cromwell em relação ao

catolicismo inglês. A tolerância, traço tão notável de seu pensamento religioso, se exercia, é claro, unicamente em relação aos protestantes, filhos de Deus, os únicos detentores da verdade. No entanto, na Inglaterra, ele estava preparado para tolerar os católicos bem como os episcopais. Os historiadores católicos romanos concordam com o fato de que seus correligionários gozavam de uma situação muito melhor sob o Protetorado do que sob o reinado de Jaime ou de Carlos I. Na Irlanda, porém, a situação não era a mesma. “Quanto àquilo que mencionais e que diz respeito à liberdade de consciência”, disse Cromwell ao governador de Ross, “não me intrometo com a consciência de qualquer homem. Mas, se por liberdade de consciência quereis significar a liberdade de se celebrar a missa, julgo melhor recorrer à franqueza absoluta e fazer-vos saber que, na medida em que o Parlamento da Inglaterra tem poder, tais celebrações não serão permitidas.”¹² Em sua declaração de dezembro de 1649 ele afirmou aos sacerdotes católicos irlandeses que a missa fora ilegal na Irlanda durante oitenta anos, antes da rebelião de 1641, e que ele estava decidido a reforçar a lei “e reduzir as coisas a seu primitivo estado no que se referia àquele assunto”. Tecnicamente ele estava com a razão, mas nunca houve na Irlanda algo que reforçasse tanto a aplicação da lei quanto seu exercício. Mais uma vez precisamos nos reportar, a título de explicação, mas não de justificativa, às associações políticas do catolicismo irlandês, à liderança que o sacerdócio e o próprio papado haviam assumido indubitavelmente por ocasião da revolta irlandesa, ao fato de que a década de 1640 revelara a *fraqueza* política do papismo na Inglaterra e à sua falta de contatos eficazes com o exterior,¹³ para surpresa dos puritanos e parlamentares. A mesma década revelara o completo fracasso de oitenta anos de proibição, que tinha por objetivo erradicar o catolicismo na Irlanda ou cortar seus laços com Roma. Tratava-se de uma religião *política*, no sentido em que o catolicismo na Inglaterra deixara de ser político. Seria a justificativa de Cromwell para enforcar padres e fuzilar oficiais, ao passo que militares de baixa patente e civis eram, em geral, poupados, com exceção dos terríveis saques de Drogheda e Wexford.

Ao desprezo racial que Cromwell sentia pelos irlandeses e sua atitude de puro cálculo comercial em relação à colonização da Irlanda, devemos acrescentar um entusiasmo consciente em proporcionar os benefícios da civilização inglesa a seus habitantes, gostassem eles ou não. Chegou até nós uma curiosa carta particular, datada de 31 de dezembro de 1649, na qual Oliver tentou convencer John Sadler a aceitar o cargo de principal juiz de paz de Munster.

Até que o Parlamento determine o contrário, temos uma grande oportunidade de estabelecermos um modo de fazer justiça para essa pobre gente que, graças a sua probidade e às poucas despesas que acarreta, dela poderá se beneficiar extraordinariamente. Essa gente está tão acostumada, quanto qualquer outro povo pertencente àquilo que chamamos de cristandade, a muita injustiça, tirania e opressão dos donos das terras em que moram e daqueles que a deveriam ter tratado com igualdade.

Não foi o único argumento empregado por Cromwell. Ofereceu também a Sadler 1000 libras por ano (“mais do que se costuma conceder [...] não é minha vontade que comenteis tal assunto, a não ser com alguns amigos escolhidos”). Sadler não se deixou convencer pelo argumento idealista e nem pelo econômico. O posto foi conferido a John Cook, que estivera à testa do processo contra Carlos I. Ele deu grande prazer a Cromwell, pois, “ao proceder de modo sumário e expedito”, ele “decidiu mais processos em uma semana do que Westminster Hall* em um ano”. “A Irlanda”, assegurou Cromwell a Ludlow,

quanto a esse particular era um papel em branco, capaz de ser governada por leis tais que fossem consideradas as mais agradáveis à justiça, a qual poderá ser tão imparcialmente ministrada que constituirá um belo precedente, até mesmo para a Inglaterra; pois assim que perceberem a propriedade preservada de modo rápido e pouco oneroso na Irlanda, jamais permitirão serem trapaceados e explorados tal como acontece agora.¹⁴

Temos aí um vislumbre fascinante, senão da utopia de Cromwell, pelo menos do que ele julgava ser a utopia de Ludlow e de seus amigos republicanos. Um deles, John Jones, esperava que “todos os senhores de propriedades” fossem “banidos, e assim o lavrador, bem como o trabalhador teriam acesso às mesmas imunidades que os ingleses”.¹⁵ Isso, pelo menos, teria sido uma política positiva em relação à Irlanda, apesar de seu paternalismo. Pelo menos era preferível àquilo que acontecia no momento.

3

Na Inglaterra, Cromwell estava sendo bastante solicitado. O governo se encontrava sob um verdadeiro fogo cruzado, era atacado à

(*) Local do Supremo Tribunal de Justiça da Inglaterra. (ED/LM)

direita e à esquerda e se apoiava em bases sociais perigosamente estreitas. Quando James, filho de Bulstrode Whitelocke, alistou-se num regimento do exército irlandês de Cromwell, Oliver observou “que ele era o único cavalheiro da Inglaterra a haver se apresentado como voluntário para servir sob seu comando”.¹⁶ Os líderes dos *levellers* tiveram de ser soltos após a absolvição de Lilburne. Este foi então eleito para o Conselho dos Comuns de Londres, mas o Parlamento o proibiu de assumir o cargo. O governo alcançara poucos sucessos no ano anterior, e, em consequência, tirou o melhor partido possível das vitórias de Cromwell na Irlanda. Ordenou que seus despachos fossem impressos e lidos em todas as igrejas, no que tinha razão, pois Cromwell descrevia suas vitórias como “penhor da aprovação de Deus em relação à vossa grande mudança de governo, que, de fato, não vos pertenciam mais do que essas vitórias e sucessos nos pertencem”. Na realidade o prestígio era dele, não do Parlamento ou de Deus. À medida que se tornava cada vez mais claro que a Irlanda estava garantida e que a principal ameaça vinha do lado da Escócia, o governo solicitou ansiosamente o regresso de Cromwell, de tal modo a beneficiar-se de seu prestígio e da proteção que decorria de sua capacidade enquanto militar. Logo no início de janeiro o Conselho de Estado comunicou-lhe que se preparasse para voltar para a Inglaterra o mais breve possível. Cromwell, porém, revelou-se tão contemporizador quanto o fora antes do expurgo de Pride. Demorou até o dia 2 de abril para acusar o recebimento da ordem e somente no início de junho regressou a Londres. Não sabemos se essa demora se deveu simplesmente ao desejo de terminar a campanha irlandesa — o que ele acabou não fazendo — ou se ele esperava novos desdobramentos políticos na Inglaterra.

Cromwell era solicitado porque Fairfax se recusara a assumir o comando da pretendida invasão da Escócia, onde Carlos Stuart fora proclamado não apenas seu rei, como também da Inglaterra e da Irlanda. Fairfax estava preparado para sustentar uma guerra defensiva contra uma invasão escocesa, mas desagradava-lhe que a Inglaterra fosse a agressora daqueles “a quem estamos unidos por meio do *National League and Covenant*”. * Cromwell empregou o melhor de seus esforços para persuadir seu general a mudar de idéia e, sem dúvida, agia com sinceridade, pois a defeção pública de Fairfax abateria o moral

(*) Associação entre parlamentares inglês e escoceses, fundada em 1643 contra Carlos I com o objetivo de fazer triunfar em toda a Inglaterra uma organização eclesástica com base nos dogmas da ortodoxia calvinista. (ED/LM)

naquela conjuntura tão crítica. Não conseguindo levar a cabo seu intento, foi imediatamente nomeado comandante-em-chefe. Foi mais ou menos nessa época que Marvell escreveu sua *Horatian Ode upon Cromwell's Return from Ireland* [Ode horaciana por ocasião do regresso de Cromwell da Irlanda], na qual enxergava em Oliver a personificação da revolução inglesa, e mais uma força histórica que individual.

Durante o mês que passou em Londres as preocupações de Cromwell se revelaram tanto políticas quanto militares. Conseguiu cativar o republicano Ludlow ao declarar seu desejo de que a lei fosse reformulada, ao defender a execução de Richard Arnold em Ware como necessária para preservar a unidade do Exército (o curioso é que Ludlow voltou atrás em relação a esse assunto), e convenceu este último a aceitar o posto de general na cavalaria na Irlanda. Lá ele seria utilmente empregado e não teria a possibilidade de exercer atividades políticas na Inglaterra. O interessante, tendo em vista a discussão histórica com Ludlow, é que o ex-agitador Sexby foi autorizado a formar um regimento para servir na Irlanda, embora mais tarde esse último tenha sido transferido para a Escócia. Outro notável ex-agitador, Joyce, foi promovido a tenente-coronel, sem dúvida por razões semelhantes, e enviado a comandar a remota guarnição de Portland. Ao marchar para o norte, o último jantar de Cromwell foi com John Lilburne. Abraçaram-se ao se despedirem e, de acordo com o relato de Lilburne, Cromwell prometeu “empenhar todo o poder e interesse que tinha nesse mundo a fim de fazer a Inglaterra gozar dos verdadeiros frutos das promessas e declarações do Exército”, frase, aliás, das mais vagas. Lilburne esperava que ele estivesse se referindo a “sucessivos Parlamentos igualmente escolhidos pelo povo”. Cromwell garantiu assim sua retaguarda contra os radicais, para quem os escoceses deveriam parecer um perigo ainda maior que os *Independent Grandees*.^{*} Lilburne poderia pelo menos evocar uma reconciliação semelhante em 1648. Agora, porém, a desilusão haveria de ser maior.

(*) Líderes do grupo puritano *independent*. Este grupo surgiu a partir de 1616 sob a inspiração de Henry Jacobs, que defendia a autonomia das paróquias e a idéia de que o poder público deveria ser um elemento de controle da vida religiosa e um instrumento contra charlatães. Durante a primeira revolução, Milton e Cromwell defenderam tais princípios; entre 1645-48, os moderados do Parlamento (os presbiterianos) qualificavam os *independents* como seus adversários radicais. Tenderam, porém, a se fundir aos congregacionalistas a ponto de serem posteriormente confundidos com estes. (ED/LM)

Como sucedera na Irlanda, Cromwell encarregou-se meticulosa-mente do suprimento. A esquadra foi usada para transportar as provi-sões via Newcastle e Dunbar. O Conselho de Estado se viu assoberba-do de ofícios solicitando roupas, estoques de remédio, macas, peito-rais, painéis, espadas, pistolas, selas, lanças e mosquetes. Quando os escoceses foram derrotados em Dunbar, em 3 de setembro, este foi o único evento de maior importância no qual Cromwell não gozava de superioridade numérica. Em relação, porém, a outros aspectos — dis-ciplina, moral, equipamento — suas forças eram muitíssimo superio-res. A carta de Cromwell em que ele se dirigia ao presidente deu se-quência aos gestos políticos radicais que fizera antes de deixar a Ingla-terra. “Dobrai os orgulhosos e os insolentes, esses mesmos que pertur-bam a tranquilidade da Inglaterra, lançando mão das mais especiosas alegações [a quem estaria se referindo?]; aliviad os oprimidos, ouça os gemidos dos pobres prisioneiros da Inglaterra; dignai-vos de casti-gar os abusos de todas as profissões e se existir alguém que reduza muitos à pobreza para trazer a riqueza a uns poucos, isso de modo al-gum convém a uma república.” Dessa forma Cromwell pagou sua dí-vida para com Ludlow e Lilburne, pois tais frases não se distinguiam por sua precisão. Mais tarde George Fox afirmou que “O. C. [Oliver Cromwell], na batalha de Dunbar, prometera ao Senhor que se Ele lhe concedesse a vitória sobre seus inimigos, ele suprimiria os dízimos etc.”, uma reforma que os oficiais irlandeses haviam solicitado ao Parlamento um ano antes de deixarem a Inglaterra.¹⁷

Dunbar foi uma vitória decisiva, mas não significou o fim da campanha. Talvez tenha até mesmo contribuído para fortalecer Car-los ao minar a autoridade da *Kirk*,* graças a cuja insistência os realis-tas até então eram excluídos do exército escocês. Cromwell deixou de lado as armas militares e recorreu às armas da propaganda contra “nossos irmãos da Escócia”. “Acaso deveremos ser tratados como inimigos por não nos alinharmos convosco?”, indagou ele numa de-claração em que justificava o avanço inglês na Escócia. “Imploro-vos, pelas entranhas de Cristo: pensai que é possível que estejais engana-dos”, fez ver à *Kirk* um mês antes da batalha de Dunbar. “Encara-mos os ministros como aqueles que auxiliam a fé do povo e não como os que dela se apossam”, disse ao governador do castelo de Edimbur-go no dia 12 de setembro. Referindo-se à crítica que o *Kirk* endereçou

(*) Igreja escocesa. (ED/LM)

às predicções leigas das igrejas independentes, Oliver exprimiu sua indignação:

Incomoda-vos que se pregue em nome de Cristo? Seria a prêdica a tal ponto privativa de vossa função? [...] Vosso pretendo temor de que o erro se instale entre nós assemelha-se ao daquele homem que considera que o vinho não deve entrar no país, pois caso contrário todos os homens se embebedariam.¹⁸ Seria uma demonstração de desconfiança, injusta e insensata, negar a um homem a liberdade de que goza naturalmente pela simples suposição de que possa abusar dela. Quando ele vier a agir assim, julgai-o.

As belas frases inspiradas em Milton oferecem um contraste interessante com as palavras mais duras, dirigidas aos católicos irlandeses, mas existe um fator comum em sua resoluta defesa dos direitos religiosos dos leigos. “Um termo tão anticristão e tão propiciador de divisões quanto clero e laicidade”, disse ele ao clero irlandês, era desconhecido da Igreja primitiva.

Foi vosso orgulho quem cunhou alta expressão e é graças à sede aviltante de lucro que a conservais. Ao levar o povo a acreditar não ser tão santificado quanto vós, ele, com suas parcas moedas, poderia adquirir alguma santidade de vós; com isso conseguireis pôr freios, arrear e cavalgar essa gente a vosso bel-prazer.

Essa passagem evoca Lutero e Tyndale,* os primeiros reformadores.

Em 1651, o Parlamento professou acreditar que a aristocracia e a pequena nobreza da Escócia haviam sido “os principais agentes destas invasões e guerras contra a Inglaterra” e que os ocupantes de suas terras dela participaram sem o desejar. Em vista disso prometeu-lhes rendas generosas “que lhes permitissem [...] viver por meio de uma subsistência mais confortável do que outrora e como gente livre”.¹⁹ As disputas teológicas de Cromwell, embora ele, sem dúvida, as apreciasse por seu próprio mérito, eram a contrapartida de sua campanha política que visava a prestigiar as camadas médias da população. A propaganda de Oliver era dirigida sobretudo à ala radical dos presbiteria-

(*) William Tyndale (1495-1536) traduziu o Novo Testamento e o Pentateuco para o inglês. Viveu grande parte de sua vida no exílio. Foi perseguido por suas idéias religiosas e, embora com Henrique VIII fosse absolvido e pudesse ter voltado para a Inglaterra, temia a fúria dos eclesiásticos. Propôs-se a traduzir a Bíblia numa época em que a Igreja da Inglaterra ainda permanecia ligada a Roma, mas mesmo assim é considerado uma das grandes forças da Reforma inglesa, e ajudou a moldar o pensamento do partido puritano na Inglaterra. Foi preso e executado em Bruxelas como herege. (ED/LM)

nos, aos *covenanters** de Glasgow e à população do sudoeste, que desconfiavam de Carlos II e de seus “malignos” partidários. Cromwell conseguiu convencer muitos deles a adotar uma posição de neutralidade e, em alguns casos, até mesmo de cooperação. O governador do castelo de Edimburgo, sendo ou não influenciado pelo ataque de Cromwell ao clericalismo, ligava-se aos radicais e se permitiu ser convencido por eles a entregar o castelo muito antes que a situação se tornasse desesperadora. Como acontecera na Irlanda, Cromwell obteve maiores vitórias por meio da diplomacia do que por meio da espada.

Era, porém, um trabalho lento. No decorrer do inverno, primavera e verão de 1650-51, Cromwell não conseguiu levar o exército escocês a um engajamento decisivo. Enquanto isso queixava-se amargamente da qualidade dos reforços que recebia, sobretudo dos oficiais.²⁰ “O que mais provoca pesar”, disse ele a Harrison no mês de maio, “é que sendo esta a causa de Deus e de Seu povo, tantos santos permanecem em segurança e repouso, sem comparecerem à obra do Senhor, neste Seu grande dia.” William Good, um capelão do exército, tinha uma explicação diversa. Surgia o cansaço com a guerra, a sensação de que “os oficiais e os homens do Parlamento haviam acumulado grandes propriedades para si próprios; de que havia pouca justiça entre os parlamentares e muito suborno; de que eles, no melhor dos casos, tudo faziam para se preservarem; de que o povo de Deus, por assim dizer, recorria à proteção que eles julgavam por bem dispensar”. Tais observações eram feitas com frequência. Já em 1649 o pregador radical Joseph Salmon afirmava que o Exército se interessava unicamente na própria preservação e não mais em seus princípios.²¹ Há muito os realistas e os presbiterianos chamavam a atenção para as imensas propriedades adquiridas pelos líderes do Parlamento e os do Exército. Em breve homens como Milton, Dell e Vavasor Powell enfatizavam igualmente seus efeitos corruptores. O espírito de desilusão que grassava entre os radicais tornou possível a conspiração, de grande alcance, presbiteriano-realista na Inglaterra, pela qual Christopher Love, um ministro presbiteriano, foi julgado e condenado no final de junho. O regime, no entanto, ainda se mantinha suficientemente forte para enfrentar a oposição vinda da direita. O desmascaramento e o fracasso da conspiração na Inglaterra pelo menos serviram para deixar Cromwell com as mãos desatadas na Escócia.

(*) Membros de ligas criadas em defesa de causas religiosas. (ED/LM)

Quando julho deu lugar a agosto, ele conseguiu afastar o exército escocês de suas fortificações em Stirling, seguindo-se a invasão da Inglaterra, que agora se tornara inevitável. Cromwell limitou-se a acompanhar os acontecimentos e as forças parlamentares convergiram em direção aos invasores, vindas de todos os cantos da Inglaterra. Até mesmo Fairfax não teve mais nenhuma dúvida de que a Inglaterra fora invadida e organizou a milícia de Yorkshire. O avanço de Carlos sobre Londres foi barrado e ele foi obrigado a se dirigir para sudoeste, em direção a Worcester. No dia em que entrou naquela cidade, Love e um companheiro de conspiração foram executados a fim de que os presbiterianos se vissem desencorajados em prosseguir em sua ação.

A batalha de Worcester foi travada no dia 3 de setembro, exatamente um ano após Dunbar. Os escoceses haviam conseguido recrutar pouca gente em sua marcha através do oeste da Inglaterra e se encontravam em desvantagem numérica, na proporção de dois homens para um. Embora oferecessem uma resistência mais firme do que se poderia esperar, jamais houve dúvidas quanto ao resultado. Cromwell, em seu despacho após a batalha, preocupou-se em fazer colocações políticas: “O país inteiro ergueu-se [contra os escoceses derrotados]”. A milícia comportou-se admiravelmente e Deus demonstrou Sua aprovação “em relação à nação e à mudança do governo, tornando o povo muito disposto a erguer-se em Sua defesa”. A milícia era, por tradição, a força da pequena nobreza agrária e, portanto, tinha ciúme do poder do Exército; ultimamente, porém, fora modificada. Em todo caso, para prevenir quaisquer dificuldades, os milicianos foram mandados imediatamente de volta a suas casas.

A campanha de Worcester servira para evidenciar pelo menos uma coisa: a sensatez da política do Parlamento em arrasar castelos adotada no final da primeira guerra civil e reforçada após a segunda.²² A própria Worcester havia sido assinalada para a aplicação de medidas especiais.

Dois dias antes da batalha de Worcester, Monck saqueou Dundee em meio a cenas de massacre e pilhagem que rivalizavam com o que acontecera em Drogheda e Wexford, embora dessa vez houvesse menos desculpas. A Escócia estava privada de líderes, aberta à conquista e à anexação pela Inglaterra. As “negociações” tendo em vista a união dos dois países começaram em fevereiro de 1652, embora a legislação só a tivesse levado a termo em 1654. O objetivo da política inglesa na Escócia era conciliar os ocupantes das terras e as classes comerciais oferecendo livre comércio com a Inglaterra. “É interesse da

República da Inglaterra derrotar o interesse dos grandes homens da Escócia”, escreveu o coronel John Jones dois meses após a batalha de Worcester, “e tratar dos interesses do povo comum em outras bases que não sejam as de seus senhores e patrões [...]. Os homens abastados jamais vos serão fiéis enquanto propuserdes liberdade para o povo e alívio de sua tirania.”²³ A servidão e os títulos e direitos de posse medievais foram abolidos, bem como a jurisdição privada dos latifundiários, na esperança de forçá-los a seguir o modelo da pequena nobreza agrária inglesa investindo no melhoramento de suas propriedades. A união dos dois países fora advogada por John Knox um século antes. Aqueles partidários que o exército inglês agora encontrava na Inglaterra vinham das pequenas cidades e, segundo escreveu Monck, “nos são os mais fiéis entre qualquer gente desta nação”. “A média deste povo acaba prosperando de tal forma que sua vida se torna mais confortável, senão melhor, do que aquela que levava antes”, disse Cromwell ao Parlamento em 1658.

4

A Escócia e a Irlanda foram incluídas nas provisões do Ato de Navegação de 9 de outubro de 1651, que estabeleceu um monopólio imperial sobre o comércio e a frota mercante. Com isso visava-se atingir os comerciantes holandeses, que nos trinta anos anteriores quase chegaram a exercer um monopólio em relação aos navios de carga ingleses e proibiram igualmente os comerciantes ingleses de fazer transações com suas colônias. Antes do início da guerra civil a Câmara dos Comuns, em seu orçamento para o ano de 1642, delineou uma política protecionista. O Parlamento Longo, cujos componentes retornaram em 1654, fora “um Parlamento comerciante”.²⁴ (Quando os comissários governamentais para as colônias da América e das Índias Ocidentais foram nomeados pelo Parlamento em novembro de 1643, Oliver Cromwell era um deles e foi reconduzido ao cargo em 1646.)

O término da guerra civil tornou possível a elaboração dessa política. Em agosto de 1650 foi organizado um Conselho de Comércio a fim de avaliar “como os bens e manufaturas desta nação poderão ser distribuídos da maneira mais apropriada e igualitária em todos os lugares daqui por diante” e “como as mercadorias desta terra poderão ser introduzidas em terras estrangeiras para nossa maior vantagem”.²⁵ Era secretário do Conselho Benjamin Worsley, amigo de Samuel Hartlib, o grande reformador da educação e promotor de aperfeiçoamen-

tos industriais e agrícolas. Esse Conselho agrupava muitos comerciantes de várias regiões do interior bem como da capital. O próprio Worsley mantinha contatos estreitos com Maurice Thompson, autor do Ato de Navegação.²⁶ “O governo da República e de seu comércio” são “exercidos pelos mesmos indivíduos”, escreveu o embaixador de Veneza em junho de 1651.²⁷ Ao que parece, ele tinha razão. O Ato de Navegação envolvia “a reorganização da política do comércio inglês, que deixava de se basear nas companhias que exerciam o monopólio e passava a adotar o monopólio nacional”.²⁸ Foi a primeira tentativa, na história inglesa, de tratar as colônias como parte de um único sistema econômico e político. Em 1657 o Parlamento confirmou o Ato e o ampliou.

A idéia de que uma república inglesa daria impulso a uma política comercial mais vigorosa há muito estava nas cogitações dos observadores, pelo menos dos franceses. Em agosto de 1644 o secretário da embaixada de Veneza, na Inglaterra, informou que “a França está extremamente preocupada em apoiar uma monarquia moderada neste reino, em oposição a uma república, a qual [...] seria mais temível, sobretudo devido a seu poderio naval”.²⁹ Dois anos mais tarde o cardeal Mazarino observou “que numa república, a taxação é voluntária, é feita mediante o consentimento e o acordo geral, tendo em vista uma política unanimemente adotada e todos pagarão sem queixumes ou arrependimentos tudo aquilo que for necessário para tornar tal política bem-sucedida”.³⁰ O encarregado de negócios de seu país na Inglaterra assinalava, em 1651, que seus governantes trabalhavam arduamente pelo povo como se dedicariam a seus próprios interesses, vivendo “sem ostentação, sem pompas, sem se emularem mutuamente”.³¹

Dando seqüência a essa orientação política, o Rabo do Parlamento Longo propôs uma união com a república holandesa em termos que não se diferenciavam dos que haviam acabado de ser impostos à Escócia, e que provocara queixas por parte do embaixador holandês. O sr. Farnell argumenta que o objetivo inglês era simplesmente transferir o comércio de entrepostos de Amsterdã para Londres. Quando os holandeses se recusaram a permitir que suas colônias fossem incorporadas pacificamente ao império inglês, a guerra holandesa surgiu como outro modo de tentar alcançar o mesmo fim.³² A atitude de Cromwell em relação à guerra holandesa é ambígua. Há insinuações de que ela não lhe interessava, embora os holandeses o encarassem como um de seus mais encarniçados inimigos. Pode ser que os objetivos estratégicos de Cromwell, a longo prazo, se satisfizessem com uma base militar no continente e que, fora disso, ele não sentisse o menor desejo de es-

magar ou humilhar outra potência protestante. As negociações com a França para a entrega de Dunquerque à Inglaterra, assediada por um exército espanhol, parecem haver sido iniciadas por Cromwell no final de 1651 por sua própria conta e risco. Em abril do ano seguinte 5 mil soldados ingleses estavam prontos para embarcar para Dunquerque, porém Mazarino se recusou a se submeter aos termos ingleses. Blake dispersou a armada francesa e Dunquerque rendeu-se aos espanhóis no dia seguinte. Os objetivos de Cromwell em relação a Dunquerque só se realizaram em 1657. Porém, qualquer que tenha sido sua atitude, grupos comerciais significativos certamente haveriam de querer esmagar seus rivais holandeses.

Cromwell firmou a paz com a Holanda assim que o poder passou para suas próprias mãos, mas não se apressou e nem ofereceu termos particularmente brandos. Daí por diante não haveria, segundo afirmou Thurloe ao governo da restauração, “maiores considerações na Inglaterra, a não ser como sustar o crescente poder dos holandeses”.³³

Essa imponente política imperial — conquista da Irlanda e Escócia, a guerra contra a Holanda — foi financiada pela venda de terras da coroa, das decanias, dos capítulos e dos realistas recalcitrantes. Ainda assim se tornou necessário aumentar os impostos. Surgiram propostas de reforma financeira visando a colocar todos os organismos financeiros constituídos na década de 1640 sob o controle do Tesouro, do mesmo modo que os organismos financeiros criados em circunstâncias semelhantes na década de 1530 foram colocados sob o controle desse mesmo Tesouro em 1554.

A política de confiscos afastou os conservadores sem, entretanto, proporcionar muitas satisfações aos radicais, já que pouco foi feito para ajudar homens de menos recursos a adquirirem as terras. Exigências radicais de reforma da lei e abolição dos dízimos pareciam, mais do que nunca, longe de ser realizadas, embora ambas fossem feitas nas *Heads of Proposals*, em petições firmadas pelos oficiais prestes a embarcarem para a Irlanda, em julho de 1649. A questão dos dízimos pelo menos fora debatida em Putney. Cromwell dissera a Ludlow, ao tentar convencê-lo antes da partida deste para a Escócia, que “era sua intenção contribuir com o maior empenho para realizar uma profunda reforma do clero e da lei”. Mas, prosseguiu,

os filhos de Zeruiah ainda são fortes demais para nós e não podemos sequer mencionar a reforma da lei que eles se põem a bradar que queremos destruir a propriedade; ao passo que a lei, como se acha constituída, serve unicamente para manter os advogados e encorajar os ricos a oprimir os pobres.

Cromwell, ao que parece, reproduziu a última frase em seu despacho, após a batalha de Dunbar.³⁴

O movimento da reforma ainda contava com fiéis partidários entre os oficiais. Quando, em agosto de 1652, eles começaram a intervir novamente na política, solicitaram a abolição dos dízimos e a reforma da lei, bem como a dissolução do Parlamento. Cromwell não assinou essa Declaração do Exército, mas muitos de seus protegidos o fizeram e ele dificilmente não teria conhecimento de sua atitude. Sua posição, durante os dezoito meses que se seguiram à batalha de Worcester, assemelhava-se à que ele tomou no ano de 1646. Era a figura mais importante do governo. Em novembro de 1651 e novamente em novembro de 1652 recebeu o maior número de votos nas reeleições para o Conselho de Estado. Ainda assim não controlava a política, tinha conhecimento da impaciência dos radicais do Exército e passava boa parte do tempo em conversas de bastidores, tentando estabelecer um programa através do qual se pudesse assegurar o máximo de unidade possível. Em dezembro de 1651 fez realizar uma conferência, na qual se expressou a favor “de um acordo que contenha algo do poder monárquico”. Em fins de setembro de 1651 comentava-se em Hamburgo: “Que grande homem teremos como rei ou como protetor?”.³⁵ Daí a um ano Cromwell perguntou abruptamente a Whitelocke: “E se um homem chamasse a si a responsabilidade de ser rei?”.

Durante esse tempo todo a pressão para que o Parlamento se dissolvesse aumentou, embora não fosse fácil saber como ele seria substituído. Era pouco provável que eleições baseadas no velho direito de voto resultassem num Parlamento que aceitasse de boa vontade o controle do exército, mas de que outro modo poderia se garantir as causas que os oficiais favoreciam e até mesmo sua própria segurança pessoal?³⁶ Ao que parece Cromwell perguntou a um astrólogo, em novembro de 1651, se ele seria reeleito para um novo Parlamento.³⁷

“Como melhorar nossa posição, aumentar as graças e sucessos que Deus nos concedeu e não voltarmos a ser depojados deles, nem sermos reduzidos a frangalhos por nossas discordâncias particulares e animosidades mútuas mas antes harmonizarmos nossos pareceres?” Foi assim que Cromwell se dirigiu a Whitelocke um ano mais tarde, referindo-se a algo que estava se tornando um problema. Whitelocke fingiu supor que Cromwell queria dizer que o perigo nascia da “emulação dos oficiais” e das sublevações dos soldados rasos. Cromwell explicou que a corrupção, os adiamentos e a conduta enigmática dos membros do Parlamento mereciam censura ainda maior. “Deve-se pensar em alguma medida que os controle e os contenha, caso contrá-

rio seremos arruinados por eles.” Whitelocke rejeitou a insinuação de Cromwell de que poderia ser feito rei, afirmando que nesse caso seria apenas uma questão de saber “se Cromwell ou Stuart seria nosso rei”. Em vez disso propunha um tratado com Carlos Stuart.³⁸

Cromwell sentia-e cada vez mais frustrado diante de seu fracasso em concluir um acordo. O país sofria do cansaço da guerra e desejava retornar a métodos normais de governo e níveis normais de taxaço. O ano de 1653 sucedeu ao de 1652 e os oficiais, conscientes de sua impopularidade e da ausência de reformas, tornaram-se cada vez mais impacientes e ameaçadores. Após a batalha de Worcester um anticlerical como Milton encarava “lobos mercenários, cujo Evangelho é a ambição” como o principal inimigo e esperava que Cromwell os abatesse. No entanto, o Parlamento nada fez para despojar a Igreja de certos privilégios, o que teria por efeito a abolição dos dízimos. Conta-nos Ludlow que Cromwell adulou o radicalismo do Exército ao afirmar que o Rabo do Parlamento Longo pretendia apoiar “os corruptos interesses do clero e dos juristas”. Longe de reformar a Igreja inglesa, o Parlamento despertou ressentimentos ao se recusar a renovar a Comissão pela Propagação do Evangelho em Gales, instrumento favorito do Exército para a evangelização daquela região politicamente pouco confiável.

O desfecho da questão resultou finalmente em acordos em torno de um período de transição, depois que o Rabo do Parlamento Longo concordou com uma dissolução. Cromwell e os generais advogaram o desaparecimento do Parlamento e a entrega do poder a um governador provisório, sobre o qual eles, naturalmente, teriam preponderância, a fim de supervisionar e controlar as eleições. Caso contrário, indagava Cromwell com pertinência, como seria possível saber “se o próximo Parlamento não seria formado inteiramente por presbiterianos?”. “Assim, segundo percebemos, seriam as liberdades da nação colocadas nas mãos daqueles que jamais lutaram por ela.” Isso se deu após a dissolução. A versão oficial que os generais divulgaram a fim de a justificar foi redigida nos seguintes termos:

Após muitos debates chegou-se a um acordo e foi julgado necessário que a suprema autoridade deveria ser delegada pelo Parlamento a pessoas conhecidas, homens tementes a Deus e de renomada integridade. O governo da República deveria incumbir a eles durante algum tempo, sendo este o modo mais auspicioso de encorajar e sustentar o povo de Deus, reformar a lei e administrar imparcialmente a justiça; esperando com isso que o povo possa esquecer a monarquia e compreender que seu verdadeiro interesse na eleição de parlamentos sucessivos pode levar o governo a fir-

mar-se numa base verdadeira, sem perigos que ameacem esta causa gloriosa e sem necessidade de manter forças armadas para a defesa da mesma.³⁹

Parece, sem dúvida, um programa um tanto a longo prazo para um governo interino! De qualquer modo, a maioria da Câmara dos Comuns preferiu continuar existindo a fim de supervisionar as eleições. Por ocasião de um encontro de oficiais com membros do Parlamento, no dia 19 de abril de 1653, chegou-se a um impasse, mas garantiu-se até certo ponto que nenhuma decisão final seria tomada sem discussões mais amplas. Esse acordo de cavalheiros foi aparentemente repudiado no dia seguinte por membros do Parlamento que ocupavam os últimos assentos, e eles começaram a apressar a tramitação do projeto de dissolução sem satisfazerem a solicitação dos oficiais, que desejavam uma autoridade interina sob seu controle. A suposição era que o Parlamento pretendia controlar a eleição de seus sucessores.

Cromwell sentiu que lhe haviam coagido. Interveio a tempo de impedir que o novo projeto se transformasse em lei, dissolvendo violentamente a Câmara dos Comuns. “Não sois o Parlamento; repito: não sois o Parlamento; porei um fim a vossas reuniões. Ide buscá-los, ide buscá-los.” Harrison saiu e voltou com os mosqueteiros, que tiraram o presidente de sua cadeira e puseram os membros do Parlamento para fora. Oliver “ordenou que o cetro fosse levado embora, dizendo: ‘Que faremos com esta bugiganga? Tomai, levai-o daqui!’”.⁴⁰ Assim terminou o Parlamento Longo, que se reunira durante doze anos e meio. “Quando ele foi dissolvido”, afirmou Oliver mais tarde, “não se ouviu nem mesmo o latido de um cão e não se manifestaram queixumes visíveis ou gerais.”

5

Parece não haver quase nenhuma dúvida que, por volta de 1650, aquele simples fidalgo do campo se mostrava um tanto eufórico com suas vitórias, a sua autoconfiança se solidificara. Sua teoria de orientação divina transformou-se facilmente numa teoria de justificativas através de sucessos.⁴¹ Ele tinha algumas desculpas para isso. Já em 1645 sir Thomas Fairfax, ao solicitar a recondução de Cromwell ao comando militar, apesar da Ordenação de Abnegação, enfatizava “a constante presença e a bênção de Deus que o acompanham”. Por razões estraté-

gicas, que lhes diziam respeito, as igrejas independentes, em 1640, e o governo do Rabo do Parlamento Longo, em 1650, promoveram a reputação de Cromwell a fim de favorecerem seus interesses. “São os penhores da aprovação de Deus em relação a vossa grande mudança de governo”, escreveu Cromwell ao presidente em novembro de 1649, quando se encontrava na Irlanda. “Essas vitórias e sucessos pertencem antes ao Senhor que a vós”; no entanto “ambas são o justo julgamento e as excelsas obras de Deus”. “Uma divina presença vem nos acompanhando nas últimas grandes transformações ocorridas nesta nação”, escreveu ele a um amigo daí a um mês. “Não condeno vossos raciocínios; apenas duvido deles”, escreveu a outro amigo que fazia objeções aos sucessos a que Cromwell aludia. “Não procurei por isso”, escreveu Oliver a Richard Major, após haver sido nomeado para o comando na Escócia. “Fui verdadeiramente chamado pelo Senhor e, portanto, sinto-me até certo ponto seguro de que Ele capacitará este pobre verme e débil servo a realizar Sua vontade e satisfazer meus contemporâneos.” Aquele “e, portanto” começava a se tornar algo de ameaçador. John Desborough, cunhado de Oliver, concordou que “vossas vitórias vos foram concedidas pelo próprio Deus; foi Ele mesmo quem vos elevou entre os homens e vos chamou para exercer altos cargos”. “Altas posições”, prosseguia Desborough em tom de aviso, “são escorregadias, a menos que Deus trace nossos rumos.”⁴²

Cromwell insistiu no argumento de que Deus o favorecia decididamente contra os escoceses, os quais “em resposta ao testemunho de Deus quanto a vosso solene apelo” responderam — e que mais poderiam dizer? — que eles “confiavam em que Cristo não faria a equidade de sua causa depender de acontecimentos”. “Mas não apelastes e orastes solenemente?”, retrucou Cromwell.

E também assim nós não procedemos? Não deveríeis vós e nós pensarmos, com receio e tremores, na intervenção do grande Deus e em Sua poderosa e estranha aparição [em Dunbar]; porém mal se pode chamar a isso de um acontecimento! [...] Depois de tantas preces, jejuns, lágrimas, expectativas e solenes apelos, deveremos considerar a isso meros acontecimentos? Que o Senhor tenha piedade de vós!

“Com receio e tremores”, sim, mas com crescente reconhecimento que Oliver Cromwell fora o escolhido como instrumento de Deus. A providência parecia conspirar para confirmar esse fato. “Quanto maior a confiança, maior o apreço”, escreveu Cromwell a Hammond durante os meses frustrantes intercalados entre Dunbar e Worcester. A Irlanda e a Escócia contribuíram para solidificar esse conceito de

favor divino que, com toda certeza, estava por trás de suas ações quando ele dissolveu o Rabo do Parlamento Longo em abril de 1653, censurando seus membros por sua pecaminosidade.

A dissolução fora, no entanto, ocasionada por uma incômoda coalisção à direita e à esquerda que em si nada resolveu. Tudo dependia daquilo que viria depois do Parlamento Longo. Havia uma considerável discordância quanto ao próximo passo a ser dado. Como não se podia confiar em que o eleitorado votasse para colocar os generais no poder, a próxima assembléia (“pessoas diversas tementes a Deus e de comprovada fidelidade e honestidade”) foi convocada “por mim, com o parecer de meu Conselho de Oficiais”. São esses os termos da convocação assinada por Oliver Cromwell enquanto comandante-chefe e dirigida aos membros do que ficou conhecido mais tarde como Parlamento de Barebone.* Não sabemos como foram escolhidos os 140 nomes. Alguns foram recomendados pelas igrejas unidas e outros por pessoas como o general-de-divisão Harrison. No plano social, pertenciam a uma classe social inferior àquela normalmente eleita para o Parlamento. Disse Clarendon que, em sua maior parte, eram “pessoas inferiores, sem nome ou condição, artífices dos mais insignificantes ofícios”. Embora acrescentasse que havia “uns poucos com a qualidade e grau de cavalheiros e que tinham propriedades”,⁴³ isso não passa de tremendo exagero. Sessenta de seus membros — quase a metade — haviam sido ou seriam membros de Parlamentos eleitos e, em sua maior parte, gozavam de uma posição considerável. Segundo as palavras de um contemporâneo, lá não havia “tantos senhores de solares” quanto numa Câmara dos Comuns normal e chegou a ser sugerido que a liderança da assembléia “incluía um grande número de londrinos, provavelmente maior do que em qualquer outro Parlamento”.⁴⁴ Seu entusiasmo pelo comércio contrastava com a atitude da pequena

(*) Ou “Parlamento nomeado”, foi convocado pelo exército para substituir o Rabo do Parlamento Longo e funcionou de 4 de julho a 11 de dezembro de 1653; seus 140 membros, dos quais uma parte foi recrutada entre os “santos” recomendados pelas igrejas, e que representam os três antigos reinos (Irlanda, Escócia e Inglaterra), foram reduzidos à impotência pelas numerosas disputas entre reformadores sociais e conservadores, religiosos e apóstolos da tolerância, pacifistas e partidários de uma grande política protestante na Europa. A hostilidade de uma fração significativa ao exército em geral e sobretudo a Cromwell determinou a demissão voluntária dos moderados e a expulsão dos irredutíveis. O fim desse Parlamento abriu caminho para o Protetorado. (ED/LM)

nobreza rural no próximo Parlamento de 1654.⁴⁵ Eles se recusaram a pôr um ponto final na guerra holandesa, insistindo em prolongar a luta até o inimigo ser esmagado.

Cromwell, fortemente influenciado pela ala harrisoniana do Exército, encarou a convocação dessa assembléia como ponto alto da revolução, como o momento em que todas suas contradições seriam resolvidas. Saudou seus membros num discurso empolgado e colocou seu poder nas mãos deles. “Sois verdadeiramente chamados por Deus para governar com Ele e por Ele”, garantiu repetidas vezes. “Confesso que jamais esperei ver um dia como este, e talvez vós também não, em que Jesus Cristo seria tão reverenciado quanto o é, neste momento e nessa obra. Jesus Cristo é reverenciado neste dia por vossa convocação.” Era tarefa de todos, afirmou Oliver, encarregar-se do governo até que “Deus possa capacitar o povo para tal coisa”, eis que havia sido resgatado recentemente “de seu cativeiro e submissão ao poder real”. “Essa pode ser a porta pela qual entrarão as coisas prometidas por Deus, que foram profetizadas e que levaram os corações deste povo a aguardar e a ter esperança [...]. Estais no limiar das promessas e das profecias.”

Tais palavras são muito reveladoras de certo aspecto da complexa personalidade de Cromwell, isto é, o aspecto milenarista, a crença otimista e irracional de que Deus resolveria os problemas que o Rabo do Parlamento Longo achara tão intratáveis. Não há a menor dúvida de que ele pretendia transmitir o poder. Os comissários holandeses receberam instruções no sentido de não mais dirigir seus comunicados a “Sua Excelência e o Conselho de Estado” mas simplesmente “Ao Conselho de Estado”. Os membros da assembléia, aparentemente por iniciativa própria, votaram e decidiram denominar-se Parlamento, embora o plano original indique que deveriam agir como assembléia constituinte.

Infelizmente o milênio não chegou. O Parlamento de Barebone revelou-se tão dividido quanto aqueles que o convocaram, opondo-se os radicais aos conservadores. Mesmo assim sua reputação histórica como uma assembléia de fanáticos religiosos é bastante injustificada. Seus membros se desincumbiram de seus deveres de modo extremamente eficiente. Nomearam uma comissão para avaliar a reforma de todo o sistema jurídico e aprovaram uma resolução que abolia a temporizadora Corte da Chancelaria. Foi promulgado um ato que vinha em auxílio dos credores e dos prisioneiros pobres. Outras comissões receberam instruções no sentido de fazer recomendações para a assistência dos pobres e das vítimas dos cercamentos, bem como para

a melhoria do ensino. O emperrado sistema financeiro deveria ser unificado e racionalizado; o imposto de consumo, especialmente pesado para os pobres, deveria ser abolido. Os ocupantes das terras deveriam ser protegidos contra a opressão dos senhores de terras realistas, mas estes deveriam ter seu poder reforçado a fim de romper com os vínculos impostos pelo morgadio. Em seguida à abolição dos tribunais eclesiásticos, empreendida pelo Parlamento Longo, foram organizadas novas instituições tendo em vista a aprovação de testamento e o registro de nascimentos, casamentos e óbitos. O casamento tornou-se uma cerimônia civil. A assembléia tentou encontrar um sistema melhor do que os dizimos para o sustento do clero e pretendeu eliminar as desigualdades relativas às rendas clericais. Ela propôs privar os leigos do direito de indicar ministros para receberem benefícios, embora com ampla compensação. Os reformadores propuseram também codificar a lei, conforme se fizera recentemente em Massachusetts e com muito êxito. É esse o sentido da frase freqüentemente citada, que fala em reduzir os grandes compêndios da lei “ao tamanho de um livro de bolso bem proporcionado, como aliás já se fez na Nova Inglaterra e em outros lugares”. As reformas que, ao que se dizia, haviam chocado os juristas incluíam propostas de que batedores de carteiras e ladrões de cavalo não fossem executados ao transgredirem a lei pela primeira vez; que a fogueira deixasse de consistir pena de morte para as mulheres; que os acusados que se recusassem a solicitar clemência não fossem mais condenados à morte; que aqueles que haviam falido de verdade fossem soltos, ao passo que os bens dos devedores fraudulentos deveriam ser confiscados e vendidos. A maior parte das reformas adotadas resultara do trabalho de uma comissão muito respeitável, nomeada pelo Rabo do Parlamento Longo.

As medidas pretendidas pelos radicais objetivaram reorganizar a administração do país após uma revolução em que muitas antigas instituições foram derrubadas ou profundamente modificadas. Um dos correspondentes de Cromwell escreveu-lhe em novembro de 1650: “Até aqui, no que concerne a mudança do governo, nada de substancial foi feito, a não ser arrancar a cabeça da monarquia e colocar em seu corpo ou tronco o nome e título de República”. Ele advogava uma reforma administrativa radical, caso se devesse estabelecer uma verdadeira república, bem como “a igualdade e a independência das pessoas e lugares”. Caso contrário “não poderemos garantir que a monarquia não volte”.⁴⁶ O correspondente tinha razão. Até aquele momento os governos revolucionários continuavam a recorrer ao velho aparato do Estado, além de acréscimos improvisados. A reforma, po-

rém, não se fez em 1650 e foi derrotada em 1653. Quando finalmente se realizou em 1654, e após essa data, não chegou a ser uma reconstrução radical. As pesquisas do professor Aylmer sugerem que o que ocorreu em 1654 foi uma reforma administrativa geral tendo em vista os interesses de uma eficiência puramente conservadora. Honorários, emolumentos e subornos já haviam sido reduzidos na República; ocorreram racionalizações e o governo de 1650 revelou-se mais sério e menos corrupto do que aqueles que o precederam e o sucederam. Devido, porém, ao fracasso do Parlamento de Barebone, nada foi feito para impedir que a cabeça da monarquia fosse novamente juntada ao tronco; muito ao contrário, 1654 parece “ter sido um passo em direção a 1660 e à vitória da oligarquia”.⁴⁷

Os conservadores, em 1653, ficaram preocupados com o programa de reforma dos radicais. Sentiam ou pelo menos apregoavam sentir que a propriedade corria perigo. Um correspondente realista afirmou que os presbiterianos retiraram seu apoio devido à posição negativa do Parlamento de Barebone em relação à questão dos dízimos, que poderia levar a um ataque a todo tipo de propriedade, “especialmente porque, eleitos os parlamentos, a proteção da propriedade está em perigo”.⁴⁸ O embaixador francês referia-se, no mês de novembro, a gestões para uma reaproximação entre presbiterianos e independentes contra seus inimigos radicais e a reafirmação de antigas formas de governo.

Cromwell chegou a considerar o Parlamento de Barebone “como a história de minha própria fraqueza e desvairio”. Embora defendesse uma reforma da lei em seu discurso inaugural na assembléia, não estava preparado para a abolição da chancelaria ou do patronato eclesiástico e dos dízimos. Já que o Parlamento de Barebone propunha ao mesmo tempo que os oficiais superiores do Exército deveriam servir durante um ano inteiro sem soldo, a maior parte deles deixou-se convencer facilmente que era preciso livrar-se daquela perigosa assembléia. No dia 12 de dezembro os conservadores manifestaram-se desde cedo. Após discursos em que denunciavam o Parlamento por “pretender retirar as propriedades deles ao suprimir a lei, derrubar o ministério eliminando os dízimos e nada deixando em seu lugar”, votaram a favor de sua dissolução. Dirigiram-se em seguida ao lorde general, em cujas mãos puseram a autoridade que haviam recebido havia cinco meses.

Como sempre, não sabemos se Cromwell planejou o golpe: ele o negou. Com toda a certeza estava preparado para aceitá-lo e agir em função dele. Dentro de três dias foi aceita uma nova constituição, o

Instrumento do Governo,* o qual fora discutido pelos oficiais durante quase um mês. No dia seguinte, 16 de dezembro, Oliver Cromwell foi proclamado Lorde Protetor. Numa cerimônia pública prestou o juramento de governar “em bases e fundamentos que recebam para sempre as bênçãos do Senhor, e atender aqueles grandes reclamos da religião e da liberdade que há tanto sustentamos”. Em seu discurso, após prestar juramento, Oliver reiterou sua determinação de governar de tal modo que “o Evangelho haja de florescer em todo seu esplendor e pureza, e o povo possa gozar de seus justos direitos e propriedades”. “O sacerdócio e a propriedade poderiam ser destruídos”, lembrou Oliver a seus oficiais em fevereiro de 1657. “Quem teria condições de afirmar que algo lhe pertencia, caso eles persistissem?”

6

É impossível exagerar a importância psicológica do fracasso do Parlamento de Barebone para Oliver Cromwell. O historiador que se reporte ao passado poderá encarar a ruptura com os *levellers* como o momento crítico da Revolução, em relação ao qual não havia retorno. Para Oliver, porém, 1653 significou o ponto mais alto da Revolução; após o fracasso do Parlamento de Barebone em unir o povo de Deus, suas esperanças se desvaneceram. Refletindo após os acontecimentos, ele concluiu que talvez houvesse pecado ao se mostrar por demais ansioso “em livrar-se do poder que Deus, do modo mais providencial possível, pusera em minhas mãos”, delegando-o com pressa e otimismo excessivos ao Parlamento de Barebone. Não cometeu o erro de entregar o poder aos últimos parlamentos. Dirigindo-se aos membros do primeiro Parlamento eleito em seu protetorado, insistiu em que “não pleiteou este cargo” de protetor. Daí por diante o otimismo abandonou Oliver. Era um velho fatigado, desiludido, ainda crente de que gozava de um relacionamento especial com Deus, mas na defensiva, com poucas idéias positivas. Já não esperava mais instaurar o governo do povo de Deus na Inglaterra. Enxergava-se como um condestável

(*) Primeira Constituição escrita da Inglaterra, redigida pelo Conselho dos Oficiais sob a direção de Lambert em 1653. Ela definiu a natureza e as formas de governo da República entre dezembro de 1653, e a *Humble Petition and Advice* de maio de 1657. (ED/LM).

cuja tarefa consistia em impedir que os ingleses se destruíssem uns aos outros. Viu-se obrigado a recuar diante do apoio de um exército expurgado de radicais, um exército que, em última análise, tinha de ser pago com os impostos recolhidos junto à classe de proprietários de terras, os dirigentes naturais das zonas rurais.

A Revolução chegara ao fim. Oliver Cromwell era o salvador daquela parte da sociedade que detinha as terras. Em 1649 os *levellers* foram aniquilados. Um grupo de radicais — Vane, Haslerig, Marten, Ludlow, Sidney — foi afastado do poder em abril de 1653; Ireton morreu na Irlanda. Harrison, Rich e os radicais do Exército, juntamente com Moyer e os radicais da *City*, também foram afastados. A dissolução do Parlamento de Barebone salvou o monopólio comercial da oligarquia de Newcastle.⁴⁹ John Lambert, que esboçou o Instrumento do Governo, e a ala conservadora dos generais, a maior parte dos quais originários da pequena nobreza rural (Desborough, Sydenham, Lisle, o coronel Edward Montagu, da família do antigo rival de Cromwell), formavam o Conselho de Cromwell, juntamente com três baronetes (sir Gilbert Pickering, sir Charles Wolseley e sir Anthony Ashley Cooper, sendo que os dois últimos exerceram papel de destaque na autodissolução do Parlamento de Barebone). As pessoas ligadas a Cromwell estavam bem representadas (Desborough era cunhado do Protetor; o sogro de Richard Cromwell, major; Lawrence, senhorio de Oliver em St. Ives; Montagu, agora um vassalo); três conselheiros — Lisle, Ashley Cooper e Montagu — haveriam de se tornar pares após a restauração.

Outros conselheiros do novo regime incluíam lorde Broghill, ex-realista, representando a Irlanda, e Monck, o soldado profissional, representando a Escócia. Nathaniel Fiennes, filho de lorde Saye e Sele e o conde de Mulgrave logo foram incluídos, o que fortaleceu ainda mais os laços com a aristocracia. A figura central acabou sendo John Thurloe, protegido de Oliver St. John, que se associaria a Cromwell desde pelo menos junho de 1647 e, ao que parece, cuidava de seus negócios pessoais desde outubro de 1650, se não antes. Foi secretário do Conselho de Estado do Rabo do Parlamento Longo, bem como do Conselho ao tempo do Parlamento de Barebone; esta última função o colocou à testa do serviço secreto.

O novo governo passou a anular alguns dos atos de seu predecessor, sobretudo aqueles que cuidavam dos interesses dos credores contra os devedores empobrecidos. A reforma da Chancelaria foi entregue às mãos confiáveis de três juristas. Foi suprimido até mesmo o ato do Parlamento Longo que confiscava dois terços das propriedades ru-

rais dos criminosos católicos. Os planos de Cromwell tendo em vista a unidade já não se restringiam mais ao partido de que fora o líder. Via agora que sua tarefa seria unir a nação. Hyde escreveu de Paris, um tanto surpreso, que “Cromwell procede com notável habilidade em reconciliar todo tipo de gente, as escolhe no seio de todos os partidos e apenas aquelas cujas habilidades são mais evidentes”. A *City* de Londres voltou a ser governada por conservadores, embora Maurice Thompson conseguisse transferir sua lealdade a tempo, passando para o outro lado. A *City* demonstrou sua gratidão festejando o Lorde Protetor no dia 8 de fevereiro de 1654, mas nem uma única aclamação saudou Oliver enquanto ele desfilava solenemente pelas ruas de Londres. O profeta Evans declarou em 1654 que quem quer que falasse bem de Oliver Cromwell não merecia consideração; os livreiros não podiam vender livros que o louvassem.

Para os radicais, Oliver tornara-se agora o líder finalmente perdido. Lilburne, Wildman, Sexby e outros *levellers* preferiam negociar com os realistas a aceitar o novo regime. Batistas como Henry Jessey e John Rogers, George Fox e os quacres jamais perdoaram Cromwell por deixar de levar adiante suas reiteradas promessas de abolir os dízimos.⁵⁰ O pentamonarquista Vavasor Powell saudou o Protetorado perguntando a sua congregação se o Senhor preferia ter “Oliver Cromwell ou Jesus Cristo reinando entre nós?”. Alguns meses antes os dois não pareciam ser rivais.

VI

O LORDE PROTETOR

1653-55

Deste modo e com tão poucos incômodos, este homem extraordinário [...] sem a assistência e contra o desejo de todas as pessoas nobres ou homens de qualidade, ou de três homens que, no início dos conflitos, possuíam terras que lhes rendiam 300 libras por ano, subiu ao trono de três reinos sem usar o nome de rei, mas com poder e autoridade maiores do que aqueles que qualquer rei jamais exerceu ou reivindicou.

Clarendon, *História da rebelião*, V, pp. 287-88

Interroguemos as nações sobre este assunto e elas prestarão testemunho. Com efeito, as benesses do Senhor recaem sobre nós como se Ele dissesse: Inglaterra, és minha primogênita, minha alegria entre as nações, e sob este céu que nos cobre o Senhor jamais deu esse tratamento a nenhum dos povos que nos rodeiam.

Declaração do Lorde Protetor,
23 de maio de 1654

Se o Senhor se compraz com a Inglaterra e se Ele nos faz o bem, então Ele poderá nos amparar. Quaisquer que sejam as dificuldades, nós, apoiados em Sua força, seremos capazes de enfrentá-las [...]. Pois eu encaro o povo destas nações como se fosse a bênção do Senhor [...]. E sendo o povo da bênção do Senhor, ele não perderá tanto a cabeça, mas preferirá a segurança às paixões, e sua verdadeira segurança às aparências, quando a necessidade exigir provisões. Se o povo não tivesse pleno conhecimento deste princípio, ele jamais teria visto este dia de evangélica liberdade.

Cromwell, Fala por ocasião da dissolução do
primeiro Parlamento,
22 de janeiro de 1655

I

Em 23 de dezembro de 1653 o secretário Thurloe escreveu a Bulstrode Whitelocke, representante da Inglaterra na Suécia: “Esta mudança [...] mereceu geral aceitação, sobretudo entre os juristas, os ministros e os comerciantes, que se consideravam em situação extremamente perigosa devido aos humores do último Parlamento”. Daí em diante a Inglaterra não mais seria governada por “comissões arbitrárias”, mas pelas leis do país.¹ O Protetorado significava a vitória do conservadorismo na Igreja e no Estado. Um membro da antiga família Howard, a qual se mostrara reacionária até mesmo nos dias da monarquia, foi nomeado coronel do regimento de Nathaniel Rich, afastado devido a suas opiniões radicais. Todo o exército se achava submetido a um constante processo de transformação, deixando de ser aquela força ideologicamente engajada da década de 1640 e tornando-se um formidável poder profissional no final da década de 1650. Edward Montagu, sobrinho do conde de Manchester, o antigo rival de Cromwell, foi nomeado almirante, com a tarefa específica de expurgar os radicais da armada.² Logo entrou em conflito com Robert Blake, velho republicano intransigente, mais capacitado a vencer batalhas do que a mandar aparelhar suas velas para as brisas que sopravam da corte.

Em agosto de 1655 um coronel, um edil e outro comissário foram nomeados para controlar a imprensa. A partir de setembro nenhuma notícia poderia ser legalmente publicada sem a permissão de Thurloe.

Foram-se os dias exuberantes das discussões livres. Agora os panfletos da oposição só podiam circular ilegalmente. O autor da *Areopagitica* logo retirou-se do serviço público. Apenas dois jornais sobreviveram: *Mercurius Politicus* e *The Publick Intelligencer*, ambos editados por Marchamont Nedham sob a supervisão de Thurloe. Em novembro de 1653 Nedham garantiu a Cromwell que se ele se interessasse pelo que era fundamental, verificaria que “os homens mais destacados de cada posto e profissão [...] se mostrarão interessados na autopreservação, a fim de aderirem a Vossa Excelência”. A teoria política do antigo realista Nedham era inteiramente pragmática. Julgava que “o modo de governar em nações livres não consiste em se acomodar a esquemas de liberdade, que se apóiam em melancólica contemplação, mas deve acomodar-se àquela forma melhor indicada tendo em vista a conveniência prática”.³ Muitos homens se consolaram com semelhantes reflexões. O eminente advogado Matthew Hale julgava “não ser pecado aceitar um encargo do usurpador[...] pois é absolutamente necessário manter a justiça e a propriedade em todas as épocas”.⁴

Dirigindo-se a seu primeiro Parlamento, Cromwell proclamou o apoio que dava à ordem social existente:

um nobre, um cavalheiro, um pequeno proprietário rural: eis aí um sólido e importante interesse da nação. Não foi a magistratura da nação quase espezinhada graças ao despeito e ao desprezo demonstrados por homens de princípios niveladores? [...] E esses princípios não tendiam a reduzir todos à igualdade? [...] Qual seria seu designio, a não ser tornar o ocupante de terras tão afortunado quanto seu proprietário? [...] Era uma voz agradável a soar no ouvido de todos os homens pobres e certamente benvinda a todos os homens maus.

Sua audiência, composta de magistrados, proprietários de terras e outros homens ricos, precisava ser convencida de que os dias de radicalismo haviam chegado ao fim. “Manteremos a nobreza e a pequena nobreza rural”, repetiu Oliver a seu segundo Parlamento. A nova tendência se evidenciava por uma multiplicidade de meios. Em março de 1654 o imposto de consumo passou a ser aplicado a vários artigos de consumo popular até então isentos. Em Londres a oligarquia retornou ao poder. Entre 1640 e 1654 não se realizaram as aparições do *Lord Mayor* e eles foram retomados em 1655. John Evelyn viu as mulheres se pintando pela primeira vez em maio de 1654; por volta de agosto daquele mesmo ano parecia não haver qualquer problema em dirigir-se a um bispo usando seu título, “pois agora os tempos estão mais abertos”.⁵ O conservadorismo crescente, não só na esfera colo-

nial como em outras, pode ser ilustrado pela devolução a lorde Baltimore de seus direitos de propriedade em Maryland, medida tomada por Oliver em 1657. Os “governantes naturais” começaram novamente a pôr a cabeça de fora em muitos setores. Edmund Waller saudou seu primo como

Alguém que nascido na antiga nobreza
Faz-nos esperar dos fidalgos a grandeza.^{6*}

O bem nascido e realista Waller foi nomeado Comissário do Comércio pelo Protetor. Aliás, uma das filhas de Cromwell desposou o neto do conde de Warwick e outra, lorde Fauconbridge, filho de um realista e que em breve se tornaria Conselheiro Privado de Carlos II, que reassumiria o trono.

Em março de 1655 o ex-realista lorde Broghill, que cooperara com Cromwell na subjugação da Irlanda e um ano antes propusera que Oliver tomasse o título de rei, tornou-se presidente do Conselho para a Escócia. Sua chegada inaugurou uma política mais conservadora. O Conselho escocês recebeu instruções no sentido de “encorajar o comércio, promover as manufaturas e a pesca” e “cogitar como melhorá-los”. Como sucedeu na Irlanda, os homens de combate realistas foram ou transportados para as Índias Ocidentais ou encorajados a se engajarem além-mar.⁷ Muitos realistas escoceses uniram-se em torno do Protetorado, incluindo sir William Lockhart, que casou com a sobrinha de Cromwell e tornou-se embaixador na França. Em setembro de 1656 o presbiteriano escocês Baillie escreveu que “todos aqueles que são sensatos julgam que nossos males aumentariam ainda mais se Cromwell fosse removido”.⁸ Para muitos escoceses, Oliver representava o menor dos males *possível*. A tentativa de conquistar o partido radical ou Partido *Remonstrant*, da Igreja presbiteriana escocesa, foi deixada de lado em 1657; em vez disso Broghill tentou consolidar os *Resolutioners*** como uma maioria que apoiava o Protetorado. Após a restauração de Carlos II os líderes dos *Remonstrants* foram enforcados e o líder dos *Resolutioners* tornou-se arcebispo.

(*) One whose extraction from an ancient line / Gives hope again that well-born men may shine.

(**) Membros do partido que, na Escócia, aceitou as resoluções de 1650, reabilitando aqueles que não tomaram parte das lutas contra Cromwell. (ED/LM)

Na Irlanda a substituição de Fleetwood por Henry, segundo filho de Oliver, e a modificação da política de deslocamento de colonos foram igualmente o resultado do desvio para a direita na Inglaterra. Na Irlanda, porém, tal desvio teve de ser operado com mais cuidado, devido à preponderância dos radicais entre os oficiais do exército de ocupação, do qual o governo inglês dependia inteiramente para manter submissa a maioria católica da população. O exército foi reduzido aos poucos, passando de 34 para 20 mil homens, ainda assim um pesado fardo para o país. Instruções dadas ao Conselho de Henry Cromwell, em março de 1656, sugeriam que as crianças irlandesas fossem retiradas da companhia de seus pais na idade de dez anos a fim de serem criadas no trabalho sistemático e no protestantismo, mas o governo, pelo visto, não foi capaz de levar adiante um esquema tão complicado.

Devemos encarar a política irlandesa de Cromwell como parte de sua política imperial em geral. Os irlandeses eram tratados quase da mesma forma como os primeiros povoadores da Nova Inglaterra tratavam os índios. Cromwell escreveu para a Nova Inglaterra tentando convencer “a piedosa gente e os ministros” a se mudarem para a Irlanda. Sua própria influência, enquanto Lorde Protetor, se exercia no sentido de moderar a política de deslocamento de colonos, de tal modo que apenas os proprietários de terras foram deslocados. Necessitava-se da maioria da população enquanto trabalhadora e pagadora de renda. A Irlanda fora incluída no âmbito do Ato de Navegação de 1651 e lá, como na Inglaterra, se pagavam as mesmas taxas alfandegárias e o mesmo imposto de consumo. É claro que foram os colonos ingleses que se beneficiaram, como sucedera na Nova Inglaterra, pois os naturais da Irlanda e os papistas foram excluídos das corporações das cidades. Cromwell declarava que a Irlanda não deveria ser excessivamente taxada, caso contrário “os ingleses precisarão fugir, em decorrência da miséria, e os irlandeses possuirão novamente o país”. Após 1660, o governo de Carlos II reverteu a política que concedia aos colonizadores ingleses da Irlanda igualdade de tratamento com os habitantes da Inglaterra e nada fez para melhorar a sorte dos irlandeses.

Na Inglaterra o Protetor esforçou-se o quanto pôde para chegar a um acordo com os “governantes naturais” nos dois parlamentos. A conspiração realista prosseguiu, porém se desesperou cada vez mais, à medida que se tornava claro que Cromwell era invulnerável enquanto gozasse do apoio do exército. Esse desespero é demonstrado pela disposição dos realistas em conspirar com alguns *levellers* de má reputação, tais como John Wildman, Edward Sexby e Miles Sindercombe.

Não sabemos até que ponto esses homens representavam o conjunto dos *levellers* e nem mesmo se esse conjunto sequer continuava existindo. Não sabemos também com que seriedade os dois lados pretendiam negociar. “Dai-nos dinheiro e vos daremos um porto”, disseram os *levellers*; “dai-nos um porto e vos daremos dinheiro”, foi a resposta. Houve pouca coordenação de esforços e ainda menos de objetivos. No entanto o governo ficou alarmado diante de coincidência de conspirações simultâneas de realistas e *levellers*. Wildman foi preso enquanto ditava “Uma Declaração do povo livre e disposto [...] a pegar em armas contra o tirano Oliver Cromwell”, apenas um mês antes do levante realista de Penruddock, em 1655. Alguns *levellers* foram certamente desmoralizados pela derrota de 1649. Richard Overton agiu como espião de Thurloe. Sexby terminou por defender o assassinato de Oliver no mais espirituoso panfleto da década de 1650, *Killing No Murder* [Matar não é crime], desabusadamente dedicado ao Lorde Protetor em 1657. Chamava-o de “o verdadeiro pai de nosso país; pois, enquanto viverdes, não poderemos afirmar que algo nos pertença e é vossa morte que esperamos, tendo em vista o que haveremos de herdar um dia”.⁹

Tudo isso apresentava pelo menos uma vantagem para Oliver: em seus discursos ao Parlamento ele podia, segundo as palavras de Baxter, “conjurar com gosto alguma terrível aparição como a dos agitadores, *levellers* e gente dessa laia, que, tendo afastado o rei de Hampton Court, acabarão por assustar o povo, que correrá até o monarca, à procura de um refúgio”.¹⁰ Oliver denunciou seus inimigos da esquerda como irresponsáveis que faziam objetivamente o jogo dos realistas (“a longo prazo, servirão os interesses dos cavalheiros”, disse a seu segundo Parlamento, em setembro de 1656). Tentou conseguir o apoio dos proprietários de terras ao exagerar os objetivos sócio-revolucionários dos *levellers*. Causa “alguma satisfação, se a República deva perecer, que tal se dê por meio da ação dos homens e não por obra de gente que pouco se diferencia dos animais; e, caso ela precise sofrer, que antes padeça pelos atos de homens ricos e não pelo de homens pobres”.

O Protetor, no entanto, não conseguiria manter para sempre seu regime à custa dessas histórias de horror. Ele, em último recurso, sentava-se na ponta de baionetas e nada mais. O Instrumento de Governo inscrevera na Constituição, como primeiro encargo dos rendimentos públicos, um exército de 30 mil homens e os parlamentares eleitos não tinham o poder de modificar essa disposição. “É contra a vontade da nação; nove pessoas em dez estarão contra vós”, afir-

mou o teólogo presbiteriano Edmund Calamy a Cromwell, quando este se aconselhou com ele sobre a dissolução do Rabo do Parlamento Longo. “Mas e se eu desarmasse os nove e pusesse uma espada na mão do décimo?”, perguntou Oliver. “Isso não resolveria a questão?” De fato, a questão foi bem resolvida por um curto período, o qual poderia se prolongar caso o exército continuasse a ser uma força unida que acreditava em sua causa. No entanto, a ruptura com os *levellers*, o fracasso do Parlamento de Barebone e os repetidos expurgos haviam posto um ponto final em tudo isso. O exército agora se tornara uma força profissional muito eficiente. Já não era mais o povo da Inglaterra e muito menos o povo de Deus em armas. Os “governantes naturais” estavam decididos a livrar-se dele o mais breve possível.

2

Oliver esperava obter o apoio da classe formada pelos senhores de terras no que referia a sua política exterior. Nos primeiros anos da república ainda prevaleciam visões exaltadas da revolução internacional. Murmurava-se que Cromwell certa vez observara a Lambert: “Fosse eu tão jovem quanto vós, não duvidaria que, antes de morrer, iria bater nos portões de Roma”.¹¹ “Se ele fosse dez anos mais jovem”, dizia outro comentário, “não haveria um rei na Europa a quem ele não faria tremer”.

O que César foi para a Gália,
e Aníbal para a Itália,
Dos estados em cativo
Será ele o pioneiro.*

Era assim que Marvell via o papel de Cromwell após seu regresso da Irlanda, em 1650. Oliver brincou durante algum tempo com a idéia de intervir no sudoeste da França em apoio aos rebeldes de Bordéus. O ex-*leveller* Sexby lá esteve de 1651 a 1653 por conta do Conselho de Estado. Em 1654 George Fox instava Oliver “a embalar as nações como um berço”; “o rei da França deveria ter inclinado a cabeça diante

(*) As Caesar he are long to Gaul, / To Italy an Hannibal, / And to all states not free / Shall dimactic be.

de vós, o papa deveria ter murchado como se fosse inverno”.¹² Ainda em 1657 Fox empregava palavras muito diferentes de seu recente pacifismo, censurando o exército por seu fracasso em levar a revolução à Espanha e a Roma. Recolhi em outras fontes¹³ algumas indicações da esperança de uma revolução internacional liderada pela Inglaterra, alimentada por homens tão diferentes quanto Alexander Leslie, comandante do exército escocês, John Milton, Hugh Peter e o almirante Blake.

Porém, no final de 1653, tais pensamentos já não mais correspondiam à realidade. A política externa inglesa agora era concebida em termos práticos e duros, de interesse nacional e comercial. Surgiram duas linhas de ação política. Uma delas, popular na *City* e no Rabo do Parlamento Longo, tinha por objetivo a supressão da rivalidade comercial com a Holanda por meio de um acordo, se possível, e, caso contrário, por meio da guerra. Isso abriria aos comerciantes ingleses a rota da Índia e do Extremo Oriente, seriamente restrita após o massacre de Amboyna em 1623. Essa política inspirou o Ato de Navegação e a primeira Guerra Holandesa. Uma eloquente defesa dela pode ser lida em duas obras de Slingsby Bethel: *The World's Mistake in Oliver Cromwell* (1668) [O engano do mundo em Oliver Cromwell] e *The Interest of Princes and States* (1680) [O interesse dos príncipes e dos Estados]. Essa linha de ação deixa completamente de lado a religião enquanto algo a ser considerado quando se trata de determinar a política exterior. A segunda linha de ação, mais popular entre a pequena nobreza rural presbiteriana, objetivava forçar uma abertura na área de monopólio espanhol das Índias Ocidentais e da América. Significava uma continuação da política da Companhia da Ilha de Providence e, no caso de ser bem-sucedida, teria proporcionado à Inglaterra bases nas ilhas caribenhas produtoras de açúcar e fumo, bem como uma posição de força no tráfico dos escravos africanos para a América, incluindo a América Espanhola.¹⁴ A guerra contra a Espanha ainda apresentava a vantagem de poder ser descrita, em termos religiosos, como uma cruzada anticatólica.

A violenta política anti-holandesa fora produto de um grupo de pressão da *City* e recebia vigoroso apoio dos radicais do Parlamento de Barebone. Cromwell não tinha ligações com o extremado partido anti-holandês, mas Thurloe observa que ele apoiava a guerra sob o pretexto de que ela atendia aos interesses do povo. A República deveria fazer de tudo para preservar seu comércio.¹⁵ Em 1654 Cromwell equipou e despachou uma expedição para cooperar com os habitantes da Nova Inglaterra, quando se tratou de tomar os estabelecimentos

holandeses na América do Norte continental. O plano foi frustrado pela assinatura da paz, mas as forças armadas levaram adiante as instruções alternativas de Cromwell, capturando a Nova Escócia. Isto poderia ter significado a retomada da colonização inglesa no Canadá, onde Carlos I desistira de um primeiro núcleo de povoamento, em 1629. No entanto Carlos II devolveu a Nova Escócia à França em 1668. Samuel Pepys acreditava que Oliver avaliava com extrema precisão suas vantagens econômicas, sobretudo a existência do carvão e do cobre, para poder concordar com essa devolução.¹⁶ Embora em 1656 Cromwell fosse acusado pelo capitão batista Chillenden de vender o comércio inglês aos holandeses,¹⁷ os termos da paz celebrada em 1654 não eram desfavoráveis à Inglaterra. Com efeito, o acordo secreto que excluía a Casa de Orange de encargos na Holanda representou um golpe para uma das principais esperanças dos realistas, forçando muitos deles a concordar relutantemente com a existência do Protetorado. Os dois países, disse Cromwell aos embaixadores holandeses em julho de 1653 caso entrassem num acordo, “poderiam dominar os demais e controlar os mercados bem como impor condições”. Especialmente em 1653 Cromwell pareceu se interessar por atrair capitais holandeses para a Inglaterra, onde os ativos líquidos estavam assustadoramente baixos. Porém, conforme nos diz um perspicaz observador holandês em outubro de 1654, ele se mostrava igualmente decidido a privar os holandeses da liderança dos interesses protestantes.¹⁸

Após concluir a paz com a Holanda, Cromwell caminhou para um alinhamento com a França e a Espanha, ao qual os presbiterianos sempre foram favoráveis. A política pró-espanhola referia-se aos interesses têxteis, que dependiam das importações de lã espanhola e do comércio com a Espanha continental. Porém a guerra com a França também se revelava desvantajosa para a indústria têxtil, conforme Oliver fez ver a seu primeiro Parlamento, “devido às vantagens de que se aproveitam os outros Estados a fim de prosperarem, prejudicando nossas manufaturas têxteis e impedindo daí por diante sua expansão”. O tratado de 1655 celebrado com a França era basicamente um tratado comercial. No entanto uma política antiespanhola apresentava a vantagem de apelar aos tradicionais sentimentos patrióticos e protestantes e de jogar Carlos Stuart nos braços do inimigo nacional. A conquista de Dunquerque representou um trampolim para o continente e a conquista de Hispaniola ou Jamaica abriu a possibilidade de vantagens comerciais no Novo Mundo e de solucionar os problemas financeiros do regime graças à captura do tesouro espanhol. É fácil deixar de lado essa última consideração como um fato ilusório, que

gostaríamos que fosse verdadeiro, pois sabemos que a captura da armada espanhola nas Índias Ocidentais jamais ocorreu. Os holandeses, porém, o haviam feito trinta anos antes e o emprego do poder marítimo pelos ingleses, na década de 1650, era ainda mais vigoroso e eficiente. Em setembro de 1656 o capitão Richard Stayner destruiu navios que transportavam um tesouro no valor de 2 milhões de libras e capturou despojos no valor de 600 a 700 mil libras, transportados através da Inglaterra, de Portsmouth a Londres, em 38 carroças a fim de se obter o máximo de publicidade. Sete meses depois Blake destruiu a esquadra espanhola que transportava um tesouro na região de Santa Cruz. Os mercadores que comerciavam com a Espanha não apreciavam a guerra, mas não se pode duvidar de sua popularidade nos primeiros tempos. Em 1656 o Parlamento votou sem restrições a favor dela.¹⁹ Somente após a morte de Oliver é que a guerra se tornou impopular, quando seu alto custo, expresso através da taxação, não implicou em retornos compensatórios imediatos e quando o sentimento anti-holandês voltou a surgir, pois os comerciantes holandeses lucravam ostensivamente com o envolvimento dos ingleses.

O Plano Político para o Ocidente foi a principal contribuição de Oliver à política imperial inglesa e é importante considerá-lo em sua justa perspectiva. Firth descreveu-o como “o lado mais frutífero de sua política externa” e que “produziu os mais duradouros resultados”.²⁰ Ele nada tinha em comum com as operações dos lobos-do-mar isabelinos, com as quais é às vezes muito mal comparado. Agindo com determinação, Oliver tentava ocupar e estabelecer permanentemente uma base estável nas Índias Ocidentais. “O propósito, em geral, é obter vantagem naquela parte das Índias Ocidentais em posse dos espanhóis”, foi dito a seu primeiro comandante. Cromwell se empenhou demais em convencer os habitantes da Nova Inglaterra ou os povoadores protestantes irlandeses a se transferirem para a Jamaica. Outro objetivo era “o domínio de todos estes mares” a fim de manter o Ato de Navegação e humilhar os holandeses. Seus navios foram aprisionados em Barbados e em alto-mar. O objetivo final era romper à força o monopólio espanhol do comércio sul-americano, inclusive o comércio da prata. A curto prazo o governo indubitavelmente esperava obter lucros ao capturar os navios espanhóis carregados de prata. Porém, o aspecto importante da estratégia era uma colonização patrocinada pelo governo. Assim como à união da Inglaterra com a Escócia seguiu-se um oferecimento de união com a Holanda em termos semelhantes, a conquista e ocupação da Irlanda seria seguida pela conquista e ocupação das Índias Ocidentais. Na realidade, ambas estavam li-

gadas pelo envio de irlandeses, escoceses e outros para as Índias Ocidentais; foi feita igualmente uma tentativa de convencer os moradores da Nova Inglaterra a se mudarem para a Jamaica.

O Plano Político para o Ocidente teve uma longa pré-história, sobre a qual já escrevi em outro livro.²¹ Sir Walter Raleigh foi seu defensor, embora, na prática, as expedições que empreendeu com financiamento particular jamais houvessem conseguido resistir à tentação de esperar por pilhagens. Os comerciantes que financiaram os Pais Peregrinos e o povoamento de Massachusetts talvez possuissem, a longo prazo, desígnios antiespanhóis, mas seus esforços de colonização não recebiam nenhum apoio governamental. Um dos cinco comissários responsáveis pela expedição de Cromwell era Edward Winslow, o imigrante puritano. A Companhia da Ilha de Providence chegou ao limite que uma empresa particular poderia alcançar, pondo em prática determinada política e implantando uma colônia bem no coração do domínio espanhol. No entanto esse empreendimento puritano também degenerou, transformando-se num centro de pirataria quando lhe faltou o apoio governamental e a ilha foi “exposta à rapina do inimigo público devido aos tratos grosseiros e indevidos daqueles que prejudicaram os negócios deste reino”.²² Foram observados com frequência os laços que ligavam esta companhia e a oposição parlamentar na década de 1640,²³ bem como a importância dos ex-membros da Companhia no grupo que cercava Cromwell na década de 1650. Seu manifesto contra a Espanha, em outubro de 1656, referia-se especificamente às especulações da Companhia da Ilha de Providence. O que não foi suficientemente enfatizado é que Maurice Thompson, braço direito de Cromwell no Plano Político para o Ocidente, fora também fornecedor dos colonos da ilha de Providence e financiou a subsequente viagem do capitão Jackson em 1642.²⁴

Tornava-se necessário um esforço maior por parte do Estado, caso se quisesse assegurar e manter uma base nas Índias Ocidentais. Na década de 1630 sir Thomas Roe advogara, mas em vão, uma aliança anglo-holandesa que permitisse a invasão das Índias Espanholas.²⁵ O cardeal Richelieu lançara olhares cobiçosos sobre as ilhas, mas chegara à conclusão de que *“il y a peu à espérer de ce côté-là, si par une puissante guerre on ne se rend maître des lieux que le roi d’Espagne occupe maintenant”*.^{26*} Cromwell organizou essa “guerra encarniçada” —

(*) “Desse lado há pouco a esperar se, por meio de uma guerra encarniçada, não nos tornarmos senhores dos lugares que o rei da Espanha ocupa no presente.” (N. T.)

sem aliar-se aos holandeses. Trata-se de um momento histórico crítico. Durante os 150 anos subsequentes as Índias Ocidentais se revelaram capitais para a política exterior e imperial da Inglaterra. A Jamaica era o centro do tráfico escravagista, fornecendo inicialmente escravos para as demais ilhas da Índias Ocidentais e, em seguida, para as colônias meridionais da grande possessão inglesa no continente americano. A grande prosperidade de que Bristol e Liverpool gozaram no século XVIII é impensável sem a Jamaica e o tráfico de escravos. Nisso também havia coesão, pois os colonos da Companhia da Ilha de Providence haviam recorrido ao braço escravo em grande quantidade.²⁷

Através da pessoa de Maurice Thompson o Plano Político para o Ocidente ligava-se à política da Companhia das Índias Orientais. Fora Thompson quem arquitetara o Ato de Navegação. Em 1649 advogara um plano para a colonização de Assada, ilha ao largo de Madagascar. Seu primeiro governador foi o coronel Robert Hunt, ex-governador da ilha de Providence. Cromwell, ao que se diz, anunciou a intenção de empenhar-se “pelo estabelecimento de um interesse nacional na Índia”. Em correspondência mantida com o governo em 1654, ambas as facções rivais na Companhia das Índias Orientais presumiram maior apoio por parte do Estado e era de se esperar proteção para o futuro.²⁸ Dificilmente seria julgado coincidência o fato de que a Companhia emprestou 50 mil libras ao governo em 1655 e que sua carta-patente foi confirmada em outubro de 1656. Em fevereiro de 1657, graças a uma moção do cunhado de Thurloe, Martin Noell, o Conselho recomendou ao Protetor que fortalecesse o monopólio da Companhia, e, em outubro, surgia nova carta-patente, que marcou a derrota final daquele dedicado princípio ao livre comércio, o qual, no início da década de 1650, parecia tão forte.

Por que, tendo em vista sua grande importância, o Plano Político para o Ocidente estava tão mal preparado, a ponto de fracassar em relação a Hispaniola, seu primeiro objetivo? É o único dos empreendimentos militares de Cromwell que pode ser criticado enquanto tal. Conforme foi sugerido, os comandantes das forças navais e militares talvez tenham sido escolhidos para que se afastassem da Inglaterra; brigaram e ambos regressaram ao país na primeira oportunidade, deixando de participar mais intensamente da vida política do Protetorado. O almirante William Penn contribuiu para a restauração de Carlos II e é justo lembrar que, em seguida, revelou-se um bom oficial naval. Possem ou não os comandantes homens a quem o governo queria ver longe, não há dúvida de que muitos outros oficiais foram escolhidos por motivos semelhantes. Os comandantes dos regimentos tiveram a

oportunidade de indicar homens para a expedição e, naturalmente, se aproveitaram para livrar-se dos indesejáveis. A responsabilidade imediata cabia a Desborough, mais do que a Oliver, mas isso apenas obscurece o problema. Por que Cromwell delegou tamanha responsabilidade sem acompanhar atentamente o que estava acontecendo? Talvez fosse excessivamente confiante e achasse que o Senhor haveria de a tudo prover. Por meio dessa frase, pôs de lado as objeções muito práticas levantadas por Lambert, no único documento que nos restou sobre as discussões em torno do assunto, no Conselho. Com toda certeza Oliver encarava os acontecimentos de Hispaniola como uma repressão do Senhor. Por outro lado, devemos lembrar que foi, de longe, a mais ambiciosa operação conjunta empreendida pelo governo inglês e devemos talvez enfatizar antes seu considerável sucesso que seu fracasso parcial.

A política imperial e externa de Oliver integravam um único e grande projeto. A dissolução do Rabo do Parlamento Longo e do Parlamento de Barebone provocou uma alteração dos objetivos de tal política, mas nenhuma mudança de sua orientação comercial. O Ato de Navegação foi mantido e inclusive fortalecido pelo Parlamento de 1657; os holandeses foram contidos; os corsários franceses, verdadeira ameaça ao comércio inglês no início da década de 1650, foram dominados. As proezas de Blake no Mediterrâneo, em 1654-55, constituíram parte essencial do projeto, pois refrearam as ambições francesas na Itália, bem como as aspirações de uma hegemonia sobre o Mediterrâneo. O Tratado Português de 1654, ratificado apenas graças à força naval de Blake, garantiu o acesso dos comerciantes ingleses a todo o vasto império português do Ocidente e do Oriente, bem como ofereceu aos mercados europeus uma compensação pela perda do comércio com a Espanha. “Vossos comerciantes”, disse Cromwell a seu primeiro Parlamento, “fazem-me acreditar que esta paz é de grande interesse para seu comércio e sua segurança que, por conseguinte, aumentam mais do que acontece em outros lugares, bem como os proveitos que obtêm em seus empreendimentos.” Ao acrescentar que os comerciantes ingleses que negociassem com Portugal gozariam de liberdade de consciência — algo que nenhum de seus predecessores monárquicos conseguira obter devido à falta de prestígio — o Protetor foi ruidosamente aplaudido.

Comenta-se que Cromwell teria dito, no reinado de Carlos I: “A Inglaterra arruinou o partido protestante na França”. Agora declarava: “A Inglaterra deve restaurá-lo”. Isso, em breve, transformou-se num plano que visava a obter a cessão de Bordéus à Inglaterra.²⁹

Thurloe explicou mais tarde que Oliver queria colocar os huguenotes franceses “sob sua dependência e, com isso, manter de qualquer modo um interesse na França, realizando igualmente aquilo que fosse mais aceitável para seu povo, bem como para todos os protestantes do mundo, cuja causa e interesse ele proclamava abertamente em todas as ocasiões, estabelecendo assim as bases que lhe permitiriam tornar-se seu chefe e protetor”.³⁰ O cardeal Mazarino sem dúvida levou a ameaça a sério e encarou como “o ponto fundamental de todo o tratado” aquela cláusula secreta do Tratado de 1655, segundo a qual cada parte renunciava a prestar assistência ou proporcionar acolhida aos inimigos internos dos dois países. Só teremos condição de avaliar o alcance desta cláusula ligando-a à questão dos realistas ingleses que Oliver muito gostaria de ver expulsos da França. Por volta de 1655 a Inglaterra deixara de ser revolucionária, em termos internacionais. Apesar de tudo que tenha existido de positivo na república, o Protetorado era um governo nacionalista conservador, orientação que Mazarino apoiava.

Cromwell esperava que “todos, mas especialmente os verdadeiros ingleses, deixarão de lado as animosidades pessoais que grassam entre eles” e “não permitirão que escapem de suas mãos as mais nobres oportunidades de promoverem a glória de Deus e alargarem os limites do reinado de Cristo; o que, não duvidamos, parecerá ser a principal finalidade de nossa última expedição às Índias Ocidentais e contra os espanhóis, segundo julgarão aqueles que estão livres dos preconceitos que impedem o povo de discernir claramente a verdade”. A Espanha, disse ele a seu segundo Parlamento, era “descrita nas Escrituras como sendo papal e anticristã”. “Desde que nasci, os papistas, na Inglaterra, foram considerados espanholizados.” E agora a Espanha anticristã “desposou Carlos Stuart”. Ao enfatizar os aspectos religiosos de uma guerra contra a Espanha, Oliver Cromwell estava sendo, sem dúvida, pessoalmente sincero. Mas tratava-se igualmente de um hábil recurso à propaganda, induzindo aquela tradição de Foxe quando ele se referia à batalha dos ingleses de Deus contra o Anticristo. A propaganda inglesa também se utilizou dos escritos de Las Casas a favor dos índios, traduzidos por John Philips, sobrinho de Milton, e publicados em 1656 sob o título de *The Tears of the Indians: Being an Historical and true Account of the Cruel Massacres and Slaughters of above Twenty Millions of innocent People* [As lágrimas dos índios: relato histórico e verdadeiro dos cruéis massacres e assassinato de mais de vinte milhões de pessoas inocentes]. A tradução, dedicada ao Protetor, conclamava-o a vingar os índios segundo a máxima “olho por

olho, dente por dente”. Tal solicitação fora antecipada por Milton em sua *Defensio Secunda pro Populo Anglicano* [Segunda defesa em favor do povo inglês] e foi devidamente repetida no manifesto de outubro de 1656, no qual Oliver justificava a guerra contra a Espanha.

É bem pouco provável que as opiniões religiosas de Oliver fossem decisivas na elaboração da política externa, assunto de que o Conselho participava. Quando a decisão estava em lutar contra a França ou a Espanha, o argumento religioso podia ser usado em ambas as direções. A Espanha era a potência arquicatólica, enquanto que a França, durante a Guerra dos Trinta Anos, combatera do lado “protestante”. Porém, se Oliver optasse de modo diverso, poderia posar como libertador da população huguenote francesa. Ele, com efeito, sondou cuidadosamente suas opiniões, enviando vários emissários à França com esse objetivo. Pelos menos um fator que o levou a escolher uma aliança com os franceses foi a nítida má disposição dos huguenotes em ser libertados.

O desejo de Cromwell em arrebatar dos holandeses o interesse dos protestantes era também uma questão de política do poder, tanto quanto de ideologia. Ela pode se comparar com as rivalidades sino-russas de nossos dias. Um desses protestantes europeus a quem Oliver aspirava liderar escreveu a seu governo em outubro de 1654 “que não se deve esperar deste país nem ajuda financeira nem ajuda militar, a menos que considereis adotar o status de um protetorado inglês”. Esse comentário partia de um observador perspicaz, que encarava Cromwell “como o maior herói do século”.³² Ele escrevia para Bremen, cuja anexação à Inglaterra Cromwell propôs daí a um ou dois anos. Julgava ele que isso, entre outras coisas, seria um modo de frear os protestantes holandeses.

“Trazei-nos de volta uma aliança protestante”, tais seriam as últimas palavras do Protetor dirigidas publicamente a Bulstrode Whitelocke antes de ele partir para a Suécia, no final de 1653; no entanto, suas discussões particulares com Whitelocke sobre o assunto referiam-se exclusivamente a questões políticas e econômicas. Oliver queria ter certeza de que o Báltico ficaria aberto aos comerciantes ingleses. Assim que a Inglaterra garantiu acesso seguro aos portos suecos, em igualdade de condições com os holandeses, Oliver se mostrou ansioso por evitar a aliança militar que Carlos X da Suécia lhe propunha com insistência. A despeito de muita conversa sobre uma aliança ofensiva e defensiva, o único acordo assinado com a Suécia foi um tratado comercial, em julho de 1656. Daí a dois anos comentava-se que Oliver teria dito que se Carlos X conquistasse os dinamarqueses, a Inglaterra

pediria Elsinore em compensação; “e, se a recebermos”, disse Oliver, “aos ingleses caberá todo o comércio do mar Báltico. Obrigarei os holandeses a encontrar outra passagem, só que pagarão as taxas que eu impuser”.³³ “Se eles [os Habsburgo] puderem barrar nosso acesso ao mar Báltico”, perguntou ao Parlamento no mesmo ano “e se tornarem senhores de tudo aquilo, como fica vosso comércio? Que será de vosso material, a fim de que se preserve a navegação?” No que dizia respeito ao interesse protestante, seria útil nomear um homem como John Dury, que gozava de reputação internacional como defensor da unidade protestante, para representante diplomático na Suécia, Alemanha, Suíça e Holanda.³⁴ E não há a menor dúvida de que Oliver compartilhou da indignação inglesa diante do massacre dos habitantes de Vaudois, bem como de que tirou dele o maior partido diplomático possível. Isso lhe proporcionou os meios de que ele desejara no momento a fim de exercer pressões contra a França. Outro exemplo da vitória de considerações comerciais sobre considerações religiosas, em se tratando de política externa, foi a recusa do Protetor em ajudar os vênéticos contra os turcos, pois um excesso de capital inglês no Mediterrâneo tornava-os vulneráveis ao ataque turco.³⁵

Finalmente há um fato que precisa ser devidamente enfatizado, pois os historiadores acabaram por considerá-lo como um privilégio. Refiro-me ao fantástico alcance da política externa de Cromwell, e que é considerado privilégio na medida em que estabeleceu uma linha de conduta para o futuro. Precisamos, porém, enxergá-lo como os contemporâneos o viam. Nas décadas de 1620 e 1630 a Inglaterra não tinha o poder de empreender qualquer ação enquanto o destino da Europa estava sendo decidido na Guerra dos Trinta Anos. Nem Jaime nem Carlos prestaram ajuda efetiva ao genro do primeiro quando ele foi privado de seus domínios hereditários no Palatinado. O massacre de Amboyna e a destruição do estabelecimento inglês na ilha de Providence ficaram sem retaliação até a década de 1650. Os comerciantes ingleses foram expulsos das Índias Ocidentais e Orientais. A Inglaterra não teve condições de impedir as forças navais holandesas e espanholas de lutarem em suas águas. Piratas norte-africanos reduziram a presença de homens do mar ingleses até mesmo no canal da Mancha. Conforme dizia o embaixador vênético em junho de 1638: “O interesse e a parte que os espanhóis tomam no governo deste país obscurecem a razão”. Dois anos mais tarde concluía: “A Inglaterra [...] tornou-se uma nação inútil para o restante do mundo e, em consequência, não merece consideração”.³⁶

A transformação ocorrida num espaço de apenas quinze anos é

surpreendente. Os governos da década de 1650 foram os primeiros, em toda a história da Inglaterra, a possuir uma estratégia mundial. Depois que Blake subjugou os piratas de Argel, Cromwell considerou a possibilidade de manter o controle do Mediterrâneo graças à ocupação de Gibraltar ou Minorca. Bremen proporcionaria acesso à Alemanha. Dunquerque significaria um freio para os holandeses e franceses. O Plano Político para o Ocidente, como vimos, ligava-se aos planos relativos à Companhia das Índias Orientais e, assim, pensou-se em tomar Cartagena. Houve preparativos a fim de expulsar os holandeses de Nova Amsterdã e os franceses do Canadá. Nem todos esses planos grandiosos foram realizados e outros foram frustrados pelos sucessores de Oliver. Somente após a restauração é que Slingsby Bethel teve condições de argumentar, com plausibilidade, que a aliança com a França e contra a Espanha possibilitou a subsequente preponderância de Luís XIV.³⁷ No entanto, o que tornou possível o súbito fortalecimento do poder francês foi o fato de Carlos ter desbaratado o exército de Oliver, bem como a negligência em relação à marinha e a venda de Dunquerque. Pode-se argumentar que a política externa de Cromwell implicava num dispêndio excessivo dos recursos do país, que foi a necessidade política e não a escolha que obrigou Carlos II a economizar, que seria necessária toda uma geração de consolidação antes que se pudesse retomar os projetos imperiais globais de Oliver. Pode-se igualmente argumentar que os *levellers* tinham razão ao considerar que tal política não estava a serviço dos interesses do povo inglês. De qualquer modo a posição mundial da Inglaterra transformou-se a ponto de não mais ser reconhecida. O país, nas palavras do professor Abbott, “começou a modificar sua posição de ilha sobretudo agrícola passando a uma potência mundial, sobretudo industrial e comercial”. “Em primeiro lugar seus ingleses”, dissera Milton;³⁸ fosse Deus ou qualquer outra elevada autoridade o responsável por isso, a Inglaterra, sem dúvida, estava na dianteira, seguindo o caminho que desembocava no mundo moderno.

Em 1633 observou-se que “A Inglaterra [...] não tem ministro próprio em qualquer corte da Europa”, com exceção de Constantinopla, e que seu representante foi mandado para lá e pago pelos comerciantes.³⁹ Agora, porém, ela se fazia representar até mesmo em países tão distantes quanto a Rússia, Polônia e Brandemburgo. Em 1655 o príncipe da Transilvânia mandou um enviado suplicar a ajuda de Cromwell; em 1656 o duque da Curlândia fez o mesmo. Corriam boatos de que o Protetor pretendia atacar Arcangel e que estabelecera relações com Bogdan Khmelnytsky, líder cossaco rebelde.⁴⁰ A reputação

de Cromwell como “íntimo implicado, se não idealizador da expedição do rei da Suécia à Polônia [...] torna toda a Itália muito submissa e humilde”, escreveu depois disso um diplomata inglês, em outubro de 1656. A intervenção de Oliver destinava-se a pôr um ponto final na guerra entre Veneza e os turcos, de tal modo que estes últimos ficassem desimpedidos para atacar a Polônia. Thurloe discutiu com o embaixador de Veneza a conveniência de se enviar um representante inglês a Morea.* Os judeus procuraram ser readmitidos na Inglaterra sob a proteção de Oliver. O sultão do Marrocos enviou-lhe presentes e foram assinados tratados com Argel, Tetuã e Túnis, estabelecendo bases navais naquelas localidades. “O rei da Flórida” enviou seu irmão a fim de “firmar o comércio e a amizade com a Inglaterra” e sugerir uma expedição conjunta contra o império espanhol. “O interesse nacional na Índia” foi a idéia que passou a ser incluída na linha de ação do Protetor.⁴¹

Em seu ensaio *Of the True Greatness of Kingdoms and Estates* [Da verdadeira grandeza dos reinos e Estados], Francis Bacon escreveu estas palavras proféticas: “A riqueza de ambas as Índias parece, em grande parte, nada além de um acréscimo ao domínio dos mares”. A estratégia inglesa após a Revolução baseava-se no emprego consciente do poder marítimo em escala mundial, novo em sua execução, quando não em sua concepção. Em 1649-50 a Irlanda foi mantida livre da intervenção estrangeira e Blake bloqueou a frota do príncipe Rupert em Kinsale. Em março de 1650 Blake seguiu o príncipe Rupert a Portugal e o encurralou no Tejo durante seis meses, acabando por capturar ou destruir a maior parte de seus navios. Em setembro de 1652 a vitória de Blake sobre a armada francesa assegurou a captura de Dunquerque pelos espanhóis. Em 1654-55, realizando o feito único de se manter no mar durante o inverno, o almirante inglês frustrou os projetos franceses relativos a Nápoles e levou Portugal a aceitar um virtual protetorado inglês. Forçar Tetuã e Túnis a assinar tratados introduziu um novo tipo de diplomacia, baseada na força dos canhões, que os próximos três séculos haveriam de presenciar mais de uma vez. Em 1656-57 a Espanha foi efetivamente bloqueada. A marinha inglesa limpou o mar de corsários, de Argel a Dunquerque, de um modo que não seria possível a nenhuma outra potência. Blake no Mediterrâneo, Penn no Caribe e Goodson no Báltico eram fenômenos até então des-

(*) Nome medieval e moderno da zona meridional da península da Grécia; na Antiguidade, Peloponeso. (ED/LM)

conhecidos que pressagiavam o futuro britânico. Os comerciantes ingleses agora se achavam protegidos no Mediterrâneo e no Báltico sob condições impensáveis para os antigos governos dos Stuart, conforme é atestado pelos numerosos documentos diplomáticos expedidos a seu favor (ver *Writings and Speeches of Oliver Cromwell* [Escritos e discursos de Oliver Cromwell], por Abbott, e *State Papers* [Documentos de Estado], por Milton).

3

No entanto a política externa não pagava a si mesma, da mesma forma que o imposto da dizimação forçado aos realistas pelos maiores-generais não era suficiente para pagar seus soldos. As finanças continuavam sendo um problema crucial. Se as tropas não pudessem ser pagas com regularidade e integralmente, conforme acontecera no início do Protetorado, o próprio regime seria levado a uma situação de insegurança. A proposta do Rabo do Parlamento Longo no sentido de restaurar a supremacia do Tesouro foi posta em prática em 1654, mas o imposto de dizimação ficou fora das atribuições deste organismo, bem como outros tributos que constituíam uma espécie de câmara financeira à disposição direta do Protetor. O problema financeiro constituía o principal motivo de convocação dos parlamentos, conforme Oliver deixou claro em discurso a seu primeiro Parlamento. O fundo agrícola e as multas, que serviam para financiar os déficits até 1653, agora se achavam exauridos. Para piorar a situação, um comerciante londrino, George Cony, em novembro de 1654 desafiou toda a base legal do Instrumento do Governo ao se recusar a pagar a alfândega. Era um velho amigo de Oliver e lembrou-se que “a tirania dos príncipes jamais poderia ser cruel, a não ser por causa da servidão e da estupidez do povo”.⁴² Por ocasião de seu julgamento as justificativas em seu favor fizeram eco ao que sucedera durante o processo contra Hampden. Os advogados de Cony foram mandados para a Torre de Londres e Rolle, presidente do tribunal, preferiu renunciar a julgar o caso. O fato de Cony ser julgado *após* a dissolução do Parlamento era apenas um testemunho eloqüente do poder militar do governo. Ao protesto de Cony seguiu-se, em agosto de 1655, a recusa de pagar impostos por parte de Peter Wentworth, portador de um nome de mau agouro, o qual declarou que, “segundo as leis da Inglaterra, nenhum dinheiro deve ser arrecadado do povo sem consentimento do Parlamento”. Ele também foi a julgamento, mas sob protesto. A preocupa-

ção do Parlamento era sempre a de baixar os impostos. “Fazia parte da sensatez de todos os homens baixar [os impostos] o mais possível, de modo compatível com nossa segurança” — eis o que se disse do primeiro Parlamento. “Se não aliviarmos os bolsos de [nossos eleitores], jamais poderemos cogitar de os tornar gratos para conosco”.⁴³ Foi assim que o Parlamento votou a quantia de 1,1 milhão de libras em favor do Exército e da Marinha, num momento em que sua despesa alcançava 2 milhões de libras, e até mesmo esta soma estava condicionada ao fato de o governo aceitar a revisão do Instrumento pelo Parlamento. Do mesmo modo a *Petition and Advice** concedia ao Protetor um rendimento regular, unicamente por meio da cláusula que rezava o seguinte: “Nenhuma parte dela poderá resultar de taxa-ção sobre a terra”.

Ludlow acreditava que, após a dissolução do Parlamento de Barebone, Oliver tornou-se o Protetor daquele setor corrupto dos juristas e do clero que se opunha à reforma radical.⁴⁴ Cromwell, porém, jamais deixou de demonstrar pelo menos um interesse verbal pela reforma da lei. Antes de o Parlamento reunir-se em 1654, seu Conselho havia aprovado numerosos regulamentos de reformas, tendo em vista aliviar a situação dos devedores e dos prisioneiros pobres, codificar a lei de manutenção das estradas, unir a Inglaterra e a Escócia, subsidiar as universidades escocesas e reorganizar o Tesouro inglês. Preparavam-se projetos para reforma da lei, segundo disse Oliver a seu primeiro Parlamento. Seus membros haveriam de recordar, sem dúvida, que o mesmo acontecera por ocasião do Rabo do Parlamento Longo! A Chancelaria foi reformada. O Parlamento suspendeu essa última reforma, mas ela foi reinstaurada após a dissolução e confirmada pelo segundo Parlamento do Protetorado. No seu discurso inaugural de setembro de 1656, Oliver ainda declarava que “há um motivo de queixa geral na nação: trata-se da lei”. “Enforçar um homem por alguns tostões furados, por uma insignificância, e, no entanto, absolver um assassino.” O presidente insistiu veementemente na

(*) Proposta pelo Parlamento, ela constitui-se numa lei escrita fundamental aprovada por Cromwell em 25.5.1657. O Lorde Protetor, que recusou o título real, recebeu o direito de designar seu sucessor e nomear os primeiros membros de uma nova Câmara Alta de 70 pessoas. Com essa lei, Cromwell reconhece o direito trienal do Parlamento de se constituir e se dissolver, ratificando a exclusão dos papistas de toda vida política. Esta Constituição é a última grande tentativa de instaurar uma ordem nova e duradoura na Inglaterra que viveu sua Primeira Revolução. (ED/LM)

necessidade de se reformar a lei ao apresentar a Oliver a *Humble Petition and Advice*, em 31 de março de 1657. Deve ter imaginado que sua posição seria levada em conta. Três semanas mais tarde o Protetor ainda se queixava dos atrasos e do alto custo da lei. Esse Parlamento também discutiu os projetos do governo no sentido de estabelecer registros nos condados e tribunais locais — outro plano do Rabo do Parlamento Longo —, bem como confirmou a abolição dos títulos de posse feudais e da Corte de Tutelas.

Jeremy Bentham julgava, em 1817, que o interesse de Cromwell pela reforma da lei “eleva este homem maravilhoso a uma posição mais alta do que tudo que li a seu respeito”.⁴⁵ Porém, vale a pena notar que as reformas que ocorreram serviam mais aos interesses da eficiência conservadora do que a qualquer mudança radical. Bentham louvava as esperanças de Oliver, sem dúvida muito autênticas, mais do que seus empreendimentos, limitados pelos homens a quem escolhera para trabalhar.

VII
REI?
1656-58

Vós, cavalheiros [...] deveis estar rindo por dentro de vossas dissensões, e o conflito se acha entre nós, que ocuparemos o governo e prometeremos a vosso rei, não sem razão, grandes vantagens nascidas de nossa discórdância.

John Bradshaw a Peter Barwick, inverno de 1657-58, in Peter Barwick, *The Life of Dr. John Barwick* [A vida do dr. John Barwick], traduzido por H. Bedford, condensado e editado por G. F. Barwick, 1903, p. 82

Sir Henry Vane: Caso vos seja lembrado de recorrer ao antigo governo, não estareis a muitos passos de distância da velha família. Tais passos muito vos custarão, caso esse governo seja restaurado.

J. T. Rutt (org.), *Diary of Thomas Burton* [Diário de Thomas Burton], III, p. 180: na Câmara dos Comuns, em 9 de fevereiro de 1959

Meu senhor: permaneci a vosso lado como espectador distraído, a bordo desta nau do Estado, desde quando Vossa Excelência passou a manobrar o timão dos negócios ingleses e, levando em consideração vossa própria segurança e interesse, eu vos vi tristemente coagido a jogar ao mar os mais consideráveis direitos e privilégios do povo e aqueles valiosos bens de que achastes provida essa mesma nau após perigosa viagem. Se, em meio à necessidade de controlar esta embarcação desgovernada, fôsseis acossado por qualquer outro temporal ou tempestade que não aqueles que se desencadearam devido a vossos temores e ciúmes, certamente serieis mais compadecido que censurado e amaldiçoado.

D. F. (provavelmente John Goodwin), *A Letter of Address* to the Protector [Carta dirigida ao Protetor],
(1657)

I

Após o fracasso de seu primeiro Parlamento e de algumas conspirações realistas e republicanas malsucedidas, nos primeiros meses de 1655, Oliver aceitou o plano de seus generais relativo a um governo militar direto. O país foi dividido em onze distritos e para cada um deles foi designado um major-general, o qual comandaria a milícia local, bem como suas tropas regulares. Além dessa função militar defensiva, uma de suas principais tarefas — e que Oliver Cromwell elogiou especialmente, embora a repudiando — foi a de pressionar os governos locais e cuidar para que os juizes de paz e os *deputy-lieutenants* executassem suas tarefas. Laud e as comissões do Rabo do Parlamento Longo poderiam ser considerados uma amenidade, em comparação com os rigores dos maiores-generais. Muitos dos “dirigentes naturais” já haviam se retirado ou sido expulsos do governo local e uma proclamação, divulgada por ocasião do advento dos maiores-generais, também excluía os ex-realistas da comissão de paz ou de qualquer participação nos governos locais. Os maiores-generais assumiram muitas das funções dos lordes-tenentes, antigos agentes do Conselho Privado nos condados. No entanto seu papel social era muito diferente. Os lordes-tenentes pertenciam à aristocracia que liderava os condados. Alguns maiores-generais eram indivíduos de baixa condição e muitos vinham de fora dos condados. Todos contavam com tropas a cavalo a fim de tornar seus comandos mais efetivos. Isso era tanto mais exasperante quando, naquele momento, muitas das famílias tra-

dicionais dos condados começavam a se beneficiar economicamente da restauração da lei, da ordem e da subordinação social. Para elas o poder dos majores-generais parecia comprometer tudo isso. Em tais circunstâncias, a tentativa de voltar a exercer o governo local não era tão grande assim.¹

Alegando razões de segurança, os majores-generais interferiram nos simples prazeres do campo, tais como corridas de cavalo, açulamento de cães contra ursos acorrentados e brigas de galo — não “para privar os cavalheiros daquele esporte [corridas de cavalos], mas para impedir a grande confluência de inimigos irreconciliáveis”, conforme dizia Whalley.² Os majores-generais receberam instruções no sentido de levar os pobres a trabalhar — o que, de todo modo, era tarefa dos juízes de paz — e também imaginar através de que meios “gente ociosa e desocupada”, desprovida “de meios visíveis de sustento, sem emprego ou profissão [...] pode ser obrigada a trabalhar”. Deveriam verificar se os juízes de paz aplicavam a legislação do Parlamento Longo e, igualmente, a dos parlamentos da década de 1620, relativa à embriaguez, blasfêmia e trabalho dominical, ofensas que esses juízes se apressavam em punir em se tratando das classes baixas, mas unicamente em relação a elas. Os majores-generais deveriam tornar todos os homens responsáveis pelo comportamento de seus criados. Deveriam igualmente tomar iniciativas contra quaisquer “notórias violações da paz”. Deveriam interferir no licenciamento das cervejarias, assunto em que a Câmara do Comuns derrotara até mesmo o grande duque de Buckingham. Interferiram, muitas vezes com grande eficácia, nas corruptas oligarquias das cidades. Depositavam pouca confiança nos júris formados por cavalheiros e proprietários abastados. O próprio Cromwell partilhava desse preconceito.³ Acima de tudo assumiram o controle da milícia, o exército da pequena nobreza rural, arrebatando-a de seus “governantes naturais”. Não levando em conta as objeções desses últimos quanto ao fato de que o modo como governavam era supervisionado, controlado e direcionado, a operação implicou num grande dispêndio de dinheiro. Pelo menos os juízes de paz e os *deputy-lieutenants* não recebiam nenhum pagamento. No verão de 1655 de 10 a 20 mil homens tinham sido desengajados, mas a “milícia montada”, convocada pelos majores-generais, custava 80 mil libras por ano. A dizimação, efetuada sobre os realistas, de modo algum era suficiente para cobrir esta soma.

No início do segundo Parlamento do Protetorado ficou claro que subsídios financeiros estariam ligados à supressão dos majores-generais, da mesma forma que a *Humble Petition and Advice*, enca-

minhada a Oliver em março de 1657, insistia em que nenhuma parte dos rendimentos destinados a pagar o exército seria recolhidas por meio de impostos territoriais. Os maiores-generais deixaram na memória da classe dirigente uma duradoura aversão aos exércitos permanentes, o que constitui um dos mais importantes legados das décadas revolucionárias.

Uma consideração que não deve ser ignorada é a ansiedade que os contemporâneos, incluindo o próprio Cromwell, demonstraram em relação ao perigo de “dividir a nação em cantões”. A unidade nacional havia sido laboriosamente conquistada no século XVI. Thomas Adams, no reinado de Jaime I, rejubilava-se de que a Inglaterra não fosse “fracionada em cantões por uma aristocracia acéfala e voluntariosa”. Em 1640 Edward Hyde empregou a frase “dividir em cantões parte do reino, ao condenar o Conselho do Norte”.⁴ Nesse interregno os Conselhos do Norte e de Gales foram abolidos, restringindo-se o poder local da aristocracia feudal; a autoridade de Whitehall e a influência do mercado de Londres se estenderam por todo o país. Parece-nos óbvio que a revolução levou a uma unidade muito maior da Inglaterra e até mesmo das Ilhas Britânicas, se nos lembrarmos da conquista da Irlanda e da Escócia. Pela primeira vez essa unidade abrangia todo o império britânico (o Ato de Navegação).⁵ Os contemporâneos, no entanto, preocupavam-se com tendências centrífugas. Eram, sem dúvida, influenciados pelos Países Baixos, onde a unidade da república derivava sobretudo da dominação da Holanda, e onde as demais províncias se apegavam a sua independência, muitas vezes com efeitos paralisantes sobre a política. Ficaram também perturbados, na década de 1650, com os acontecimentos ocorridos na Suíça, onde os cantões católicos e protestantes estavam em guerra, a qual, segundo Cromwell insistia repetidamente, fora provocada pela intervenção papista externa. Eles tinham todos os motivos para se lembrarem da França. Du Bartas, Sylvester, Raleigh e Fulke Greville referiam-se à França como um país que “corria o perigo [...] de ser dividido em cantões” por ocasião das guerras civis do século XVI. Em 1620 os huguenotes franceses foram acusados de querer dividir o reino em cantões seguindo o modelo holandês.⁶ No início da década de 1650 a Inglaterra por pouco não interveio na Fronda, o que poderia ter criado uma república dissidente no sudoeste. Os contemporâneos também se davam conta das revoltas de Portugal, Catalunha e Nápoles contra a soberania espanhola, bem como dos levantes cossacos contra a Rússia e a Polônia. Ao nos recordarmos da desunião da Itália e da Alemanha, poderá parecer que nenhum dos Estados nacionais construídos

com tamanha dificuldade na Europa durante o século XVI iria sobreviver.

Os *levellers* propuseram maior descentralização, cortes locais em York e mais autonomia para os condados. William Walwyn declarou que os cantões suíços eram os que mais se aproximavam de seu ideal. Em 1647 Cromwell objetou contra os projetos constitucionais dos *levellers*: “Isso não tornaria a Inglaterra igual à Suíça, onde um cantão se levanta contra o outro e um condado se opõe ao outro? E o que isso produziria, além de uma terrível desolação para a nação?”. No ano seguinte o bispo King sugeriu que o exército levava adiante os planos dos *levellers*:

Pois novas Comissões e vossas forças armadas
Dividem a terra em tiranias renegadas.*

Henry Parker criticou aqueles que romantizavam os dias anglo-saxões, já que, naquela época, o país estava “dividido em cantões” e “governado por vários principelhos”.

O argumento haveria de ser usado com veemência ainda maior contra o poder dos maiores-generais. Tratava-se, segundo disse Trevor no Parlamento, de “uma nova milícia organizada com a disposição de dividir esta república em províncias. É um poder grande demais para ser contido nos limites da lei; em termos claros, o que se pretende é dividir a nação em cantões”.⁷ Ludlow e Clarendon fizeram eco à frase: Cromwell “dividiu a Inglaterra em cantões e em cada um deles colocou um paxá com o título de major-general”; “semelhantes a paxás, com seu bando de janízaros”.⁸ Os realistas também empregaram a expressão “cantonizar”, isto é, dividir o país em associações de condados agrupados tendo em vista propósitos militares.⁹ Na verdade, “cantonizar” tornou-se uma expressão comum na época.¹⁰ Representava uma ameaça para a sociedade dos condados, bem como para a unidade nacional. O governo militar tornou o executivo forte demais, e, ainda assim, criava a possibilidade de um fracionamento regional. O que os dirigentes naturais desejavam era uma federação de condados estritamente governados por eles mesmos, sem poder central ou regional suficientemente forte para contrabalançar sua influência territorial.

(*) For new Committees and your armed supplies, / Canton the land in petty tyrannies.

No entanto, a *Petition and Advice* foi muito mais longe do que simplesmente reagir contra o poder dos maiores-generais e ofereceu a coroa a Oliver Cromwell. O reinado fora proposto muitas vezes antes de 1657, sob uma ou outra forma. Dois meses após a execução de Carlos I os *levellers* insinuaram que eminentes “criaturas” do Exército haviam decidido que “o poder deve ser reduzido a uma única pessoa”. Circularam muitos comentários semelhantes em 1649 e que se referiam ao “rei Fairfax” ou ao “rei Cromwell”.¹¹ O próprio Oliver dis-
 entiu com freqüência a idéia da monarquia em 1651-52. Rejeitou uma proposta de reempossar Carlos Stuart dizendo: “Ele é tão infame-
 mente depravado que arruinaria a todos nós”; “Dêem-lhe uma paleta de carneiro e uma prostituta, é tudo o que ele deseja”.¹² Perguntou em novembro de 1652: “E se um homem aceitasse o encargo de ser rei?”. A idéia de que Oliver poderia ser coroado foi apresentada por Lambert em dezembro de 1653 e por Broghill em dezembro de 1654. Foi proposta no Parlamento mais para o fim desse mesmo mês pelo regici-
 da Augustine Garland, apoiado por sir Anthony Ashley Cooper e Henry Cromwell. A proposta voltou a aflorar em maio e julho de 1655 e o coronel Jephson, ao que parece, fazia propaganda exagerada da idéia, independentemente de outras opiniões. O mesmo acontecia com a *Humble Petition and Advice*.

Isso implicava várias questões: o repúdio do Instrumento do Go-
 verno, no qual se baseava o título do Protetor; um retorno às for-
 mas da antiga constituição, rejeitando a ilegalidade revolucionária;
 uma retomada do princípio hereditário; uma declaração nada ambí-
 gua da sucessão, removendo assim as incertezas de uma situação na
 qual a estabilidade dependia da vida de Oliver. A isso poderiam ser le-
 vantadas várias objeções. Os republicanos naturalmente não aprecia-
 vam a monarquia e os democratas não aceitavam o princípio hereditá-
 rio; para muitos a monarquia parecia uma negação daquela Boa Cau-
 sa por que tantos haviam lutado. O fim da ilegalidade revolucionária e
 o estabelecimento da sucessão hereditária cortavam pela raiz as ambi-
 ções pessoais de que um general (John Lambert, por exemplo) tivesse
 de suceder a Oliver. O conflito entre o princípio hereditário e o prin-
 cípio eletivo foi longe demais e dizia respeito a todo aquele projeto de
 uma carreira aberta aos talentos, da qual Oliver, em certo sentido, fo-
 ra a porta-voz. O Parlamento de Barebone, ao que se dizia, havia de-
 clarado a nobreza contrária à lei da natureza.¹³ Por ocasião de seu pri-
 meiro Parlamento, concedeu-se ao Protetor o direito de criar pariatos

vitalícios e ele próprio manifestou-se contra o princípio hereditário por ocasião da dissolução. No entanto, a posição do rei era conhecida e limitada pelas leis, sobretudo aquelas promulgadas em 1640-41 e aceitas por Carlos I, ainda que com relutância. Além do mais, em virtude de um estatuto que datava do reinado de Henrique VII, a rebelião contra um rei *de facto* era definida como traição. Um poeta que deixara de ser realista escreveu em 1656:

Trai quem a um traidor
ajuda a subir ao trono.
Mas quem o ajuda a nele permanecer
traidor também poderá vir a ser.^{14*}

Penruddock, o rebelde realista executado em 1655, afirmara que, se Oliver fosse um rei coroado, ele então ficaria convencido de que sua revolta não passara de uma traição.

Por volta de 1656 o problema da sucessão tornara-se agudo. O segundo Parlamento de Oliver estava tão preocupado com a questão quanto os parlamentos isabelinos, na devida época, e Cromwell, a exemplo da Rainha Virgem, talvez não se mostrasse disposto a apontar um sucessor. O princípio hereditário, graças exatamente a suas arbitrariedades, apresentava algumas vantagens. O governo dos maiores-generais incomodara profundamente os “governantes naturais”, cuja posição dependia de seus direitos hereditários. Em janeiro de 1657 comentava-se, no que se referia a “peculiaridades do caráter” daqueles que se opunham ao Projeto da Milícia, o qual teria prolongado o governo dos maiores-generais, “que eles eram a favor dos postos hereditários”. Um fato significativo: Claypole, genro de Cromwell, bem como Broghill se incluíam entre eles. O homem que pela primeira vez levantou a questão da monarquia nesse Parlamento foi o presbiteriano John Ashe, “o maior fabricante de roupas da Inglaterra”, mas pessoa de fortuna recente e cuja riqueza jamais conseguiu torná-lo aceitável para a pequena nobreza realista de Wiltshire. Ashe recebeu o apoio de George Downing e, em seguida, de sir Christopher Packe, dos Mercadores Empreendedores e do ex-prefeito de Londres. Packe se mostrava ansioso por ver “a acomodação da nação, da liberdade e da propriedade”.¹⁵

Cromwell também estava “profundamente tomado pela palavra

(*) He's traitor helps a traitor to a throne, / Yet who resists him on it may be one.

acomodação”. Outra consideração que pesou em sua decisão de rejeitar o poder militar — o que, aliás não pensara em fazer quando foi convencido a convocar um Parlamento — é o fato de que em novembro de 1656 celebrou-se um acordo final entre Thurloe e o traidor realista sir Richard Willis. As discussões travadas entre eles começaram no momento exato em que se chegou a uma decisão de convocar o Parlamento. Daí por diante o governo do Protetor teve informações detalhadas sobre todos os levantes realistas e pôde esmagá-los por antecipação. A tarefa para a qual os maiores-gerais haviam sido criados deixara de existir.¹⁶

Em última análise foram os oficiais de baixa patente e em plena ascensão, liderados por Pride e por alguns dos mais velhos companheiros-de-arma de Oliver, que organizaram o Exército a fim de que ele forçasse Cromwell a recusar a coroa. Ao que se diz, Pride afirmou que se Oliver aceitasse ser rei, ele lhe daria um tiro na cabeça na primeira oportunidade.¹⁷ A petição de Pride contra a monarquia foi assinada pela maioria dos oficiais de Londres. Ela conclamava “dois oficiais de cada regimento do exército a adotá-la e subscrevê-la”. Esse eco do princípio representativo de 1647 imediatamente despertou a vigilância de Oliver e levou à adoção de um remédio tradicional, isto é, o pagamento dos soldos atrasados. Talvez tenha precipitado a queda de Lambert, uma vez que Fleetwood e Desborough foram apaziguados pela aceitação da *Petition and Advice* sem a coroa. Talvez para acalmá-los, bem como os que pensavam como eles, é que foi arquitetada uma medida engenhosa, graças a qual um número substancial de generais e coronéis, incluindo Fleetwood, Desborough, Philip Jones, Pride, Hewson, Goffe, Barkstead, Berry e Tomlinson, mas não Lambert, ganharam assentos na outra Câmara, onde poderiam vetar com eficácia a legislação da Câmara dos Comuns. A redação original da *Petition and Advice* sujeitava a nomeação da Câmara Alta, feita pelo Protetor, à aprovação da Câmara dos Comuns. A supressão desse texto na *Additional Petition and Advice* deve ter sido consequência de uma das concessões e acordos celebrados por trás da cortina de fumaça dos muitos discursos de Cromwell.

Certamente a dissolução final do Parlamento em 4 de fevereiro, após as inúteis disputas travadas na Câmara dos Comuns em torno do reconhecimento da outra Câmara, tinha relação com a agitação que havia entre os soldados rasos do exército. Ela foi seguida pelo rebaixamento de posto dos oficiais do antigo regimento de Cromwell, “que o serviram durante catorze anos, desde que ele era capitão de uma tropa de cavalaria”, afirmou um deles, queixoso. Foram substituídos

por meros profissionais. “Ele os abandonou e não foram eles que o abandonaram”, disse o coronel Biscoe a Oliver na presença de numerosos oficiais. “Ele dispensou seis oficiais tão honestos quantos mais existiam em seu exército.”¹⁸ Esse sentimento deve ter-se generalizado entre os antigos revolucionários. Cromwell recebeu muitas cartas instando-o a rejeitar a coroa. Uma delas, escrita por William Bradford, dizia: “Incluo-me entre aqueles, meu senhor, que ainda vos ama e deseja ardentemente continuar a amá-lo, tendo seguido em vossa companhia de Edgehill a Dunbar”. No seu julgamento, eram os inimigos de Cromwell que haviam votado a favor da monarquia.¹⁹ Em relação a isso, o comentário apropriado partiu de Jaime II: o apoio à restauração, em 1660, se deveu sobretudo àqueles que “pertenciam à facção que aconselhara Cromwell a cingir a coroa”.²⁰

Foram feitos repetidos esforços a fim de livrar o exército de seus elementos radicais, expedindo-os para a Irlanda, a Escócia, a Marinha e a Jamaica. “No espaço de alguns meses, eliminamos 150 valorosos oficiais do exército”, escreveu Lucy Hutchinson, “com os quais saíram muitos soldados religiosos, e, em seus alojamentos, foram recebidos em grande número os soldados dissolutos do rei.” As antigas famílias governantes começaram a retornar às administrações locais. A aceitação da *Petition and Advice* implicava, de fato, uma mudança do governo. Sob o Instrumento do Governo, o Conselho era nomeado por Cromwell, que tinha muito pouco poder de o alterar: na vigência da *Petition and Advice* ele escolheu seu próprio governo. Manteve alguns dos antigos membros, mas se aproveitou da ocasião para fazer um profundo remanejamento. Se acaso houvesse aceitado a coroa, num certo sentido gozaria de um poder real *menor*, pelo menos em face do Parlamento. “Um nome que a lei desconhece e que não tem limites”, concordou, “é aquele sob o qual um homem exerceu maior arbitrariedade.” As asas da monarquia tinham sido aparadas pela legislação de 1640-41. A *Petition and Advice* liberava Oliver do Conselho, em sua maior parte composto de generais a ele impostos pelo Instrumento. Afirmava-se, por exemplo, que o Conselho o admoestara em 1655 por julgar que ele estava sendo excessivamente tolerante com os episcopais.²¹ Os maiores-generais haviam recomendado a convocação do Parlamento, prevista apenas para 1657, e apresentaram o projeto da milícia contra a vontade de Oliver. Pelo menos foi o que ele lhes disse. Por ocasião de um encontro com cem oficiais, afirmou também que eles o haviam feito seu burro de carga e Henry Cromwell repetiu algo semelhante ao declarar que, em Londres, usavam e abusavam de seu pai.

Outro fato significativo é que a petição de *Pride* foi encaminhada por John Owen, até então o braço direito de Cromwell no que se referia a assuntos eclesiásticos, e que participava da direção da Universidade de Oxford. Owen, recorrendo a uma imagem eloqüente, comparava os desentendimentos entre os homens de bem, em 1650, com a sina dos colonos em um novo mundo, onde eram corrompidos pelo ambiente.²² Oliver talvez tenha se mostrado relutante em romper com aqueles clérigos que mais se aproximavam de seus pontos de vista, embora Owen “se visse privado de boa parte dos favores de que gozava na corte”, daí por diante. Os comentários maliciosos do jornalista Marchamont Nedham em relação ao Protetor tinham pertinência. Murmurava-se que Philip Nye; que também se opunha à monarquia, seria arcebispo de Canterbury, e Owen, arcebispo de York. As coisas iam longe demais. “Nem bispo, nem rei”: a monarquia e o acordo com o Parlamento, em desafio ao exército, acarretariam uma política religiosa muito mais conservadora. Em novembro de 1657, Mary, filha de Cromwell, desposou lorde Fauconberg, de acordo com os rituais do *Book of Common Prayer*.^{*} A Fauconberg fora dado o comando do regimento do destituído Lambert.

3

Uma das razões para a existência da *Petition and Advice* foi o acontecido com James Nayler. Este, cujo prestígio junto aos quacres era, em 1656, igual ao de George Fox, entrou simbolicamente em Bristol cavalcando um asno, enquanto mulheres juncavam o chão com palmas à sua passagem, e lhe dispensavam honras que os espectadores julgaram blasfemas. Os inimigos da tolerância religiosa aproveitaram-se desse acontecimento trivial para fazer uma grande demonstração no Parlamento contra as conseqüências da frouxa política religiosa do Protetor e dos maiores-generais. Esse acontecimento deve ser encarado tendo como pano de fundo uma rápida difusão do quacrismo que, independentemente do que se tornou mais tarde, parecia, aos

(*) Catecismo e ritual da Igreja da Inglaterra, cuja primeira versão foi preparada pelo arcebispo Cranmer sob Eduardo VI, e que era imposto para todos os ingleses sob o reinado de Isabel I com o objetivo de introduzir as crenças e regras da Igreja Anglicana. (HJ/LM)

senhores de propriedade, um pouco melhor do que um revivescimento do movimento *leveller*. Após um debate que revelava a selvageria a que podem chegar os homens assustados, Nayler foi condenado a ser açoitado, amarrado no pelourinho, marcado a ferro, furaram-lhe a língua e, em seguida, foi conduzido à prisão por um período indefinido. Era uma punição mais suave do que muitos membros do Parlamento desejavam. Os inimigos da tolerância religiosa pareciam ter alcançado uma vitória estrondosa, mas, a exemplo do que aconteceu com os escoceses em Dunbar, ficaram expostos a um fulminante contra-ataque, que partiu do flanco. A simples indagação do Protetor (com que autoridade agiram contra Nayler, embora essa atitude em nada o beneficiasse) precipitou o problema constitucional numa crise, da qual resultou a *Petition and Advice*, pois não havia uma resposta para aquela interrogação, sob o Instrumento do Governo. Oliver até mesmo usou o argumento relativo à “necessidade de um poder controlador ou que mantenha o equilíbrio” para argüir a favor da Petição, junto a seus oficiais: “Pois o caso de James Nayler poderia dizer respeito igualmente a vós”.

A liberdade de consciência, segundo Cromwell dissera a seu primeiro Parlamento, era um dos fundamentos básicos do Instrumento do Governo e não poderia ser desafiada. No entanto, qualquer Câmara dos Comuns eleita sempre se mostrava ansiosa por perseguir. Foi em parte para acalmar o temor da classe dos proprietários diante da pregação feita por leigos, descontrolada e sem restrições, que se intuiu os *Triers and Ejectors*.^{*} Oliver não poupou esforços para tranquilizar os *City Fathers* durante as primeiras semanas de convocação do Parlamento de 1554. Em 1584-85, o Parlamento propusera tornar uma comissão de leigos os árbitros da sorte do clero.²³ Todos os *Ejectors* de Cromwell eram leigos. Os *Triers* incluíam onze leigos, bem como catorze congregacionalistas, dez presbiterianos e três ministros batistas. Eles deveriam rever todas as nomeações eclesiásticas feitas desde a dissolução do Rabo do Parlamento Longo durante o período de ascendência dos radicais. Os membros do Parlamento se interessavam pela propriedade, bem como pela teologia. Francis Osborn dei-

(*) Comissões criadas em todos os distritos por iniciativa do Lorde Protetor para examinar as candidaturas ao curato das paróquias a fim de depurá-las de charlatães e ministros indignos. O Estado assumia, assim, controle sobre a dignidade das igrejas justamente num período em que existia grande tolerância religiosa. (ED/LM)

xou isso bem claro ao escrever a respeito por volta de 1654: “Ele era um presbiteriano e um beneficiário laico e, assim, será fiel aos interesses dos padres, independentemente do que seja para O. P. [Oliver Protetor]”.²⁴ Um dos motivos da objeção que a pequena nobreza rural fazia aos *Triers* foi revelado por ocasião de um debate travado na Câmara dos Comuns em março de 1659. O sargento Maynard disse que “os *Triers* em Whitehall [...] fizeram mais do que o papa e os bispos a fim de eliminar os beneficiários”.^{25*}

O Parlamento de 1654 questionou os termos relativamente liberais do Instrumento do Governo, bem como exerceu uma ação direta contra o unitário** Bidle. Sua confissão de fé caracterizava um retorno ao presbiterianismo da década de 1640, “em substância o mesmo aprovado pela Assembly of Divines e apresentado ao rei na ilha de Wight”, escreveu Thurloe, sem o menor traço de reprovação.²⁶ Os parlamentares votaram a favor de que o Parlamento também deveria ter o direito de relacionar as “heresias condenáveis” e quiseram privar o Protetor de fazer uso do veto em relação a este assunto. O fato deve ter provocado enorme indignação no Exército. Embora Cromwell, no início do Parlamento, houvesse se manifestado contra um excesso de tolerância e a favor de uma dotação para os religiosos, em sua fala na qual dissolveu o Parlamento, ele se referiu de modo significativo ao fato de que Deus “se pronunciara bem alto a favor de Seu povo, jul-

(*) *Advowson*, isto é, direito atribuído a um fidalgo local, à Coroa, ou a um bispo de nomear o ministro da paróquia ou o detentor de algum benefício da Igreja. (ED/LM)

(**) Participante do Unitarismo, sistema de pensamento cristão que deriva seu nome da doutrina singular de Deus-Pai em contraste com a concepção trinitária que concebe Deus nas figuras do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Como movimento na Inglaterra se distinguiu pela defesa da liberdade religiosa pessoal, e pela emergência de um pensamento e ensinamento religiosos claros e coerentes.

John Bidle (1615-62) é considerado o pai do unitarismo inglês. Passou grande parte de sua vida na prisão, tendo sido preso e absolvido várias vezes devido às suas idéias religiosas. Na obra *The twelve arguments* [Os doze argumentos] contestou a santidade do Espírito Santo e em outros escritos rejeitou e negou a doutrina da Santíssima Trindade. Condenado por heresia pela Assembly of Divines conseguiu ser absolvido por pressões do Exército e de muitos parlamentares do Partido Independente. Dedicou sua vida à pregação e ao trabalho literário, tendo vários seguidores conhecidos como bidlellians (bidlellanos, ou unitaristas). Libertado da prisão por Cromwell em 1655, foi enviado para a Sicília. De volta a Londres continuou pregando até que, novamente aprisionado, acabou falecendo na prisão. (ED/LM)

gando Seus inimigos na última guerra e restaurando a liberdade de culto com o desimpedimento de suas consciências [...]. Não conheço uma causa que ainda não tenhamos perdido, mas esperamos antes obter um pouco de prazer do que perdermos nossas vidas”. Ele retornou ao tema duas vezes, elogiando o Instrumento do Governo porque ele permitia ao Protetor impedir “os Paramentos de [...] imporem as religiões que quiserem à consciência dos homens”. “Que hipocrisia maior haverá”, deblaterava contra aqueles que se alvorçavam a favor do presbiterianismo, “do que a daqueles que, tendo sido oprimidos pelos bispos, acabam se tornando os maiores opressores tão logo se vêem livres do jugo a que estavam submetidos?”

No entanto Oliver foi se irritando cada vez mais com os vários grupos dissidentes* — pentamonaquistas, batistas e quacres — que se recusavam a aceitar sua tolerante Igreja do Estado. Na religião, bem como na política, sua *via media* tornou-se cada vez mais estreita. Declarou a John Rogers que os dizimos não eram anticristãos, ao que este último respondeu: “Fostes outrora de outro parecer e dissesstes-me que os suprimiríeis”. Seria muito traiçoeiro, disse Oliver a seu segundo Parlamento, “retirar os dizimos, enquanto não provenho para que o poder legislativo os ordene de outro modo”. Toda a história da década de 1650 pode ser narrada em termos de dizimos. Milton e muitos daqueles que apoiavam a República ficaram decepcionados com o fracasso do Rabo do Parlamento Longo em livrar-se deles. O Parlamento de Barebone propôs sua abolição mediante compensações. O Instrumento declarava que os dizimos seriam substituídos por um sistema mais satisfatório “tão logo seja possível”; mas, nesse meio tempo, deveriam ser pagos. O batista Henry Jessey lembrava-se de Oliver haver dito que poderiam xingá-lo de trapaceiro se os dizimos não fossem abolidos por volta de setembro de 1654.²⁷ A constituição parlamentar, proposta em 1655, limitava-se a declarar que os dizimos deveriam continuar a ser pagos, “até que melhor providência seja tomada *pelo Parlamento*”. As palavras grifadas constituíam suficiente garantia de falta de ação. A *Humble Petition and Advice* assumia o pagamento dos dizimos não só aos beneficiários laicos como também aos ministros,

(*) Representavam os membros de grupos religiosos que se separaram da Igreja oficial. Eram na prática os “protestantes dissidentes” referidos na seção II do Decreto de Tolerância de 1688. Incluíam-se entre os dissidentes batistas, metodistas, congregacionalistas, independentes, presbiterianos, pentamonaquistas e quacres. (ED/LM)

mas restringia seriamente o círculo de ministros capacitados para recebê-los. “O partido presbiteriano na Inglaterra”, escreveu Baillie no inverno de 1657-58, “é extraordinariamente grande e forte e, depois do Exército, é a principal força do Protetor contra os sectários, que, em geral, não gozam de seu apreço.”²⁸ Oliver parecia ter feito sua escolha e restava apenas dar um pequeno passo em direção à perseguição dos sectários, efetuada pelo Parlamento após 1660.

“E quem os tornou aptos a julgar o que seja a graça, meu senhor?”, indagou John Rogers, referindo-se aos *Triers*. Estava aí uma pergunta que Cromwell teria jugado perturbadora quatro ou cinco anos antes, mas não em 1655. De qualquer modo Thurloe preferia claramente os presbiterianos aos pentamonaquistas: “Os presbiterianos falam tão bem do Reino de Cristo quanto estes homens, e muitos se expressam tão piamente quanto eles e, tenho certeza, com muito maior conhecimento até mesmo das coisas espirituais”. Porém as coisas espirituais talvez não fossem o forte do eficiente secretário. Após a catástrofe do Parlamento de Barebone, Cromwell ficou descontente com todos os partidos religiosos. “Quando teremos homens de espírito universal?”, perguntou em dezembro de 1654. “Todo mundo deseja gozar da liberdade, mas ninguém a concede.” “Nada os satisfará, a menos que possam pôr o dedo na consciência de seus irmãos, beliscando-a”, disse ele ao Parlamento no mês seguinte. Cromwell passou a se enxergar “como condestável que os aparta e os mantém em paz”, quando “homens brigam na rua e podem ferir uns aos outros”.

Em setembro de 1655 ele reagiu contra um defensor de John Biddle afirmando que não “favoreceria um homem que renega seu Salvador e perturba o governo”. É de desconfiar que a última ofensa quase chegava a ser a maior das duas. Em fevereiro de 1655 uma proclamação suprimia o direito até então existente dos membros da congregação falarem “após o padre” e ela foi confirmada pelo Parlamento em junho de 1657.²⁹ Enquanto isso o Conselho muito fazia para aumentar os estipêndios dos ministros. Seria pouco caridoso supor que essa preocupação tão especial em relação ao bem-estar dos ministros nas cidades mercantis, no final de maio de 1656, tivesse algo a ver com as iminentes eleições parlamentares, já que os benefícios eclesiásticos das cidades eram notoriamente pouco elevados.

A Igreja de Estado, na época de Cromwell, assemelhava-se bastante ao que John Owen recomendara ao Rabo do Parlamento Longo em 1652: uma instituição rodeada por igrejas não conformistas, que tinham condições de se sustentar a si mesmas e eram toleradas pelo Estado. “Este governo”, disse Cromwell a seu primeiro Parlamento,

“empenhou-se em pôr um ponto final naquele costume precipitado [...] que levava cada homem a tornar-se ministro pregador”, bem como delegara a aprovação dos ministros aos presbiterianos e congregacionalistas. Isso mereceu a censura veemente de Milton. Baxter aceitava os *Triers*, embora eles tolerassem os independentes e os batistas. “Um dos principais atos [de Oliver] foi expurgar o ministério”; na opinião de Baxter, a religiosidade progredira enormemente durante a década de 1650. Baxter e os que pensavam como ele concentraram-se em pressionar o Parlamento para que fixasse com maior rigor as linhas da ortodoxia, de tal modo que apenas os conservadores pudessem gozar da manutenção dos dízimos garantida pelo Estado. Vane, em relação a eles, lançava a seguinte advertência em 1656: “Desde a queda dos bispos e a perseguição aos presbitérios, o mesmo espírito poderá fazer-se novamente presente naquele tipo de clero que consiga ser ouvido pelos magistrados”.³⁰ Ao apresentar a Oliver a *Petition and Advice*, disse o presidente que “espero que jamais será concedida nestas nações [...] a permissão para o exercício de mais de uma religião”.³¹ A Petição representava uma vitória para os conservadores religiosos, embora à Igreja ainda faltasse o tipo de disciplina que eles queriam ver instaurada e que Baxter tentara organizar em sua Associação de Ministros, em Worcestershire, largamente imitada. Era uma espécie de presbiterianismo que partia das bases. No entanto uma disciplina voluntária desse tipo é uma contradição em termos. Baxter era um daqueles que estariam preparados para aceitar a Casa de Cromwell enquanto monarcas *de facto*. Quando isso fracassou, sua exigência de disciplina o deixou em situação de pagar o preço não somente de uma monarquia exercida pelos Stuart, mas até mesmo o preço do episcopado.³²

Em 1652 Hugh Peter instou entusiasticamente os moradores da Nova Inglaterra a regressarem à mãe-pátria conforme ele mesmo fizera em 1641. Já em 1654 achava que deveriam continuar onde estavam, devido a “grande incerteza e mudanças” ocorridas na Inglaterra. Porém, por volta de março de 1658, a incerteza chegara ao fim, pelo menos para ele. “Sob todos os pontos de vista”, escreveu, “acho a Nova Inglaterra melhor, caso se possa ter nela pão e roupas.”³³ Ele deixou de seguir seu próprio conselho e foi enforcado, estripado e esquartejado três anos mais tarde.

Baxter, o quacre John Camm e Slingsby Bethel, que fora membro do Rabo do Parlamento Longo, insinuaram que Oliver mantinha propositadamente as divisões entre as seitas religiosas no intuito de jogar umas contra as outras. Suas tentativas de manter boas relações com os

radicais religiosos, suas numerosas e pacientes conversas com George Fox (que o aconselhou a rejeitar a coroa) e com outros quacres, com John Rogers e com outros cinco pentamonaarquistas, fazem jus a essa interpretação. Ela também explica a tolerância *de facto* demonstrada por Cromwell em relação aos papistas. De seus predecessores Stuart ele herdou aquela linha de ação que consistia em tentar conquistar aqueles católicos que estavam preparados para fornecer garantias de lealdade. Foi unicamente sob pressão do Parlamento que essa política debilitou-se. Com efeito, podemos ver Carlos II como herdeiro da linha de ação de Oliver em sua tentativa de constituir um partido no qual pudesse se apoiar contra a maioria que o perseguia na Câmara dos Comuns, um partido que unisse os dissidentes protestantes e católicos, embora as simpatias pessoais de Carlos estivessem com estes últimos, ao passo que as de Oliver iam para os primeiros.

4

A saúde de Oliver começou a debilitar-se desde o início de 1658. Dizem-nos os observadores contemporâneos que ele “estava completamente desorientado”, “nada bem de corpo e de mente”, “louco”, “ainda doente e não sai da cama”. “O pobre homem parece falar e agir à semelhança de quem perdeu aquela provisão de força e sabedoria que um dia teve”, dizia uma frase que antecipava *Samson Agonistes*, acrescentando que “certamente ele não haveria de querer Dalila privando-o disso.”³⁴ A analogia pode ser ampliada. O Sansão de Milton não é apenas o próprio poeta. É também um símbolo para o exército, cuja *Declaração* de 14 de junho de 1647, feita por “um exército que é mais do que um mero corpo de mercenários”, ele imitava:

Eu não era um soldado raso, mas uma pessoa criada
Com suficiente força e autoridade emanada do Céu
Para libertar meu país. Se suas mentes servis
A mim, seu libertador, não me recebessem,
Trocando-me por seus senhores a troco de nada
Tanto menor seu mérito: por essa razão até hoje servem...*

(*) I was no private, but a person raised / With strength sufficient and command
from heaven / To free my country. If their servile minds / Me their deliverer sent would
not receive, / But to their masters gave me up for nought / Th'unworthier they; whence
to this day they serve...

A “conhecida ofensa” de Sansão que o “desqualificava” fora uma traição semelhante àquela em relação à qual o poeta fazia a seguinte advertência em 1655:

A menos que domineis a propensão à avareza, à ambição [...] descobrireis que nutristes em casa um déspota mais teimoso e intratável do que aqueles que um dia encontrastes fora dela [...]. Tornar-vos-eis realistas tanto quanto eles, e sujeitos a ser subjugados pelo mesmos inimigos ou por outros, quando chegar a vossa vez.

O golpe final na saúde de Oliver foi desfechado por ocasião da dolorosa doença (câncer) de sua filha preferida, Elizabeth. Ela morreu em 6 de agosto de 1658 e a pneumonia levou o Protetor daí a menos de um mês, no dia que lhe dera sorte, 3 de setembro, data em que se travaram as batalhas de Dunbar e Worcester. A tempestade que precedeu a morte de Oliver foi a maior de que se lembrou a maioria dos ingleses, e seus contemporâneos a encararam como algo simbólico.

Agitado por um furacão enraivecido
Assim Oliver de seu reino desistiu.*

escreveu Samuel Butler.³⁵ Oliver permaneceu ambíguo até o fim em sua atitude para com o princípio hereditário. Acaso nomeou o filho mais velho seu sucessor, segundo afirmou Thurloe? Ou o Conselho reuniu-se e decidiu que ter a Richard como sucessor seria, de todas as soluções, aquela que acarretaria menos divisões, conforme sugerem Ludlow e Burnet? Os indícios que chegaram até nós são muito “obs-curos e imperfeitos”.³⁶

A outra Elizabeth Cromwell, esposa de Oliver, viveu até 1672 e permanece uma figura envolta nas sombras. “Tu me és mais cara do que qualquer criatura”, escreveu Cromwell após a batalha de Dunbar, acrescentando um tanto secamente: “Que isso baste”. A única carta que nos resta dela é moderadamente rabugenta:

Verdadeiramente, meu caro, se achas que por escrever de vez em quando ao presidente da Câmara dos Comuns eu te fiz lembrado de certas pessoas, fica sabendo que de modo algum foi essa a minha intenção [...].

John Maidstone, o mordomo de Oliver, foi quem compôs o mais simples de todos os epitáfios, em correspondência dirigida a John Winthrop, após a morte de seu amo: “Creio que raramente uma alma tão grande habitou uma casa de barro”. Que isso baste.

(*) Tossed in a furious hurricane / Did Oliver give up his reign.

A effigie do Lorde Protetor ficou exposta em câmara ardente durante várias semanas após a morte, “e multidões se apinhavam diariamente para ver aquela cena gloriosa, porém fúnebre”. Isso nos faz lembrar as multidões que se aglomeraram para ver o cadáver embalsamado de Lenin na Praça Vermelha. No entanto, dois anos após a morte de Oliver, seu cadáver foi exumado e enforcado em Tyburn.

Um dos que foram ver Oliver na câmara ardente foi o quacre Edward Burrough. Ficou horrorizado diante do fato de que o homem que liderara o Exército de Novo Tipo, o grande inimigo da idolatria, agora estivesse sendo erigido em ídolo, para que o povo o admirasse, boquiaberto. “Conheci esse homem, quando ele vivia, e sabia de seu espírito”; Burrough tinha certeza de que Oliver não aprovaria semelhante espetáculo:

Mas, em face de outra consideração, disse eu: “As coisas acabaram se passando dessa maneira, embora um dia ele tenha se mostrado zeloso contra o papismo; no entanto esqueceu-se demais dessa boa causa, por demais procurou as grandezas e as honras do mundo, amou o elogio dos homens, ganhou títulos lisonjeiros e recebeu os vãos respeitos de homens traiçoeiros; muitas grandes abominações se praticaram através dele, tais como os dizimos, as velhas casas onde se diziam missas, a ordenação de ministros por força da vontade dos homens, os falsos cultos, a aspersão das crianças e artifícios papais desse tipo; [...] e ele suportou que os servos do Senhor fossem perseguidos e aprisionados por negarem e bradarem tais coisas, pois eram papistas; [...] e todos os homens puderam ver que a primeira causa estava perdida” [...]. E comecei a recordar [...] que garboso instrumento do Senhor ele foi um dia: e quantas gloriosas e nobres vitórias Deus lhe concedeu outrora [...]. E então eu disse: “Que tristeza, que tristeza! Com que então tudo terminou nisso? [...] E é este o fim e o derradeiro adeus de Oliver, tão nobre no passado? Dele resta apenas a visão de uma imagem carregada e erigida?”³⁷

O curioso é que o mordomo pleno de adoração e o quacre pródigo em censuras concordam em afirmar a nobreza de espírito de Oliver. Thomas Carlyle acharia que eles estavam com a razão.³⁸

Ao tentarmos perceber a personalidade esquiva de Oliver Cromwell, parece-nos que ele possuía algumas das características que asso-

ciamos a um maniaco-depressivo. Seu médico em Huntingdon e o especialista sir Theodore Mayerne observaram sua grande inclinação à melancolia. Um médico do século XIX diagnosticou hipocondria, resultante do fato de ele viver numa região baixa e pantanosa.³⁹ Cromwell sempre se mostrava sujeito a adoecer por ocasião de uma crise, como aconteceu na primavera de 1647, ou ao receber más notícias, como sucedeu em 1655, ao saber do fracasso da captura de Hispaniola. Por outro lado há muitos indícios de suas fases maníacas. “Ele era de compleição sanguínea”, escreveu Richard Baxter, cujo temperamento era muito diferente; “mostrava naturalmente vivacidade, hilaridade e entusiasmo como qualquer outro homem que beba um copo a mais”.⁴⁰ (Um comentário semelhante foi feito sobre o major-general Harrison.) “Tomam-me freqüentemente por alguém que percorre rápido demais esse caminho” (“em nossas afeições e desejos”), confessou Cromwell ao Conselho do Exército. “É característica dos homens como eu o serem repletos de apreensões, no sentido de que os perigos não são tão reais quanto imaginários; sempre se apressam e, algumas vezes, mais do que é devido.”

Isso confere com a exaltação que ele demonstrava no campo de batalha. Em Dunbar “ria excessivamente, como se estivesse embriagado, e seus olhos brilhavam, refletindo seu estado de espírito [...]. O mesmo ataque de riso dele se apoderou pouco antes da batalha de Naseby”. Confere também com as atitudes decididas que algumas vezes se seguiam a semanas de hesitação, como ocorreu por ocasião da dissolução do Rabo do Parlamento Longo e em seus dois últimos parlamentos. As solenes discussões sobre a futura constituição, em janeiro de 1648, terminaram com Oliver atirando uma almofada na cabeça de Ludlow e sendo expulso da sala por ele. Quando da assinatura da sentença de morte do rei, Oliver e Henry Marten lambuzavam com tinta o rosto um do outro como dois colegiais. Essa capacidade de se entregar a brincadeiras pesadas, seu “comportamento rústico e familiar com seus soldados no esporte” (Baxter) naturalmente o tornaram querido da tropa. “Oliver amava uma pilhéria inocente”, afirmou um de seus oficiais.

Cromwell de modo algum era um intelectual, e possuía uma mente prática, pragmática, jamais doutrinária. Em Putney deixou a discussão da teoria para Ireton e ele mesmo só intervinha com propostas práticas de acordo, o que não agradava aos ideólogos dos dois lados. Não tinha muito o que fazer com a introspecção. “A voz do temor assim se manifesta: ‘Se eu tivesse feito isso, se tivesse evitado aquilo, como teria sido melhor para mim!’.” Tais raciocínios eram inúteis. Bax-

ter notou outra característica de Cromwell: sua preferência por ouvir os outros, em vez de discutir com eles. Em 1656 ele e seu Conselho ouviram até mesmo o intransigente republicano John Bradshaw “com paciência, devo reconhecer”.⁴¹ Sir William Waller mostrou-se pouco lisonjeiro, mas não impreciso, ao dizer que “enquanto ele se mostrava cauteloso com suas próprias palavras (não as exprimindo em demasia, pois poderiam trair seus pensamentos), fazia os outros falarem até conhecer seus mais íntimos desígnios e, por assim dizer, extrair deles tudo o que podia”. Vemos esta técnica em ação nas muitas entrevistas publicadas por Abbott. Posteriormente isso poderia levar à desilusão. John Rogers disse em fevereiro de 1655: “Quase todo homem que converse convosco poderá acabar pensando que sois da opinião dele, meu senhor, seja ela qual for”. A observação era válida, mas a pronta resposta de Oliver também o foi: “Não, não é o vosso caso”. A observação de Roger ajuda a explicar por que tantos companheiros de Cromwell mais tarde ficaram tão amargurados com ele. O escocês Blair julgava-o “um egrégio dissimulador e um grande mentiroso”.⁴² Os *levellers*, o coronel Hutchinson e Ludlow chegaram à mesma conclusão. Lilburne, que no início julgava Cromwell “de coração leal e de íntimo incorrupto”, “de todos os grandes homens da Inglaterra, o mais absolutamente honesto, puro e imparcial, sem segundas intenções”, pensava de modo muito diverso daí a alguns anos. A paixão de Cromwell por preservar a unidade, sobretudo a do exército, mas também a daqueles que, em geral, apoiavam a Causa, o levou quase instintivamente a aproximar-se de quem acabara de sobrepujar e derrotar, de modo a não conduzi-los ao desespero. Essa tática, no entanto, estava sujeita a ser mal interpretada.

Todos estão de acordo num ponto: faltavam-lhe as exterioridades vulgares da ambição. Aqueles que gostam de reduzir a política a rivalidades familiares e pessoais encontrarão um prato cheio na desavença entre as casas de Cromwell e Montagu. No início do século os Cromwell eram a família de maior importância, mas, por volta de 1620, o prudente advogado Henry Montagu tornara-se o primeiro conde de Manchester e adquirira Hinchinbrooke dos imprevidentes Cromwell. Quando se deu a questão da corporação de Huntingdon, Manchester humilhou Oliver e, como vimos, eles voltaram a cruzar espadas diante da recusa de Cromwell em pagar a multa pelo título de cavaleiro e quando ele defendeu os moradores dos pântanos.⁴³ A espada, porém, acabou revelando-se mais poderosa do que a toga: em 1645 Oliver alcançara um triunfo sobre o oficial que o comandava, o segundo conde de Manchester, e restabelecera a supremacia de sua família no conda-

ciamos a um maniaco-depressivo. Seu médico em Huntingdon e o especialista sir Theodore Mayerne observaram sua grande inclinação à melancolia. Um médico do século XIX diagnosticou hipocondria, resultante do fato de ele viver numa região baixa e pantanosa.³⁹ Cromwell sempre se mostrava sujeito a adoecer por ocasião de uma crise, como aconteceu na primavera de 1647, ou ao receber más notícias, como sucedeu em 1655, ao saber do fracasso da captura de Hispaniola. Por outro lado há muitos indícios de suas fases maníacas. “Ele era de compleição sanguínea”, escreveu Richard Baxter, cujo temperamento era muito diferente; “mostrava naturalmente vivacidade, hilaridade e entusiasmo como qualquer outro homem que beba um copo a mais”.⁴⁰ (Um comentário semelhante foi feito sobre o major-general Harrison.) “Tomam-me freqüentemente por alguém que percorre rápido demais esse caminho” (“em nossas afeições e desejos”), confessou Cromwell ao Conselho do Exército. “É característica dos homens como eu o serem repletos de apreensões, no sentido de que os perigos não são tão reais quanto imaginários; sempre se apressam e, algumas vezes, mais do que é devido.”

Isso confere com a exaltação que ele demonstrava no campo de batalha. Em Dunbar “ria excessivamente, como se estivesse embriagado, e seus olhos brilhavam, refletindo seu estado de espírito [...]. O mesmo ataque de riso dele se apoderou pouco antes da batalha de Naseby”. Confere também com as atitudes decididas que algumas vezes se seguiam a semanas de hesitação, como ocorreu por ocasião da dissolução do Rabo do Parlamento Longo e em seus dois últimos parlamentos. As solenes discussões sobre a futura constituição, em janeiro de 1648, terminaram com Oliver atirando uma almofada na cabeça de Ludlow e sendo expulso da sala por ele. Quando da assinatura da sentença de morte do rei, Oliver e Henry Marten lambuzavam com tinta o rosto um do outro como dois colegiais. Essa capacidade de se entregar a brincadeiras pesadas, seu “comportamento rústico e familiar com seus soldados no esporte” (Baxter) naturalmente o tornaram querido da tropa. “Oliver amava uma pilhéria inocente”, afirmou um de seus oficiais.

Cromwell de modo algum era um intelectual, e possuía uma mente prática, pragmática, jamais doutrinária. Em Putney deixou a discussão da teoria para Ireton e ele mesmo só intervinha com propostas práticas de acordo, o que não agradava aos ideólogos dos dois lados. Não tinha muito o que fazer com a introspecção. “A voz do temor assim se manifesta: ‘Se eu tivesse feito isso, se tivesse evitado aquilo, como teria sido melhor para mim!’.” Tais raciocínios eram inúteis. Bax-

ter notou outra característica de Cromwell: sua preferência por ouvir os outros, em vez de discutir com eles. Em 1656 ele e seu Conselho ouviram até mesmo o intransigente republicano John Bradshaw “com paciência, devo reconhecer”.⁴¹ Sir William Waller mostrou-se pouco lisonjeiro, mas não impreciso, ao dizer que “enquanto ele se mostrava cauteloso com suas próprias palavras (não as exprimindo em demasia, pois poderiam trair seus pensamentos), fazia os outros falarem até conhecer seus mais íntimos desígnios e, por assim dizer, extrair deles tudo o que podia”. Vemos esta técnica em ação nas muitas entrevistas publicadas por Abbott. Posteriormente isso poderia levar à desilusão. John Rogers disse em fevereiro de 1655: “Quase todo homem que converse convosco poderá acabar pensando que sois da opinião dele, meu senhor, seja ela qual for”. A observação era válida, mas a pronta resposta de Oliver também o foi: “Não, não é o vosso caso”. A observação de Roger ajuda a explicar por que tantos companheiros de Cromwell mais tarde ficaram tão amargurados com ele. O escocês Blair julgava-o “um egrégio dissimulador e um grande mentiroso”.⁴² Os *levellers*, o coronel Hutchinson e Ludlow chegaram à mesma conclusão. Lilburne, que no início julgava Cromwell “de coração leal e de íntimo incorrupto”, “de todos os grandes homens da Inglaterra, o mais absolutamente honesto, puro e imparcial, sem segundas intenções”, pensava de modo muito diverso daí a alguns anos. A paixão de Cromwell por preservar a unidade, sobretudo a do exército, mas também a daqueles que, em geral, apoiavam a Causa, o levou quase instintivamente a aproximar-se de quem acabara de sobrepujar e derrotar, de modo a não conduzi-los ao desespero. Essa tática, no entanto, estava sujeita a ser mal interpretada.

Todos estão de acordo num ponto: faltavam-lhe as exterioridades vulgares da ambição. Aqueles que gostam de reduzir a política a rivalidades familiares e pessoais encontrarão um prato cheio na desavença entre as casas de Cromwell e Montagu. No início do século os Cromwell eram a família de maior importância, mas, por volta de 1620, o prudente advogado Henry Montagu tornara-se o primeiro conde de Manchester e adquirira Hinchinbrooke dos imprevidentes Cromwell. Quando se deu a questão da corporação de Huntingdon, Manchester humilhou Oliver e, como vimos, eles voltaram a cruzar espadas diante da recusa de Cromwell em pagar a multa pelo título de cavaleiro e quando ele defendeu os moradores dos pântanos.⁴³ A espada, porém, acabou revelando-se mais poderosa do que a toga: em 1645 Oliver alcançara um triunfo sobre o oficial que o comandava, o segundo conde de Manchester, e restabelecera a supremacia de sua família no conda-

do. Na década de 1650 Edward Montagu era cliente e fiel agente do Protetor, embora conseguisse se apurar em 1660 e, no final, acabou-se vencendo, ao se tornar conde de Sandwich e visconde de *Hinchinbrooke*.

É claro que Oliver ganhou dinheiro com sua carreira política. Recebia o soldo do exército (1095 libras anuais como general-de-exército, além de bonificações substanciais), e, durante certo tempo, o soldo de lorde-tenente da Irlanda (8 mil libras anuais e 3650 libras quando se encontrava na Inglaterra). Em janeiro de 1646 votou a favor 2500 libras anuais em terras, mas daí a um ano ele renunciou a mil libras anuais durante cinco anos (já era um latifundiário em potencial na Irlanda por ter subscrito a reconquista em 1641). Após a batalha de Worcester, o Parlamento concedeu a Cromwell terras no valor de 4 mil libras *per annum*. Oliver, portanto, já era um importante proprietário de terras antes de dezembro de 1654 quando o Parlamento estipulou uma dotação de 70 mil libras anuais ao Protetor para despesas de sua casa e sua família.

Sir Philip Warwick recordou a “aparência comum” que Cromwell exibia no início do Parlamento Longo. Em agosto de 1652 o embaixador vêneto fazia comentários sobre “seu modo despretenso de viver, desprovido de toda ostentação e pompa, tão diferente dos antigos hábitos deste reino”. Todos notaram “a roupa negra e simples e as meias de lã cinza” que Oliver usava ao dissolver o Rabo do Parlamento Longo. Até mesmo quando ele era Lorde Protetor um quacre, crítico severo, fez comentários sobre seu casaco grosseiro “que não valia três *shillings* a jarda” e sua corte era tão distante de qualquer ostentação que os propagandistas realistas preferiam concentrar-se no tema da mesquinharia da sra. Cromwell. Isso mudou bastante durante o segundo Protetorado. Em junho de 1658 lady Conway afirmou, um tanto surpreendentemente, que Cromwell “introduziu os hábitos e as posturas espanholas”.⁴⁴ Presumia-se ou acreditava-se que isso era politicamente necessário.

Em 1647 o profeta galês Arise Evans ouviu “falar muito bem do general Cromwell, no sentido de que não era orgulhoso e que, muitas vezes, deu ouvidos a homens simples”. Evans bateu à porta de sua casa em Drury Lane, foi convidado a entrar e muitas vezes lá se demorou até meia-noite. Só quando Oliver foi Lorde Protetor é que ele se tornou inacessível, “sempre rodeado de bajuladores, a exemplo do que acontecia com o falecido rei”.⁴⁵ Outra profetisa, lady Eleanor Davies, conta uma história encantadora. Em dezembro de 1648 ela apresentou Oliver Cromwell com uma cópia de versos contra Carlos, es-

critos de próprio punho: “Atentai, pois o Senhor virá acompanhado de dez mil de seus santos para julgar a todos nós (Judas, 14-15)”. O general pôs os óculos, leu o texto com ar sério e observou, sorrindo: “Mas não somos todos santos”.⁴⁶ A observação de Cromwell ao embaixador francês em 1647, no sentido de que um homem nunca se eleva tanto quanto naqueles momentos em que não sabe para onde vai,⁴⁷ parece ser muito característica dele, na medida em que esses comentários mereçam fé. Ele alimentava poucas ilusões, sobretudo após as traumatizantes experiências de 1647-49 e 1653. Isso se depreende pelo comentário que fez a John Lambert em Northampton, em junho de 1650, referindo-se a uma multidão entusiasmada: “Essa mesma gente gritaria com o mesmo ânimo se vós ou eu fôssemos para a forca”. Lambert recordou o comentário dez anos depois quando entrou em Northampton a caminho da prisão, que só terminou com sua morte.

Os historiadores apenas começam a avaliar o quanto o interregno em geral e Cromwell em particular fizeram pela educação e pela vida cultural britânicas. No entanto a lenda de um puritano prosaico, hostil à arte e à cultura, custa a morrer na imaginação popular. Espero que o dr. Nuttall tenha conseguido esclarecer que a maior parte das catedrais cuja desconsagração ou profanação é convencionalmente atribuída a Oliver Cromwell foram na realidade desconsagradas por bispos do século XVI ou, mais raramente, profanadas por tropas pertencentes aos dois lados que combatiam na guerra civil por ocasião de operações militares, ou sem possibilidade de controle por parte dos oficiais. O único testemunho confiável que temos sobre a questão mostra Cromwell tentando proteger os monumentos da Antiguidade.⁴⁸ Em maio de 1649, Cromwell, que acabara de abater os *levellers* em Burford, afirmou à Universidade de Oxford que “nenhuma república poderia florescer sem o estudo”. Em dezembro garantiu a John Tillotson, futuro arcebispo, o qual desposou a sobrinha dele, que estava “disposto a abraçar todas as oportunidades de demonstrar seu favor às universidades”. Não se tratava de meras palavras. Quando foi chanceler, muito fez por Oxford e sua generosidade ainda hoje é celebrada pela Biblioteca Bodleiana. Owen, seu capelão favorito, era deão da Igreja de Cristo e vice-chanceler; um dos prebendados da Igreja de Cristo era o cunhado de Oliver, Peter French. John Wilkins, que desposou a viúva de French, tornou-se diretor de Wadham e centro do grupo que, mais tarde, formou a Real Sociedade; Jonathan Goddard, médico dos exércitos de Cromwell na Irlanda e na Escócia, tornou-se diretor de Merton. Até mesmo Clarendon reconheceu que Oxford, durante o Protetorado, “abrigava um conjunto de conhecimentos

extraordinariamente sólidos e profundos em todos os domínios do saber”.⁴⁹

Em Glasgow, Cromwell realizou uma promessa, feita havia trinta anos, de destinar 200 libras a novas edificações, e que Carlos I não cumprira. Em março de 1655 o Conselho da Escócia recebeu instruções no sentido de reformar as universidades, e recebeu assistência financeira ainda maior, proveniente sobretudo de terras da Igreja, da mesma forma que o Parlamento, em 1650, concedera ao Trinity College, de Dublin, terras anteriormente pertencentes ao arcebispo daquela cidade e à Decania e Capítulo de St. Patrick. Fundou-se um Colégio Escocês de Médicos. A partir de 1650 Cromwell se interessou por um projeto relativo a uma nova universidade em Durham com o objetivo básico de ajudar a propagação do Evangelho naquela região tão remota. Ela passou a existir na época do Protetorado. Oliver recomendava a seu filho mais velho o estudo da história, sobretudo a *History of the World* [História do mundo], de sir Walter Raleigh, bem como a matemática e a cosmografia: “Muito aproveitam os serviços públicos, para os quais o homem nasceu”. Não sabemos se Oliver manteve seu antigo interesse pela matemática,⁵⁰ mas era amigo do matemático Edmund Windgate, amparou John Pell e considerava “a demonstração matemática” como a forma mais incontestável da verdade.

Cromwell estava muito longe de ser o desmancha-prazeres puritano de que nos falam as convenções vulgares. “Não deixar o vinho entrar no país para que os homens não se embebedem” parecia-lhe uma sugestão profundamente absurda. Seu Conselho costumava reunir-se aos domingos e o Parlamento de 1654 comemorou a sessão de abertura num domingo. Membros do Parlamento, indignados, aprovaram uma lei que impunha rigorosa observância do descanso dominical. Oliver apreciava a música e os cavalos. O dr. Scholes nos ensinou a encarar sua corte como uma importante protetora da música⁵¹ e o mesmo é verdadeiro no que se refere à pintura, escultura e literatura. O miniaturista Samuel Cooper foi amparado pelo Protetor no exercício de sua arte. *O cerco de Rodes*, a primeira ópera inglesa, composta por sir William Davenant, foi encenada em 1656 e dois anos depois, em 1658, do mesmo dramaturgo, eram encenadas *A crueldade dos espanhóis no Peru* e *A história de sir Francis Drake*, que o Protetorado usou obviamente para fins de propaganda. Foi durante o governo de Oliver que as atrizes, pela primeira vez, subiram nos palcos de Londres. *A Bíblia poliglota*, de Brian Walton, um grande trabalho de equipe, menciona com gratidão o apoio dado por Oliver ao projeto. Após a Restauração tal apoio foi desmentido e propalou-se que men-

ção nesse sentido havia sido inserida na obra apenas por insistência “do grande monstro”. Entre os homens de letras que gozaram do patrocínio de Cromwell e/ou teceram-lhe elogios podemos citar Milton, Marvell, George Wither, Edmund Waller, John Dryden, Samuel Hartlib, John Locke e Thomas Sprat, mais tarde historiador da Real Sociedade e bispo. Graças à intervenção de Milton, o Protetor devolveu ao neto de Spenser uma propriedade confiscada na Irlanda.

VIII

O POVO DA INGLATERRA E O POVO DE DEUS

Quando chegar o momento de prestarmos contas a eles [o eleitorado] poderemos dizer: Oh! Brigamos e pelejamos pela liberdade da Inglaterra.

Cromwell, Discurso a seu primeiro Parlamento, 12 de setembro de 1654

A condição do povo se apresenta de tal modo que a maior parte se compõe de gente indisposta e empenhada em lutar contra nós.

Cromwell, Reunião com a Comissão do Parlamento tendo em vista a redução das forças armadas, 23 de novembro de 1654

A consequência da imediata extensão do direito de voto a todos os homens adultos seria colocar o poder na mão de criaturas que se tornaram brutais, estúpidas e ferozes devido a anos e anos de escravidão.

P. B. Shelley, *A Proposal for putting reform to the vote throughout the kingdom* [Proposta de reforma do voto em todo o reino], 1817

I

Poucos políticos se mostraram tão inocentes no que concerne a teoria política quanto Oliver Cromwell. "Posso falar-vos, senhores", dizia ele a dois membros do Parlamento em 1641, "daquilo que não admito, embora nada vos possa dizer daquilo que admitiria."¹ Ele afiançava, com toda franqueza, que não se prendia ou se atinha a formas de governo. Elas não passavam de "coisa moral", "refugo e estercor, em comparação a Cristo".² Por ocasião dos Debates de Putney, Ireton e os *levellers* discutiram princípios fundamentais: seria o voto um direito natural dos ingleses nascidos livres ou seria um direito ligado a certas formas de propriedade? Cromwell interveio, apresentando sugestões práticas de acomodamento, para não dizer de barganha: quem sabe a alguns foreiros seria concedido o direito de voto? Ao que se diz, ele citou Buchanan, quando este se referiu à responsabilidade dos reis, mas Oliver não era republicano. Seus inimigos o descreveram como "dominado pela realeza". Já em 1648 Cromwell e seus amigos aborreceram o republicano Ludlow, ao se recusarem a se engajar numa preferência pela monarquia, aristocracia ou democracia: "Qualquer uma delas poderia ser boa em si ou para nós, dependendo de como a Providência nos guiará". O máximo que Oliver se permitia dizer era que a república poderia ser desejável, mas não factível e pode-se desconfiar que ele afirmou isso unicamente para agradar Ludlow. Em 12 de janeiro de 1649 Cromwell opôs-se a uma moção que visava a abolir a Câmara dos Comuns, apresentando um

argumento altamente característico: seria uma loucura, num momento em que a unidade era tão essencial. Para ele, a prática política era sempre mais importante que a teoria constitucional. Mais tarde justificou a abolição da monarquia e da Câmara dos Lordes não devido a um princípio político, mas “por não corresponderem à confiança que nelas se depositava”. Se Oliver, segundo afirma o major Huntington, disse que “se cada homem é árbitro da justiça e do direito, bem como juiz do bem e do mal num reino”,³ tratava-se aí de um argumento *ad hoc*, mais do que uma convicção arraigada. Desconfio que ele apenas quis dizer que homens de bem algumas vezes têm de tomar certas decisões apoiando-se apenas em sua própria responsabilidade.

Oliver não se ligava a “ismos” específicos no que dizia respeito à política, assim como não era conhecido como membro de qualquer seita religiosa. Nenhuma congregação dissidente, nos dias de hoje, o reclama como um de seus primeiros membros. Isso não era inconveniente, do ponto de vista político. A esterilidade de um empirismo meramente oportunista ou a ação pela ação era atenuada pela crença de Oliver de que ele conformava seus atos à vontade de Deus.⁴ Sempre foi de parecer que “um acordo que contivesse algo do poder monárquico” era provavelmente o que poderia haver de melhor para a Inglaterra. Não apreciava os parlamentos perpétuos e comissões arbitrárias, devido a sua tendência de interferir nos direitos de propriedade privada. Vemos aqui a presença daquele temor a um executivo forte, que rondou a pequena nobreza rural inglesa, de Laud a Jaime II, e que foi atizado sobretudo pela ação dos maiores-generais de Cromwell. A seu primeiro Parlamento ele definiu os quatro pontos fundamentais do Instrumento de Governo: I) governo por uma única pessoa e um só Parlamento; II) nenhum Parlamento se perpetuaria; III) liberdade de consciência; IV) controle da milícia pelo Protetor e pelo Parlamento.

Oliver não tinha uso para a democracia. “Aonde chegaremos”, perguntou em Putney, “se [...] homens que não têm outros interesses senão o de respirar” se fizerem ouvir nas eleições? Talvez, mais uma vez, ele estivesse preparado para contemporizar. Isso se deu apenas quando ele viu que “aqueles que não tinham o menor interesse no Estado deveriam escolher um representante (e eles, sendo maioria, provavelmente escolheriam alguém de sua própria condição); quanto a esse anseio de nivelamento e de paridade, ele o desaprovava e o repudiava”.⁵ Em Putney, ele pareceu aceitar a visão de Ireton, calcada em Hobbes, de que os homens deveriam manter seus pactos, a menos que a Providência divina se manifestasse claramente de outra forma (o que

em uma cláusula caracteristicamente escapista). O líder revolucionário podia mostrar-se bastante esquivo, no que dizia respeito ao emprego de meios violentos. “Não dou o menor valor àquilo que conseguis pela força”, afirmou,⁶ a não ser nas ocasiões não raras assim em que Oliver resolveu que Deus desejava o emprego dessa mesma força. Podemos imaginar que tais ocasiões se referissem à guerra civil, à interferência do Exército na política em 1647, à execução de Carlos I, à dissolução do Rabo do Parlamento Longo, ao governo dos maiores-generais.

Na medida em que Oliver pensava a respeito da estrutura social, isso se dava em termos completamente tradicionais. “Um nobre, um cavalheiro, um pequeno proprietário rural: eis aí o grande interesse da nação e um interesse sólido”, disse a seu primeiro Parlamento; “devemos manter a nobreza e a pequena nobreza rural”, garantiu ao segundo. Nesses discursos ele igualava os pobres aos maus e afirmava que se um republicano devesse sofrer, seria preferível que padecesse na mão dos ricos e não na dos pobres. Seus inimigos perceberam muito mais claramente do que ele (pelo menos já por volta de 1640), o quanto sua insistência em promover pelo mérito, no Exército, e em abrir a carreira àqueles providos de talento, sem os discriminar, subvertia essa ordem social tradicional. Até mesmo na década de 1650 era hábito de Oliver, conforme Thurloe relatou mais tarde a Carlos II, “procurar homens para postos e não postos para homens”.

A Ordenação de Abnegação e o Exército de Novo Tipo representaram, de fato, acontecimentos portentosos na modernização da vida política inglesa. Dois tipos de revolta haviam ocorrido na sociedade medieval: um grande senhor poderia abjurar sua lealdade e iniciar uma guerra contra o rei como se ele fosse seu igual. Tal tipo de revolta deixara de ser ameaça séria por volta do século XVI. O que sobreviveu foi a revolta camponesa, que criou seus próprios líderes, os quais, muitas vezes, proclamavam ser enviados de Deus e tentavam convencer os cavalheiros a se juntarem a eles, de modo ostensivamente compulsório. A vantagem disso era que tanto os senhores, como os camponeses corriam os riscos e incorriam nas penalidades. Os homens de destaque podiam trair a revolta no momento apropriado e voltar a se alinhar com a autoridade.⁷ A Ordenação de Abnegação rejeitava os líderes tradicionais das classes dirigentes, juntamente com seus adeptos feudais e, ainda assim, o Parlamento assumiu plena responsabilidade pela revolução. Líderes que haviam assumido o primeiro plano eram aceitos, embora com relutância, como comandantes do Exército de Novo Tipo. A indignação do conde de Essex diante da “audácia da gentilha” marca o início de uma nova era. Foi Cromwell quem a ini-

ciou. A despeito da riqueza que alguns indivíduos acumularam, o governo da República e do Protetorado era menos corrupto que o da monarquia.⁸ O pagamento de salários, menor dependência em relação a multas, emolumentos e subornos, a relutância do Conselho em obrigar os cidadãos a prestar juramentos⁹ constituem indícios de algo mais moderno. No entanto, o serviço público ainda era rudimentar e o Conselho de Cromwell tinha de lidar com um excesso de detalhes triviais para poder ser eficiente.

Sublinhando todas as disputas entre Oliver Cromwell, os *levellers* e seus parlamentos, havia um problema fundamental: o do eleitorado. Após 1647 a Revolução fora muito mais longe do que poderia aprovar a média dos membros do Parlamento e dos cavalheiros e mercadores, que esse Parlamento representava. A tolerância religiosa, por exemplo, era algo que um Parlamento eleito mediante o sistema tradicional de voto jamais aceitaria. Os *levellers*, que concordaram com Cromwell em seu desejo de preservar a tolerância a todo custo, favoreceram a ampla extensão do direito de voto, com exceção dos criados e pobres. Cromwell e os que pensavam como ele achavam essa proposta inaceitável, por razões sociais, e tinham dúvidas razoáveis sobre sua exequibilidade. A massa da população era totalmente inexperiente, no plano político, e sofria demais a influência dos senhores de terras e dos pastores: conceder a esses homens o direito de votar (e sem votação secreta, já que a maior parte era analfabeta), seria fortalecer, mais do que enfraquecer, o poder dos conservadores. A argumentação de Shelley, colocada como epígrafe a este capítulo, era igualmente válida em meados do século XVII. “Na maior parte dos lugares”, dizia Richard Baxter, “o voto principal da gente do povo [...] é regido pelo dinheiro e, portanto, pelos proprietários de suas terras.”¹⁰ “Em todos os lugares o maior número se manifesta a favor do rei”, admitia um panfleto de 17 de outubro de 1648. “Se o voto comum da multidão irrefletida deve reger o todo, quão rapidamente seu próprio interesse, paz e segurança serão contrariados e golpeados!”¹¹ E se a multidão “pedisse que Carlos voltasse ao trono?”, perguntou Milton em 1654.¹²

Era um problema real e que voltou a surgir em revoluções posteriores. Rousseau achava que os homens poderiam ter que ser forçados a ser livres. A ditadura jacobina e a ditadura bolchevique do proletariado justificaram-se ao alegar que cobriam um período durante o qual o povo soberano estava sendo educado para assumir suas novas responsabilidades. Os *levellers*, não tendo conseguido controlar o Exército, jamais enfrentaram a necessidade de ter de reprimir o resto da po-

pulação. Sua relutância em empregar a força merece simpatia, mas ajuda a explicar seu fracasso, na prática.

Muitos outros tentaram lidar com o problema. Hugh Peter, em 1646, queria usar o Exército “para ensinar os camponeses a entender a liberdade”.¹³ Em novembro de 1650, Thomas Scot, membro do Conselho de Estado, escreveu a Cromwell que “a Inglaterra não é como a França, um prado que deva ser ceifado [pela taxaço] com a frequência desejada por seus governantes; nosso interesse é realizar nosso trabalho com o menor agravo possível a nosso povo, *escasso, mas ainda assim feito de prosélitos*”.¹⁴ Em novembro de 1651 o coronel John Jones, observador perspicaz e refletido, indagava “que qualificações convencerão um povo que padece sob seus atuais fardos e que não se volta para as razões ou necessidades deles, a escolher pessoas que lhe impuseram tais fardos (ou seus adeptos), para que sejam seus próximos representantes? Que interesse, na Inglaterra, terá a possibilidade de atrair o voto geral?”. Se fossem impostas qualificações eleitorais, quem decidiria se elas haviam sido observadas?

Se a força se interpuser, eles não clamarão que sua liberdade foi invadida? Se os corações das gentes se mostrarem em geral favoráveis ao presente governo e aos governantes, que necessidade haverá de manter aparelhados o Exército e as guarnições? Prefiro fazer bem a um povo, embora indo contra sua vontade, a agradá-lo apenas na aparência [...]. Que a República disponha de algum tempo para criar raízes no interesse dos homens

antes de arriscarmos eleições.¹⁵ Isso colocava o problema de maneira muito direta. “Teríamos [...] dado ao povo o direito de voto”, declarou o regicida John Cook em 1660, voltando-se para o passado, “caso a nação não se comprizesse mais na servidão que na liberdade”.¹⁶

Milton, em 1651, defendia o governo republicano “na medida em que nossas circunstâncias e cismas o permitem; não é o mais desejável, mas tão bom quanto o permitem as teimosas dissensões de maus cidadãos”.¹⁷ O poeta rompeu com o governo de Cromwell quando lhe pareceu que ele se afastava de seus ideais revolucionários, aproximando-se das posições de sir Henry Vane o qual, em 1656, declarava que “a soberania [...] reside [...] em toda a comunidade de aderentes a esta Causa”.¹⁸ A grande dificuldade consiste em demonstrar “como a vontade do homem, depravada, corrupta e que combate em prol de seus próprios interesses, em meio àquele grande organismo a que chamamos de povo, uma vez deixada livre para expandir-se, prevalecerá e deposará o verdadeiro interesse público”.¹⁹ Por volta de 1660, Mil-

ton, igualmente desanimado, chegara à conclusão de que “é mais justo, sem dúvida, caso a isso sejamos forçados, que um número menor de pessoas obrigue um número maior a conservar sua liberdade, o que não lhes será prejudicial, do que a que maioria, movida pelo prazer de sua baixaza, obrigue a minoria a ser sua escrava e do modo mais injurioso possível”.²⁰ As contorções da prosa refletem a relutância do pensamento.

A resposta dos *levellers* se expressara por meio do Acordo do Povo, um novo contrato social que reordenava o Estado e cuja aceitação era condição para que alguém se habilitasse ao direito de voto. O Rábo do Parlamento Longo tentara resolver o problema ao imaginar um novo direito de voto, subseqüentemente adotado pelo Instrumento do Governo, o qual redistribuía as cadeiras na Câmara dos Comuns de um modo que seguia, em linha gerais, a distribuição da riqueza tributável. Ao retirar o direito de voto de numerosos burgos pequenos e ao substituir um novo direito de voto, no valor de 200 libras, pelo voto dos proprietários de terras, no valor de 40 shillings, esperava-se, sem dúvida, garantir que homens economicamente independentes prevalecessem no lugar de homens dependentes dos donos do poder. O único historiador que investigou essa questão conclui que esse fato se deu em Cheshire.²¹ O Parlamento de 1654 votou a favor de se restabelecer o direito de voto aos proprietários, no valor de 40 shillings. O governo de Cromwell realizou alguns esforços a fim de remodelar as corporações, que se julgava serem baluartes do presbiterianismo. A insistência de Oliver, no sentido de que os membros do Parlamento deviam aceitar as quatro “bases fundamentais” do Instrumento, as constituições escritas que proliferaram nesse período (*Heads of Proposals*, Acordo do Povo, Instrumento do Governo, *Petition and Advice*, bem como as utopias de Winstanley, Harrington e muito outros), são testemunhos da necessidade que se sentia de impor restrições à soberania, recém-conquistada, dos representantes do eleitorado senhor de propriedades. Em nenhum outro período da história inglesa as constituições escritas gozaram de tamanho prestígio.

Em julho de 1653 Cromwell declarou ao Parlamento de Barebone que ele existia porque a maioria do eleitorado ainda não “fora levada a compartilhar o interesse de Jesus Cristo” e ainda não estava em condições de promover uma convocação ou ser chamada. Como ele tinha razão! Seu governo não conseguiu vencer uma única eleição, nem mesmo quando os maiores-gerais a disputaram. Cem ou mais membros tiveram de ser excluídos de cada um de seus parlamentos, antes que surgisse qualquer esperança de cooperação.

Não se tratava simplesmente de salvar a Causa. Um presbiteriano declarou em 1646: “Uma tirania é muito melhor do que uma anarquia, quer se trate da Igreja ou do Estado”. Ele definia a anarquia como uma condição “na qual todo homem poderá dizer e fazer aquilo que é certo a seus próprios olhos”.²² Antidemocratas desse teor agora apoiavam a ditadura militar formulando uma simples pergunta: “Não seria melhor termos qualquer tipo de governo [...] do que governo algum? Não seria preferível o governo do Grande Turco ao da ralé?”²³ (Anthony Ascham, John Dury e outros expressavam essa inquietação por meio de uma sofisticação teórica maior.)²⁴ Para os generais, cujas ações ilegais haviam dado origem ao regime, a preservação deste tornou-se uma questão de autopreservação.²⁵ Em dezembro de 1656 Lambert abordou o tema com brutal clareza perante a Câmara dos Comuns:

Se o Parlamento deve ser escolhido de acordo com o espírito e o ânimo geral da nação, e se não houver controle sobre semelhante eleição, poderá insinuar-se nesta Casa alguém que virá julgar tudo o que fizemos neste Parlamento ou em qualquer outro lugar e momento [...]. Não podemos afirmar que tipo de parlamentos outras eras haverão de produzir. Precisamos precaver-nos para deixar as coisas bem encaminhadas.²⁶

Ele antecipou-se em quatro anos e teve pela frente 23 anos de cadeia para refletir sobre a correção de sua análise. No interregno os generais insistiram desesperadamente, sempre que ocorria uma crise, em que deveria haver uma outra Câmara ou um “senado seletivo” (composto por eles mesmos), o qual deveria conferir respeitabilidade constitucional ao veto do Exército em relação ao Parlamento. É essa a sua contribuição decisiva ao pensamento político da época.

2

Uma diferença óbvia entre a revolução inglesa e as revoluções posteriores consiste no fato de que os revolucionários franceses podiam recorrer ao exemplo dos ingleses e que os revolucionários russos contavam igualmente com a experiência dos franceses, da qual tinham plena consciência. A revolução inglesa não contava, porém, com antecedentes. A revolta da Holanda, ocorrida no século XVI, antecipou-a sob alguns aspectos. Tratava-se, porém, de uma revolta contra o domínio estrangeiro, liderada por protestantes e contra um regime que tentava manter a uniformidade católica por meio da violência. Essas

características não se achavam presentes na Inglaterra. Em consequência, faltava à revolução inglesa uma ideologia revolucionária: nela não havia um Jean-Jacques Rousseau ou um Karl Marx. Havia, é claro, muitos descontentamentos no plano intelectual, religioso e político, mas, antes de 1642, eles não haviam se cristalizado sob a forma de uma teoria revolucionária ou em torno da idéia de que talvez fosse necessária uma mudança fundamental. Os líderes do Parlamento, no início da década de 1640, acreditavam-se os verdadeiros conservadores e tradicionalistas. Pretendiam um retorno aos dias da Boa Rainha Bess e até mesmo mais para trás.

Assim, enquanto as trindades das últimas revoluções — liberdade, igualdade, fraternidade; paz, pão e terra — exigiam algo *novo*, algo pelo qual se deveria lutar e que se alcançaria *no futuro*, a trindade dos revolucionários ingleses — religião, liberdade e propriedade — pretendia defender aquilo que já existia ou que se acreditava que existisse. Bastava livrar-se das inovações doutrinárias de Laud e a verdadeira religião protestante estaria a salvo. Bastava livrar-se das práticas arbitrárias de um poder pessoal, que durou onze anos, e a liberdade e a propriedade estariam a salvo. As primeiras teorias parlamentaristas eram defensivas. No lugar de uma teoria da revolução havia a crença de que todos os males se deviam a maus conselheiros, papistas e armínianos que ocupavam altas posições. Quaisquer teorias que iam mais fundo simplesmente se voltavam para o passado. No entanto, quanto mais recuada no tempo se situava a Idade de Ouro, mais incerta se tornava a prova de sua existência e, portanto, maior a possibilidade de discordância. O apelo aos bons tempos passados dos anglo-saxões livres tinha conotações muito diferentes para os *levellers* e os *diggers*, em relação ao que significara para sir Edward Coke;²⁷ os presbiterianos e os quacres tiravam diferentes lições da Igreja primitiva. Uma teoria que se mira no exemplo do passado torna-se uma teoria que olha para a frente e é criativamente revolucionária.

Assim, quando no início da década de 1640 os homens se surpreenderam, contra sua vontade e inesperadamente, diante de uma situação revolucionária, que exigia novos modos de pensar, eles se acharam despreparados para cumprir a tarefa. Tiveram de improvisar. O que tinham à mão era a Bíblia, à sua disposição em tradução inglesa havia um século, e que haviam sido encorajados a estudar como fonte de toda sabedoria. Existem doutrinas perigosas na Bíblia; denúncias dos ricos, feitas pelos profetas do Antigo Testamento, sugestões de igualdade entre os homens no Novo Testamento. A doutrina luterana do sacerdócio de todos os crentes encerra possibilidades ex-

plosivas, pois não havia meios certos de identificar santos visíveis. Durante o século que se seguiu à reforma, a estabilidade social na Inglaterra fora salvaguardada contra a lógica da cristandade protestante pela hierarquia episcopal e seus dignitários, pelo controle eclesiástico da educação e pela censura, bem como pela doutrina da pecaminosidade da massa da humanidade. Na década de 1640 os controles institucionais se esboroaram com a queda dos bispos, e a tentativa de em seu lugar constituir um sistema disciplinar presbiteriano falhou quase que totalmente. Apenas o pecado permaneceu, mas a tolerância religiosa e a falta de uma censura eclesiástica eficaz permitiu a grupos não ortodoxos, que alegavam ser santos visíveis, propagarem suas idéias subversivas; até mesmo a doutrina fundamental da pecaminosidade da maioria dos homens e das mulheres podia ser contestada. Os *levellers* exigiam uma ampla extensão do sufrágio, independentemente do fato de “a multidão” ser devota ou não. Outros radicais religiosos — os *ranter*s* e os antinomianos** — foram levados a rejeitar muitas restrições tradicionais. Os quacres enxergavam em todos os homens uma centelha do divino e rejeitavam formas exteriores de subordinação social, em nome da igualdade cristã; os *diggers* exigiam o céu para os pobres neste mundo e agora. Não é de admirar que todos os conservadores se unissem a fim de se oporem à tolerância. Thurloe fazia uma diferenciação nítida entre “o vil partido *Levelling*” e entre “os bons e os devotos”.²⁸

“A religião não era aquilo pelo que se lutava inicialmente”, enfatizou Oliver com muita acuidade, “mas Deus, finalmente, a colocou em questão.” Sua crença na necessidade de tolerância para com todos aqueles que se achavam profundamente imbuídos dela o separou da maior parte dos membros de sua própria classe social, alinhando-o com os radicais políticos. A exemplo de Milton, ele seguia a lógica da doutrina protestante do sacerdócio de todos os crentes. Já que o espírito soprava onde bem lhe aprazia, era perigoso para qualquer simples mortal reprimir aqueles que reivindicavam falar em nome de Deus,

(*) Termo aplicado àqueles que proferiam discursos barulhentos e também aos membros da seita dos antinomianos, que se desenvolveu a partir de 1645. (ED/LM)

(**) O antinomianismo foi uma tendência religiosa fundada na Inglaterra durante a *Commonwealth* entre os adeptos do Alto Calvinismo. Pregava que uma pessoa eleita, sendo predestinada à salvação, estaria absolvida da lei moral e não seria chamada para o arrependimento. (ED/LM)

pois de tal modo poder-se-ia suprimir uma verdade. No passado a verdade se fizera presente em lugares inesperados e sob formas pouco apreciadas pela autoridade. No sentido mais prático, era uma tolice, ao empreender a guerra civil, recusar a ajuda de entusiastas que detestavam o inimigo comum, e cujo entusiasmo os tornava excelente material de combate. Os desacordos, sem a menor dúvida, seriam esclarecidos através da discussão, depois de se obter a vitória.

Cromwell — e esta é uma de suas enormes contribuições à história inglesa — apegou-se tenazmente à crença de que a verdade de modo algum pertencia a alguma seita. Jamais expressou-se com maior vigor do que quando exortou os presbiterianos escoceses a refletir que era bem possível que estivessem enganados. Isso ajuda a explicar a paciência de Oliver por ocasião de discussões com homens que discordavam profundamente dele — George Fox, John Rogers, Edmund Ludlow. Ele, sem dúvida, fixou os limites entre os católicos e os episcopais, pois afirmava que a missa era idólatra e, no seu ponto de vista, o papado e a prelazia eram sistemas repressivos, que poderiam impedir a verdade cristã de se exprimir. Porém, em relação a ambos os credos, ele, no que dizia respeito à Inglaterra, revelou-se mais tolerante na prática do que na teoria.

Ele também fixou os limites entre os imorais *ranter*s e as crenças religiosas que conduziam a ações politicamente subversivas. Talvez ele tenha fixado tais limites em diferentes lugares, antes e depois de ser a autoridade que corria o perigo da subversão. Empregou quacres em sua própria casa e quando indagava, a propósito da seita: “Deverei renegá-los porque se recusam a tirar seus chapéus?”, esperava de todos que a resposta fosse um não.²⁹ Cromwell afastava-se teologicamente dos radicais na distinção que estabelecia entre “o povo” e “o povo de Deus”. Este último era concebido, em termos da Bíblia e de Fox, como um mero vestígio, um remanescente. Ele podia ser encontrado em lugares estranhos e talvez não conhecesse distinções sociais, mas sempre seria minoria. Os santos, tão vigorosos no Exército de Novo Tipo, eram, por definição, colocados à parte da maioria deste mundo. “Como pode o reino ser santo” quando os ímpios “são eleitores e eleitos para governar?”, perguntara um panfletário em 1649.³⁰ O calvinismo não podia ser uma doutrina democrática. “A palavra eleição tinha como intenção retirar o melhor e não o pior de todas as coisas”, escreveu um cavalheiro de Kent pouco antes do nascimento de Cromwell.³¹ Se Oliver estivesse em Londres no dia 31 de maio de 1643, provavelmente ouviria um sermão no qual se dizia à Câmara dos Comuns que “a parte piedosa da nação é a Igreja nacional”.³² O Protetor concor-

dava que “o interesse dos homens honestos é o interesse do reino” e que o povo deveria gozar “daquilo que é para seu bem, não daquilo que o agrada”. Era essa sua resposta à impossibilidade de contar com um eleitorado.

Após a dissolução do Parlamento de Barebone, Oliver já não se via mais como Moisés conduzindo o povo de Deus à terra prometida, conforme já sugeri.³³ Ainda assim gozava de muita reputação perante os homens piedosos, o que o fortaleceu enormemente por ocasião das disputas que ocorreram naquele período, contra o Parlamento, o Exército e os radicais republicanos. “Como será difícil”, escreveu o reverendo Samuel Oates em dezembro de 1654, “ao povo de Deus opor-se ao Lorde Protetor no que quer que seja, ao ver que ele foi um instrumento tão grande em tantas coisas que diziam respeito a seu bem. E todas as grandes coisas que se fizeram pelo povo de Deus foram realizadas por ele.”³⁴ Saber que os homens assim pensavam deve ter sido uma grande tentação para Oliver.

A força do calvinismo revolucionário apoiava-se na ênfase no homem piedoso, na solidariedade contra os inimigos mundanos daqueles que se reconheciam uns aos outros como santos. Tal doutrina excluía por definição a possibilidade da democracia, que se tornou possível unicamente para aqueles que rejeitavam o calvinismo. A derrota do calvinismo, em meados do século XVII, é um dos grandes momentos críticos da história intelectual. O velho arminianismo dos laudianos, ligado aos sacramentos da Igreja, era limitado pela ênfase que punha no controle exercido pelos sacerdotes; o novo arminianismo de John Goodwin, de Milton e dos quacres encerrava a possibilidade de uma ampla igualdade entre os homens. O excelente livro de D. P. Walker, *The Decline of Hell* [O declínio do inferno] mostra como, no século XVII, os homens — e, sobretudo, os radicais religiosos e políticos radicais — passaram a questionar a presunção teológica de que Deus condenara a massa da humanidade a uma eternidade de tormentos, além de afirmar o direito da maioria ao céu. O pecado, na mente de certos homens, começou a perder seu poder, na medida em que representava um grande freio. Vicejaram as teorias da democracia, enquanto o inferno declinava. Uma das tragédias do antigo não-conformismo, após 1660, é que ele se apegava e remoía aridamente os dogmas calvinistas que haviam modificado o mundo no século precedente, mas que nada tinham a oferecer ao mundo pós-revolucionário.

Já é tempo de examinarmos a contribuição calvinista à ideologia de Cromwell e dos revolucionários ingleses.

IX

**A PROVIDÊNCIA
E OLIVER CROMWELL**

*Sou um daqueles homens cujo coração Deus arrebatou
com o propósito de aguardar certas dispensações ex-
traordinárias, de acordo com as promessas que Ele fez,
relativas a coisas que seriam cumpridas no futuro, e não
posso deixar de pensar que Deus as está iniciando.*

Cromwell em Putney,
1.º de novembro de 1647

*Uma força mais alta o impelia
Por detrás e diante dele corria.
An higher force him pushed
Still from behind,
and it before him rushed.*

Marvell, *The First Anniversary of the Government under O. C.* [Primeiro aniversário do governo de O. C.]

A referência à Providência era, em se tratando de Cromwell, indício infalível de uma mudança política de linha de ação.

S. R. Gardiner, *The Great Civil War* [A grande guerra civil] (1894), IV, p. 288

Esta doutrina da predestinação é a base do puritanismo e o puritanismo está na raiz de todas as rebeliões e intratáveis desobediências no Parlamento, etc., e de todos os cismas e audácias que ocorrem no país, e, mais ainda, na própria Igreja; ela torna milhares de nossas gentes e um número por demais grande de cavalheiros ligados à terra verdadeiros Leighton no fundo de seus corações — e esse mesmo Leighton publicou, não faz muito tempo, um livro dos mais pestilentos e sediciosos, no qual açulava o povo, conclamando-o a apunhalar os bispos, e vilipendiava a rainha, tratando-a por filha de Heth.

Matthew Brook, diretor do Trinity College, Cambridge, ao arcebispo Abbott, 12 de dezembro de 1630, citado por P. Heylyn, *Historical and Miscellaneous Tracts* [Escritos históricos e miscelânea] (1681), p. 539

I

A predestinação se aloja no âmago do protestantismo. Lutero percebeu que ela era a única garantia do *Covenant*. * “Pois se duvidais ou desdenhais saber que Deus conhece de antemão e decide todas as coisas, não de modo contingente, mas necessária e imutavelmente, como podereis acreditar com confiança, esperar e fiar-vos em Suas promessas?” Sem a predestinação, “a fé cristã é completamente destruída e as promessas de Deus e de todo o Evangelho se esboroam; pois o maior e único consolo dos cristãos, em suas adversidades, é saber que Deus não mente, mas que cumpre todas as coisas imutavelmente, e que Sua vontade não pode ser contrariada, modificada ou retardada”.¹ *Ein feste Burg ist unser Gott*. ** Lutero declarou que não desejaria o livre-arbítrio, mesmo se este lhe fosse concedido, pois somente Deus pode tornar a salvação *certa* para alguns homens, se não para todos.² Com efeito, tudo, para Lutero, se acha centrado na questão da *singularidade* dos eleitos. Uma vez tocados pela graça divina, eles se diferenciam da massa da humanidade. A consciência da salvação os levará a agir conscientemente a fim de glorificar a Deus. Os efeitos psicológicos desta segregação *consciente* de um grupo, que se destaca da massa, são imensos.

(*) Ligas criadas para a defesa de uma causa, em particular religiosa. (ED/LM)

(**) Nosso Deus é uma fortaleza inabalável. (N. T.)

Calvino deu um passo adiante e proclamou corajosamente que Deus era inútil para a humanidade, a menos que Ele tivesse propósitos reconhecíveis, nos quais podemos confiar e com os quais podemos cooperar. “Em suma, de que nos aproveita conhecer um Deus com o qual nada temos a ver [...]? Como poderá a idéia de Deus penetrar em vossas mentes sem, no mesmo momento, suscitar a reflexão de que, sendo vós fruto de Sua obra, estais destinados, pela própria lei da criação, a submeter-vos a Sua autoridade?”³ “A ignorância da Providência é a maior de todas as infelicidades e seu conhecimento é a maior de todas as venturas.”⁴ A fé nos proporciona “ampla certeza e completa segurança da mente”, de um modo tal que se torna evidente para aqueles que a possuem e inexplicável para aqueles que não a têm.⁵

Os homens comentaram amiúde o aparente paradoxo de um sistema teológico baseado na predestinação e que suscita em seus adeptos uma ênfase sobre o esforço e a energia moral. Uma explicação para esse fato postula que, para o calvinista, a fé se revelava por si mesma através das obras e que, portanto, o único modo pelo qual o indivíduo poderia ter certeza da própria salvação seria examinar cuidadosamente seu comportamento noite e dia, a fim de ver se ele, de fato, resultava em obras dignas de salvação. Na visão de Calvino, é por meio das obras realizadas através da graça que os eleitos “fortalecem seu chamado e, a exemplo das árvores, são julgados por seus frutos [...]. Não sonhamos com uma fé destituída de boas obras, nem de uma justificativa que poderá subsistir sem elas”.⁶ Essa atitude é expressa por sir Simonds D’Ewes. Após fazer uma lista de 64 sinais ou marcas relativas a várias graças, que lhe proporcionaram a certeza de uma vida melhor, ele acrescentou: “Encontrei nelas muito conforto e repouso de espírito; mais do que nunca cuidei de proceder com cautela, de evitar o pecado e de levar uma vida devota”. Esse fato o convenceu de que os papistas e os anabatistas estavam profundamente equivocados, ao alegarem que a certeza da salvação acarreta a presunção e uma vida de dissipação e abominações. Ao contrário, “quando uma fé vívida e uma vida piedosa se juntam e constituem as bases dos sinais e evidências de uma abençoada segurança, então o próprio temor de perder essa segurança, que é apenas condicional, será antes um meio de aumentar a graça e a virtude do que de diminuí-la”.⁷ “Nada é mais diligente do que salvar a fé”, observou Thomas Taylor.⁸

Não estou, porém, inteiramente convencido de que esta seja a única explicação. Ela é extremamente elaborada. A maior parte dos indícios, no que se refere a ela, encontrados entre os pregadores, situam-se no final do século XVII, quando, devido a outros motivos, as

obras, mais uma vez, estavam sendo enfatizadas. Acredito que a resolução do paradoxo é psicologicamente mais simples, embora filosoficamente mais complexa. A salvação, a consciência do fato de ser eleito, consistia em voltar o coração para Deus. Um homem sabia que estava salvo porque sentia, em algum momento de sua vida, uma satisfação interior, um lampejo, que lhe dizia que ele se encontrava em comunhão direta com Deus. Afirma-se que Cromwell morreu feliz ao ter certeza de que a graça, uma vez conhecida, jamais se perderia, pois, um dia, ele se encontrou em estado de graça. Não estamos abordando aqui o êxtase místico de um recluso, mas a consciência do cavalheiro, comerciante ou artesão médios. O que dava a Cromwell a consciência da eleição não era o penoso escrutínio de suas ações, pois os pregadores jamais se cansavam de dizer-lhe que ninguém conseguia manter os mandamentos da lei de Deus, que “não podemos cooperar com a graça de Deus” a menos que haja “um espírito especial infundido em nós”.⁹ Era o sentimento da exaltação e do poder que o justificava, bem como suas atividades mundanas, que lhe proporcionavam autoconfiança, num mundo de incerteza econômica e de hostilidade política. Os eleitos eram aqueles que se julgavam eleitos, pois possuíam uma fé interior que os fazia sentirem-se livres, quaisquer que fossem suas dificuldades externas. Este senso de liberdade eles conseguiam reconhecer uns nos outros. Era natural que desejassem a liberdade de reunirem-se nas igrejas com aqueles que integravam o povo de Deus.

Filosoficamente o argumento é circular, mas o calvinismo não existiu basicamente como um sistema filosófico.¹⁰ Ele propiciava coragem e confiança a um grupo daqueles que acreditavam-se os eleitos de Deus. Ele os justificava, neste mundo e no outro. O professor Haller parece ter expressado isso melhor do que ninguém ao escrever que os pregadores puritanos “lidavam com os problemas psicológicos de uma minoria insatisfeita”; seu objetivo era “injetar um propósito moral em homens que sentiam-se perdidos em meio à confusão moral”. Acrescenta: “Os homens que têm certeza de que herdarão o céu, possuem meios de, no presente, assumir a posse da terra”.¹¹ Essa coragem e confiança capacitavam-nos a lutar, por meio de armas econômicas, políticas ou militares, a criar um novo mundo digno daquele Deus que os abençoara por meio de tantos sinais, um mundo remodelado segundo a imagem deles, e, portanto, à do Criador. Conforme dizia a *Homilia sobre a salvação de toda a humanidade*:

Estes grandes e misericordiosos benefícios de Deus, caso sejam bem examinados, não nos proporcionam a ocasião de sermos ociosos e de viver-

mos sem praticar boas obras [...] ao contrário, se não nos desesperarmos e se nossos corações não forem mais rijos do que pedras, tais benefícios nos levarão a nos entregarmos inteiramente a Deus, com toda nossa vontade, coração, força e poder, a fim de O servir em todas as boas ações, obedecendo a Seus mandamentos durante nossas vidas, e a procurarmos em todas as coisas os sinais de Sua glória.

Aqueles que mais prontamente aceitaram o calvinismo eram homens cujo modo de vida se caracterizava pela atividade. A reconciliação filosófica entre os decretos eternos de Deus e seu próprio impulso interior em trabalhar para a glória do Senhor não era assunto que os preocupasse excessivamente. Nisso se mostravam sensatos, pois até mesmo o judicioso Hooker virtualmente desistiu de reconciliar a presença de Deus e o livre-arbítrio do homem, após notar que o próprio santo Agostinho mudara de opinião em relação ao assunto. Portanto, ao tentarmos analisar a atitude dos puritanos, não devemos pressioná-los demais, tendo em vista uma consistência filosófica que lhes faltava, característica que compartilhavam com outros teólogos. Devemos antes levar em conta como sua teologia os ajudou a viver e a mudar o mundo, conforme eles o encontraram.

Nosso período é aquele em que o público letrado tornou-se cada vez mais consciente da escassez.¹² A fome e a inanição eram tão velhas quanto a história da humanidade, mas nos séculos XVI e XVII uma fração cada vez maior da população trabalhadora, dos moradores das cidades e dos trabalhadores rurais industriais, dependia dos outros para se alimentar e, numa proporção que aumentava cada vez mais, era alfabetizada e sabia se expressar. A classe dirigente tradicional não tinha necessidade de preocupar-se com a escassez; ela sempre dispôs do suficiente, independentemente de que os outros morressem de fome. Os camponeses mais pobres e os trabalhadores assalariados não tinham outra perspectiva que a da inanição intermitente. O País de Cocanha e até mesmo as vantagens materiais do paraíso, em *Pilgrim's Progress* [O progresso do peregrino], são testemunho desse fato. O *digger* Gerrard Winstanley preocupava-se menos com a escassez *individual* que em compartilhar o pouco que havia e em aumentá-lo, para e pela comunidade. Eram os pequenos proprietários rurais e os artesãos que ficavam à margem, que podiam ascender a uma situação de relativa abundância por meio da combinação de trabalho árduo e boa sorte. Alguns podem até mesmo ter concebido a possibilidade de a sociedade subtrair-se inteira à maldição da escassez, ao fardo que a humanidade carregava nas costas desde o início dos tempos. O protestantismo enfatizava o dever de trabalhar arduamente em favor da co-

munidade, da república. No entanto até mesmo a escapatória individual implicava um esforço e concentração tremendos. Talvez ela também envolvesse rupturas com aquilo que se costumava encarar como um comportamento correto. Era importante que homens que iriam seguir novos caminhos possuísem uma certeza e uma confiança interiores. As teorias da predestinação sugerem o colossal poder de forças cegas, em relação às quais os indivíduos sentiam os primeiros inícios de libertação. Nos contos populares os homens esperam vencer ou iludir o destino por meio da magia, mas as profecias nas quais se apóiam invariavelmente acabam revelando-se falaciosas; conforme ocorreu em *Macbeth*, o destino venceu através da trapaça.¹³ No entanto o livro por excelência da profecia era a Bíblia e ela não lograria ninguém. Se, por meio do estudo intensivo, os homens conseguissem assenhorear-se de suas profecias, então eles entenderiam o destino e se tornariam livres. Não era a visão apenas dos bibliôlatras ou dos pentamônarquistas; intelectuais tão diferentes quanto Joseph Mede e John Milton, John Napier e sir Isaac Newton a defendiam apaixonadamente. O mesmo acontecia com John Bunyan.*

A “lógica do homem comum”, do huguenote Peter Ramus, que tantos puritanos adotaram, talvez tenha auxiliado aqueles mais inclinados à filosofia a sentir que haviam produzido um sistema de pensamento¹⁴, ou então, juntamente com Bacon, excluíram a esfera da fé da crítica racional. Os grandes avanços científicos e políticos de nosso período, para os quais tanto contribuiu o pensamento religioso, ampliavam o controle humano sobre o ambiente e o controle do ho-

(*) John Bunyan (1628-1688): Escritor religioso inglês criado em Bedfordshire, região na qual o puritanismo exerceu forte influência. Desde a infância, foi acometido por sonhos e alucinações. Com o passar do tempo seus conflitos íntimos aumentaram. Em 1645 participou de campanha militar como membro do exército parlamentar. Atribui vários episódios de sua vida à interferência divina. Devido à sua mente inquieta, atormentava-se com a idéia de que estava sujeito à uma especial maldição. Converteu-se à Igreja Batista, onde encontrou a paz necessária para iniciar sua vida de pregador. Seus sermões provocaram grande impacto nas camadas iletradas. Proibido de pregar após a Restauração, não se submeteu, sendo julgado e condenado à prisão, onde se dedicou a escrever sobre sua própria religião e a transmiti-la aos companheiros de cárcere. Em seus escritos condenou os quacres e a liturgia da Igreja Anglicana. Libertado no governo de Carlos II escreveu o livro que o tornou imortal, *Pilgrim's Progress* [O progresso do peregrino], onde faz a pregação sobre os estágios do progresso do cristianismo, comparando esse progresso a uma peregrinação. A fama de Bunyan, em vida e mesmo um século após sua morte, foi grande, principalmente entre os membros das camadas baixas da sociedade onde arregimentava seus seguidores. (ED/LM)

mem sobre as instituições sociais e políticas sob as quais vivia. Os triunfos do pensamento puritano, em última análise, se inseriam neste nosso mundo. A fé era algo dado. Se parecia haver contradições, isso se devia à falibilidade da razão humana. “Então que se ponha de lado a razão ou, pelo menos, os vãos raciocínios.” Assim concluía Milton, o homem que entre aqueles normalmente considerados puritanos era talvez o que depositava a maior confiança no intelecto humano. Havia uma contradição, mas que não podia ser resolvida nos limites da teologia. Devemos admirar muito mais o modo pelo qual um Bacon, um Milton, um Winstanley torturaram seus limites num leito de Procusto do que seu fracasso em romper com eles e começar tudo de novo.

Para Calvino, as obras não eram um meio através do qual um homem pode convencer-se de que está salvo, quando duvida disso, mas elas são os frutos necessários e reais da fé de um homem honesto, engajado em desempenhar uma tarefa mundana (o fato de que é necessário explicar isto é prova de até que ponto a fé, no sentido calvinista, deixou de ser encarada como fonte de uma força psicológica interior, pelo menos por historiadores que escrevem a esse respeito). Não deveriam os eleitos, indagava Calvino, “conceber um horror ainda maior do pecado, caso se dissesse que ele poderia ser apagado pela multiplicação das boas obras?”¹⁵ Um homem que acreditasse realmente que Deus o incluía entre o punhado daqueles que haviam sido salvos da condenação eterna naturalmente sentia-se na obrigação de proporcionar alguma contribuição voluntária a essa graça voluntária. O preço da virtude, pensava Calvino, é a eterna vigilância. Deus pode preservar a verdade, conforme ele disse a Cranmer: “No entanto, Ele, de modo algum, admitiria que permanecessem inativas aquelas pessoas a quem Ele mesmo pusera a vigiar”.¹⁶ “Deus só coroa os combatentes experimentados.”¹⁷ O puritano Thomas Taylor resumiu com muita propriedade a distinção entre a justificativa através da fé e a justificativa através das obras, numa passagem que ilumina o contexto social da duas doutrinas:

Ensina-mos que somente aqueles que agem serão salvos, e por suas ações, mas não graças a elas [...]. Embora não possamos fazer tanto a ponto de merecermos o céu, ainda assim, por meio da graça, deveremos agir a fim de não nos afastarmos desse caminho [...]. Professar a religião não é o mesmo que aquele modo cavalheiresco de vida ou de comércio, no qual as rendas são entregues pelos intendentess, independentemente de seus detentores estarem adormecidos ou acordados, trabalharem ou folgarem.¹⁸

Era essa a distinção que importava. O catolicismo era uma reli-

gião de rendeiros. Contanto que o senhor das terras executasse as cerimônias apropriadas nas ocasiões apropriadas, o intendente da Igreja entregava-lhe as rendas para que ele as gastasse. O protestantismo, porém, destinava-se unicamente àqueles que agiam; àqueles que, conforme Taylor explica, examinam com freqüência os livros em que anotam suas dívidas e calculam o valor de seus débitos; “mas um falido não tem estômago para isso”.¹⁹ Essa hostilidade para com aqueles que viviam da renda ancora-se profundamente na teologia puritana e é a base da doutrina “burguesa” do chamado. Para William Perkins, “gente que não vive *de acordo com o chamado*, mas passa o tempo a comer, beber, dormir e divertir-se porque tem [...] terras deixadas por seus pais” é culpada de rebelião e desobediência contra Deus.²⁰ O papado, na opinião de Richard Sibbes, foi “estabelecido pela engenhosidade do homem a fim de manter o ócio e o luxo”.²¹ À corporação dos homens devotos, acrescentava John Cotton, não se acede por meio da compra; todos aqueles que esperam a graça devem passar por um aprendizado.²²

Aqueles que obravam eram salvos através de suas obras, mas não devido a elas. Os eleitos eram ativos e corajosos por definição, mas não para se tornarem eleitos. “A ausência da vitória é a coisa que nos induz ao engano”, escreveu Samuel Rutherford. “Estimamos que isso é a marca daquele que não dispõe da graça. Eu não diria que a ausência da *luta* seria a marca da falta da graça; mas não direi que a ausência da *vitória* caracterize essa marca.” “Sem correr, lutar, suar, competir, o céu não se ganha.”²³ Francis Bacon transferiu esse espírito — o mesmo da *Areopagitica*, de Milton — à ciência, ao dizer: “Não arriscar é um risco maior que falhar”.²⁴ Essa atitude possibilitava ao crente libertar-se do temor do inferno ou das fúrias e coragem para lutar sozinho, caso houvesse necessidade. Samuel Butler escrevia do ponto de vista do inimigo e após o acontecimento, mas ele também estava afirmando que o puritanismo confere elã revolucionário, que seus efeitos são internos e psicológicos.

Pessoas ordinariamente más, que ainda trazem em si a marca da natureza humana, nunca cometem um grande crime sem demonstrar certa aversão e desgosto, embora não sejam eles suficientemente fortes para prevalecer contra os presentes motivos de utilidade ou interesse; e, comumente, tais pessoas vivem e morrem, fazendo penitência por isso. Porém o santo moderno que se acredita privilegiado e acima da natureza entrega-se à mais horrenda de todas as perversidades com tamanho vigor e certeza, e se encontra tão distante do arrependimento, que a põe na conta dos deveres piedosos e das boas obras.²⁵

A importância de ser aquele que age ressalta nitidamente numa das cartas de Cromwell, escrita ao presidente da Câmara dos Comuns após a queda de Bristol, em setembro de 1645. Ao ser levado a Oliver para que apusesse sua assinatura, o texto falava do “povo de Deus convosco e em toda a Inglaterra, o qual serviu ao Senhor, à espera de uma bênção”. À medida que Cromwell ia lendo, as palavras não pareciam transmitir com exatidão o que ele queria exprimir. Não sabemos se seu secretário anotara a carta incorretamente ou se uma frase mais apropriada passou pela mente de Cromwell, enquanto ele procedia à leitura. Ele pegou da pena, riscou a expressão “serviu ao” e alterou a frase, que passou a ser “combateu com o Senhor, à espera de uma bênção”. A passividade era intolerável, até mesmo quando ela se via cara a cara com o próprio Deus. Ele permitiria que o mundo fosse mudado unicamente por aqueles que se ajudassem a si mesmos. “Esperamos encontrar o repouso em outro lugar”, assegurou Cromwell a St. John três anos mais tarde. Tais princípios não eram característicos de Oliver. Em 1641 Thomas Goodwin escreveu em *A Glimpse of Sions Glory* [Um vislumbre da glória de Sião]: “É tarefa do momento não proporcionar nenhum repouso a Deus enquanto Ele não estabelecer Jerusalém como centro de louvor do mundo inteiro”.²⁶ Aqui, a exemplo do que ocorre na carta de Cromwell, Deus quase chega a ser considerado como uma força impessoal; é como o desejo de Jeliabov, o conspirador russo do século XIX, que queria “dar um empurrão na história”.²⁷ “Não podemos esperar favores da Natureza”, afirmou o cientista soviético Michurin. “É nossa tarefa arrebatá-los dela.”²⁸

2

A integração puritana da liberdade e da necessidade é também uma integração do indivíduo ao processo histórico. Chega um momento em que o homem diz: “Confie em Deus e mantenha a guarda baixa”. Deus opera através dos agentes humanos. A ativa cooperação dos eleitos apressa a realização de seus propósitos. A preguiça e a desonra a Deus devido à recusa a esse tipo de cooperação, eis aí os maiores males, diz-nos Calvino.²⁹ “A obra de Deus prosseguirá”, afirmou Hugh Peter em dezembro de 1648; mas “não sou de opinião que deveríamos enfiar as mãos nos bolsos e aguardar o que virá”.³⁰ Cooperando desse modo, nós “tornaremos nosso destino nossa escolha”, conforme a colocação de Andrew Marvell e da Incomparável Orinda.³¹

Tal atitude exige um exame muito atento do tempo e do lugar e uma avaliação precisa de cada situação política. “Deus não permitiu que seu povo lutasse quando isso lhe pareceu bom”. segundo afirma uma nota à margem do Deuteronômio, 20:1, na Bíblia de Genebra.³² “Não devemos, descuidados, tudo atribuir à providência”, prevenia Richard Sibbes, “mas primeiro levar em consideração qual é a parte que nos cabe; e, na medida em que Deus nos propicia a luz [isto é, caminha diante de nós], e nos proporciona ajuda e meios, não podemos deixar de cumprir nosso dever.” “Não podemos nos exceder, nem nos mostrar escassos em relação à providência [...]. Quando as coisas se tornam claras e a vontade de Deus é manifesta, o muito deliberar é perigoso e, na maior parte das vezes, demonstra um falso coração.”³³ Poderia ser Lenin discutindo em que dia exato, no mês de outubro deveria eclodir a Revolução Russa. “Aquilo [...] que chega mais próximo ao meu coração”, bradava sir Henry Vane na Câmara dos Comuns em 1641, “é o obstáculo que parecemos levantar perante a divina providência se, neste momento, não derrubarmos este governo [eclesiástico]. Pois não foi este Parlamento convocado, preservado e solidificado graças ao dedo solícito de Deus e, de certo modo, tendo em vista esta obra?”³⁴ As implicações políticas da cooperação com o destino são claras. Hooker assinalou com muita perspicácia que “quando as mentes se tornam erroneamente convencidas de que é a vontade de Deus que se realizem seus caprichos, suas opiniões são como espinhos que os aguilhoam, jamais suportando que eles repousem enquanto não puserem suas especulações em prática”.³⁵ A ação política não era, portanto, algo indiferente e poderia ser um dever religioso.

A cooperação com a onipotência era, sem dúvida, boa para a moral. “Que covarde não lutará quando tiver certeza da vitória?”, perguntou Sibbes.³⁶ “Os homens piedosos, ao se coligarem com Deus”, explicava Thomas Gataker, “poderão contar com todas as suas forças e exércitos tendo em vista a ajuda e a assistência, sempre que isso se torne necessário.” Até mesmo quando as coisas parecem estar indo mal, há consolo na idéia de que “os inimigos da Igreja de Deus [...] jamais conseguirão suprimi-la”.³⁷ O relato que Cromwell faz de seus sentimentos antes da Batalha de Naseby é uma clássica exposição dessa filosofia em ação: “Eu não poderia, ao executar sozinho minha tarefa, deixar de sorrir a Deus, em louvor da certeza da vitória, pois Ele, através das coisas que não existem, reduziria a nada as coisas que existem. Disso tinha eu grande certeza; e Deus assim obrou”.

No entanto, “as providências de Deus são como uma espada de

dois gumes, que pode ser usada de ambos os lados”, diziam os membros do Parlamento em 1656. “Deus, em sua providência, muitas vezes permite aquilo que não aprova; e um ladrão pode obter grande renome, por cada bolsa que rouba nas estradas [...]. Se os títulos forem medidos pela espada, o Grande Turco poderá obter um título maior do que quaisquer príncipes cristãos.”³⁸ Deus falava por meio de diferentes vozes a diferentes pessoas e permaneciam os problemas de interpretação. Em Putney o tenente-coronel Goffe acusou Cromwell de declarar com excessiva desenvoltura e franqueza “que não era o pensamento de Deus” aquilo que alguém acabava de exprimir. Cromwell defendeu-se alegando que os enganos relativos a fatos ou à lógica não poderiam partir de Deus, pois “com toda certeza Deus não é o autor de contradições”. Algumas pessoas poderiam estar certas de que Deus queria destruir os reis e os lordes, mas, pelo menos, “deixai aqueles que assim pensam fiar-se em Deus de tal modo que a coisa possa cumprir-se sem pecado e também sem escândalo”. Os *levellers* se mostravam mais sofisticados que Cromwell, porém tinham idêntica certeza de que Deus estava de seu lado. “Deus não é um Deus da irracionalidade, loucura ou tirania. Portanto, todas as suas comunicações são razoáveis e justas, e aquilo que assim é pertence a Deus.” A tirania é irracional e, em consequência, ímpia.³⁹ Wildman apelou ao Conselho do Exército a fim de que “ponderasse o que é a justiça, o que é a clemência e o que é o bem; não posso deixar de concluir que tudo isso pertence a Deus. Caso contrário, não posso imaginar que alguém fale em nome de Deus, ao afirmar que aquilo que ele diz a Deus pertence”.⁴⁰ Haverá ainda muito o que discutir e se poderá recorrer a argumentos baseados na razão e no humanitarismo, mas unicamente se postularmos que eles se harmonizam com a vontade de Deus. Não podem ser justificados por si mesmos.

Agora torna-se claro que em qualquer momento da história a convicção de que Deus se encontra de nosso lado, numa luta de dimensões cósmicas, é um trunfo considerável. As igrejas, em todas as épocas e em todas as guerras, tentaram transmitir aos homens exatamente essa convicção. Os puritanos, entretanto, estavam muito certos de suas convicções, e num sentido muito concreto. Mostravam-se mais persuadidos do que os numerosos homens da Igreja, não menos sinceros, que acreditavam que Deus estava do outro lado, por ocasião da guerra civil. Se, em vez de “Deus”, empregarmos outro termo, tal como “desenvolvimento histórico” ou “lógica dos acontecimentos”, como os puritanos quase chegaram a fazer, então não poderá haver dúvida de que poderosas forças impessoais, que escapam ao controle

da vontade de qualquer indivíduo, trabalhavam a favor de Cromwell e de seu exército. A prova não consiste apenas no fato de que o Parlamento venceu a guerra civil. Ela também se revela através da completa incapacidade do velho governo em se manter recorrendo aos velhos métodos, que foram revelados em 1640, bem como através de sua bancarrota financeira e moral. John Owen referiu-se, em 1651, “à constante oposição de Deus a qualquer partido que [...] se ergueu a favor do reforço das coisas, como se deu em tempos passados”.⁴¹ Nem mesmo o ocorrido em 1660 restabeleceu “as coisas tal como elas se deram no passado”. O futuro estava nas causas apoiadas pelos puritanos e parlamentaristas. Nesse sentido eles cooperavam com a história e com Deus. Isso é verdadeiro, no que se refere aos aspectos mais nobres da causa, bem como aos menos nobres. Quando Milton escreveu a favor de Cromwell ao Landgrave de Hesse, advogando a tolerância religiosa e apoiando-se na caridade cristã, ele concluiu demonstrando uma ativa confiança, justificada pelo acontecimento: “Ao inculcarmos e persuadirmos a que se cumpram tais coisas, jamais teremos motivos para nos preocupar; ao ultrapassarmos tais limites, nada é permitido à força ou aos conselhos humanos; Deus cumpre sua própria obra no Seu devido tempo”. Deus e a Causa triunfariam no final, mas o triunfo seria mais rápido, a glória de Deus e o bem-estar da Inglaterra seriam maiores se os cristãos mais convictos se empenhassem a favor do bom combate aqui e agora.

Amparados, então, por uma visão da vida que os ajudava nas necessidades cotidianas da existência econômica; conscientes daquele liame que os unia aos que compartilhavam de suas convicções; percebendo-se a si mesmos como uma aristocracia do espírito, contra quem os aristocratas desse mundo eram uma nulidade; fortalecidos pelas vitórias terrenas que essa moral ajudava a pôr em execução, como poderiam os puritanos deixar de acreditar que Deus estava com eles e eles com Deus? Ao adotarem essa crença, como poderiam deixar de lutar com todo seu empenho? “Quanto maior a confiança, maior o proveito”, disse Cromwell a Hammond; “não há por que nos rejubilarmos apenas numa situação baixa ou elevada, na riqueza ou na pobreza, mas unicamente no Senhor”. Nessa santidade de todos os crentes, os santos eram necessariamente aqueles que agiam, não motivados por qualquer cálculo, tendo em vista a recompensa por seus atos (isso, em se tratando dos melhores entre eles), mas simplesmente porque esse era o significado da santidade. No dia do juízo final, dizia Bunyan, aos homens não se perguntaria: “Acreditaste?”, mas “Agiste ou simplesmente falaste?”.⁴² Convencer-se de que alguém era um soldado do

exército de Deus e afastar-se da luta seria uma contradição menos tolerável do que aquela que os filósofos detectaram entre a liberdade individual e a predestinação divina. Os teólogos que vieram antes explicaram o mundo; para os puritanos tornava-se necessário modificá-lo.

Seguia-se então o que parece ser uma convicção irracional: a de que Deus se encarregará dos fins se nós, de acordo com nossas luzes, atendermos aos meios. “Os deveres são nossos, os acontecimentos pertencem ao Senhor”, disse Samuel Rutherford.⁴³ Essa linha de argumentação parece ter exercido papel considerável ao estabelecer a convicção de que Carlos I deveria ser executado; tanto Ireton quanto Cromwell a empregaram naquele contexto. Ireton, por ocasião dos debates travados em Whitehall, em dezembro de 1648, declarou que “Os homens, enquanto homens, são corruptos e o serão”. Isso, porém, não era o argumento a favor da inação (pois os ímpios perverteriam até mesmo as boas ações, tendo em vista seus maus intentos), mas em prol da confiança de que Deus usará de nossas ações para Seus fins, contanto que as empreendamos com integridade de coração. “Não podemos limitar Deus a isso ou aquilo [...] mas certamente se seguirmos o caminho mais provável, de acordo com as luzes de que dispomos, Deus proporcionará a tais coisas” o sucesso. É, portanto, um dever para com Deus, muito mais do que para conosco, mantermo-nos serenos e seguirmos a via da prudência e da sensatez. “Não negligenciei os muros, os baluartes e as fortificações, tendo em vista vossa própria defesa”, escreveu John Cotton por volta de 1630; “deixai, porém, que o nome do Senhor seja sempre vossa mais sólida torre”.⁴⁴ Oliver, em carta endereçada a St. John, dizia de sir Henry Vane:

Rezo para que ele não dê pouco valor e eu, valor excessivo, a dispensações exteriores. Deus nos guarde a todos para que, na simplicidade de nossos espíritos, possamos esperar tais dispensações munidos de paciência. Não deixemos de ter cuidados com o uso que os homens delas farão. Eles deverão agir ao bel prazer de Deus e quanto a nós, serviremos a nossas gerações.

A Hammond, Oliver escreveu em 25 de novembro de 1648:

Procurei saber qual foi o intento de Deus, naquele encadeamento da providência, através do qual o Senhor vos trouxe de lá, bem como aquela pessoa [Carlos I] à vossa presença; como, antes e desde então, Deus dele dispôs, bem como de todos os assuntos que lhe diziam respeito; e então digei-me se, em tudo isso, não existe um significado elevado e glorioso, acima daquilo que até agora atingistes. E, pondo de lado vossa razão car-

nal, procurai com que o Senhor vos ensine o que isso significa; e Ele o fará.

De novo, após uma discussão mais ou menos racional sobre a natureza da autoridade, Cromwell acrescentava:

Verdadeiramente tais espécies de raciocínios podem ser apenas terrenos, sejam eles a favor ou contra, só que vale a pena experimentar a verdade que eles poderão encerrar. O Senhor nos ensina. Meu caro amigo, volte-mo-nos para a providência.

Para Oliver os “raciocínios” estabelecem claramente a mesma relação com a providência que a teoria com o fato. (“Todos nós somos muito capacitados a invocar aquela fé que, talvez, não passe de imaginação terrena e de terrenos raciocínios.”) Cromwell concluía, dirigindo-se a Hammond:

Tenhamos cautela, a menos que o raciocínio terreno encontre mais segurança em fazer uso deste princípio [o de sofrer passivamente, que é o princípio de Vane], do que em agir [...]. Nossos corações são muito enganosos, à direita e à esquerda. O que pensais do fato de dispor a providência dos corações de tanta gente que pertence ao povo de Deus, sobretudo neste pobre Exército? [...] As dificuldades que encontramos levam-nos, portanto, a não tentarmos a Deus, mas a agirmos por antecipação e sem fé [...]. Consultemos nossos corações: afinal de contas julgamos que tais dispensações — e muitas gerações não puderam fazer face a elas — deveriam terminar em raciocínios tão corruptos por parte de homens piedosos e abater os desígnios dos ímpios? Acaso pensais, no fundo de vosso coração, que as gloriosas dispensações de Deus só apontam para isso? Ou que Ele ensina seu povo a confiar Nele e a aguardar coisas melhores, quando, talvez, tais coisas são destinadas a muitos deles? E, como um pobre espectador, prefiro viver na esperança daquele espírito e compartilhar com alguns aquilo que me cabe, na esperança de um feliz desfecho, a ser conduzido em meio a outros.⁴⁵

A linha de pensamento é idêntica em Ireton e em Cromwell. Clement Walker — que nem sempre é bom testemunho — enquadra-se tão bem nesse panorama geral que vale a pena citá-lo. “Quando se propôs pela primeira vez na Câmara dos Comuns impor ao rei a pena capital, Cromwell levantou-se e disse-lhes ‘que se qualquer homem fizesse tal proposta agindo por desígnio próprio, ele o consideraria o maior traidor deste mundo; mas, já que a providência e a necessidade assim o dispuseram, ele oraria a Deus para que abençoasse seus conselhos, embora assim, de improviso, não se achasse em condição de propiciar-lhes conselhos’.” (Outra versão do mesmo discurso reza que

“já que a providência de Deus nos impôs isto, não posso deixar de submeter-me a ela, embora ainda não esteja em condição de dar-vos meu conselho”). Tais argumentações, feitas por tais homens, em torno de tais assuntos e em tal momento merecem toda atenção. Eles se preparavam para fazer um dos gestos mais ousados e que mais marcaram época na história: a execução pública de um rei por seus súditos, o que aconteceria pela primeira vez na Europa moderna. Os argumentos não foram inventados para a ocasião; faziam parte do aparato normal do pensamento dos combativos puritanos — do bem-amado mestre-escola de Oliver, Thomas Beard, o primeiro a ensiná-los a seu discípulo;⁴⁶ de Hugh Peter, que escreveu em 1646: “Nossa tarefa consiste apenas em cuidarmos do dever, que nos pertence, e deixar os acontecimentos a Deus, pois cabem a Ele”.⁴⁷

Para Oliver “servir a providência” significava certificar-se por todos os modos de que a situação política estava madura, antes de empreender uma ação drástica, assegurar-se de que o Exército e seus líderes estavam de seu lado, de que a *City* anuiria, etc., etc. É fácil perceber como, aos olhos de um ímpio, isso se assemelharia a esperar pelos acontecimentos, a aguardar para ver de que lado sopraria o vento, muitas vezes encorajando-o a soprar na direção desejada e no momento apropriado. Por outro lado esse fato pode ser descrito, em retrospecto, como o ato de criar necessidades a fim de as alegar. (“A necessidade é a alegação do tirano”, afirmaria o secretário de Idiomas Estrangeiros de Cromwell.) O realista Joseph Beaumont talvez estivesse referindo-se indiretamente a Cromwell em *Psyche* (1648):

Quando esse general mais que brutal
Certa vez em golfos iníquos se precipitou
Ele conferiu a essa louca e imperiosa aventura
O especioso título de Necessidade;
Ele não se peja de invocar a lei
Seja ela da terra ou do céu,
À qual se obriga a inclinar-se.*

(Canto XI, estância 32)

Essa sugestão enfureceu Cromwell, levando-o a declarar a seu primeiro Parlamento:

Necessidades fingidas, necessidades imaginárias são a maior burla que o homem pode impingir à providência de Deus, recorrendo à dissimulação,

(*) When this more than brutish General once / In lawless gulfs himself had plunged, he / Prints on his mad adventure's exigence / The specious title of Necessity; / To which he blushes not to count the law, / Whether of earth or heaven, oblig'd to bow

a fim de romper com as regras. Mas é tão legal quanto mundano e estúpido imaginar que não existam necessidades que sejam manifestas, pois delas se pode abusar, em relação a elas se pode fingir.

“Deus sabe”, ameaçava Oliver,

o que fará com os homens quando eles denominarem Suas revoluções de designios humanos, apartando-se assim de Sua glória [...]. É uma honra para com Deus reconhecer que as necessidades foram por Ele impostas, quando verdadeiramente isso se deu [...]. Dizem alguns que a astúcia do Lorde Protetor [...] que a habilidade de tal homem e suas maquinações é que as ocasionaram [...]. Oh, quanta blasfêmia! [...] Portanto, qualquer que seja o julgamento que formulardes sobre um homem, afirmando: tal homem é matreiro, político, sutil, acautelai-vos, digo-vos mais uma vez, e vede para que não julgueis suas revoluções como produtos das invenções dos homens!

Essa relação entre os meios e os fins, o dever de mantermos a serenidade até chegar o momento de nos engajarmos nas forças do Senhor era um lugar-comum puritano. Tem-se alegado que foi a consequência natural da lógica de Ramus, tão apreciada pelos puritanos: ninguém poderia saber com antecipação como Deus escolheria agir em cada caso.⁴⁸ “O Senhor está do nosso lado”, disse um pregador em Paul’s Cross, no ano da Armada; “mas suplico-vos que leveis em consideração a pólvora e os tiros como nossa artilharia maior”.⁴⁹ Deus “nem sempre livra seu povo por meio de milagres”, disse o avô de Oliver Cromwell aos esquadrões treinados de Huntingdonshire no ano seguinte; “cabe a nós reformarmo-nos”.⁵⁰ A finalidade da oração e do jejum, prevenia Richard Greenham a sua congregação, não é “negligenciar os meios comuns, mas deixarmos de confiar neles, para que possamos nos apoiar unicamente no poder e na bondade de Deus”.⁵¹ Thomas Taylor talvez haja expressado esse conceito com maior clareza: “A negligência dos meios ordenados pelo Senhor equivale à presunção contra o poder do Senhor, deixando a seu encargo ajudar-nos quando nos recusamos a ajudar a nós mesmos”. “Pois Deus, que a tudo se prendeu, prendeu-nos a estes [meios] da mesma forma que os prendeu a Seus próprios fins.” Deus pode realizar seus propósitos através de uma multiplicidade de meios e a qualquer momento. Nós, porém, apenas contamos com as oportunidades que se nos oferecem aqui e agora. Pecam aqueles homens “que presumem Seu poder de os converter e os salvar, mas que rejeitam e desprezam os meios. É uma tola presunção afirmar: Deus pode preservar minha vida sem carne e sem bebida e, portanto, não comerei, nem beberei”.⁵² Como exemplo

de uma presunção tão tola e de uma negligência dos meios poderemos citar o clero escocês que, em fevereiro de 1649, proclamava “que Deus é suficientemente poderoso por Si mesmo para punir os independentes, sem precisar da ajuda do homem”. Talvez Oliver e seu regime houvessem cometido esse erro, devido à inadequação, ao prepararem o Plano Político para o Ocidente, em 1655: “Deus só nos trouxe para cá”, disse Oliver a seu Conselho em julho de 1654, “a fim de levarmos em conta o trabalho que podemos executar no mundo, bem como em casa”.

O puritanismo despertava os homens da passividade que, conforme Oliver apontava com muita perspicácia a Hammond, poderia ser um disfarce para a covardia. “É como se Deus dissesse: Erguei-vos, entregai-vos à ação e eu vos ajudarei e ficarei a vosso lado”, escreveu ele aos *deputy-lieutenants* de Suffolk, em fins de julho de 1643: “Não há nada a recear, a não ser nosso próprio pecado e preguiça”. O puritanismo não precipitava os homens no fatalismo. Ele lhes ensinava a coragem, a vitória da mente sobre a matéria, da razão sobre a superstição. A confiança em Deus era essencial, tendo em vista essa vitória.

Dai-me este homem, que embora com braço oscilante
Atravessa os maiores males com mente constante
Ainda que sua carne trema, ele resiste
E executa aquilo em que a razão insiste.^{53*}

Os versos de Wither se encaixam inteiramente na tradição puritana. A liberdade era uma ação desempenhada em conformidade com a vontade de Deus.

Por outro lado a passividade, a falta de iniciativa pessoal poderia, em determinadas circunstâncias, ser prova de que um homem ou homens estavam sendo usados por Deus, de que eles não eram egoístas.⁵⁴ O Parlamento de Barebone foi convocado por Deus (bem como pelo Lorde General) em conseqüência de “providências maravilhosas que recaíram sobre os filhos do homem num curto período e como nunca se viu [...]. Nem direta, nem indiretamente, procurasse chegar até aqui”. “Não procurei este lugar”, disse Oliver por sua vez, referindo-se ao Protetorado. “Eu faltaria à confiança que Deus depositou em mim”, disse ele a seu primeiro Parlamento, se consentisse “no intencional desperdício deste governo”, que ele não pleiteara. Antes

(*) Give me the man, that with a quaking arm / Walks with a stedfast mind
through greatest harm; / And though his flesh doth tremble, makes it stand / to execute
what reason doth command.

preferia “baixar ao túmulo e ser sepultado com infâmia”. Por ocasião da dissolução acrescentou: se a causa “pertencer a Deus, Ele a fará resistir. Se for do homem, ela desmoronará, como tudo o que lhe pertence, desde o início do mundo”. Um argumento de maior peso contra a aceitação da coroa, em 1657, proclamava que “na melhor das hipóteses eu consentirei, mas cheio de dúvidas. E, certamente, aquilo que assim se faz não contém nenhuma fé” e, em consequência, “é um pecado para quem assim age”.⁵⁵

Ao discutir a teoria puritana da providência é importante compará-la com idéias e atitudes sociais que prevaleciam num período anterior e não com o que veio mais tarde. O puritanismo rejeitava a doutrina da obediência passiva à autoridade divinamente constituída. A teoria puritana apela à força de vontade do homem e, até certo ponto, à razão humana. Não recorre à intervenção divina e arbitrária, que vem de fora. Não podemos deixar de lembrar que ainda estamos nos reportando a uma época pré-industrial, a uma era em que a capacidade do homem de controlar seu ambiente ainda não se fizera presente, quando apenas um Bacon sonhava que a ciência poderia ser “a instigadora do domínio do homem sobre o universo” e, portanto, “a conquistadora da necessidade”; quando apenas alguns poucos homens, como o próprio Bacon e George Hakewill, começavam a desafiar a superioridade intelectual do mundo antigo e o dogma da decadência cultural progressiva. Numa época como essa a confiança no homem só poderia ser construída lentamente. A atividade, como um favor de Deus, era necessariamente um conceito de transição entre a passividade na obediência à providência irresistível (temperada pela magia) e a atividade tendo em vista o alívio do estado do homem.

Nesse século o desamparo milenar do homem diante de uma natureza hostil estava sendo rompido; os homens comuns (que se opunham aos senhores de servos) poderiam começar a encarar a possibilidade de controlar seu ambiente, incluindo seu ambiente social. Isso se reflete no crescimento das teorias de contrato social, na nova insistência sobre os direitos das comunidades burguesas.⁵⁶ O puritanismo auxiliava a ciência por meio da abolição do mistério, da ênfase na lei, da insistência no relacionamento pessoal direto com Deus e na cooperação com Ele, pois, para colaborar com Seus propósitos, primeiro era necessário entendê-los. Quanto maior o conhecimento científico e histórico que alguém possuía, maior sua capacidade de se entregar a uma cooperação *ativa*. A ciência destinava-se à ação, não à contemplação. Quanto a isso, havia unanimidade entre Bacon, Hakewill e os teólogos calvinistas. A abordagem científica das obras de Deus no uni-

verso era um modo de O conhecer. O mundo glorifica a Deus devido àquilo que Ele é. O próprio Deus o declarou bom. Daí a importância de o estudar cientificamente, bem como de ler suas lições corretamente. Mas “o conhecimento sem a prática não é conhecimento”, escreveu o autor puritano das epígrafes marginais que constam das *Obras* de Greenham.⁵⁷ “A alma da religião é a parte prática”, assegurava o Cristão ao Fiel um século mais tarde.⁵⁸

O desejo de apreender os propósitos de Deus conduzia o puritano à ciência e à história; e o objeto dessa nova lógica inspirada em Ramus era descrito por um puritano como algo “que conduzisse o homem a enxergar a sabedoria de Deus”. Esses estudos, bem como a teologia, ajudaram na elaboração daquele otimismo cósmico e na autoconfiança que constitui a fé comum dos puritanos e cientistas do século XVII. Sua religião pertence a este mundo. Uma ênfase maior nos consolos do outro mundo só ocorre após 1660, após a derrota dos puritanos radicais.⁵⁹

Nessa era de acúmulo de capital, pequenos grupos começavam a ascender lentamente por seus próprios esforços, no plano intelectual, moral e econômico. Isto fica muito claro numa das cartas da duquesa de Newcastle, na qual ela descreve um falso sermão pregado num serviço puritano por um antipuritano. “Existem certos homens” teria dito o pretenso pregador,

que acreditam que são ou, pelo menos, que podem ser puros de espírito, amealhando a graça, de tal modo a serem santificados; crêem igualmente que estão de tal modo repletos do Espírito Santo que têm visões espirituais e, comumente, estabelecem diálogo com Deus, acreditando que Ele seja o companheiro habitual de suas imaginações ociosas. Essa opinião, porém, deriva de um extraordinário amor a si, do orgulho e da ambição, a tal ponto que eles acreditam ser os únicos companheiros dignos do próprio Deus e que nenhuma das criaturas do Senhor são ou foram dignas de favor, a não ser eles próprios, e muito menos dignas de pertencer ao conselho privado de Deus, do qual participam, segundo sua crença. Sabem, assim, qual é Sua vontade e Seu desejo, Seus editos e designios, os quais, na verdade, não devem ser conhecidos, pois o Criador é poderoso demais para que uma criatura O compreenda.⁶⁰

Trata-se de uma caricatura e nossas simpatias vão para o caricaturista. No entanto, se houver qualquer validade na equação dos propósitos de Deus com o processo histórico, em se tratando da mente dos puritanos, então a última sentença se torna relevante e proporciona matéria para reflexão.

O pregador da duquesa, a exemplo do oponente de Hakewill, o bispo Goodman, advoga a passividade, a aceitação do *status quo* que, conforme sabemos, o duque de Newcastle favorecia. O universo e suas leis são incompreensíveis; portanto, nem a ação científica, nem a ação política podem modificar as condições existentes. O “amor a si, o orgulho e a ambição”, por mais desagradáveis que sejam, talvez tenham sido o preço necessário a ser pago por um Lutero, o qual destruiu a crença na religião mágica, por um Bacon, que planejou aliviar a condição do homem, por um Cromwell, que aspirava a executar a vontade de Deus na terra. Precisamos situar os teóricos da passividade no quadro social da estagnação econômica, da desigualdade social e da tirania política e religiosa. Coleridge “jamais poderia haver lido o panfleto do bispo [Jeremy] Taylor relativo à *The Doctrine and Practice of Repentance* [Doutrina e prática do arrependimento] sem se ver tentado a caracterizar o Alto Calvinismo como sendo, comparativamente, um cordeiro na pele do lobo e o arminianismo estrito como algo que se aproximava do inverso”.⁶¹

A novidade estava na combinação puritana de um profundo sentido de Deus enquanto lei, do universo enquanto algo racional, com um sentido igualmente profundo da mudança, de um Deus que operava através dos indivíduos a fim de levar Seus propósitos à perfeição. “Não imaginamos que Deus não tenha lei”, proclamou Calvino. “Ele é a lei para Si mesmo.”⁶² A aparente arbitrariedade de Deus (por exemplo, na escolha dos eleitos) é apenas nossa incapacidade de compreender. Calvino explicou que “não conseguimos compreender como, embora de modo diferente, Ele [Deus] quer e não quer exatamente a mesma coisa”.⁶³ Uma parte do pacto de Deus, pensava Hakewill, consiste no funcionamento perpétuo e ordeiro do universo, no fato de que “Deus não altera nenhuma lei da natureza”, segundo John Preston afirmou. O ponto de partida de Hakewill e de Bacon era a atividade humana, o empenho do homem em descobrir o mundo, a fim de modificá-lo.⁶⁴ Essa ênfase na racionalidade e em um universo cumpridor das leis apressou grandemente a prolongada tarefa de expulsar a magia da vida cotidiana. Os milagres recuaram para a época da igreja primitiva. Essa mesma ênfase preparou o caminho para a concepção newtoniana de Deus, o grande relojoeiro, e de um universo inicialmente posto em movimento através de uma compulsão exterior, mas que, em seguida, segue seu próprio impulso.

No entanto a concepção de Newton, embora derive com bastante lógica do calvinismo, é a visão estática de uma civilização pós-revolucionária. A imagem de Hakewill, mais agradavelmente ativa, fala-nos

de “um grande tabuleiro de xadrez”.⁶⁵ Para o protestante do século XVI e o puritano do início do século XVII, a liberdade e a necessidade, a predestinação e o livre-arbítrio, ainda eram dialeticamente amalgamados e Deus é seu ponto de união. Em Deus “vemos reconciliadas as mais altas contradições”, acreditava Bunyan.⁶⁶ Deus era necessário a fim de operar mudanças num universo que, caso contrário, seria estático e mecânico.⁶⁷ No século XVII os materialistas eram conservadores políticos: Deus era o princípio da mudança. Para o puritano o estudo da história não era menos importante que o da ciência, pois se tratava da história de Deus em ação. A história, quando bem compreendida, era um processo racional, que revelava os propósitos de Deus. Possuía um significado, além do mais determinável. “Com efeito, existem histórias que [...] narram fatos prosaicos”, disse Cromwell ao Parlamento de Barebone, mas o que importava eram “aquelas coisas que encerram vida e poder; aquelas sinuosidades e torneios da providência, aquelas grandes aparições de Deus, quando ele obsta e frustra os propósitos dos homens [...] empregando para isso os meios mais improváveis, desprezíveis e vis”. O acaso é algo que não existe: o que nos parece fortuito só o é por sermos ignorantes do grande desígnio. Não é necessário enfatizar o significado desta concepção tendo em vista o desenvolvimento de uma abordagem mais científica da história.⁶⁸

3

Imagino que o senso do pecado e da culpa sempre seja especialmente intenso numa era de revolução social e econômica. No entanto talvez seja correto sugerir que ele se revelou mais intenso durante o período que estudamos do que em momentos anteriores ou posteriores de crise. Esse período parece ser o início de um salto da humanidade, que se afasta do reino da magia e se encaminha para o reino da ciência. Não estou me referindo aos pensadores avançados, mas à massa da população. Para ela, através de toda a Idade Média e durante incontáveis séculos que a precederam, o mundo real não era algo exterior, que os homens controlavam. Não havia um relacionamento do sujeito com o objeto. Poderia se influenciar a realidade exterior por meio da magia (negra ou branca, bruxaria ou catolicismo), ou se poderia fracassar, no intento de influenciá-la; mas não se tratava em absoluto de que um ser humano comum compreendesse e dominasse leis com as quais a natureza se harmonizava. As técnicas e os conhecimentos tradicionais eram apreendidos automaticamente, mas, para os

homens e as mulheres comuns, as ocorrências do universo eram misteriosas e indiscerníveis. Quando uma catástrofe natural os afetava, eles recorriam à intercessão do sacerdote ou do mágico, por meio de orações e cerimônias. Seu relacionamento era vicário, indireto (embora no século XVI os grandes magos, como Bruno ou o dr. Fausto, esperassem alcançar um controle mais direto e pessoal).

Se nos voltarmos para os dias de hoje, a mudança é óbvia. Após dois séculos de civilização industrial, a maioria dos homens e das mulheres aceitam a existência de leis científicas, mesmo quando não as entendem. Esperam uniformidades. As superstições que sobrevivem e as práticas mágicas são sérias somente em parte. Como foi que a humanidade passou de uma atitude a outra?

Acredito que isto se deu através do protestantismo, do relacionamento direto do indivíduo com Deus, da concepção de Deus enquanto lei, ordem e propósito, e do dever do indivíduo em entender e cooperar com tais propósitos. Era um fardo terrível que a consciência individual tinha de suportar. Privado do auxílio social e dos apoios do catolicismo (confissão, absolvição), bem como das certezas estáveis proporcionadas pela aldeia medieval, cada indivíduo tinha de estabelecer seus próprios laços com o mundo e com Deus. Concebemos o burguês protestante segundo as palavras contidas na Bíblia de Tyndale, que o professor Tawney tornou famosa: "O Senhor estava com José e ele era um homem de sorte".⁶⁹ A coisa, porém, estava muito longe de ser assim tão simples. Centenas de Josés não tinham sorte, mas tinham de continuar labutando durante toda a noite. A firme concentração, contínuas tentativas e erros, uma luta desesperançada em cantos isolados, tal era a sorte do protagonista dos novos valores, enquanto ele solidificava lentamente suas certezas e, acidentalmente, a atitude científica. As coisas sempre iam mal, mas era dever dos homens piedosos fazê-las dar certo e obter uma vitória impossível, para maior glória de Deus. Era *na derrota* que Milton via a justificativa dos caminhos de Deus para os homens. O senso do pecado e o sentimento da justificação nasciam, em última análise, da presteza em romper com a tradição, da obediência à voz interior de Deus, até mesmo quando ela revelava novas tarefas e sugeria linhas de ação pouco convencionais. Os problemas tinham de ser resolvidos no interior da consciência de cada um, no isolamento da sociedade. Conforme dizia um hino,

Nem de minhas mãos os labores
Podem satisfazer da lei os rigores.*

(*) Not the labours of my hands/ Can fulfil thy law's demands.

A metáfora refere-se ao pequeno artesão em sua oficina, “para sempre vigiado pelo olho de meu Capataz”. Era impossível cumprir a lei e, ainda assim, era necessário lutar continuamente tendo em vista uma perfeição esquivada que, de vez em quando, inunda todo o ser com uma felicidade e uma confiança mais do que humanas, e faz a mera virtude parecer mesquinha e irrelevante. Daí o esforço tenso, o júbilo repleto de autoconfiança quando as coisas iam bem e os desesperados sentimentos de culpa, ao sobrevir a derrota (isso nos faz recordar o antigo senso do pecado, em Cromwell). A consciência não conformista, tal como a conhecemos hoje, o profundo sentimento de culpa são o produto de uma época na qual José deixou de ser um sujeito de sorte e o Senhor deixou de intervir a seu favor, pois o mundo das certezas científicas agora foi estabelecido. A desesperada procura de Deus terminou por o expelirmos do universo. Além do mais a ciência é uma atividade coletiva e o conhecimento constitui um fundo comum. O homem pode novamente compartilhar suas certezas com uma comunidade e agora já não se encontra mais passivamente à mercê de um entorno material e social hostis. Pode controlar a ambos, sem limites definidos. O indivíduo já não mais precisa carregar o céu sobre um único par de ombros. A abordagem de um mundo que, em nossa época, produziu um Lutero, um Descartes, um Milton, um Bunyan, hoje produz casos psiquiátricos.

Deus, portanto, é o princípio da mudança e sua vontade é a justificativa da ação. No entanto Deus opera através dos indivíduos e o sucesso de um ser humano virtuoso é, simultaneamente, sua vitória e a vitória da graça divina agindo nele. A questão de saber se uma ou outra, a graça e a vontade do homem, poderão ser a *causa causans* não entraria na linha de indagações de um puritano. Em 1643 Joseph Caryl pregou perante o prefeito de Londres, os edis e os representantes da Companhia da *City** um sermão que a Câmara dos Comuns ordenou fosse impresso. “Quando Deus opera uma mudança nos tempos”, disse àqueles que o ouviam, “convém a nós operarmos igualmente uma mudança.”⁷⁰ Deus opera a mudança e nós cooperamos: é este o processo histórico. Em novembro de 1640 Stephen Marshall pregou na Câmara dos Comuns, tomando como ponto de partida Crônicas II, 15:2. “O Senhor estará convosco enquanto estiverdes com Ele, e se o procurardes Ele vos amará.” Eles precisariam manter-se ativos, caso Deus devesse continuar a favorecer a Inglaterra.⁷¹

(*) Uma das corporações que representavam o antigo comércio das guildas existente em Londres. (ED/LM)

“Deus está começando a agitar o mundo”, escreveu Thomas Goodwin em 1641. “Deus usa o povo ordinário e a multidão para proclamar que o Senhor Deus Onipotente reinou.” “Vós que sois de posição mais modesta, povo comum, não vos desencorajeis, pois Deus tem a intenção de fazer uso do povo comum naquela grande obra que é proclamar o reino de Seu filho.”⁷² Isso significava pôr a teoria a serviço de usos pouco ortodoxos, convocando as classes inferiores a participar da política enquanto agentes de Deus: os homens cooperam com Deus, alguns conscientemente, outros, inconscientemente (“agirão, não agirão”, segundo as palavras de Cromwell).⁷³ Para aqueles que labutam conscientemente com e por Deus, trata-se de um processo de mão dupla. Eles, os eleitos, são livres; os demais são instrumentos de Deus. Deus normalmente operava através dos reis, seus tenentes na terra, escreveu Thomas Scott em 1623. Porém, em ocasiões excepcionais, ele poderia fazer surgir um Davi, a fim de avivar o zelo de Saul. “Em caso de necessidade, o próprio Deus prescinde de Sua lei escrita; pois a lei da natureza, que Ele inscrevera no coração de todo homem, a isso O sujeita.” Scott não ia além de instar o príncipe Carlos e Buckingham a se oporem à política externa de Jaime I,⁷⁴ mas, 26 anos mais tarde, Milton recorreu a essa tradicional linha de pensamento para responder àqueles realistas que argumentavam que deveriam ser entregues à punição de Deus. “Por que não poderá o ato de rejeição do povo ser advogado por esse mesmo povo como um ato de Deus e como o mais justo motivo para o depor?” “Deus muda as circunstâncias, concede reinos e os tira [...] através das agências dos homens.”⁷⁵

Deus agia através dos homens e os seres humanos eram os agentes de Deus. Assim, a causa se tornava infinitamente maior que o homem e a crítica aos fracassos dos indivíduos era irrelevante. Cromwell escreveu a Wharton, em 1º de janeiro de 1650:

Não condeno vossas ponderações; duvido delas. É fácil levantar objeções às gloriosas ações de Deus, se considerarmos demais os instrumentos. Ordenei que se procedesse a uma avaliação dos membros do Parlamento. Os bons ficaram fora dele e a maior parte dos maus permaneceu; assim tem sido nestes últimos nove anos, e, no entanto, o que Deus tem operado! As maiores obras perduram e, mesmo assim, [Ele] continua agindo [...]. Como é difícil para nós ponderarmos e nos pormos a serviço do Senhor, embora seja ele tão honroso, e como é fácil a ele nos subtrairmos, quando a carne goza de tamanhas vantagens!

Três anos depois Oliver em pessoa procedeu a uma avaliação dos membros do Parlamento, pois então Deus se expressava por meio de

uma voz diferente. Em ambos os casos, a confiança na Causa lhe possibilitou transcender os meros raciocínios humanos. Tais raciocínios, no que dizem respeito a Deus, talvez deixem de lado o que existe de mais relevante.

4

Uma tendência natural da teoria da cooperação do eleito com Deus era alegar que o sucesso mundano constituía em si testemunho da aprovação divina. É claro que não existe nada de especificamente puritano nessa atitude. A doutrina que afirma que quem tem poder é dono da razão é pelo menos tão velha quanto a do julgamento por duelo e corresponde a uma visão primitiva da sociedade, na qual cada tribo possuía seu próprio Deus. O reflexo fiel desse estágio da sociedade no Velho Testamento ajudou a perpetuar tal atitude mental e a justificar a versão mais refinada da teoria, desenvolvida pelos puritanos.

A deflagração da luta, por ocasião da guerra civil, naturalmente proporcionou grande incentivo ao argumento relativo ao sucesso. “Onde estão agora os cabeças redondas de Deus?”, perguntou triunfalmente um realista em 1644. “Acaso agora Ele desamparou-vos, cabeças redondas de Bolton? Com certeza Ele virou realista.”⁷⁶ Mas, em breve, o Deus das Batalhas revelou que se punha de modo consistente do lado do Exército de Novo Tipo. Após a segunda guerra civil Cromwell explicou ao presidente da Câmara dos Comuns a ausência do perdão a Poyer, Laugharne e Powell, nos termos da rendição de Pembroke, argumentando que “eles pecaram contra tantas luzes e tantas provas da Providência Divina que acompanhavam uma justa causa e a faziam prosperar, partindo de seu sucesso”. O fato de as vitórias militares “prosseguirem sem cessar durante sete ou oito anos” permitiu a um panfletista argumentar, em 1648: “Em tais casos os sucessos devem ser encarados como prova evidente da verdade, justiça e equidade de nossa causa”.⁷⁷ Quando o Exército decidiu marchar sobre Londres no final de novembro do mesmo ano, seus generais declararam: “Agora dispomos do Exército e vamos para Londres, onde seguiremos a providência, eis que Deus aplainará nosso caminho”.⁷⁸ Deus aplainou o caminho deles para a execução do rei, “uma vereda”, segundo Milton, “que não era escura, mas brilhante, a nós aberta porque Ele, ao mostrá-la, nos guiou”. A justiça da sentença que condenava Carlos foi confirmada “pelo milagroso e vigoroso poder do braço manifesto de Deus”. “A mão de Deus surgiu de modo tão evidente de

nosso lado” que a reprovação do homem era irrelevante para o poeta. A capacidade de empunhar “a espada de Deus” veio do céu. Ao lhe perguntarem como sabia disso, Milton respondeu que, pelo menos naquela ocasião, a excepcional qualidade daquele bem-sucedido acontecimento trazia a marca da aprovação divina. “A justiça e a vitória”, acrescentava, eram “através de todas as idades, as únicas garantias de se exercer o supremo poder, vindo logo após a revelação imediata”.⁷⁹

Já citei muitas das referências de Cromwell às “providências de Deus relativas àquilo que é falsamente denominado as chances da guerra”.⁸⁰ “Como é perigoso [...] apelar a Deus, o juiz virtuoso”, disse ele aos escoceses em setembro de 1648. “Apelastes ao julgamento do céu”, disse aos embaixadores holandeses em junho de 1653. “O Senhor declarou-Se contra vós.” E, em 1655, dirigindo-se a seu primeiro Parlamento, Oliver partiu para a generalização.

Que são todas as nossas histórias e outras tradições das nações, em épocas anteriores, nada além do que Deus manifestando-Se, pois abalou, demoliu e espezinhou tudo aquilo que não estabeleceu? [...] Que os homens prestem atenção e estejam duplamente avisados, vendo como denominam Suas revoluções, as coisas de Deus e o modo como Ele opera as coisas de um período para outro, vendo como denominam a essas coisas necessidades das criações dos homens.

Oliver não tinha dúvidas ao dissolver seu último Parlamento por meio das palavras: “Deixai que Deus seja o juiz entre vós e mim”.

O argumento relativo ao sucesso revelou-se convincente ou conveniente para muitos realistas e presbiterianos quando se tratou de aceitar a República. A alegação de que o poder *de facto* deveria ser obedecido foi usada a favor da República por Anthony Ascham, John Dury, John Wilkins e Marchamont Nedham. O sucesso do novo regime ajudou a convencer Hobbes a regressar à Inglaterra, vindo do exílio, mesmo que ele não considerasse providenciais as vitórias dos exércitos parlamentares. Hobbes apregoava que seu *Leviathan* ajudou a convencer os realistas a se submeterem ao Protetorado.⁸¹

Se o sucesso justificava, acaso o fracasso condenava? Richard Cromwell concordou logicamente, em maio de 1659, “com as últimas providências que se fizeram presentes entre nós” e em não resistir à sua deposição.⁸² A restauração foi, nas palavras de Burnet, “uma instância muito mais extraordinária do que aquelas sobre as quais eles haviam erigido tanta coisa”.⁸³ “O Senhor [...] escarrara em seus rostos”, queixou-se Fleetwood em dezembro de 1659. A restauração forçou os puritanos a repensar sua postura. Acaso se enganaram ao acreditar que sua causa pertencia ao Senhor? Ou eles a haviam perseguido

através dos meios errados? O escocês Johnston de Wariston confiou a seu *Diário* em janeiro de 1660:

E embora eu achasse que estava seguindo o chamado da providência de Deus [ao cooperar com Cromwell...] a verdade é que segui o apelo da providência quando ele não colidia com meu humor [...] e parecia tender à honra e às vantagens; mas se a mesma providência houvesse me concludado a abandonar os bons postos que eu ocupava e houvesse me levado a ocupar postos mais insignificantes ou posto nenhum, eu não a teria seguido com tanta pressa ou contentamento.⁸⁴

Nem todos eram tão honestos quanto Wariston, que foi executado três anos após escrever essas linhas. Alguns, felizes por ocasião de sua morte, conseguiram preservar a fé porque não se deram conta da amplitude de seu fracasso. Assim é que o major-general Harrison, ridicularizado por alguém, antes de sua execução, que “lhe dizia que não sabia como entender as disposições de Deus em semelhante situação”, ainda conseguiu responder: “Esperai no Senhor, pois não sabeis para onde Ele nos conduz e quais são Suas finalidades”. “Embora possamos passar por duros sofrimentos”, proclamou no cadafalso, “ainda assim Ele nos dispensará Sua clemência e tudo fará em prol de Sua própria glória e da salvação de Seu povo.”⁸⁵

Porém, à medida que os anos escoavam, tornava-se claro que as disposições de Deus não eram aquelas que os radicais imaginavam. O problema de justificar perante os homens os caminhos de Deus obcecava aqueles puritanos mais compenetrados. Muitos adotaram a conclusão de que o reinado de Cristo não era deste mundo e aceitaram a exclusão dos não-conformistas da política, voltando sua atenção para os negócios e para a religião quietista. Em *Pilgrim's Progress* [O progresso do peregrino] era o sr. Flexível e o sr. Amor-ao-Dinheiro que apregoavam aquilo que o sucesso mundano justificava.⁸⁶ Em 1655 Milton escrevera, em nome do povo da Inglaterra: “A excelência de uma causa não é provada nem pelo sucesso, nem pelo mal, que dela se diga. Insistimos em que nossa causa não seja julgada pelo resultado, mas que o resultado seja julgado pela causa”.⁸⁷ No entanto o malogro de todas as suas esperanças, a rejeição de todos os seus sacrifícios forçaram-no a debater-se contra Deus como talvez nenhum outro homem o fizera até então. Os frutos dessa angústia foi *Paradise Lost* [O paraíso perdido], *Paradise regained* [O paraíso reconquistado] e *Samson Agonistes*, mas até mesmo nesta última obra Milton conseguia contemplar a vitória de sua causa unicamente graças a um milagre divino de destruição, algo semelhante àquilo com que os pentamonarquistas se consolaram após a derrota dos *levellers* e dos *diggers* em 1647-49.

A passividade da maior parte dos não-conformistas que se seguiu à restauração igualou-se à unanimidade dos que deploravam a revolução, à qual os ex-revolucionários haviam contribuído espalhafatosamente. Assim é que o historiador da Real Sociedade, oito anos após o poema elegíaco escrito por ocasião da morte de Oliver Cromwell, agora escrevia que “as mentes desenfreadas desses homens, assombrosas de prodígios e presunções, relativos à providência, foi uma das causas mais consideráveis daquelas perturbações espirituais de que nosso país há muito vem sendo o cenário”.⁸⁸ Em 1685 Sprat recorreu ao argumento da providência, em favor de Jaime II e contra os *whigs* derrotados; após 1688 a afirmativa de Ascham (“tudo o que existe é divino”) foi empregada para defender o novo regime *de facto* de Guilherme III.⁸⁹ O que foi uma teoria revolucionária transformou-se em conservadorismo banal.

Talvez seja nas teorias da história que poderemos perceber um resultado mais significativo da restauração. O regresso de Carlos II em 1660, totalmente inesperado até poucos meses antes, sugeriu mais uma vez a obra de uma providência inescrutável, a qual acarretou resultados que homem algum desejara. Clarendon, um dos poucos velhos realistas desejosos de tais resultados, fez mais do que ninguém para propagar esse ponto de vista enganoso, achando que a monarquia, sem dúvida, dele se beneficiaria. Isso talvez ajudasse a explicar o eclipse, que se prolongou por um século, daquele perigoso aspecto da teoria da história, formulada por Harrington, segundo a qual mudanças no equilíbrio da propriedade deveriam levar a mudanças políticas, a menos que uma ação legislativa, que não estivesse em conflito com tendências econômicas, modificasse esse determinismo. Um aspecto do harringtonismo era a convicção estática de que a propriedade deveria prevalecer e essa ortodoxia subsistiu no final do século XVII e no século XVIII. Após 1688 a propriedade tornou-se o *deus ex machina* e alcançou seus fins de modo inescrutável e inelutável, independentemente do que desejassem os homens que não eram proprietários. A providência divina abriu caminho a leis férreas, que só seriam desafiadas por ocasião do renascimento do radicalismo político, no final do século XVIII. Deus, que estivera tão próximo a Oliver Cromwell, retirou-se para os vastos recessos do espaço newtoniano.

X

OLIVER CROMWELL E A HISTÓRIA INGLESA

O Senhor operou tais coisas entre nós como o mundo não as viu nesses últimos mil anos.

Cromwell, Discurso por ocasião da dissolução de seu primeiro Parlamento,
27 de janeiro de 1654

As nações se vêem às voltas com instituições que, na verdade, resultam da ação humana, mas não são executadas por qualquer desígnio humano. Se Cromwell afirmou que um homem jamais alcança uma posição mais alta do que quando desconhece para onde ele vai, pode-se com mais razão afirmar o mesmo das comunidades. Elas admitem as maiores revoluções quando não se pretendia operar a menor mudança. Do mesmo modo os mais requintados políticos nem sempre sabem para onde estão conduzindo o Estado, graças a seus projetos.

Adam Ferguson, *An Essay on the History of Civil Society* [Ensaio sobre a história da sociedade civil]
(Edimburgo, 1767), p. 187

*Oliver Cromwell jazia enterrado e morto,
Hei! Ho! enterrado e morto!
Uma verde macieira cresceu acima de sua cabeça
Hei! Ho! acima de sua cabeça!
As maçãs estavam maduras e prontas para cair,
Hei! Ho! prontas para cair!
Então chegou uma velha, que as veio colher,
Hei! Ho! que as veio colher!*

*Oliver ergueu-se e deu-lhe um empurrão.
Hei! Ho! deu-lhe um empurrão!
Isso fez a velha cair de costas,
Hei! Ho! cair de costas!
As maçãs secaram e estão na prateleira,
Hei! Ho! estão na prateleira!
Se você quiser uma delas vai ter de pegar,
Hei! Ho! vai ter de pegar!*

*Oliver Cromwell lay buried and dead,
Heigho! buried and dead!
There grew a green apple-tree over his head,
Heigho! over his head!
The apples were ripe and all ready to drop,
Heigho! ready to drop!
Then came an old woman to gather the crop,
Heigho! gather the crop!*

*Oliver rose and gave her a crack.
Heigho! gave her a crack!
That knocked the old woman flat down on her back
Heigho! down on her back!
The apples are dried and they lie on the shelf,
Heigho! lie on the shelf!
If you want e'ever a one you must get it yourself,
Heigho! get it yourself!*

Canção tradicional

Não será um bocado tolo falar do “fracasso” de homens que lutaram, escreveram e se engajaram, como o fizeram os grandes revolucionários ingleses? Haverá algo de mais possível nesta vida do que desafiar o mal conhecido e ter a coragem de criar e lutar por novas ilusões? A geração de Cromwell não foi um fracasso.

*C. H. George, Revolution [Revolução]
(Nova York, 1962), p. 319*

I

Vinte meses após a morte de Oliver Cromwell, Carlos II sentou-se mais uma vez no trono de seu pai. O período antecedente demonstrava que nenhum acordo seria possível enquanto o exército não fosse desmobilizado. Faltava a Richard Cromwell prestígio junto aos soldados, muito necessário, aliás, caso ele pretendesse continuar recorrendo aos mesmos artifícios empregados por seu pai, a fim de manter uma situação de equilíbrio. Porém, após sua queda, nenhum líder do exército revelou-se capaz de restabelecer a velha aliança radical e nada, a não ser a revolução social, poderia ter frustrado a determinação dos “dirigentes naturais” de se livrarem do poder militar. Os impostos podiam ser coletados unicamente pelo emprego da força. Os senhores das propriedades se recusavam a adiantar dinheiro para um governo que não controlavam. A situação externa ajudava a tornar a restauração de Carlos tecnicamente incondicional. Havia um grande temor de que a paz de novembro de 1659, que pusera fim a 24 anos de guerra entre a França e a Espanha, desse lugar a uma aliança entre os dois países, tendo em vista a restauração dos Stuart.¹ Assim que o regresso de Carlos pareceu provável, a maior parte daqueles que haviam lutado contra seu pai se apressaram a demonstrar lealdade ao filho. Não apenas o rei voltou, mas também a Câmara dos Lordes e, finalmente, os bispos. Os sectários e presbiterianos foram excluídos da Igreja e perseguidos, por instância da Câmara dos Comuns. Os regicidas foram enforcados, arrastados pelas ruas e esquartejados. A duras penas Milton

escapou com vida. O cadáver de Oliver foi desenterrado e enforcado em Tyburn. A piedade gozava de baixa cotação na corte do alegre monarca, mas prosperou o culto ao rei Carlos, o Mártir. A derrota de tudo aquilo que Cromwell defendia dificilmente poderia ter sido mais completa.

As aparências eram, porém, enganadoras e as aclamações com que se festejava Carlos II, artificiais. Decorridos poucos anos, não apenas os batistas de Bristol voltavam-se com nostalgia para “aqueles dias tranquilos de prosperidade, liberdade e paz [...] aqueles dias oliverianos de liberdade”.² Um servidor público tão pouco sentimental quanto Samuel Pepys, que logo seria acusado de inclinações papistas, registrava em julho de 1667 que: “Hoje em dia todo mundo pensa em Oliver e o elogia, referindo-se às coisas corajosas que ele fez, levando todos os príncipes vizinhos a receá-lo”.³ Lockhart, o antigo embaixador de Cromwell na França, a quem Carlos II também nomeou, “constatava que não recebia em absoluto aquela consideração que lhe dispensavam no tempo de Cromwell”. George Downing fez uma observação semelhante sobre a atitude dos holandeses para com ele, e o embaixador da Holanda disse sem maiores rodeios a Carlos II, em 1672, que evidentemente seu país não lhe dava o mesmo tratamento que ao Protetor, “pois Cromwell era um grande homem, que se fez temido em terra e nos mares”.⁴ O povo murmurava semelhantes coisas. “Não era o nome de Oliver temido pelas nações vizinhas?”, Lodowick Muggleton perguntou em 1665. Quatro anos mais tarde um boticário de Wolverhampton viu-se em apuros, ao contrastar a bem-sucedida política holandesa de Cromwell com os inábeis procedimentos de Carlos II.⁵ Não era apenas em relação à política externa que tais contrastes se faziam sentir. O biógrafo de Roger Boyle assinala que a ineficiência do governo de Carlos II era tamanha que “a despeito dos frequentes esforços do rei, ao recompensá-lo, Orrery foi um homem mais rico a serviço de Cromwell do que a serviço de Carlos II”.⁶ É o tipo da coisa que chama a atenção dos homens. As comparações odiosas se tornaram tão amiudadas que os visitantes franceses e italianos faziam comentários sobre elas.

Se abarcarmos um período de vinte anos, torna-se claro que os reinados de Carlos II e Jaime II não passaram de um interlúdio. Em 1660 a velha ordem ainda não havia sido restaurada. Refiro-me aos tribunais prerrogativos, às Cortes de Tutelas e aos títulos de posse feudais. A interferência real nos assuntos econômicos não se fez mais presente, nem — a despeito das tentativas de Jaime II — a interferência real relativa ao controle dos “dirigentes naturais”, em se tratando

de suas respectivas localidades. Após 1688 foi retomada a política da década de 1650. A revolução de 1688 obteve pronto sucesso porque Jaime II sabia que tinha uma lâmina apontada para seu pescoço. A lição que os reis da Europa receberam em janeiro de 1649 não precisaria se repetir durante 144 anos. As loucuras de Jaime e a reivindicação semilegítima de Guilherme III à lealdade realista significavam que o Libertador não precisava conservar o numeroso exército que o levava ao poder. Chegou-se a um acordo muito semelhante àquele que Oliver procurara em vão, com a presença de um executivo forte, mas com o controle sendo exercido em última instância pelo Parlamento e pelos que pagavam impostos. O Parlamento tornou-se novamente parte da constituição. Os impostos não podiam ser estabelecidos sem a aprovação dos representantes dos senhores das propriedades na Câmara dos Comuns; não podiam ser recolhidos antecipadamente sem a boa vontade dos banqueiros e dos detentores do dinheiro. Todas as tentativas de constituir um executivo central independente, com seu próprio sistema jurídico e juizes subservientes, suficientemente forte para coagir os “dirigentes naturais”, fracassou. Isso se refere a Laud e a Jaime II, não menos do que aos maiores-generais. Em 1649 e novamente em 1653 os jurados de Londres absolveram John Lilburne, rebelando-se contra a autoridade do governo central. Em 1656 o republicano Bradshaw solicitou julgamento por um júri integrado por “homens de valor” e Cromwell, “parecendo desconsiderar isso”, manifestou-se contra os júris.⁷ Ao terminar o século os jurados já não eram mais responsáveis por seus veredictos perante o governo. Os juizes haviam-se tornado independentes da coroa e dependiam do Parlamento. Não haveria mais lei administrativa na Inglaterra e nem tortura. A pequena nobreza rural e as oligarquias das cidades dominaram daí por diante o governo local, as eleições parlamentares e os júris.

Para Jaime I as alfândegas eram uma das muitas fontes de renda; no final do século os direitos alfandegários eram aumentados ou diminuídos em seu valor segundo os interesses da política econômica nacional que as classes comerciais agora ditavam. Por ocasião da restauração o Ato de Navegação foi restabelecido e a Companhia das Índias Orientais teve seu poder confirmado. O comércio imperial e, sobretudo, as reexportações expandiam-se rapidamente. Sprat, em 1667, assumia como um truísmo, aprendido nos vinte anos precedentes, que “a grandeza da Inglaterra jamais será sustentada ou aumentada [...] por quaisquer outras guerras que aquelas que se travam no mar”.⁸ No entanto, somente após 1688 o governo passou a assumir que “o comércio deve ser o principal interesse da Inglaterra”. O antigo membro

do Rabo do Parlamento Longo, Slingsby Bethel, tentara convencer Carlos II desse fato em 1680, mas em vão.⁹

Agora o Parlamento determinava a política exterior e usava os recursos financeiros do país, recentemente mobilizados, a fim de proteger e expandir o comércio de um império unificado e por meio do emprego agressivo do poder marítimo. A própria Inglaterra fora unificada sob o domínio do mercado de Londres. Gales e o norte já não eram mais governados por cortes separadas, “a cantonização” deixara de constituir perigo. A submissão política e econômica da Irlanda, empreendida por Guilherme III, era inteiramente cromwelliana e a união com a Escócia, em 1707, obedeceu aos mesmos princípios daquela que ocorreu em 1652-60. Ao finalizar o século a liberdade industrial fora alcançada, os monopólios haviam sido derrubados e terminara a interferência do governo no mercado, incluindo o mercado de trabalho. A política anti-holandesa teve o apoio dos republicanos da *City* e do Rabo do Parlamento Longo e, mais tarde, dos reis da dinastia Stuart, que tinham suas próprias razões para não gostarem da república holandesa. A política de expansão colonial em direção ao hemisfério ocidental, primeiro contra a Espanha e, em seguida, contra a França, gozava de maior apoio entre a pequena nobreza rural. Ela foi conquistando gradualmente maioria na Câmara dos Comuns, à medida em que o poder espanhol declinava e o poder francês aumentava. Após 1688 não houve oposição entre as duas políticas, pois a Holanda fora efetivamente subordinada à Inglaterra e todo o poder do Estado inglês podia concentrar-se na luta com a França pelo império espanhol e o comércio mundial. As duas políticas exteriores se fundiram, do mesmo modo que os interesses dos detentores das terras e do dinheiro. A Inglaterra emergiu da crise do século XVII engrenada com o novo mundo do capitalismo e do império colonial.¹⁰

O controle obtido pela classe parlamentar estendeu-se igualmente à Igreja. A destruição da burocracia laudiana no seio da Igreja, bem como a da burocracia de Carlos I no Estado, tornou inevitável o domínio da pequena nobreza rural sobre Igreja e Estado. *Cuius regio eius religio*.* Cromwell empregou esta frase para se justificar, ao seguir sua própria consciência e permitir a tolerância. No entanto, a longo prazo, a região pertencia antes à pequena nobreza rural que ao Lorde Protetor, cujo título, conforme ele próprio declarou, implicava que o encargo era exercido em benefício de outros. O fracasso em restabelecer a Alta Comissão, em 1660, significava que os bispos não consegui-

(*) De quem é o poder real, deste é a religião. (ED/LM)

ram impedir que o pequeno nobre rural dominasse o pastor, assim como o fracasso em restabelecer a *Star Chamber* privava o governo central de qualquer controle efetivo sobre o pequeno nobre rural enquanto juiz de paz. A hierarquia já não podia mais controlar as opiniões religiosas do clero e dos leigos, conforme conseguira fazer antes de 1640, em aliança com a coroa. As cortes eclesiásticas, que ainda entregavam os homens para serem queimados, quando Cromwell nasceu, haviam deixado virtualmente de funcionar, no fim do século. Os juizes de paz haviam assumido muitas de suas funções. Com exceção de um breve interlúdio, durante o reinado de Jaime II, ninguém, após os *Triers* de Cromwell, tentou voltar a interferir nos direitos de padroado da pequena nobreza rural. O monopólio da igreja nacional fora rompido. A Câmara dos Comuns permaneceu hostil à idéia da tolerância religiosa, mas o não-conformismo, sob os reinados de Carlos II e Jaime II, mostrou, mesmo sendo perseguido, que havia vindo para ficar e agitou suas associações políticas revolucionárias. O Ato de Tolerância, em 1689, reconheceu tais fatos. Os presbiterianos e os congregacionalistas não foram incluídos na igreja nacional, mas a Igreja da Inglaterra subordinou-se ao Parlamento e o pastor ao pequeno nobre. O clero pretensioso, os não pertencentes ao corpo de jurados [*non-Jurors*], foi excluído, a exemplo do que sucedera com os laudianos, ao tempo de Cromwell. A revolução puritana foi derrotada em 1660, mas a Grã-Bretanha, nos séculos XVIII e XIX, mostrou-se incomparável, entre as grandes potências da Europa, devido ao vigor de sua tradição evangélica. Ela também revelou-se mais tolerante do que a maior parte dos países europeus.

Durante o século XVII ocorrera uma revolução intelectual. A segunda esposa do avô de Oliver, sir Henry Cromwell, ao que se dizia fora morta devido à feitiçaria e, em 1593, uma mulher foi enforcada por esse crime. Sir Henry deixou um legado para um sermão contra a feitiçaria, e que deveria ser pregado anualmente em Huntingdon, enquanto o mundo fosse mundo. Oliver deve ter ouvido muitos desses sermões. Em 1646 uma bruxa foi executada em Huntingdon. No entanto a ocupação da Escócia por tropas inglesas sob o comando de Cromwell implicou uma virtual extinção da perseguição às feiticeiras naquele país. Na Inglaterra a condenação das feiticeiras à fogueira chegava ao fim e os homens instruídos deixavam de acreditar em sua existência. A última execução de uma feiticeira, na Inglaterra, teve lugar em 1685 e o último julgamento de que se tem notícia, em 1717. A Real Sociedade tornara a ciência respeitável. Em 1812 pôs-se um ponto final no legado de sir Henry.

A ciência penetrara em Oxford na esteira dos exércitos parlamentares e, em 1669, o vira-casaca Robert South aproveitou-se de um evento oficial em Oxford para atacar, de um só fôlego, “Cromwell, os fanáticos, a Real Sociedade e a nova filosofia”.¹¹ No entanto a ciência e a nova filosofia sobreviveram a Oliver. O núcleo da Real Sociedade foi o grupo que instalou-se em Oxford graças aos membros das comissões parlamentares, incluindo John Wallis, criptógrafo do Parlamento Longo, Jonathan Goddard, médico dos exércitos de Cromwell na Irlanda e Escócia, Thomas Sydenham, antigo oficial de Cromwell, sir William Petty, topógrafo na Irlanda durante o Protetorado; a figura exponencial era John Wilkins, cunhado de Oliver, primeiro secretário da Real Sociedade. O segundo secretário foi Henry Oldenburg, igualmente associado ao grupo de Oxford, que, em 1654, descrevera Cromwell como “o maior herói do século”.¹² Seria absurdo ligar Cromwell muito intimamente ao movimento científico, mas, conforme vimos, ele se interessava pela matemática e muitos cientistas se firmaram sob seu patrocínio. Ao que se diz, foi “através do favor e poder de Cromwell” que Goddard tornou-se professor de medicina no Gresham College, em 1655.¹³ No ano seguinte o Protetor se interessou pessoalmente pela cadeira de geometria do mesmo *college*, para a qual Laurence Rooke foi eleito em 1657. Ambas foram excelentes nomeações. A história da ciência na Inglaterra seria muito diferente, não fora a revolução encabeçada por Oliver. Em consequência do fermento intelectual da revolução, o direito divino, em todas as esferas, se encontrava em declínio no final do século. A discussão política já não era mais conduzida através de textos bíblicos de dúbia interpretação ou de precedentes anglo-saxões, mas por meio de termos racionais e utilitários. O conceito de lei científica evoluíra: Deus, a exemplo do rei, sujeitava-se à lei. Por volta de 1712, quando Richard Cromwell morreu, o mundo em que Oliver nascera em 1599 fora modernizado a um ponto em que não mais se podia reconhecê-lo.¹⁴

Os “dirigentes naturais” haviam resistido com êxito a todas as tentativas, vindas de baixo, com o objetivo de circunscrever sua autoridade, seja pela extensão do direito de voto parlamentar, seja através da constituição escrita. Nisso Cromwell também exerceu papel de destaque, ao levar a melhor sobre os *levellers* e suprimi-los, e ao derrotar os religiosos radicais que em determinado momento, embora equivocados, o julgaram seu líder. A abolição dos dízimos, a extensão e redistribuição do sufrágio e uma séria reforma da lei, tudo isso teria de esperar até o século XIX. Ireton disse aos agitadores em Putney: “Num sentido geral, não se pode prover a liberdade se a propriedade

for preservada”. “A liberdade e a propriedade” confirmava o realista sir Robert Filmer, “são tão contrárias uma à outra quanto o fogo à água.”¹⁵

Na grande luta que se travou no século XVII a fim de se decidir quem iria se beneficiar da extensão do cultivo, necessário para alimentar as cidades que cresciam,¹⁶ o povo comum não foi derrotado menos decisivamente do que a coroa. A abolição da Corte de Tutelas e dos títulos de posse feudais significou um grande alívio para a pequena nobreza rural, mas apenas para ela; os atos de 1656 e 1660 mantinham intocado o foro. Os movimentos radicais que visavam assegurar garantias de títulos de posse para os foreiros foram derrotados. Os ocupantes ilegais e os camponeses pobres que não dispunham de títulos escritos, relativos às terras que habitavam, podiam ser expulsos. O Parlamento de Barebone foi o último a levar em conta uma legislação contrária ao despovoamento dos cercamentos. Em 1654, pela primeira vez, o Parlamento autorizou a exportação de cereais, quando os preços estavam baixos; por volta de 1700 a Inglaterra resolvera seus problemas alimentares e exportava cereais regularmente. Só a drenagem dos pântanos aumentou em dez por cento as terras cultiváveis do país. Rações de trevo e de raízes possibilitaram manter o gado vivo durante o inverno, aumentando não apenas o suprimento de carne, mas rompendo finalmente a barreira do adubo, que durante tanto tempo impedira a expansão agrícola. No entanto, os pequenos cultivadores não se beneficiaram dessa revolução agrícola. As terras comunais, as terras devolutas e os pântanos, a exemplo das florestas reais, eram cercados e cultivados graças à iniciativa particular de fazendeiros capitalistas e de senhores de terras que prosperavam. “Conheço muita gente que ainda se lembra de que a manutenção de uma vaca ficava em 4 *pence* por ano. Os porcos nada custavam”, escreveu John Aubrey em 1680, reportando-se à derrubada das florestas em décadas anteriores. “Agora as estradas estão atravancadas de cabanas e os viajantes são molestados pelos mendigos que nelas vivem.”¹⁷ Os pequenos proprietários rurais, que haviam sido a espinha dorsal do exército de Cromwell, perderam a posse da terra. Os cercamentos e a expulsão ajudaram primeiro a criar e, em seguida, a alimentar um proletariado para a revolução industrial do século XVIII e a criar um mercado para seus produtos. A revolução francesa garantiu a sobrevivência do campesinato na França. A revolução inglesa assegurou seu desaparecimento na Inglaterra.

Em 1630 Oliver Cromwell defendera os direitos dos habitantes de Huntingdon, em se tratando de seus direitos comuns. Enquanto Senhor dos Pântanos, protegera os moradores das terras comunais con-

tra os grandes capitalistas, apoiados pela corte, que drenavam os pântanos; em 1641 conseguiu inserir uma cláusula na Grande Reprimenda que favorecia os primeiros. No entanto, em maio de 1649, menos de quinze dias após a supressão dos regimentos *levellers* em Burford, Cromwell foi apontado como um dos cinquenta e poucos comissários reunidos em torno do conde de Bedford e renovou-se a autorização concedida aos aventureiros para drenar os pântanos. Três dias depois de dissolver o Rabo do Parlamento Longo, ele enviou um major de seu próprio regimento a fim de reprimir os moradores das terras comunais que se opunham aos aventureiros. Em 1654 baixou uma ordem que visava proteger Bedford e seus empreendimentos, bem como fazer recair o custo de sua manutenção sobre os moradores da região. O próprio Oliver recebeu duzentos acres de terras drenadas. É nesta inversão simbólica e em sua reviravolta em relação aos dizimos¹⁸ que detectamos os motivos do ódio que os radicais políticos e religiosos sentiram pelo líder que traía sua causa.

Assim, para o bem e para o mal, Oliver Cromwell presidiu as grandes decisões que determinaram a futura trajetória da história inglesa e mundial. Marston Moor, Naseby, Preston, Worcester e o regicídio¹⁹ serviram de garantia para que a Inglaterra fosse governada por parlamentos e não por reis absolutos e isso permanece uma verdade, a despeito do fracasso pessoal do Protetor em dar prosseguimento a seus parlamentos. Cromwell prefigura os grandes plebeus que se elevariam por seus próprios méritos e governariam a Inglaterra no século XVIII. O homem que, em 1630, combatera a oligarquia de Huntingdon e o governo de Carlos, que a sustentava, acabou por tornar a Inglaterra segura para seus “dirigentes naturais”, a despeito de sua malsucedida tentativa de os coagir através dos majofes-generais. O homem cujo primeiro discurso parlamentar atacava o “papismo” dos bispos arminianos e seus protegidos, que colaborou com os londrinos a fim de conseguir que se realizassem prédicas evangélicas na localidade dele (e que suplicava aos presbiterianos escoceses, “em nome das entranhas de Cristo”, que achassem possível estarem enganados) garantiu que a Inglaterra nunca mais seria governada por bispos presunçosos ou presbíteros persecutórios, que ela deveria ser um país relativamente tolerante, e que os “dirigentes naturais” controlariam a Igreja, central e localmente. O homem que quase emigrou para a Nova Inglaterra, desesperançado com a velha, viveu o suficiente para levar seu país a se engajar na trajetória do império, da agressão econômica, da guerra naval. Ele quebrou impiedosamente a resistência não apenas dos realistas, que se voltavam para o passado, mas também a dos radi-

cais, cujo programa de extensão do direito de voto poria um fim à exclusiva influência política da classe a que Cromwell pertencia, cujo programa agrário haveria solapado o poder dessa mesma classe e cujo programa religioso suprimiria qualquer igreja nacional que se pudesse controlar, embora Oliver simpatizasse pelo menos em parte com essa última exigência. Os sonhos de um Milton, de um Winstanley, de um George Fox e de um Bunyan não se realizaram e muito menos os do próprio Oliver: “Que todos fôssemos santos”. Os filhos de Zeruiah revelaram-se vigorosos demais para os ideais que haviam animado o Exército de Novo Tipo. Se Cromwell não houvesse abatido os *level-lers*, sem dúvida alguém mais o faria. Na realidade, foi Oliver quem o fez e isso é parte de sua realização histórica.

O Império Britânico, as guerras coloniais que o construíram, o tráfico de escravos baseado na conquista da Jamaica, empreendida por Oliver, a pilhagem da Índia, resultante de sua restituição e do apoio dado à Companhia das Índias Orientais, a exploração da Irlanda; um mercado livre, que não se subordinava à interferência do governo e livre da proteção que esse governo dispensava aos pobres; o governo parlamentar, a supremacia local dos juizes de paz, a União da Inglaterra e da Escócia; a tolerância religiosa, a consciência não conformista, a relativa liberdade de imprensa, uma atitude favorável à ciência; um país de senhores de terras, de fazendeiros capitalistas e de trabalhadores agrícolas, o único da Europa que não possuía campesinato, nada disso aconteceria exatamente do mesmo modo sem a revolução inglesa, sem Oliver Cromwell.

Se encararmos essa revolução como um momento decisivo na história da Inglaterra, comparável às revoluções francesa e russa em seu significado para a história de seus países, então poderemos concordar com aqueles historiadores que enxergam Cromwell, em sua revolução, combinando os papéis que Robespierre e Napoleão, Lenin e Stalin, desempenharam nas deles. Oliver não era um revolucionário consciente, a exemplo de Robespierre ou Lenin. As realizações da revolução inglesa não eram resultado de seu propósito deliberado. No entanto, nem Oliver, nem seus contemporâneos ficariam espantados caso lhes dissessem que as consequências das ações dos homens nem sempre eram aquelas pretendidas por seus protagonistas. “Esta espécie de governo da igreja”, escreveu um ex-capelão do Exército de Novo Tipo, em 1651,

Deus não a conduz de acordo com a sabedoria e as reflexões, nem de acordo com Seu próprio povo, mas inteiramente de acordo com o conselho de Sua própria vontade e os pensamentos de Seu próprio coração:

realizando coisas que esse povo ainda não conhece, mas que conhecerá mais tarde; sim, coisas tais que, no presente, parecem absurdas e absolutamente destrutivas.²⁰

Outro dos mais íntimos companheiros de Oliver declarava, no mesmo ano, que “os procedimentos da providência de Deus, ao levar adiante o interesse de Cristo, são e serão extremamente pouco apropriados aos raciocínios e expectativas da maior parte dos homens”, os quais “esperam que só seja realizado aquilo que convém [...] a seus princípios; e se algo em contrário for obrado, até mesmo pelo próprio Deus, como ficam desapontados e decepcionados!”.²¹ Em certa ocasião, talvez em 1636, Cromwell ingeriu uma forte dose de mitridato como precaução contra a infecção provocada pela peste. Ficou surpreendido ao descobrir que ele tinha o efeito de curar suas espinhas.²² Não ficaria menos surpreendido se soubesse que seus heróicos embates a fim de instaurar o reino de Deus na Inglaterra tiveram como consequência duradoura a remoção de obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo inglês. “Da peste às espinhas” seria um resumo um pouco injusto da carreira do grande Protetor, mas ela encerra uma reflexão.

Evocando Pepys, poderemos talvez achar que a contribuição mais importante de Oliver foi a formação de uma consciência nacional popular. O poder da Inglaterra na Europa, por ele consolidado, mais eficaz do que nunca, desde o século XV, foi grandemente enfatizado por panegiristas poéticos contemporâneos. Oliver “demonstrou / O antigo modo de conquistar o mundo”, disse Waller; ele “mais uma vez ligou-nos ao continente”, concordou Marvell. “Ele nos tornou os libertos do continente”, reiterou Dryden, e ensinou o leão inglês a rugir. Thomas Sprat achou que Oliver restituiu “a coragem reprimida” a esse leão e afiou suas garras. Deve-se observar que nenhum desses quatro poetas apoiara a causa parlamentar durante a guerra civil, mas alguns republicanos também compartilhavam desse entusiasmo. O editor anônimo de *Milton's Republican Letters* [As cartas republicanas de Milton] (1682 — provavelmente impressas na Holanda), contrastava a atitude de Cromwell para com Luís XIV da França com a atitude de Carlos II. Essa ênfase subsistiu no século XVIII. “Ele deu sustentação a seu Estado e aterrorizou a Europa inteira, bem como as três nações, devido à grandeza de sua coragem e ao espírito de seu Exército.” O elogio, que é um tanto inesperado, partiu de Jonathan Swift. Cromwell, disse Henry Fielding, “elevou a reputação da Inglaterra como jamais acontecera”, além de promover os homens por seu merecimento. Chatham elogiou “a mente sagaz” de Cromwell. Argumentou-se que foi durante as décadas revolucionárias que a consciên-

cia da nacionalidade envolveu todo o povo inglês.²³ Não é uma afirmação fácil de provar ou refutar. Uma leitura apressada de Shakespeare e de outros isabelinos demonstra que vigorosos sentimentos patrióticos, para não dizer chauvinistas, já existiam na Inglaterra. Foxe e Milton haviam identificado os ingleses com o povo eleito.²⁴ O que Oliver Cromwell fez foi popularizar tal identificação através da ação, ligando-a a uma política externa agressiva. Devido, porém, ao fato de que muita gente sentiu-se atraída pela ação política durante as décadas revolucionárias de 1640 e 1650, colocando-se sobre a dominação direta de Londres, é bem possível que a consciência nacional haja se estendido a novas áreas geográficas e a camadas sociais mais baixas.

A transição do direito divino da monarquia para o direito divino da nação teve consequências duradouras. O novo patriotismo inglês era estreitamente associado à religião, à liberdade e à ascensão da classe média. Seu símbolo, no século XVIII, foi a pouco atraente figura de John Bull, a ideologia de Cromwell em ponto menor.

2

Os historiadores propiciaram-nos muitos Cromwells, criados, se não a partir da imagem que dele faziam, pelo menos como veículo de seus próprios preconceitos. As descrições que se seguiram imediatamente à restauração eram, como não podia deixar de ser, inteiramente hostis, apesar de homens como Bate e Carrington enfatizarem o interesse do Protetor pelo comércio e a Marinha da Inglaterra. Clarendon via Cromwell como o Príncipe de Maquiavel em ação, encarando-o com um misto de repulsa e admiração. "Cromwell, embora o maior dissimulador que existiu, sempre tornou sua hipocrisia de singular uso e benefício para ele e só fez aquilo que era necessário a seus planos, por mais desagradável e imprudente que pudesse parecer."²⁵ As *Memórias* de Ludlow, escritas a partir de um ponto de vista republicano, davam igual ênfase à ambição e à hipocrisia. Algernon Sidney, em seus *Discourses concerning Government* [Discursos relativos ao governo], só publicados em 1698, embora o autor fosse executado em 1683, expunha Cromwell ao escárnio como traidor da república. A primeira tentativa de recuperar o equilíbrio da balança, tomada pouco após a revolução de 1688, deveu-se a Nathaniel Crouch, em sua *History of Oliver Cromwell* [História de Oliver Cromwell]. A *Brief Character of the Protector Oliver Cromwell* [Breve perfil do Protetor Oliver Cromwell], publicado em 1692, denotava uma atmosfera já modi-

ficada: “Muita gente, em nossa época [...] tem grande reverência pela memória de Oliver Cromwell, Protetor, como sendo um homem de piedade e um grande campeão das liberdades da nação”. Trinta anos mais tarde Isaac Kimber, um ministro batista, escreveu uma biografia que, no todo, lhe era favorável, o mesmo acontecendo com a de John Banks, em 1739. Laurence Echard, em 1718, descreveu Cromwell como um patriota honesto e Rapin, em 1723-27, embora crítico, julgava-o “um dos maiores homens de sua época”. Gilbert Burnet enxergava-o como um entusiasta e, ao mesmo tempo, um dissimulador, mas, “quando seus próprios desígnios não o desviavam do caminho”, ele se mostrava um amante da justiça, da virtude e do saber.²⁶

Porém, para os historiadores mais respeitáveis, Cromwell era visto como uma figura muito negativa. Os *tories* denunciavam o revolucionário e regicida, e os *whigs*, o destruidor da Boa e Velha Causa. O *tory* David Hume via Oliver como um “entusiasta desvairado” e a radical sra. Catherine Macaulay julgava-o “o ser mais corrupto e egoísta que já desonrou a forma humana”. John Miller concordava que Oliver era “um dos mais notórios tiranos e usurpadores que o mundo já viu”. Goldsmith dizia que seu nome próprio era uma homenagem ao Protetor e chegava até mesmo a ser aparentado com ele. Burke afirmou certa vez que Goldsmith deveria se chamar Oliver Cromwell e não Oliver Goldsmith. De fato, em sua *History of England* [História da Inglaterra], Goldsmith não se mostrou muito severo com o Protetor.²⁷ O radical William Godwin achava que Cromwell “tornou-se o principal magistrado unicamente graças a sua apostasia e, sobretudo, por enganar e abandonar o ilustre grupo de patriotas com quem se associara, até aquele momento, tendo em vista a causa da liberdade”. Ainda assim, reconhecia Godwin, “o governo da Inglaterra jamais fora tão completamente livre do temor a todos os inimigos, externos e internos, como acontecera no período da morte de Cromwell”. Hallam repetiu a acusação de fanatismo, o que levou Macaulay a refutar, por meio de um Cromwell que revelava a maior parte das qualidades inerentes à classe média inglesa do século XIX. “Nenhum soberano jamais levou ao trono uma fatia tão grande das melhores qualidades das camadas médias, uma tamanha simpatia pelos sentimentos e interesses de seu povo [...]. Ele era dono de um coração inglês altaneiro, intrépido, honesto.”

As *Letters and Speeches of Oliver Cromwell* [Cartas e discursos de Oliver Cromwell], obra de autoria de Carlyle, publicada em 1845, permitiu finalmente que Oliver falasse por si mesmo, embora provocando a irritação do autor, que se expressa por meio de apartes e inter-

jeições. A edição de Carlyle consolidou de uma vez por todas e sem a menor discussão o fato de que Cromwell não era o hipócrita ambicioso da lenda tradicional. Carlyle elogiou Cromwell por algumas das razões que levaram os radicais do século XVIII a rejeitá-lo. Cromwell, o Herói enviado de Deus, refletiu a própria opinião de Carlyle sobre o que era necessário na Inglaterra do século XIX, que tremia à beira do cartismo, da democracia e de outros males. Ainda mais conservador mostrou-se François Guizot, o estadista francês. Exilado durante a revolução de 1848, ele sabia muito melhor do que os ingleses do século XIX em que consistia uma revolução. Sua *Histoire de la République d'Angleterre et de Cromwell* [História da república da Inglaterra e de Cromwell], publicada por volta de 1850, dava ênfase às forças sociais e de classe que operaram durante a revolução inglesa e que não haviam sido ouvidas desde o século XVII. Guizot, porém, reprovava com certa naturalidade as revoluções populares e ficou horrorizado diante dos “excessos” que o “fanatismo religioso” fez surgir na Inglaterra. Qualificou Cromwell como um déspota, que restabeleceu a ordem à custa da liberdade, mas sua moral era rígida: “Deus não concede àqueles grandes homens que fincaram os alicerces de sua grandeza em meio à desordem e à revolução o poder de tudo regular em a seu bel prazer, nem o governo das nações através das eras que se sucedem”. (De acordo com esses padrões, Deus deveria ter sido mais bondoso para com Guizot — pelo menos é o que se infere.)

Após Carlyle, a principal influência, no que se refere às fontes do século XIX, é a de Samuel Rawson Gardiner, cuja *História da Inglaterra*, de 1603 a 1656, foi publicada entre 1863 e 1901; *Cromwell's Place in History* [O lugar de Cromwell na história] surgiu em 1902. Magistral quanto aos detalhes, insubstituível no que se refere à erudição, perfeito no sentido literário e recheado de citações apropriadas, a obra de Gardiner (que, aliás, descendia de Cromwell) foi igualmente responsável por inventar a idéia de que o século XVII presenciara “uma revolução puritana”. O Cromwell de Gardiner era uma versão sofisticada e liberalizada do Herói Puritano de Carlyle, um homem cujo ideal era a monarquia constitucional; que desejava uma reforma gradual e se opunha aos “exageros do puritanismo”, algo como um liberal do século XIX que se adiantava à sua própria época. Era por isso que ele se tornara, segundo uma frase de Gardiner, “o herói nacional do século XIX”, “o maior de todos, por ser o inglês mais típico de todos os tempos”. É claro que há, em Gardiner, muito mais do que isso. Pertence-lhe a primeira história séria e profissional da revolução inglesa e é a fonte em que todos bebemos. No entanto, a “revolução puri-

tana” foi um conceito infeliz. Sofreu dos exageros dos epígonos de Gardiner e de uma reação igualmente exagerada, no sentido oposto, por parte de alguns historiadores do século XX.

As simpatias liberais de Gardiner foram atacadas, por dedução, em *The Growth of British Policy* [O desenvolvimento da política britânica], publicado em 1895, de autoria de sir John Seeley. Acompanhando o espírito de sua época, Seeley enfatizava a figura de um Cromwell imperialista. Hilaire Belloc, entre outros, evocou a hostilidade de Cromwell para com a democracia, que, no século XX, parecia mais repreensível do que no século anterior. As debilidades da atitude liberal inglesa se revelaram através de um diálogo mantido entre H. G. Wells e Stalin em Moscou, em 1934. “Veja só a história da Inglaterra no século XVII”, sugeriu Stalin. “Muita gente não dizia que a antiga ordem social estava podre? E, no entanto, não foi necessário um Cromwell para derrubá-la pela força?” A resposta de Wells foi bastante convencional: “Cromwell agiu de acordo com a constituição e em nome da ordem constitucional”. “Em nome da constituição” retrucou Stalin, “ele pegou em armas, executou o rei, dissolveu o Parlamento, aprisionou alguns e decapitou outros.” Stalin falava em seus próprios interesses, mas é difícil deixar de pensar que a última palavra lhe pertencia.

No entanto, as simpatias liberais de Gardiner foram menos distorcidas do que as elaboradas comparações do falecido W. C. Abbott, relativas a Cromwell e Hitler em seu indispensável *Writings and Speeches of Oliver Cromwell* [Escritos e discursos de Oliver Cromwell], publicados de 1937 a 1947. Alguns historiadores chegaram mesmo a estender à década de 1650 o termo “totalitário”, desgastado e quase desprovido de significado, nas aplicações que dele se fez no século XX. Oliver jamais deixou de exercer grande atração sobre os excêntricos. O sr. Trevor Davies acusou-o de empreender a guerra civil a fim de ter a possibilidade de perseguir as bruxas.²⁸ Por outro lado, um autor, na *Occult Review* de 1936, exprimindo-se aparentemente com toda seriedade, repetiu acusações contemporâneas, segundo as quais Oliver devia seu sucesso à magia negra, à bruxaria e aos pactos com o demônio. O professor Trevor-Roper encaixou Cromwell em seus próprios padrões descrevendo-o como um “radical que tinha casa no campo” e alguém que tinha tendência a “ocupar naturalmente os últimos assentos”, capaz de liderar uma revolução de destruição, porém desprovido de ideais ou capacidades positivas. A opinião manifestada pelo professor, de que, para resolver os problemas políticos da década de 1650, era necessário apenas “um pouco de controle parlamentar por

parte do executivo” teria surpreendido os homens do século XVII, não menos de que seu repúdio à política externa do Protetor, segundo ele “fútil”, “atrasada trinta anos”, preparada para “entregar aos holandeses todos os interesses ingleses na Ásia”.

A melhor biografia de Cromwell ainda é aquela escrita por sir Charles Firth, publicada pela primeira vez em 1900. Ela segue inteiramente a tradição de Gardiner e pouco faz para relacionar Cromwell com os problemas sociais e econômicos de sua época; dentro de suas limitações é, porém, da melhor categoria. O sr. Maurice Ashley escreveu sobre Cromwell três estudos que parecem ilustrar as preocupações de seu autor. O de 1930 leva, como subtítulo, *The Conservative Dictator* [O ditador conservador]; os de 1950 retratam Oliver como um liberal constitucional fracassado. A influência dos problemas contemporâneos também pode ser encontrada em *The Lord Protector* (1955), pelo dr. R. S. Paul, que enfatiza em Oliver o ecumenista; é de sua autoria a melhor biografia escrita em inglês, desde a de Firth.²⁹ A essa altura os leitores, sem dúvida, já concluíram até que ponto este livro foi escrito com a intenção de ventilar meus próprios preconceitos e distorções da história.

3

Na memória popular, tão propensa a corporificar causas em indivíduos, Oliver Cromwell acabou personificando a revolução inglesa, sobretudo em seus aspectos mais destrutivos e violentos. Cromwell, o demolidor de castelos e solares, o profanador de igrejas, ocupa um lugar no folclore, cuja inexistência não o torna menos interessante para o historiador. Como vimos,³⁰ Cromwell foi acusado de ser muito mais iconoclasta do que era na realidade. Sua reputação como profanador de lugares sagrados provavelmente incorporou parte da reputação de seu parente, Thomas Cromwell. Existe, porém, certa validade na imagem de Cromwell mandando para os ares os baluartes do rei, da aristocracia e da Igreja; afinal de contas, foi isto o que a revolução realizou.³¹

No entanto, alguns aspectos mais positivos de Oliver e de sua revolução sobreviveram na memória popular. Qualquer que seja a interpretação que dermos ao antigo verso citado na abertura deste capítulo, ela sugere que aqueles que recordaram Oliver não concordam facilmente com que outros recolham os frutos de seus labores. A moral de tudo isso é a ajuda a si mesmo, mas não para todo o mundo. Du-

rante muito tempo os homens recordaram Oliver por sua preocupação com que as carreiras fossem abertas aos talentos, preocupação essa já antecipada pelos homens que cercavam Thomas Cromwell,³² por seu interesse pela tolerância religiosa, comércio, unidade nacional e grandeza da Inglaterra. É possível que essa reputação tenha se mantido num nível alto só pelo fato de ele ser rejeitado pelos *tories* e pelos republicanos aristocráticos. Os batistas do século XVII recordavam “os dias oliverianos de liberdade”.³³ Em 1716 uma paróquia de Yorkshire lembrou que a gleba fora cercada por proprietários “no tempo de Oliver”.³⁴ No Distrito Oeste de Yorkshire e a frase “nos dias de Oliver” ainda era comumente empregada no início do século XIX para descrever uma época de enorme prosperidade.³⁵ O poeta George Crabbe, em 1812, fez esta descrição, em versos comoventes:

[...] um remanescente daquela guarnição
 A quem, segundo afirmam os adversários, seu soberano matou;
 Uma raça independente, precisa, correta,
 Que sempre desposava quem aparentado lhe fosse:
 Nenhum filho ou filha daquela grei casava
 Com um amigo do rei da Inglaterra, que a cabeça perdeu;
 Cromwell ainda era seu santo e quando se reuniam,
 Lamentavam que os santos não continuassem sendo nossos governantes;
 Vendedores de lúpulo e malte, de carvão e cereais —
 A exemplo de seu pai, ele nasceu comerciante:
 Ordeiras eram suas casas; cada mesa, cadeira e banco
 Em seu lugar ficava ou era mudado, de acordo com as regras;
 Nenhum quadro ou estampa de cores vivas a sala enfeitava;
 Forrava-a simples papel marrom de parede, que lhe dava brilho decente;
 Mas ali o olhar, mirando a sua volta, surpreendia
 Um pequeno nicho, que à louça parecia ser destinado;
 A lápis traçado, formava um quadro tão agradável
 Que poucos ali procurariam por objeto mais nobre.
 Bastava, porém, amigos escolhidos o girarem e logo surgiam
 Seus fortes e austeros traços, a quem todos veneravam;
 Pois ali, com ar altivo, via-se em pé
 O intemorato protetor da terra conquistada;
 Delineado naquele olhar, por meio do qual pranteava e praguejava,
 Os membros expulsando e a porta trancafiando,
 Livrando a Câmara de cada velhaco e preguiçoso malandro,
 Forçado, embora à alma lhe magoasse, a governar sozinho.
 Cada amigo, com ar de aprovação, mirava o sorriso fixo e severo,
 E então seus olhos desviava e tudo voltava a ser uma tumba.^{36*}

(*)... a remnant of that crew / Who, as their foes maintain, their sovereign slew; /
 An independent race, precise, correct, / Who ever married in the kindred sect: / No son

É difícil acreditar que Crabbe estivesse inventando. *The Examiner*, de 25 de janeiro de 1711, exatamente um século antes dos versos de Crabbe, conta-nos que os *whigs* tinham retratos de Cromwell. O mesmo acontecia com John Bowring, um artesão radical de Exeter, avô do biógrafo de Jeremy Bentham; o mesmo em relação ao pai de Ebenezer Elliott, o poeta cartista.³⁷

As revoluções francesa e americana e o revivescimento do radicalismo na Inglaterra ocasionaram um novo interesse pela política do século XVII e, ocasionalmente, palavras favoráveis a Cromwell. O direito de voto do Instrumento do Governo merecia consideração, sugeriu o conde Fauconberg em 1785.³⁸ Shelburne era de opinião que Cromwell,

enquanto teve poder [...] impulsionou mais as coisas do que todos os reis que reinaram durante o século, incluindo o rei Guilherme. A Inglaterra nunca foi tão respeitada no exterior, enquanto no país [...] talentos de todo tipo começaram a florescer, os quais foram imediatamente esmagados ou abafados durante a restauração.³⁹

Nos Estados Unidos John Adams descreveu o governo de Oliver como “infinitamente mais glorioso e feliz do que o de seu predecessor Stuart”. Patrick Henry invocou o espírito de Cromwell, e Ezra Stiles proclamava em 1794: “É preciso que surja e surgirão novos Cromwells [...] a fim de [...] retomar a obra que Oliver e os juizes realizaram outrora”.⁴⁰ Porém, nos Estados Unidos pós-revolucionários, era dada grande ênfase aos perigos de uma ditadura cromwelliana. O mesmo era verdade no que se referia à França. St. Just, em dezembro de

or daughter of their order wed / A friend to England's king who lost his head; / Cromwell was still their saint, and when they met, / They mourned that saints were not our rulers yet. / Fixed were their habits; they arose betimes, / Then prayed their hour, and sang their party-rhymes: / Their meals were plenteous, regular and plain; / The trade of Jonas brought him constant gain; / Vender of hops and malt, of coals and corn — / And, like his father, he was merchant born: / Neat was their house; each table, chair and stool / Stood in its place, or moving moved by rule; / No lively print or picture graced the room; / A plain brown paper lent it decent gloom; / But here the eye, in glancing round, surveyed / A small recess, that seemed for china made; / Such pleasing pictures seemed this pencilled ware / That few would search for nobler objects there — / Yet, turned by chosen friends, and there appeared / His stern strong features whom they all revered; / For there in lofty air was seen to stand / The bold protector of the conquered land; / Drawn in that look with which he wept and swore, / Turned out the members and made fast the door, / Ridling the House of every knave and drone, / Forced, though it grieved his soul, to rule alone. / The stern still smile each friend approving gave, / Then turned the view, and all again were grave.

1792, invocou o precedente de Oliver e o julgamento de Carlos I. Danton e Robespierre foram acusados por seus inimigos de visar a uma ditadura cromwelliana e, segundo se dizia, Charles-Phillippe Ronsin aspirava tornar-se o Cromwell francês, como resultado da leitura da *History of England* [História da Inglaterra], de Hume, o que não deixa de ser surpreendente.⁴¹

Na Inglaterra, homens em quem o Ministério de Assuntos Interiores estava de olho em 1812 clamavam por “um segundo Oliver [...] que venha limpar os estábulos de Augias”.⁴² Cinco anos mais tarde Jeremy Bentham lamentou que a revolução inglesa não gerara um Código Cromwell e elogiou efusivamente o interesse de Oliver pela reforma da lei.⁴³ Ao visitar a Câmara dos Comuns na mesma época, Samuel Bamford refletiu (pelo menos ele nos diz): “Oh! que pena não ver impressa neste chão a marca dos pés do velho e austero Oliver [...] e não ouvir sua voz dominar a balbúrdia provocada por esta Babel [...]. ‘Fora; cedei lugar aos homens honestos’”.⁴⁴ “Até mesmo nos dias de hoje”, testemunhou Macaulay em 1828, “o caráter de Oliver, embora constantemente atacado e raramente defendido, goza de popularidade entre a grande massa de nossos concidadãos.”⁴⁵ Isto sugere que Carlyle não apenas criava uma versão mais simpática de Oliver Cromwell, mas também dava expressão a algo que já existia acima do nível de cartas simplesmente polidas. Em 1836 *The Political Penny Magazine* defendeu Cromwell.⁴⁶ O *Bradford Observer*, em 1849, achava que Cromwell encarnava “o gênio da verdadeira liberdade saxã”.⁴⁷ O líder cartista Ernest Jones escreveu *A Song of Cromwell's Time* [Uma canção em louvor da época de Cromwell] e, em 1850, *The Red Republican* [O republicano vermelho], de George Harney, saudava “um espírito de poder cromwelliano [...] agitando-se neste momento”. “Naquilo que Cromwell ousou liderar, ousamos segui-lo agora.” Os filhos da Inglaterra deveriam “jurar pelo vigor da alma de Cromwell a fim de obterem sua liberdade”.⁴⁸ Ao inspecionar o campo de batalha de Worcester, Carlyle não ficou tão surpreendido quanto imaginava por encontrar um trabalhador que desejava, em nome de Deus, “que tivéssemos um outro Oliver, senhor, pois os tempos que correm andam terrivelmente maus”.⁴⁹

Alton Locke e Joseph Arch recordaram antepassados que haviam lutado a favor de Cromwell. A sra. Gaskell louvou sua “admirável política comercial”. A Guerra Civil americana ocasionou novas referências ao século XVII. O nome de Oliver suscitou vivas, pelo menos em Manchester. “O partido de Cromwell e Milton ainda vive”, declarou Goldwin Smith; e ele apoiou o norte.⁵⁰ Cromwell era “o herói

preferido” de T. H. Grenn, que o considerava um caráter desprovido de egoísmo, embora admitindo que ele tivesse sido acusado de falta de escrúpulos, violência, simulação, hipocrisia e outros vícios, o que era inevitável num líder revolucionário.⁵¹ Em 1873 a filial de Nottingham da Primeira Internacional costumava reunir-se numa casa pública chamada Oliver Cromwell.⁵² Até mesmo por volta de 1890 a proposta de erguer uma estátua a Oliver em Westminster provocou uma verdadeira comoção e levou Swinburne a escrever “A estátua de Cromwell”:

Como ficaria Cromwell
Em meio a fidalgos e rainhas lavrados em pedra?*

Ainda em 1950 a sugestão de que uma faculdade na Universidade de Durham pudesse receber o nome do homem que criou aquela instituição três séculos antes enfrentou uma oposição surpreendentemente feroz. O nome finalmente aceito, mediante uma solução de compromisso apropriadamente medíocre, foi o de Grey College.

Mas, em relação à memória do Protetor, as disputas não ocorrem apenas entre os realistas e os parlamentaristas. As reações da posteridade radical a Oliver são tão díspares quanto a de seus contemporâneos radicais. A sra. Catherine Macaulay não conseguia suportá-lo. William Cobbett evocou a participação de Cromwell na supressão dos direitos de posse feudais, privativos da pequena nobreza rural, em detrimento do povo.⁵³ Os radicais e socialistas do século XIX se dividiram em torno de sua figura. A disputa ficou bem configurada após um discurso pronunciado não faz muito tempo por um eminente membro liberal da Associação Cromwell. “A pergunta que devemos nos fazer”, disse ele, inflamado, no auge de sua peroração, “é a seguinte: de que lado eu ficaria por ocasião da batalha de Naseby?” “Pois é”, manifestou-se alguém da platéia, “e de que lado ficaria em Burford?”

Se dermos ênfase à década de 1640, poderemos, juntamente com Marvell, ver Oliver como “a força da chama do céu irado”, um poder elementar que abre seu caminho através de toda oposição

Para destruir a grande obra do tempo
E fundir o velho reino
Em outro molde.**

(*) How should Cromwell stand / With knights and with queenlings hewn in stone?

(**) To ruin the great work of time, / And cast the kingdom old / Into another mould.

Podemos também vê-lo como o ardente protagonista de maior liberdade de pensamento e de oportunidades, hostil ao dogmatismo, ao privilégio e à simulação. Se, por outro lado, nos debruçarmos sobre a supressão dos *levellers*, empreendida por Cromwell, e sobre sua carreira subsequente, tão tumultuada, ele surge diante de nós como um conservador dotado de consciência de classe, imensamente humano, um político astuto que recorria a todas as artimanhas a fim de preservar um odiado regime militar, e como o fundador do Império Britânico. Podemos, sem dúvida, detectar linhas de continuidade na personalidade de Oliver, em sua religião e em seus preconceitos sociais, conforme tentei fazer neste livro. Compadeço-me daquele homem desiludido, que envelhecia e que prosseguiu em sua luta carregando o fardo do Protetorado, sabendo que, sem ele, acabaria acontecendo o pior, que queria ser pintado “com verrugas e tudo”. É, porém, o líder confiante e impetuoso da década de 1640 que cativa minha imaginação e cujas verdades pungentes e terrenas ecoam séculos afora. Enquanto homens e mulheres “possuídos da indignação interior” questionarem aqueles valores de sua sociedade que negam nossa humanidade comum, enquanto as grandes questões da liberdade e da igualdade, levantadas por Oliver, permanecerem sem resolução, ele continuará a nos fascinar e os debates em torno dele prosseguirão.

Concluo por meio de outra passagem de Andrew Marvell, o mais ponderado admirador contemporâneo de Cromwell e o menos corrupto de todos os políticos que sobreviveram à era oliveriana e participaram do parlamento realista:

E, portanto, bem faz e acertadamente adivinhou
Aquele que, de seu tempo, sempre à frente andou:
E, sem saber como a escolha do céu poderá se explicitar,
Ainda assim cinge a espada e se dispõe a lutar [...].
Se são estes os tempos, então este deve ser o homem.*

(Primeiro aniversário do governo do O. C.)

(*) And well he therefore does, and well has guessed, / Who in his age has always forward pressed: / And, knowing not where heaven's choice may light, / Girds yet his sword, and ready stands to fight.[...] / If these the times, then this must be the man.

NOTAS

I. OLIVER CROMWELL E A REVOLUÇÃO INGLESA

(1) No que se segue resumo questões abordadas mais amplamente em *The Century of Revolution* (1961) e *Reformation to Industrial Revolution* (1967), de minha autoria.

(2) T. H. Aston (org.), *Crisis in Europe, 1560-1600* (1965), *passim*.

(3) A. D. Lublinskaya, *French Absolutism: the crucial phase, 1620-1629*, Cambridge University Press, 1968, *passim*.

(4) G. R. Elton, *The Tudor Constitution* (1960), p. 285.

(5) J. Hurstfield, *The Queen's Wards* (1958), *passim*.

(6) F. J. Fisher, "Tawney's Century", in *Essays in the Economic and Social History of Tudor and Stuart England, in Honour of R. H. Tawney* (F. J. Fisher, org.), Cambridge University Press, 1961; J. Thirsk (org.), *The Agrarian History of England and Wales, IV, 1500-1640*, Cambridge University Press, 1967, *passim*.

(7) G. Winstanley, *A New-Yeers Gift for the Parliament and Armie* (1650), p. 24, in *The Works of General Winstanley* (G. H. Sabine, org.), Cornell University Press, 1941, pp. 373-4.

(8) Ver p. 24 acima.

(9) Discuti esses temas com certa profundidade em *Economic Problems of the Church* (1956), de minha autoria, *passim*.

(10) Discuti esse e outros problemas semelhantes em *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England* (1964), *passim*.

(11) Ver, para documentação, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution* (1965).

(12) Sir J. E. Neale, "The Elizabethan Political Scene", in *Essays in Elizabethan History* (1958), pp. 59-84; J. Hurstfield, "The Succession Struggle in Late Elizabethan

England", in *Elizabethan Government and Society: Essays presented to Sir John Neale* (S. T. Bindoff, J. Hurstfield e C. H. Williams, orgs., 1961), pp. 369-96.

(13) P. Collinson, "John Field and Elizabethan Puritanism", in *Elizabethan Government and Society*, p. 159.

(14) P. Collinson, *The Elizabethan Puritan Movement* (1967), especialmente a parte iv, capítulo 4.

(15) Nesta frase de seu discurso de setembro de 1656 Oliver talvez estivesse imitando as palavras de abertura de Tom May em *The History of the Parliament* (1647), que se referiam à "rainha Isabel, de gloriosa memória" (p. 1) ou à citação de sir Anthony Weldon, "rainha Isabel, de ditosa memória", em *The Court and Character of King James* (1651), pp. 1-2. Ver os poemas laudatórios à rainha Isabel, publicados em 1650 pela sra. Anne Bradstreet.

(16) M. A. E. Grenn (org.), *Diary of John Rous* (Camden Soc., 1856), p. 19.

(17) Ver p. 43 acima.

(18) R. Ashton, *The Crown and the Money Market, 1603-40* (Oxford, 1960), *passim*.

(19) John Bradshaw, presidente da corte que julgou Carlos I em 1640, citou o precedente de Maria.

(20) Ver p. 42 acima.

(21) J. Bruce e D. Masson (orgs.), *The Quarrel between the Earl of Manchester and Oliver Cromwell* (Camden Soc., 1875), p. 72.

II. DE FIDALGO RURAL A LORDE DOS PÂNTANOS: 1599-1640

(1) Em 1648 foi publicada uma quarta edição. Bunyan ainda usava o livro em 1680 (*Works*, G. Offor, org., III, p. 587).

(2) Op. cit. (ed. 1597), pp. 460, 471, 13, 386. Beard também influenciou William Prynne (ver W. Lamont, *Marginal Prynne*, 1963, p. 31).

(3) Ver p. 176 acima.

(4) Ver p. 31 acima.

(5) R. Davies (org.), *The Life of Marmaduke Rawson of York* (Camden Soc., 1863), pp. 112-3.

(6) J. Thirsk (org.), *The Agrarian History of England and Wales, IV, 1500-1640*, pp. 242-3; *Victoria County History of Huntingdonshire*, II, p. 89-91.

(7) "O dr. Alabastro" é o poeta William Alabaster, capelão de Jaime I. Alabaster fora papista durante quinze ou mais anos. O sermão em questão parece ter sido pregado em 1617. Ver pp. 28-30 acima.

(8) L. Stone, *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641* (Oxford University Press, 1965), capítulo III.

(9) F. N. L. Poynter e W. J. Bishop (orgs.), *A Seventeenth-Century Doctor and his Patients: John Symcotts, 1592-1662* (Bedfordshire Historical Record Soc., XXXI, 1961), pp. xx-xxIII.

(10) As razões para isso estão expostas em *Economic Problems of the Church*, de minha autoria, capítulos v e vi.

(11) Ver, de minha autoria, *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England*, pp. 93-4, bem como as referências ali citadas.

(12) Ver pp. 17-8 acima.

(13) Arise Evans, *A Rule from Heaven: or Wholsom Counsel to the Distracted*

State: Wherein is discovered The onely Way for settling the Good Old Cause (1659), p. 22.

(14) *Calendar of State Papers, Domestic, 1631-3*, p. 501; sir W. Dugdale, *A Short View of the Late Troubles in England* (1681), p. 460.

(15) Duque de Manchester, *Court and Society from Elizabeth to Anne* (1864), II, p. 51.

III. DE CAPITÃO A GENERAL DO EXÉRCITO: 1640-46

(1) J. Rushworth, *Historical Collections* (1680), III, p. 1381.

(2) T. Sprat, *The History of the Royal Society of London* (1667), p. 73.

(3) D. H. Pennington, "County and Country: Staffordshire in Civil War Politics, 1640-44", *North Staffordshire Journal of Field Studies*, v (1966), pp. 16 e 19.

(4) W. Lilly, *The True History of King James I and Charles I* (1715), p. 64.

(5) Ver pp. 70, 43-5 acima.

(6) Sir Philip Warwick, *Memoirs of the Reign of King Charles the First* (1813), pp. 193-4, 275.

(7) T. May, *History of the Parliament* (1647), II, pp. 78-9.

(8) T. Tany, *Theaureaujohn High Priest to the Jewes, His Disputive Challenge to the Universities of Oxford and Cambridge, and the whole Hirarch of Roms Clargical Priests* (1651[-2]), p. 6.

(9) B. Whitelocke, *Memorials of the English Affairs* (1702), p. 72.

(10) As palavras de Cromwell recordam tanto as de Falstaff (*Henry IV*, parte I, ato IV, cena 2) que chegaram a sugerir ao sr. A. L. Morton que "Cromwell, em seus dias de jovem incorrigível, nas *Inns of Court*, talvez haja assistido a uma representação de *Henry IV*" (A. L. Morton, *The Matter of Britain*, 1966, p. 48). Outra famosa frase cromwelliana já surgira em *Henry IV*, quando Exeter exorta o rei da França "a entregar a coroa, em nome das entranhas do Senhor" (ato II, cena 4). A frase, claro, era bíblica (Filipenses, 1:8); foi empregada por John Aylmer em 1559 (*An Harborowe for Faithful and trewe Subjects*, Sig. R 2v) e por Cromwell, numa carta de 11 de janeiro de 1635.

(11) Whitelocke, loc. cit.

(12) Sir Philip Warwick, *Memoirs*, p. 279.

(13) Ver pp. 54-5 acima.

(14) *Historical MSS. Comission, Portland MSS.*, I, p. 87. Hotham e seu pai foram executados como traidores em janeiro de 1645 e Cromwell agiu duas vezes como escrutinador de votos, na Câmara dos Comuns, em se tratando de moções de clemência para sir John e cujos resultados foram negativos.

(15) *The Quarrel between Manchester and Cromwell*, pp. 72 e 74.

(16) Ver pp. 55-6 acima.

(17) Essa distinção era familiar aos contemporâneos. As *Homilies* isabelinas contrapunham aquele "que usa um casaco de pano grosseiro" ao homem que "se enfeitava com seda e veludos". William Kempe, em seu famoso bailado apresentado em Norwich, em 1600, foi acompanhado em parte do caminho por uma donzela de aldeia "com sua saia de pano grosseiro". O bufão Richard Tarleton usava pano grosseiro no palco, com a finalidade de criar ligações com o público pouco culto. Os poetas Samuel Rowlands e George Wither celebraram camponeses vestidos "com pano grosseiro feito em casa", "simplesmente trajados de panos grosseiros" (S. Clarke, *The Lives of sundry Eminent Persons*, 1683, p. 4). Em Newcastle foram fornecidos aos pobres "panos grosseiros, cinzentos e pouco espessos", considerados "os mais apropriados e quentes para

serem usados”, embora após 1646 eles recebessem roupa de melhor qualidade (R. Howell, *Newcastle upon Tyne and the Puritan Revolution*, 1967, p. 316). Cf. o bispo Hall, citado à pp. 49-50. Nicholas Breton contrastou “gibões de pano grosseiro” com “saías de veludo” (*The Pilgrimage to Paradise*, 1952).

(18) Ele fez a mesma observação a sir Thomas Barrington em 6 de outubro de 1643.

(19) *Historical MSS. Commission, Portland MSS*, I, p. 87.

(20) Esse homem, Henry Stone, mais tarde demonstrou grande iniciativa, ao cooperar com Cromwell contra a invasão escocesa, em 1648.

(21) D. E. Underdown, “The Ilchester Election, February 1646”, *Proceedings of the Somerset Archaeological and Natural History Society*, vol. 110 (1966), p. 41. Após o término da guerra, na região de Glamorganshire, “homens sem nenhuma posição social foram nomeados para a Comissão do Condado, ao passo que baronetes, cavaleiros e outros fidalgos foram preteridos”, sir J. F. Rees, “Politics and Religion in the Vale of Glamorgan during the Civil War”, in *Glamorgan History* (S. Wilkins, org., 1963), p. 192; ver A. H. Dodd, *Studies in Stuart Wales* (Cardiff, 1962), pp. 110-76, para outros condados galeses

(22) J. Vicers, *Jehovah-Jireh* (1644), p. 367.

(23) Clarendon, *History of the Rebellion* (1888), IV, p. 305.

(24) *The Quarrel between Manchester and Cromwell*, p. 75.

(25) *Calendar of State Papers, Venetian, 1643-47*, p. 162.

(26) Cf. o que diz um personagem de *The Duke of Milan*, de autoria de Massinger: “Falai agora / Ou silencieis para sempre” (*Plays*, 1897, p. 89), editado pela primeira vez em 1623.

(27) M. Sylvester, org., *Reliquiae Baxterianae* (1696), I, p. 49.

(28) H. G. Tibbutt, org., *The Letter-Books of Sir Samuel Luke* (1963), p. 420.

(29) Ver p. 43-5 acima.

(30) G. F. Nuttall, “Was Cromwell an Iconoclast?”, *Trans. Congregational History Soc.*, XII, pp. 51-66. Ver pp. 175-7 acima.

(31) *Reliquiae Baxterianae*, I, p. 51.

(32) Ver pp. 61-3 acima.

(33) Cf. o conselho dado por John Pym ao governador da Ilha de Providence em fins de 1638: “Deus não faz a menor diferença entre aqueles que agem com fidelidade e O procuram com todo empenho, embora possa existir, na aparência dos homens, alguma diferença entre eles, no que diz respeito à opinião e à prática, em se tratando de coisas exteriores”, citado por A. P. Newton, *Colonizing Activities of the Early Puritans* (Yale University Press, 1914), p. 256.

(34) R. W[illiams], *The Fourth Paper by Major Butler* (1652), prefácio.

(35) Ver pp. 61-3, 188-9 acima.

(36) Ver p. 66 acima.

(37) Cromwell também favoreceu o major Henry Lilburne, de opinião política muito diferente, o qual foi morto por seus próprios soldados em 1648, por ser simpatizante dos realistas.

(38) Abbott, op. cit., III, p. 13; IV, p. 274. Ver pp. 109-10, 113, 120-1 acima.

(39) Ver M. Roberts, *Gustavus Adolphus, II, 1626-32* (1958), pp. 182-9.

(40) Clarendon, *History of the Rebellion*, IV, pp. 45-6.

(41) G. Wither, *Carmen Eucharisticum* (1649), citado por C. V. Wedgwood, *Poetry and Politics under the Stuarts* (Cambridge University Press, 1960), p. 114.

(42) *The Letter-Books of Sir Samuel Luke*, pp. 304, 309-10.

(43) I. Roy, "The Royalist Council of War, 1642-46", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, xxv (1962); J. Engberg, "Royalist Finances during the English Civil War, 1642-46", *Scandinavian Economic History Review*, xiv (1966).

IV. DE SOLDADO A POLÍTICO: 1647-49

(1) Ver capítulo ix.

(2) Uma possível explicação é que Joyce *recebera* a incumbência de manter o rei sob custódia, mas não de removê-lo de Holmby House. Era o que ele se propunha a fazer, quando o rei pediu para ver suas credenciais. Cromwell e Fairfax disseram ao rei que Joyce não recebera credenciais deles, a fim de promover sua remoção; "ele foi removido de Holdenby sem que disso estivessem informados, sem seu conhecimento ou consentimento" (*Clarke Papers*, Camden Soc., i, p. 125; Warwick, *Memoirs of the Reign of King Charles I*, p. 331).

(3) Cf. o *leveller* John Wildman: "A constante importunice e solicitação de muitos amigos não conseguiram persuadir Cromwell a aparecer, até que o perigo de ser aprisionado o forçou a recorrer ao Exército (no dia seguinte após o primeiro encontro) à procura de abrigo" (*Putney Projects*, 1647, p. 7).

(4) *Thurloe State Papers* (1742), v, p. 674.

(5) *Thurloe State Papers*, i, pp. 94-5.

(6) J. Lilburne, *Jonahs Cry out of the Whales Belly* (1647), p. 5.

(7) Denzil Lord Holles, *Memoirs*, in F. Maseres, *Select Tracts* (1815), i, p. 240.

(8) *A Declaration, or Representation* (1647), in *The Leveller Tracts 1647-53* (W. Haller e G. Davies, orgs., Columbia University Press, 1944), p. 55.

(9) Isso se refere ao fato de que muitos oficiais impopulares haviam sido afastados do Exército.

(10) Clarendon, *History of the Rebellion*, iv, p. 261. Para o Exército em 1647, ver sobretudo H. N. Brailsford, *The Levellers and the English Revolution* (1961), capítulos x-xiv.

(11) *Clarke Papers*, i, pp. 440-2; D. E. Underdown, "The Parliamentary Diary of John Boys, 1647-8", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, xxxix (1966), pp. 152-3.

(12) Clarendon, *History of the Rebellion*, iv, p. 271.

(13) [J. Wildman] *Putney Projects* (1647), p. 27. Ware foi a cena do encontro de 15 de novembro.

(14) Ver p. 218 acima.

(15) C. V. Wedgwood, *The Trial of Charles I* (1964), pp. 43, 233.

(16) Ver pp. 206-7 acima. Uma possível explicação para a correspondência é que quando Hammond foi nomeado comandante da ilha de Wight, ele e Oliver concordaram em querer salvar a vida do rei, e que Hammond, longe da grande massa do Exército, não seguiu as alterações de humor dos oficiais de patente inferior e dos soldados rasos, conforme fizera seu primo.

(17) *Reliquiae Baxterianae*, i, pp. 50-1.

(18) G. Burnet, *History of My Own Time* (O. Airy, org., 1897), i, p. 79.

(19) Finalmente foram apostas 59 assinaturas à sentença de morte, o mesmo número dos que votaram contra a perda dos direitos civis de Strafford, em maio de 1641.

(20) J. E. Farnell, "The Usurpation of Honest London House-holders: Barebone's Parliament", *English Historical Review*, lxxxii (1967), pp. 24-5.

(1) *The Hunting of the Foxes by Five Small Beagles* (1649), in *Leveller Manifestoes of the Puritan Revolution* (D. M. Wolfe, org., New York, 1944), pp. 370 e 366.

(2) P. Gregg, *Free-born John* (1967), p. 269; Brailsford, *The Levellers and the English Revolution*, capítulo xxiii.

(3) Ver p. 100 acima.

(4) D. W. Petergorsky, *Left-Wing Democracy in the English Civil War*, (1940), p. 160.

(5) P. W. Thomas, *Sir John Berkenhead, 1617-1679* (Oxford University Press, 1969), p. 122; *Mr Peters Last Report of the English Warres* (1646), pp. 9-10; *Memoirs of Sir Andrew Melvill* (1918), pp. 92, 99-100; J. Mayer, org., "Inedited Letters of Cromwell, Colonel Jones, Bradshaw and Other Regicides", *Transactions of the Historical Soc. of Lancashire and Cheshire*, New Series, 1, p. 195; Abbott, op. cit., II, p. 254.

(6) *Walvins Wiles* (1649), in *The Leveller Tracts, 1647-53*, W. Haller e G. Davies, orgs., p. 310. Os *levellers* também protestaram, afirmando que a expedição irlandesa constituía uma violação do Compromisso Solene do Exército, assumido em 5 de junho de 1647, segundo o qual ele não deveria dispersar-se ou dividir-se até que as liberdades dos ingleses estivessem garantidas.

(7) Ver pp. 129, 125 acima.

(8) *The Essayes of Michael Lord of Montaigne* (trad. J. Florio, World's Classics), I, p. 56.

(9) R. S. Paul, *The Lord Protector* (1955), p. 218.

(10) R. P. Stearns, *The Strenuous Puritan: Hugh Peter, 1598-1660* (Illinois University Press, 1954), p. 356.

(11) De fato, anunciou-se no dia 16 de fevereiro de 1650 que, no ano anterior, haviam sido gastas 715 mil libras com o Exército na Irlanda.

(12) Cromwell parafraseava uma resolução discutida na Câmara dos Comuns em 8 de dezembro de 1641, mas que não fora aceita pelo rei (W. H. Coates, org., *Journal of Sir Simonds D'Ewes*, New Haven, 1942, pp. 254, 305, 311-2). Devo esta referência à gentileza do dr. Robin Clifton.

(13) R. Clifton "An Examination of the fear of Catholics and of Catholic plots in England, 1637-1645, with principal reference to central sources" (Oxford D. Phil. Thesis, 1967).

(14) E. Ludlow, *Memoirs* (C. H. Firth, org., 1894), I, pp. 246-7. Podemos comparar uma tentativa semelhante, ocorrida posteriormente na Escócia, e que recorria ao povo comum, oferecendo-lhe proteção legal contra os senhores das terras em que moravam e os poderosos. (Ver. pp. 113-7 adiante).

(15) Dodd, *Studies in Stuart Wales*, p. 106.

(16) Whitelocke, op. cit., p. 416. Em 1656 o Protetor conferiu um título a James Whitelocke, que então era um coronel.

(17) Ver p. 119 acima.

(18) Esta extraordinária frase não partiu de Oliver. Foi usada antes dele por Robert Burton em 1621 (*Anatomy of Melancholy*, Everyman, II, p. 84), por Milton em 1645 (*Tetrachordon*, Prose Works, Yale, pp. 634-5) e por Henry Denne, *The Man of Sin Discovered* (1646, p. 30). Denne era líder dos regimentos amotinados em Burford, embora houvesse se retratado, a fim de salvar a própria vida.

(19) C. S. Terry, org., *The Cromwellian Union* (Scottish History Soc., 1902), p. xxiii.

- (20) Cf. p. 111 acima.
- (21) J. Salmon, *A Rout, A Rout* (1649), pp. 15-21. Cf. pp. 122, 191 acima.
- (22) Ver p. 70 acima.
- (23) Mayer, op. cit., p. 192.
- (24) J. T. Rutt, org., *Diary of Thomas Burton* (1828), I, p. xxv.
- (25) C. H. Firth e R. S. Rait, *Acts and Ordinances fo the Interregnum* (1911), II, pp. 403-6.
- (26) J. E. Farnell, "The Navigation Act of 1651, the First Dutch War and the London Merchant Community", *Economic History Review*, Second Series, XVI, pp. 441-2.
- (27) *Calendar of State Papers, Venetian, 1647-52*, p. 188.
- (28) Farnell, op. cit., p. 445.
- (29) *Calendar of State Papers, Venetian, 1643-7*, p. 129.
- (30) J. J. Jusserand, org., *Recueil des Instructions données aux Ambassadeurs et Ministres de France, xxiv, Angleterre, I, 1648-65* (1929), p. 35.
- (31) S. R. Gardiner, *History of the Commonwealth and Protectorate* (1903), I, pp. 312-13.
- (32) Farnell, op. cit., p. 443.
- (33) S. von Bischoffshausen, *Die Politik des Protector Oliver Cromwell* (Innsbruck, 1899), p. 221.
- (34) Ludlow, op. cit., I, pp. 244-8. Ver p. acima.
- (35) S. M. Farington, org., *The Farington Papers* (Chetham Soc., 1856), p. 168.
- (36) Ver pp. 184-7 acima.
- (37) C. H. Josten, org., *Elias Ashmole (1617-1692)* (1966), II, p. 591.
- (38) Whitelocke, op. cit., pp. 548-51.
- (39) Cf. p. 185-6 acima.
- (40) Ludlow, op. cit., I, pp. 352-4.
- (41) Ver capitulo IX.
- (42) J. Nickolls, *Original Letters and Papers of State Addressed to Oliver Cromwell* (1743), p. 26.
- (43) Clarendon, *History of the Rebellion*, V, p. 282.
- (44) Farnell, "The Usurpation of Honest London Householdors: Barebone's Parliament", *English Historical Review*, LXXXII, p. 44.
- (45) *Burton's Diary*, I, p. 1.
- (46) William Hickman a Oliver Cromwell, in Nickoll, *Original Letters*, p. 31.
- (47) G. E. Aylmer, "Office Holding as a Factor in English History, 1625-42", *History*, XLIV, p. 240. Tirei grande proveito por ouvir a palestra do professor Aylmer sobre a administração inglesa na década de 1650.
- (48) *Thurloe State Papers*, I, p. 747.
- (49) R. Howell, *Newcastle upon Tyne and the Puritan Revolution*, pp. 308-13.
- (50) Ver p. 165-6 acima.

VI. O LORDE PROTETOR: 1653-55

- (1) Bischoffshausen, *Die Politik des Protector Oliver Cromwell*, pp. 148, 153, 155.
- (2) T. Carte, org., *A Collection of Original Letters and Papers* (1739), II, pp. 92, 95, 103; J. R. Powell, org., *The Letters of Robert Blake* (Navy Records Soc., 1937), pp. 322-4, 393-6.

- (3) *Thurloe State Papers*, I, pp. 591-2; Nedham, *A True State of the Case of the Commonwealth* (1653), p. 37. Devo esta referência ao sr. I. A. McCalman.
- (4) W. Burnet, *The Life and Death of Sir Matthew Hale* (1774), p. 18.
- (5) Sir G. Isham, org., *The Correspondence of Bishop Brian Duppa and Sir Justinian Isham, 1650-60* (Northants. Record Soc., 1955), p. 94.
- (6) E. Waller, *Poems* (Muses Library), II, p. 15.
- (7) A traição aos rebeldes bordeleses por parte das tropas irlandesas a serviço da Espanha inflamou os sentimentos antiirlandeses na Inglaterra (P. A. Knachel, *England and the Fronde*, Cornell University Press, 1967, pp. 242-7), bem como o emprego de tropas irlandesas no massacre do Vaudois, celebrado no soneto de Milton.
- (8) R. Baillie, *Letters and Journals* (1775), II, p. 411.
- (9) [E. Sexby], *Killing no Murder* (1657), prefácio.
- (10) *Reliquiae Baxterianae*, p. 70.
- (11) C. Severn, org., *Diary of the Rev. John Ward, Vicar of Stratford-upon-Avon* (1839), p. 138.
- (12) Citado por W. C. Braithwaite, *The Beginnings of Quakerism* (1912), p. 440.
- (13) Ver "The English Revolution and the Brotherhood of Man", in *Puritanism and Revolution* (1958), pp. 123-52, de minha autoria. Fontes de algumas das citações que ocorrem no parágrafo acima transcrito serão encontradas lá.
- (14) Ver pp. 31, 40 acima.
- (15) *Thurloe State Papers*, I, p. 438.
- (16) Samuel Pepys, *Diary*, 8 de setembro de 1667.
- (17) *Thurloe State Papers*, V, p. 286.
- (18) A. R. e M. B. Hall, orgs., *The Correspondence of Henry Oldenburg* (Wisconsin University Press, 1965-), I, p. 57.
- (19) Thurloe a Montagu, 25 de outubro de 1656, in Carte, *A Collection of Original Letters and Papers*, II, p. 115.
- (20) Sir Charles Firth, *Oliver Cromwell and the Rule of the Puritans in England* (World's Classics), p. 400.
- (21) Ver, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution*, pp. 164-5.
- (22) Petição dirigida por sir John Barrington à Câmara dos Comuns, em 24 de julho de 1645, in *Proceedings and Debates of the British Parliaments respecting North America* (L. F. Stock, org., Washington), I (1924), p. 167.
- (23) Ver pp. 31, 40 acima.
- (24) *Calendar of State Papers, Colonial, 1574-1660*, pp. 294, 296, 309, 316-19; Newton, *Colonizing Activities of the Early Puritans*, p. 315.
- (25) H. F. Kearney, *The Eleven Years' Tyranny of Charles I* (Historical Association Aids for Teacher Series, 1962), p. 10.
- (26) Richelieu, *Testament Politique*, citado por H. Hauser, *La pensée et l'action économique du Cardinal de Richelieu* (Paris, 1944), p. 138.
- (27) W. D. Jordan, *White over Black: American Attitudes towards the Negro* (Chapel Hill, 1968), pp. 63-4.
- (28) E. B. Sainsbury, org., *A Calendar of the Court Minutes of the East India Company* (1913), pp. xxII, 335-7, 374.
- (29) Ver, de minha autoria, *Puritanism and Revolution*, p. 143; ver também Knachel, *England and the Fronde*, pp. 163, 206-9; cf. p. 269.
- (30) *Puritanism and Revolution*, p. 144.
- (31) Knachel, op. cit., p. 272 e capítulo IX, *passim*. O professor Knachel parece

não se dar conta de que a hostilidade francesa para com a Inglaterra declinou ao mesmo tempo e provavelmente devido ao crescente conservadorismo do governo inglês.

(32) *The Correspondence of Henry Oldenburg*, I, pp. 53, 57, 37.

(33) Folke Dahl, "King Charles Gustavus of Sweden and the English Astrologers William Lilly and John Gadbury", *Lychnos* (1937), p. 180. Lilly é a fonte da história.

(34) Ver, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution*, p. 103, e as referências ali citadas.

(35) *Calendar of State Paper, Venetian, 1657-9*, p. 137. O professor Michael Roberts explica a política de Cromwell no Báltico em termos do interesse nacional secular em "Cromwell and the Baltic", *English Historical Review*, LXXVI, pp. 402-46. Para uma vigorosa e eficaz defesa da política exterior de Cromwell em termos não religiosos ver Roger Crabtree, "The Idea of a Protestant Foreign Policy", in *Cromwell Association Handbook* (1968-9), pp. 2-19.

(36) *Calendar of State Papers, Venetian, 1636-9*, pp. 421-2; 1640-42, pp. 77-8.

(37) Slingsby Bethel, *The World's Mistake in Oliver Cromwell, Harleian Miscellany* (1744-52), I, pp. 280-88.

(38) Agora é o momento de reconhecer que a citação à p. 5 deste livro omite três palavras. Milton, na realidade, escreveu "Deus ordena que uma grande e nova era se inicie em Sua igreja". As três últimas palavras transmitem ao leitor moderno algo muito diverso do que Milton pretendia. "A igreja de Deus" para ele significava aproximadamente o que entendemos por "gênero humano", "humanidade". Milton certamente não se referia a uma igreja, entre muitas, ou a uma edificação aberta unicamente aos domingos. Referia-se a toda a humanidade, embora, sem dúvida, aos eleitos em particular. Senti, portanto, que a passagem seria melhor compreendida sem as palavras que agora revelo. Para os propósitos históricos de Deus, ver o capítulo IX.

(39) *Calendar of State Papers, Venetian, 1632-6*, p. 110.

(40) Z. I. Roginsky, "Iz Istarii Anglo-Russkikh Otnosheniy v pervoy Protektorata Kromveliya", *Novaya i Noveyshaya Istoriya* (nº 5, 1958), pp. 75-8; ver, de minha autoria, *Puritanism and Revolution*, p. 133.

(41) Ver p. 143 acima.

(42) Clarendon, *History of the Rebellion*, VI, p. 92.

(43) *Burton's Diary*, I, p. LXXXV.

(44) Ludlow, *Memoirs*, I, p. 365.

(45) J. Bentham, *Works* (J. Bowring, org., 1843), IV, p. 501.

VII. REI? 1656-58

(1) Devo esta observação a uma tese escrita em Gales, ainda não publicada, de autoria do sr. A. M. Johnson, "Buckinghamshire, 1640-60: A Study in County Politics". O sr. Johnson sugere que, na medida em que as famílias do condado se restabeleceram economicamente, o governo cromwelliano (pelo menos em Buckinghamshire) baseava-se num partido que se via cada vez mais isolado.

(2) Em maio de 1648 Cromwell dera ordens para a suspensão de uma partida de caça em Gloucestershire, que deveria ser usada como disfarce para uma reunião sediciosa.

(3) P. J. Pinckney, "Bradshaw and Cromwell in 1656", *Huntington Library Quarterly*, XXX, p. 236.

(4) T. Adams, *Works* (1629), pp. 1008-9; Rushworth, *Historical Collections*, II, p. 163.

(5) Cf. H. R. Trevor-Roper, "The Union of Britain", in *Religion, the Reformation and Social Change* (1967), pp. 445-67.

(6) Joshua Sylvester, *The Complete Works* (A. B. Grosart, org., 1880), I, p. 240; sir W. Raleigh, *Works* (1751), I, p. 184; Fulke Greville, *Life of Sir Philip Sidney* (Oxford, 1908), p. 81; A. D. Lublinskaya, *French Absolutism: the crucial phase*, p. 166.

(7) Henry King, "An Elegy on Sir Charles Lucas and Sir George Lisle"; *Burton's Diary*, I, pp. 315-6.

(8) Ludlow, *Memoirs*, I, pp. 405-6; Clarendon, *History of the Rebellion*, VI, p. 17. Milton referia-se à constituição federal holandesa e igualmente à "cantonização da Inglaterra", em *The Readie and Easie Waie* (1660).

(9) Carte, *Original Letters and Papers*, I, p. 78; J. R. Jones, "Booth's Rising of 1659", *Bulletin of the John Rylands Library*, XXXIX, p. 423.

(10) Cf. H. Parker, *Of a Free Trade* (1648) — os comerciantes açambarcam e dividem entre eles o comércio mundial; Francis Beaumont, *Psyche* (1648), canto X, estrofe 281: "Satã aqui subdivide suas províncias"; M. Purver, *The Royal Society: Concept and Creation*, p. 121 — sir William Petty a Samuel Hartlib; S. Butler, *Hudibras*, parte IV, canto II, v. 243: "Cantões espirituais".

(11) (Anon.) *The Second Part of Englands New-Chains Discovered* (1649), p. 15; R. Bacon, *The Labyrinth the Kingdoms In* (1649), p. 49.

(12) Burnet, *History of My Own Time*, I, pp. 127-8; K. H. D. Haley, *The First Earl of Shaftesbury* (Oxford, 1968), p. 669, citando Ashley Cooper.

(13) G. P. Gooch, *The History of English Democratic Ideas in the Seventeenth Century* (Cambridge University Press, 1898), p. 263.

(14) J. Collop, *Poems* (C. Hilberry, org., Wisconsin University Press, 1962), p. 75.

(15) *Burton's Diary*, I, p. 378.

(16) Devo esta sugestão a meus antigos alunos Ceri Jones e John Ward. O professor Underdown disse-me que não a aceita.

(17) Speaker Onslow, citado em Burnet, *History of My Own Time*, I, pp. 126-7.

(18) D. E. Underdown, "Cromwell and the Officers, February 1658", *English Historical Review*, LXXXIII, p. 106.

(19) Nickolls, op. cit., pp. 141-2; ver a passagem de John Goodwin citada no início deste capítulo.

(20) A. L. Sells, org., *The Memoirs of James II, 1652-60* (1962), p. 281.

(21) R. Parr, *Life of [...] James Ussher* (1686), p. 75.

(22) J. Owen, *Works* (1850-53), VI, p. 112.

(23) Collinson, *The Elizabethan Puritan Movement*, p. 285; ver pp. 173-4.

(24) F. Osborn, *Letters [...] to Colonel William Draper*, p. 7, in *Miscellaneous Works* (1722), II, "O. P." = "Oliver Protector".

(25) *Burton's Diary*, IV, p. 73.

(26) R. Vaughan, org., *The Protectorate of Oliver Cromwell* (1839), I, p. 70.

(27) *A Second Narrative of the Late Parliament* (1658), in *Harleian Miscellany* (1744-56), III, p. 467. Oliver alegava que também em relação a isso fora invalidado por seu Conselho. Ver p. 113 acima.

(28) Baillie, *Letters and Journals*, II, p. 423.

(29) Firth e Rait, *Acts and Ordinances of the Interregnum*, II, p. 1168. Devo esta referência a um comunicado de meu ex-aluno, o sr. J. F. MacGregor, da Universidade de Adelaide.

(30) Sir Henry Vane, *A Healing Question* (1656), in *Somers Tracts* (1809-15), vi, p. 307.

(31) *Burton's Diary*, I, p. 408.

(32) R. Baxter, *A Sermon of Repentance* (1660), p. 43.

(33) R. P. Stearns, *The Strenuous Puritan* (Urbana, 1954), p. 394. Cf. Milton: o conhecimento daqueles homens em relação àquilo que os aguardava somava-se à amargura de sua posição, enquanto esperavam e observavam.

(34) D. F. Underdown, "Cromwell and the Officers, February 1658", *English Historical Review*, LXXXIII, pp. 104, 107.

(35) Samuel Butler, *Hudibras*, parte III, canto II, v. 215.

(36) *Burton's Diary*, III, p. 160, Ludlow, *Memoirs*, II, p. 436; Burnet, *History of My Own Time*, I, p. 147; *Thurloe State Papers*, VII, p. 365-75.

(37) E. Burrough, *The Memorable Works of a Son of Thunder and Consolation* (1672), pp. 458-60.

(38) Ver p. 236.

(39) W. W. Cooper, *Historical Notes concerning the Disease, Death and Disin-terment of Oliver Cromwell* (Dublin, 1848), p. 5; ver p. 24.

(40) *Reliquiae Baxterianae*, P. 57.

(41) Pinckney, "Bradshaw and Cromwell in 1656", p. 240.

(42) Robert Blair, *Autobiography* (1848), p. 210.

(43) Ver pp. 36, 38, 41-3, 46-7, 56-7 acima.

(44) *Calendar of State Paper, Domestic, 1657-8*, p. 9. O livro de assentamentos de um mercador de Luca, vendido na Sotheby's em 1960, continha um conhecimento de embarque relativo a 25 fardos de seda enviados ao Protetor em 30 de agosto de 1658.

(45) Arise Evans, *An Eccho to the Voice from Heaven* (1653), pp. 71-2; *The Euroclydon Winde* (1654), Sig. B; *The Voice of Michael the Archangel* (1654), p. 1; *The Voice of the Iron Rod* (1655), pp. 10-11.

(46) T. Spencer, "The History of an Unfortunate Lady", *Harvard Studies and Notes in Philology and Literature*, XX, p. 56.

(47) "L'on ne montait jamais si haut, que quand on ne sait où l'on va" [Só subimos tão alto quando não sabemos onde vamos], cardeal de Retz, *Mémoires* (1859), III, p. 242.

(48) G. F. Nuttall, "Was Cromwell an Iconoclast?", *Transactions of the Congrega-tional Historical Soc.*, XII (1933-6), pp. 51-66.

(49) Ver, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution*, sobre-tudo o apêndice.

(50) Ver p. 38 acima.

(51) P. Scholes, *The Puritans and Music* (Oxford University Press, 1934), sobre-tudo o capítulo IX.

(52) G. E. Aylmer, "Britain Transformed: Crown, Conscience and Common-wealth", in *The Age of Expansion: Europe and the World, 1559-1660* (H. R. Trevor-Roper, org., 1968), p. 240.

VIII. O POVO DA INGLATERRA E O POVO DE DEUS

(1) Warwick, *Memoirs*, pp. 193-3.

(2) Ver p. 88 acima.

(3) Robert Huntington, *Sundry Reasons inducing Major Robert Huntington to lay down his Commission* (1648), p. 3.

(4) Ver capítulo ix.

(5) D. E. Underdown, "The Parliamentary Diary of John Boys, 1647-8", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, xxxix, pp. 152-3.

(6) Ver p. 86 acima.

(7) M. E. James, "Obedience and Dissent in Henrician England: the Lincolnshire Rebellion, 1536", *Past and Present*, n.º48.

(8) Ver pp. 114-8 acima.

(9) Ver, de minha autoria, *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England*, p. 414.

(10) R. Baxter, *The Holy Commonwealth* (1659), p. 243.

(11) (Anon.) *Salus Populi Solus Rex* (1648), citado por Brailsford, *The Levellers in the English Revolution*, pp. 345-6.

(12) Milton, *Complete Prose Works* (Yale), iv, p. 635.

(13) *Mr. Peters Last Report of the English Warres* (1646), p. 6.

(14) J. Nickolls, *Original Letters*, p. 28 (grifo meu).

(15) J. Mayer, "Inedited Letters of Cromwell, Col. Jones, Bradshaw and Other Regicides", *Transactions of the Historical Society of Lancashire and Cheshire*, New Series, I, pp. 190-1.

(16) [Anon.], *A Complete Collection of the Lives and Speeches of those persons lately executed*, p. 49.

(17) Milton, *Complete Prose Works* (Yale), iv, pp. 316-7.

(18) Sir H. Vane, *A Healing Question* (1656), in *Somers Tracts* (1809-15), vi, p. 311.

(19) Sir H. Vane, *A Needful Corrective or Ballance in Popular Government* (maio de 1659), citado por A. H. Woolrych, "The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate", *Cambridge Historical Journal*, xiii (1957), p. 154.

(20) Milton, *The Readie and Easy Waie to Establish a Free Commonwealth*, in *Works* (Columbia University Press), vi, pp. 140-1.

(21) P. J. Pinckney, "The Cheshire Election of 1656", *Bulletin of the John Rylands Library*, xlix (1967), pp. 418-9.

(22) [Anon.], *Anti-Toleration* (1646), p. 33.

(23) John Price, *The Cloudie Clergy* (1650), p. 18. Devo esta referência à tese de literatura defendida em Oxford pelo sr. D. A. Kirby.

(24) Parece-me que esta escola de pensadores muito pragmáticos foi encarada um tanto a sério ultimamente: ver Irene Coltman, *Private Men and Public Causes* (1962), parte III; J. M. Wallace, *Destiny His Choice: the Loyallism of Andrew Marvell* (1968), capítulo I. O melhor estudo ainda é o de Perez Zagorin, *A History of Political Thought in the English Revolution* (1954), capítulo v.

(25) Ver p. 120 acima.

(26) *Burton's Diary*, I, pp. 281-2.

(27) Discuti isso demoradamente em *Puritanism and Revolution*, pp. 50-122.

(28) *Clarke Papers*, II, p. 245.

(29) G. Fox, *Journal* (N. Penney, org., Cambridge University Press, 1911), I, pp. 400, 427.

(30) Woodhouse, *Puritanism and Liberty*, p. 246.

(31) D. M. Loades, org., *The Papers of George Wyatt, Esquire* (Camden Fourth Series, v), p. 71.

(32) Francis Cheynell, *Sions Memento and Gods Alarm* (1643), p. 38. Impresso por ordem da Câmara dos Comuns.

(33) O sr. W. M. Lamont argumenta que o abandono, por parte de Oliver Cromwell e de seu governo, do ideal de uma única comunidade religiosa, coexistente com o Estado, e que fora compartilhado por Laud e os presbiterianos, representou um momento decisivo na história inglesa, após o qual “nada poderia voltar a ser o mesmo” (*Godly Rule*, 1969, pp. 138-44. Esse livro estimulante foi editado enquanto o meu se encontrava no prelo).

(34) Citado por L. F. Brown, *Baptists and Fifth Monarchy Men* (Nova York, 1911), p. 72. O escritor é mais conhecido na história como o pai de Titus Oates, afamado por participar da Conspiração Papista.

IX. A PROVIDÊNCIA E OLIVER CROMWELL

(1) Lutero, *The Bondage of Will* (trad. H. Cole, 1823), pp. 31-2.

(2) Idem, *ibidem*, pp. 369-70.

(3) J. Calvino, *The Institutes of the Christian Religion* (trad. H. Beveridge, 1969), I, p. 41; ver p. 47.

(4) Idem, *ibidem*, I, p. 134.

(5) Idem, *ibidem*, II, pp. 70, 157.

(6) Idem, *ibidem*, II, p. 97-8.

(7) Sir S. D'Ewes, *Autobiography and Correspondence* (J. O. Halliwell, 1845), I, p. 369.

(8) T. Taylor, *Works* (1653), pp. 178-9.

(9) D. Rogers, *A Practicall Catechisme* (3ª ed., 1640), p. 253.

(10) Quanto às tentativas de reconciliação, empreendidas por Calvino, ver sobretudo *Institutes*, I, pp. 187, 202-5, 229, 241, 254, 264; ver Bunyan, *Works*, I, p. 299, II, pp. 123, 312.

(11) W. Haller, *The Rise of Puritanism* (Columbia University Press, 1938), pp. 141, 162.

(12) Ver C. B. MacPherson, “The Maximization of Democracy”, in *Philosophy, Politics and Society*, 3ª série (P. Laslett e W. G. Runciman, orgs.), pp. 97-100.

(13) *Moby Dick* constitui um exemplo relativamente tardio.

(14) Ver, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution*, pp. 291-3 e as referências ali citadas.

(15) Calvino, *Institutes*, II, p. 102.

(16) H. Robinson, org., *Original Letters relative to the English Reformation* (Parker Soc.), II (1847), p. 712. Cf. Calvino, *Institutes*, II, p. 5.

(17) Calvino, *Commentary on Genesis* (trad. J. King, 1965), I, p. 171.

(18) T. Taylor, *Works*, pp. 166-7.

(19) Idem, *ibidem*, p. 172.

(20) W. Perkins, *A Clowd of Faithfull Witnesses*, pp. 63-4, in *Works* (1616-18), III.

(21) R. Sibbes, *Works* (Edimburgo, 1862-64), I, p. 91; cf. p. 88.

(22) J. Cotton, *The Covenant of Gods Free Grace* (1645), pp. 19-20.

(23) A. A. Bonar, org., *Letters of Samuel Rutherford* (1894), p. 399.

(24) F. Bacon, *Works* (J. Spedding, R. L. Ellis e D. D. Heath, orgs. 1862-74), III, p. 617.

(25) S. Butler, *Characters and Passages from Notebooks* (Cambridge University Press, 1908), p. 307. Butler, sem dúvida, referia-se basicamente aos sectários mais radicais, mas teria afirmado (e eu concordo) que suas ações eram justificadas por princípios formulados anteriormente por puritanos mais conservadores.

(26) *A Glimpse of Sions Glory* (1641), in Woodhouse, *Puritanism and Liberty*, p. 233.

(27) D. Footman, *Red Prelude* (1944), página de rosto.

(28) *Soviet News*, 8 de junho 1951.

(29) Calvino, *Institutes*, I, pp. 192, 223-5, 231; ver pp. 212-13.

(30) *Clarke Papers*, II, p. 90.

(31) A. Marvell, *Upon Appleton House*; K. Philips, *L'Accord du Bien*, in *Minor Poets of the Caroline Period* (G. Saintsbury, org., Oxford, 1905), I, p. 564; cf. p. 559.

(32) "Quando fordes batalhar contra vossos inimigos, e virdes cavalos, carros de guerra e muito mais gente do que vós, não os temais, pois o Senhor vosso Deus está convosco e ele vos tirou da terra do Egipto".

(33) Sibbes, *Works*, I, p. 209; cf. p. 211.

(34) Sir H. Vane, *Speech in the House of Commons* (1641), pp. 8-9.

(35) R. Hooker, *Of the Law of Ecclesiastical Polity* (Everyman) I, p. 139.

(36) Sibbes, *Works*, I, p. 98; ver John Downname, *A Guide to Godlynesse* (1622), livro I, p. 52.

(37) T. Gataker, *An Anniversarie Memorial of Englands Delivery from Spanish Invasion* (1626), pp. 10, 20.

(38) *Burton's Diary*, I, p. xxx. O Grande Turco apareceu com frequência nesse contexto: ver *Anglia Liberata*, p. 6.

(39) R. Overton, *An Appeale* (1647), in Wolfe, *Leveller Manifestoes*, pp. 158-9.

(40) *Clarke Papers*, I, p. 384.

(41) J. Owen, *Works*, VIII, p. 336.

(42) Bunyan, *Works*, III, p. 123.

(43) *Letters of Samuel Rutherford*, p. 238; ver, de minha autoria, *Puritanism and Revolution*, p. 265.

(44) L. Ziff, *The Career of John Cotton* (Princeton, 1962), p. 62.

(45) Ver p. 96. A carta merece estudo cuidadoso enquanto *locus classicus* da teoria exposta por um homem no processo de agir sobre ela a fim de transformar a história.

(46) Ver pp. 37-8 acima.

(47) H. Peters, *Gods Doings and Mans Duty* (1646), p. 6.

(48) L. Howard, "'The Invention' of Milton's 'Great Argument': A Study of the Logic of 'God's Ways to Man'", *Huntington Library Quarterly*, IX (1946), p. 172. Ver p. 199 acima.

(49) M. Maclure, *The Paul's Cross Sermons* (Toronto University Press, 1958), p. 71.

(50) W. M. Noble, *Huntingdonshire and the Spanish Armada* (1896), pp. 54-5.

(51) R. Greenham, *Works* (1612), p. 212. Ver John Preston, citado em *Puritanism and Revolution*, p. 265, de minha autoria.

(52) T. Taylor, *Works*, p. 101.

(53) G. Wither, *Brittans Remembrancer* (Spencer Soc., 1880), I, p. 125, publicado pela primeira vez em 1628.

(54) Ver pp. 122-5, 128 acima.

(55) Ver, de minha autoria, "Protestantism and the Rise of Capitalism", in

Essays in the Economic and Social History of Tudor and Stuart England, in Honour of R. H. Tawney, pp. 15-39.

(56) Ver Perry Miller, *The New England Mind: the 17th Century* (Nova York, 1939), capítulo xiv.

(57) R. Greenham, *Works*, p. 196; ver p. 343.

(58) Bunyan, *Works*, III, p. 122.

(59) Perry Miller, op. cit., pp. 160, 37-8; ver também pp. 147-82, *passim*.

(60) Margaret, duquesa de Newcastle, *CCXI Sociable Letters* (1664), p. 159. Um bispo observou que John Preston, o grande puritano, "se expressava como alguém que tinha familiaridade com Deus Todo-Poderoso" (T. Ball, *Life of the renowned Dr. Preston*, 1885, p. 159). Bunyan escrevia freqüentemente como se gozasse da confiança de Deus p.ex., *Works*, I, p. 524).

(61) S. Coleridge, *The Friend* (1865), p. 289.

(62) Calvino, *Institutes*, II, p. 227; ver p. 577.

(63) Idem, *ibidem*, I, p. 202: *The Immutability of the Purposes of God*.

(64) Ver, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution*, pp. 200, 268, 291; *Puritanism and Revolution*, p. 273.

(65) G. Hakewill, *An Apologie or Declaration of the Power and Providence of God in the Government of the World* (3^a ed., 1635), livro V, p. 252.

(66) Bunyan, *Works*, I, p. 431; cf. p. 434.

(67) C. Caudwell, *The Crisis in Physics* (1949), *passim*; Perry Miller, op. cit., pp. 227-31.

(68) Cf. P. Miller e T. H. Johnson, *The Puritans* (Nova York, 1938), pp. 81-6, 326.

(69) R. H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism* (Penguin), p. 179.

(70) J. Caryl, *Dauids Prayer for Solomon* (1643), p. 36.

(71) E. Kirby, "Sermons before the Commons, 1640-42", in *American Historical Review*, XLIV.

(72) Woodhouse, *Puritanism and Liberty*, p. 234.

(73) Ver p. 206 acima.

(74) T. Scott, *Vox Dei* (1623), p. 16.

(75) Milton, *Complete Prose Works* (Yale), III, p. 211, IV, p. 394-5. Milton refere-se à teoria calvinista ortodoxa da conformidade da primeira e segunda causas no contrato social, assim expressas por John Davenport: "Em ações regulares da criatura, Deus é o primeiro agente; não existem dois atos distintos, um pertencente a Deus e outro ao povo: mas, por meio da mesma e única ação, Deus, graças aos sufrágios do povo, aponta determinado governador ou magistrado, e não um outro" (J. Davenport, *A Sermon*, 1699, in *Publications of the Colonial Soc. of Massachusetts*, X, p. 6).

(76) G. Ormerod, org., *Tracts relating to Military Proceedings in Lancashire during the Great Civil War* (Chetham Soc., II, 1849), p. 193. Devo esta referência ao meu ex-aluno, o sr. R. Allan.

(77) [Anon.], *Salus Populi Solus Rex* (17 outubro 1648), citado por Brailsford, *The Levellers and the English Revolution*, p. 346.

(78) Woodhouse, *Puritanism and Liberty*, p. 467.

(79) Milton, *Complete Prose Works* (Yale), III, p. 191. A característica de autolegitimação, ligada a acontecimentos notáveis, era, sem dúvida, um argumento conhecido a fim de se demonstrar a precisão histórica da Bíblia.

(80) Ver pp. 123-4, 206-9 acima.

(81) T. Hobbes, *English Works* (sir W. Molesworth, org., 1839-45), VII, p. 336.

(82) D. Masson, *Life of John Milton*, v (1877), p. 450-51.

(83) Burnet, *The Life and Death of Sir Matthew Hale* (1774), p. 26. Talvez valha a pena recordar que Burnet todavia a encarava “como a regra mais segura para a conduta de uma vida”, a qual ele “sempre procurou seguir, [...] pois, do início ao fim, parecia ser levada adiante por uma série de providências” (H. C. Foxcroft, org., *A Supplement to Burnet's History of My Own Time*, 1902, p. 89).

(84) *Diary of Sir Archibald Johnston of Wariston* (Scottish History Soc.), III, p. 167.

(85) *A Complete Collection of the Lives and Speeches of those persons lately executed*, pp. 6 e 10.

(86) Bunyan, *Works*, III, pp. 134-5.

(87) Milton, *Complete Prose Works* (Yale), IV, p. 625.

(88) Sprat, *The History of the Royal Society of London*, p. 362.

(89) Sprat, *A True Account and Declaration of the Horrid Conspiracy against the Late King* (2ª ed., 1685), p. 159. G. Straka, “The Final Phase of Divine Right Theory in England, 1688-1702”, *English Historical Review*, LXXVII, pp. 638-58.

X. OLIVER CROMWELL E A HISTÓRIA INGLESA

(1) *Clarke Papers*, IV, pp. 143-6; G. Davies, *The Restoration of Charles II*, 1658-60 (San Marino, 1955), p. 174.

(2) E. B. Underhill, org., *The Records of the Church of Christ meeting in Broadmead, Bristol, 1640-87* (Hanserd Knollys Soc., 1847), pp. 39 e 45. Cf. L. F. Brown, *Baptists and Fifth Monarchy Men*, p. 76.

(3) H. B. Wheatley, org., *The Diary of Samuel Pepys* (1946), VII, p. 17; ver também, II, p. 191; IV, pp. 43-4, 222, 287, 366; VI, pp. 157-8; e VII, p. 97.

(4) Burnet, *History of My Own Time*, I, pp. 139 e 145; Pepys, *Diary*, II, p. 191.

(5) *Reliquiae Baxterianae* II, p. 48; L. Muggleton, *A True Interpretation [...] of the whole Book of the Revelation of St. John* (1665), p. 106.

(6) K. M. Lynch, *Roger Boyle, First Earl of Orrery* (Tennessee University Press, 1965), p. 127. Orrery é nosso velho amigo lorde Broghill.

(7) P. J. Pinckney, “Bradshaw and Cromwell in 1656”, *Huntington Library Quarterly*, XXX, p. 236.

(8) Sprat, *The History of the Royal Society of London*, p. 404.

(9) S. Bethel, *The Interest of Princes and States* (1680), p. 2, e capítulo I, *passim*.

(10) Ver pp. 13-4, 51-3, 117-9, 138-49 acima.

(11) South havia publicado um panegírico sobre o Lorde Protetor em abril de 1654.

(12) *The Correspondence of Henry Oldenburg*, I, pp. xxxiv-vi, 37.

(13) Sir H. Hartley, org., “The Royal Society: Its Origins and Founders” (*Notes and Records of the Royal Society*, XV, 1960), p. 72.

(14) Ver, de minha autoria, *Intellectual Origins of the English Revolution*, capítulo II e *passim*.

(15) Sir R. Filmer, *Observations Upon Aristotles Politics* (1652), in *Patriarcha and other Political Works* (P. Laslett, org., Oxford, 1949), p. 225.

(16) Ver pp. 16-8, 45 acima.

(17) J. Aubrey, *Remaines of Gentilisme and Judaisme* (J. Britten, org., 1881), pp. 246-8.

- (18) Ver pp. 113, 129-30, 165-6 acima.
- (19) "A questão foi julgada no campo de batalha de Naseby, antes de ser processada em Westminster Hall", disse Gibbon, no ano da execução de Luis xvi (*Miscellaneous Works*, Dublin, 1796, II, p. 232).
- (20) W. Dell, *Several Sermons and Discourses* (1709), pp. 225-6. Tratava-se de uma colocação protestante conhecida; Dell citou Lutero, a fim de a ilustrar.
- (21) J. Owen, *Works*, VIII, pp. 327-9.
- (22) F. N. L. Poynter e W. J. Bishop, orgs., *A Seventeenth-Century Doctor and his Patients: John Symcotts, 1592-1662* (Bedfordshire Historical Record Soc., XXXI, 1961), p. 76.
- (23) H. Kohn, "The Genesis and Character of English Nationalism", *Journal of the History of Ideas*, I, pp. 79-93.
- (24) Ver citações de Milton e Cromwell à p. 5 acima.
- (25) Citado por F. Raab, *The English Face of Machiavelli* (1964), p. 152. Vale a pena ler toda a parte desse livro tão instigante dedicada a Cromwell (pp. 130-54).
- (26) Burnet, *History of My Own Time*, p. 142.
- (27) James Prior, *The Life of Oliver Goldsmith* (1837), I, p. 6.
- (28) R. Trevor Davis, *Four Centuries of Witch Beliefs* (1947), capítulo IX.
- (29) Há um excelente estudo em russo, de autoria de M. A. Barg, *Cromwell and His Time* (Moscou, 1952), embora o autor não tenha a mesma sensibilidade que o dr. Paul, no que se refere às crenças religiosas de Cromwell. Infelizmente não tenho condições de ler as biografias em húngaro e tcheco, escritas respectivamente por L. Makkai e M. Hroch.
- (30) Ver p. 175 acima.
- (31) Alan Smith, "The Image of Cromwell in Folklore and Tradition", *Folklore*, vol. 79 (1968), pp. 17-39, na qual se baseia o parágrafo acima.
- (32) W. G. Zeeveld, *The Foundations of Tudor Policy* (Harvard University Press, 1948), sobretudo as pp. 160, 194, 209-11.
- (33) Ver pp. 226-7 acima.
- (34) M. W. Beresford, "Glebe Terriers and Open Fields, Yorkshire", *Yorkshire Archaeological Journal*, XXXVII, p. 330.
- (35) Mrs. Gaskell, *Life of Charlotte Bronte* (World's Classics), p. 12.
- (36) G. Crabbe, *Tales* (1912), conto VI, "The Frank Courtship".
- (37) *Autobiographical Recollections of Sir John Bowring* (1877), pp. 31-2; E. Eliott, *More Verses* (1850), II, p. 161.
- (38) Rev. Christopher Wyvill, *Political Papers chiefly respecting the reform of the Parliament of Great Britain* (s. d.), II, p. 363.
- (39) Lorde Edmond Fitzmaurice, *Life of William, Earl of Shelburne* (1875), I, p. 23 (fragmento autobiográfico escrito em 1802-3). Devo essa referência à gentileza de meu amigo, o sr. Peter Brown.
- (40) H. Trevor Colbourn, *The Lamp of Experience: Whig History and the Intellectual Origins of the American Revolution* (North Carolina University Press, 1965), p. 95; E. Stiles, *A History of Three of the Judges of King Charles I* (1794), citada por E. S. Morgan, org., *Puritan Political Ideas, 1558-1794* (Nova York, 1965), pp. 391-2.
- (41) A. Soboul, *Les Sans-Culottes Parisiens en l'an II* (Paris, 1958), pp. 341, 745, 804; R. C. Cobb, *Les Armées Révolutionnaires*, II (Paris, 1963), pp. 813-14, 824. Surgiram referências semelhantes na revolução russa, embora, naquele momento, a analogia à qual se recorria, mas com cautela, se referisse a Napoleão (ver sobretudo I. Deutscher, *The Prophet Unarmed: Trotsky, 1921-29*, Oxford, 1959, *passim*).

(42) P. R. O., H. O. 42/123. Devo esta referência à gentileza do sr. Raphael Samuel, integrante de um grupo de historiadores associados a *Past and Present*, que investiga a reputação de Cromwell na Inglaterra do século XIX, com especial referência aos movimentos radicais e da classe trabalhadora (*Past and Present*, nº 40, pp. 187-190).

(43) Ver pp. 151-2 acima.

(44) S. Bamford, *Passages in the Life of a Radical* (T. Hilton, org., 1967), p. 27, publicado pela primeira vez em 1844, antes de Carlyle.

(45) T. B. Macaulay, *Critical and Historical Essays* (1854), I, pp. 177-8.

(46) Nº 2, 10 de setembro de 1836; nº 3, 17 de setembro de 1836.

(47) Citado por Asa Briggs, *Saxons, Normans and Victorians* (Hastings and Bexhill Branch of the Historical Association, 1966), p. 25.

(48) Op. cit., pp. II, 48, 72, 111.

(49) J. A. Froude, *Thomas Carlyle a History of his Life in London, 1834-81* (1890), I, p. 336.

(50) Goldwin Smith, *England and America* (1865), pp. 8-10. Agradeço ao professor Peter Marshall por haver chamado minha atenção para este livro.

(51) Melvin Richter, *The Politics of Conscience: T. H. Green and his Age* (1964), pp. 47, 246-7.

(52) Devo esta informação ao sr. Raphael Samuel.

(53) W. Cobbett, *Legacy to Labourers*, carta II.

BIBLIOGRAFIA

I. SOBRE OLIVER CROMWELL

A principal obra de referência é a edição de *The Writings and Speeches of Oliver Cromwell* (W. C. Abbott, org., Harvard University Press, 1937-47), em quatro volumes. A melhor biografia é, de longe, a de sir Charles Firth, *Oliver Cromwell* (World's Classics). Seguem-se alguns livros, folhetos e artigos relativos a Cromwell, publicados nos últimos doze anos:

- Crabtree, Roger. "The Idea of a Protestant Foreign Policy", in *Cromwell Association Handbook* (1968-9).
- Hill, Christopher. *Oliver Cromwell, 1658-1958* (Historical Association, folheto, 1958).
- Pinckney, P. J. "Bradshaw and Cromwell in 1656", *Huntingdon Library Quarterly*, xxx.
- . "The Cheshire Election of 1656", *Bulletin of the John Rylands Library*, xlix.
- Poynter, F. N. L. e Bishop, W. J., orgs., *A Seventeenth-Century Doctor and his Patients: John Symcotts, 1592-1662* (Bedfordshire Historical Record Soc., xxxi).
- Roberts, M. "Cromwell and the Baltic", *English Historical Review*, lxxvi.
- Smith, A. "The Image of Cromwell in Folklore and Tradition", *Folklore*, vol. 79.
- Underdown, D. E. "The Parliamentary Diary of John Boys, 1647-8", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, xxxix.
- . "Cromwell and the Officers, February 1658", *English Historical Review*, lxxxiii.

2. LEITURAS COMPLEMENTARES

Aqui estão alguns livros e artigos que poderão ser úteis enquanto leituras complementares, publicados durante o mesmo período.

- Ashton, R. "Cavaliers and Capitalists", *Renaissance and Modern Studies*, v.
- Aston, T., org. *Crisis in Europe, 1560-1660* (Routledge & Kegan Paul, 1965).
- Aylmer, G. E. *The Struggle for the Constitution, 1603-1689* (Blandford Press, 1963).
- Bell, H. E. e Oillard, R. L., orgs. *Historical Essays, 1600-1750, presented to David Ogg* (A & C Black, 1963).
- Brailsford, H. N. *The Levellers and the English Revolution* (Cresset Press, 1961).
- Carter, C. H., org. *From the Renaissance to the Counter Reformation: Essays in Honor of Garrett Mattingly* (Nova York, 1965: Cape, 1966).
- Davis, R. A. *Commercial Revolution* (Historical Association, folheto, 1967).
- Farnell, J. E. "The Navigation Act of 1651, the First Dutch War and the London Merchant Community", *Economic History Review*, Second Series, xvi.
- . "The Usurpation of Honest London Householdors: Barebone's Parliament", *English Historical Review*, LXXXII.
- Fisher, F. J., org. *Essays in the Economic and Social History of Tudor and Stuart England, in Honour of R. H. Tawney* (Cambridge University Press, 1961).
- Habakkuk, H. J. "Public Finance and the Sale of Confiscated Property during the Interregnum", *Economic History Review*, Second Series, xv.
- . "Landowners and the Civil War", *ibid.*, Second Series, xviii.
- Haller, W. *Foxe's Book of Martyrs and the Elect Nation* (Cape, 1963).
- Hill, C. *Puritanism and Revolution* (Panther History, 1968).
- . *The Century of Revolution, 1603-1714* (Sphere Books, 1969).
- . *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England* (Panther History, 1969).
- . *Intellectual Origins of the English Revolution* (Oxford, 1965).
- . *Reformation to Industrial Revolution* (Penguin Books, 1969).
- Ives, E. W., org. *The English Revolution, 1600-1660* (Edward Arnold, 1968).
- Kenyon, J. P., org. *The Stuart Constitution* (Cambridge University Press, 1966).
- Lamont, W. *Godly Rule* (Macmillan, 1969).
- Macpherson, C. B. *The Political Theory of Possessive Individualism* (Clarendon Press, 1962).
- Nevo, R. *The Dial of Virtue: A Study of Poems on Affairs of State in the Seventeenth Century* (Princeton University Press, 1963).
- Pearl, V. "The 'Royal Independents' in the English Civil War", *Transactions of the Royal, Historical Soc.*, 1968.
- Raab, F. *The English Face of Machiavelli* (Routledge & Kegan Paul, 1964).
- Roots, I. *The Great Rebellion, 1642-1660* (Batsford, 1968).
- Stone, L. *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641* (Clarendon Press, 1965).
- Thirsk, J., org., *The Agrarian History of England and Wales, IV, 1500-1640* (Cambridge University Press, 1967).
- Thirsk, J. "Younger Sons in the Seventeenth Century", *History*, LIV.
- Trevor-Roper, H. R. *Religion, the Reformation and Social Change* (Macmillan, 1967).
- Underdown, D. E. *Royalist Conspiracy in England, 1649-1660* (Yale University Press, 1960).
- Walzer, M. *The Revolution of the Saints* (Harvard University Press, 1965).
- Wedgwood, C. V. *The Trial of Charles I* (Collins, 1964).
- Wilson, C. *England's Apprenticeship, 1603-1763* (Longmans, 1965).
- Woolrych, A. H. "The Calling of Barebone's Parliament", *English Historical Review*, LXXX.
- Zagorin, P. *The Court and the Country* (Routledge & Kegan Paul, 1970).